

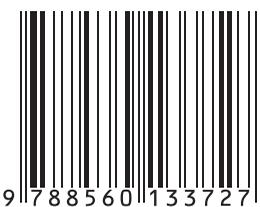
5

Como Anda Fortaleza



Série: **Como Andam** as REGIÕES METROPOLITANAS

ISBN 978-85-60133-72-7



9 788560 133727

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Elcione Diniz Macedo

GERENTE DE CAPACITAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

ORGANIZAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO DAS EQUIPES REGIONAIS

RM BELÉM: José Júlio Ferreira Lima
RM BELO HORIZONTE: Luciana Teixeira de Andrade
RM CURITIBA: Rosa Moura
RM FORTALEZA: Luis Renato Pequeno
RM GOIÂNIA: Aristides Moysés
RM MARINGÁ: Ana Lúcia Rodrigues
RM NATAL: Maria do Livramento Miranda Clementino
RM PORTO ALEGRE: Rosetta Mammarella
RM RECIFE: Maria Ângela de Almeida Souza
RM RIO DE JANEIRO: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
RM SÃO PAULO: Lúcia Maria Machado Bógus
Suzana Pasternak
RM SALVADOR: Gilberto Corso Pereira
Inaiá Maria Moreira de Carvalho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Inês da Silva Magalhães

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS (INTERINO)

Benny Schasberg

SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Leodegar da Cunha Tiscoski

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA

Luiz Carlos Bueno de Lima

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN

Alfredo Peres da Silva

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. – TRENSURB

Marco Arildo Prates da Cunha

5

Como Anda Fortaleza

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL RM FORTALEZA

Luis Renato Pequeno

Ministério das Cidades

Como Anda Fortaleza. Organização Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008.

5 vol. Como Andam as Regiões Metropolitanas. Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

248 p.

1. Desenvolvimento urbano – Brasil. 2. Espaço metropolitano – Brasil. 3. Políticas públicas. I. Ministério das Cidades, ed. II. Cunha, Egláisa Micheline Pontes e Pedreira, Roberto Sampaio, org.

O Ministério das Cidades, por meio do **Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC**, tem realizado progressivamente atividades com o objetivo de capacitar agentes públicos e sociais, para implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e empreendido esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação.

Com vistas a ampliar o escopo dessas atividades, é com grande satisfação que apresento aos municípios brasileiros a **Coleção Estudos e Pesquisas do PNCC**, que visa dar conhecimento ao público brasileiro de estudos e pesquisas importantes para subsidiar a formulação e a utilização de instrumentos e ações voltados para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Pretende-se, por meio de publicação sistemática, oferecer e compartilhar, com o público em geral, estudos e pesquisas elaborados por especialistas renomados, selecionados, mediante parcerias, pelo Ministério das Cidades, para o aprofundamento de temas que exigem a construção de diagnósticos e que possibilitem mais acúmulo teórico e técnico, com vistas a sua condução prática e política no âmbito do Ministério das Cidades.

O primeiro trabalho a ser apresentado na Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades é a série: **Como Andam as Regiões Metropolitanas**, composta de 11 volumes, que oferece a exame um estudo sobre a hierarquização e a identificação dos espaços urbanos, assim como propõe a construção de uma tipologia para as cidades brasileiras. O trabalho desenvolvido sob a responsabilidade do Observatório das Metrópoles – que reúne pesquisadores de diversas universidades brasileiras, os quais cumprimento pelo trabalho realizado – apresenta um olhar analítico sobre onze Regiões Metropolitanas (São Paulo, Salvador, Fortaleza, Natal, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém e Goiânia) e um aglomerado urbano (Maringá), traçando suas características geofísicas, socioocupacionais e socioespaciais.

Sem dúvida, os conteúdos e diagnósticos apresentados ao longo desta série contribuirão para ampliar e qualificar a discussão em torno de políticas públicas que resultem no aprimoramento das propostas de regulação e gestão de cooperação e intervenção articulada nas Regiões Metropolitanas, com vistas à melhoria das condições de vida das populações das metrópoles.

Marcio Fortes de Almeida
Ministro das Cidades

Apresentação

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo. Reguladas por legislação federal, foram criadas nove Regiões Metropolitanas – RM's, incluindo os principais centros nacionais – particularmente capitais de estados – e suas áreas de polarização direta, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Visaram à realização de serviços comuns de interesse metropolitano¹, de modo a constituir uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam organizar-se sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Com ela, findava um modelo que criou regiões sobre as quais os Estados Federados não tinham autonomia para intervenção, e se abriam possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Além de regiões metropolitanas, o texto constitucional admitiu outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. Mantendo e adequando os objetivos

1 Segundo a Lei Complementar /: I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano; IV – transportes e sistema viário; V – produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal; VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

da etapa anterior, as unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificadas como metropolitanas. Parte dessas regiões têm crescido a taxas anuais superiores a 3% ao ano, com expansão expressiva, até mesmo nos pólos, enquanto outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. São regiões com distintos pesos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia. Muitas delas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social, e também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal. É o caso dos grandes complexos urbanos, como o que articula num processo único as regiões de São Paulo, Campinas e da Baixada Santista, além de outras aglomerações urbanas vizinhas.

As leis estaduais que vêm instituindo tais unidades mantêm em seu escopo orientações mínimas para organização do sistema de gestão e, em alguns casos, além da área metropolitana, identifica áreas de expansão – como nas legislações do Estado de Santa Catarina, denominada “área de expansão metropolitana”; nas do Estado de Minas Gerais, “colar metropolitano”; e na do Estado de Goiás/Distrito Federal, “região de desenvolvimento integrado”- RIDE/DF.

Em 2003, o Brasil registra 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas², com a possibilidade da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³ do Distrito Federal somar-se a este conjunto, pelo porte metropolitano da cidade principal.

Em geral, as unidades metropolitanas estão concentradas nas regiões Sul (Santa Catarina, com seis unidades; Paraná, com três; e Rio Grande do Sul, com uma RM) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades;

2 Esse cálculo considera uma única unidade a RM e sua respectiva área de expansão, colar metropolitano ou região de desenvolvimento integrado. Não inclui a RM de Aracaju que, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º, e a RM de Manaus, constituída em 2006.

3 As RIDEs estão previstas nos artigos , inciso IX, e , inciso IV da Constituição Federal. Sua institucionalização compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa.

Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma unidade cada um). No Nordeste, o Ceará, Pernambuco e Bahia já possuíam, cada qual, sua unidade metropolitana; e foram institucionalizadas, por leis estaduais, novas unidades em Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, totalizando sete unidades na Região. No Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste foi institucionalizada a RM de Goiânia. Nessa Região, a RIDE do Distrito Federal, criada em 1998, incorpora, além do Distrito Federal, municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais⁴.

As diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas, dificultando a comparação entre elas. Como permanecem ausentes projetos estaduais de regionalização, e diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização, inevitavelmente, vem induzindo distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias.

Embora todas as unidades apresentem um padrão de ocupação que se particulariza por transcender limites político-administrativos municipais, descrevendo manchas contínuas assentadas sobre municípios autônomos, sua delimitação não expressa contornos conexos ao fato urbano das espacialidades de aglomeração sobre as quais incidem, sequer confere aderência à precisão conceitual que identificaria a unidade metropolitana, a partir do padrão funcional, diante das demais categorias disponíveis para classificação das unidades regionais⁵.

Nota-se, assim, uma lacuna acerca das relações metropolitanas de forma que a ação integrada por entes federativos no espaço metropolitano demanda um marco legal nacional que articule esta ação regulando a inter-relação entre os municípios integrantes dessas regiões, e suas relações com os governos estadual e federal.

4 Outras RIDEs localizam-se nos Estados de Pernambuco/Bahia (Petrolina/Juazeiro) e de Piauí/Maranhão (Teresina/Timon).

5 O Estado do Rio Grande do Sul foi o que demonstrou melhor compreensão conceitual, mantendo como metropolitana apenas a unidade regional polarizada por Porto Alegre e instituindo duas aglomerações urbanas, a de Caxias do Sul e a de Pelotas.

Classificação e Tipologias

Os estudos que resultaram nesta Série voltaram-se para identificar entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, classificando, tipificando e indicando, nesses espaços, a área específica onde ocorre o fenômeno metropolitano; isto é, está voltado à identificação e caracterização dos espaços metropolitanos brasileiros, em sua dimensão sócio-territorial e em seu desempenho institucional, tendo como objetivos:

- a) Organizar uma base de indicadores para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros, considerando-os como unidades territoriais particulares, devido às funções de maior complexidade por eles exercidas na rede urbana nacional. Tal identificação foi possível a partir da análise de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, e possibilitou dirimir dúvidas quanto ao uso adequado dos conceitos de “metrópole” e de “região metropolitana”, muitas vezes empregada de forma não pertinente ao espaço institucionalizado.
- b) Desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. A análise incidiu sobre os pontos focais dessa rede: metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações.
- c) Identificar os territórios socialmente vulneráveis no interior das áreas metropolitanas e seu diagnóstico, a partir da análise do ponto de vista das dimensões fundamentais da vida social daqueles espaços onde se concentram os segmentos da população que vivem em situação de acúmulo de privações, inclusive quanto à degradação ambiental e às dificuldades técnicas de conexão às redes de infraestrutura e serviços públicos.
- d) Analisar as condições institucionais e fiscais das unidades municipais que compõem as áreas onde se expressa o fenômeno metropolitano, de modo a avaliar

sua capacidade de responder à implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

Buscando atingir estes objetivos foram construídos dois produtos. O primeiro contemplou a classificação e demarcação espacial da intensidade do fenômeno da metropolização, com base nos seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas, tendo como universo de análise as metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e as capitais de estados que não conformam aglomerações.
- II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano.
- III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
- IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
- V) Identificação e análise dos territórios socialmente vulneráveis das aglomerações metropolitanas.

O segundo produto desenvolveu uma avaliação do quadro institucional dos municípios e a identificação das ações de cooperação intermunicipal, assim como a análise do desempenho fiscal dos municípios que compõem os espaços metropolitanos.

Esses produtos possibilitaram uma análise sociourbana de doze espaços metropolitanos quanto às desigualdades sociais e urbanas na escala intra-metropolitana (diagnóstico social e urbano do território segmentado em espaços, segundo a sua vulnerabilidade). Essas análises compõem a *Série Como Andam as Regiões Metropolitanas*, na forma desta primeira *Coleção de Estudos e Pesquisas* do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades.

A Série Foi Organizada da Seguinte Forma:

O **Volume 1** – *Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos* - define uma hierarquia para os espaços urbanos, tendo como pressupostos a centralidade, medida por indicadores do grau de importância, complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e as relações que transcendem a região.

No **Volume 2**, apresenta-se o trabalho de pesquisa sobre *Tipologia das Cidades Brasileiras*, cujo objetivo foi o de identificar e classificar os municípios brasileiros. Os demais volumes específicos estão dispostos da seguinte forma:

Volume 3 – Como Anda São Paulo

Volume 4 – Como Anda Salvador

Volume 5 – Como Anda Fortaleza

Volume 6 – Como Andam Natal e Recife

Volume 7 – Como Andam Curitiba e Maringá

Volume 8 – Como Anda Porto Alegre

Volume 9 – Como Anda Rio de Janeiro

Volume 10 – Como Anda Belo Horizonte

Volume 11 – Como Andam Belém e Goiânia

Sumário

CAPÍTULO 1

1. A Formação Histórica da Metrópole e Principais Tendências de Desenvolvimento	1
1.1. Economia Urbana de Tipo Mercantil	6
1.2. Uma Cidade Mercantil em Direção à Lógica da Substituição de Importações	11
1.3. A Cidade Face ao Modelo da Globalização Financeira	16
1.4. Tendências de Transformação da RMF	26
Referências Bibliográficas	36

CAPÍTULO 2

2. Dinâmica de Crescimento Populacional: O Efetivo. A Densidade. O Crescimento Geométrico	41
2.1. Fecundidade. Mortalidade Infantil. Expectativa de Vida	45
2.2. Estrutura por Sexo e Idade. Envelhecimento da População	51
2.3. Distribuição segundo a Cor Negra/Parda	51

CAPÍTULO 3

3. Dimensão Econômica da Metrópole	55
3.1. Renda e Ocupação dos Municípios	61
3.2. Nível de Integração à Dinâmica Metropolitana	66
Referências Bibliográficas	68

CAPÍTULO 4

4. Dimensão Habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza _____	69
4.1. O Déficit Habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza em seus Municípios _____	70
4.2. Condição Inadequada de Moradia _____	76
4.3. Acessibilidade às Redes de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos – Municípios _____	79
4.4. Condições de Propriedade da Terra e de Precariedade da Moradia _____	83
4.5. Padrões de Conforto Domiciliar (Acesso a Bens, e Equipamentos Domésticos) _____	78
4.6. Sobre o Processo de Favelização e a Formação dos Aglomerados Subnormais _____	91
Referências Bibliográficas _____	96

CAPÍTULO 5

5. Análise Socioocupacional da Estrutura Intra-Urbana da Região Metropolitana de Fortaleza _____	97
5.1. Elementos da Estrutura Intra-Urbanos da Região Metropolitana de Fortaleza _____	98
5.2. Estrutura Socioocupacional da RMF _____	106
5.3. Tipologia Superior _____	114
5.4. Tipologia Média Superior _____	115
5.5. Tipologia Média _____	117
5.6. Tipologia Popular Operária _____	118
5.7. Tipologia Inferior _____	120
5.8. Tipologia Popular Periférica _____	121
5.9. Tipologia Rural _____	122
Considerações Finais _____	123
Referências Bibliográficas _____	125

CAPÍTULO 6

6. Estrutura Urbana e Morfologia Social _____	127
6.1. Composição da População por Faixas Etárias nas Diversas Tipologias SocioEspaciais _____	127
6.2. Envelhecimento da População _____	129

CAPÍTULO 7

7. Estruturação Urbana e Mobilidade na Região Metropolitana de Fortaleza _____	131
7.1. O Fenômeno das Migrações na Região Metropolitana de Fortaleza _____	132

7.2. Mobilidade na Região Metropolitana de Fortaleza e Grau de Integração na Dinâmica Metropolitana	135
7.3. Mobilidade Pendular segundo as Tipologias Socioespaciais Entre os Municípios	139
7.4. Mobilidade Pendular segundo as Tipologias Socioespaciais em Direção ao Município Pólo	143
Considerações Finais	144

CAPÍTULO 8

8. Estruturação Espacial da Renda e do Trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza	151
8.1. Estruturação Espacial da Pobreza	157
Considerações Finais	161
Referências Bibliográficas	162

CAPÍTULO 9

9. Diferenças Educacionais nas Tipologias Socioespaciais da RMF	163
9.1. Analfabetismo na RMF	163
9.2. Freqüência Escolar e Adequação Idade/Série	166
9.3. Adequação Idade/Série	171
9.4. Analfabetismo Funcional	174
Considerações Finais	176

CAPÍTULO 10

10. Desigualdade Socioespacial e Vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza	179
10.1. Desigualdades Socioeconômicas e Vulnerabilidade nas Regiões Metropolitanas	180
10.2. Tamanho, Ciclo e Composição da Família	183
10.3. Tipologia Socioespacial, Renda, Moradias e Tamanho das Famílias	184
10.4. Tipologia de Uniões	187
10.5. A Presença de Jovens, Idosos e Mulheres Responsáveis pela Família	188
10.6. Adolescentes com Experiência Reprodutiva	190
Considerações Finais	191
Referências Bibliográficas	193

CAPÍTULO 11

11. Desigualdades Socioespaciais e a Questão Habitacional na MetrÓpole	195
11.1. Déficit Habitacional	196

11.2. Estrutura Intra-Urbana e Condição Inadequada de Moradia _____	201
11.3. Estrutura Intra-Urbana e Inadequação da Infra-Estrutura Urbana _____	207
11.4. Estrutura Intra-Urbana Socioocupacional e Processo de Favelização na RMF _____	211
Considerações Finais _____	216
Referências Bibliográficas _____	218
Considerações Finais _____	219
A Gestão Metropolitana _____	220

Lista de Tabelas

TABELA 1.1 – Configuração Urbana no Século XVIII _____	4
TABELA 1.2 – População de Fortaleza de 1890 a 2001 _____	11
TABELA 1.3 – Distribuição das Segundas Residências no Estado do Ceará - 2000 _____	14
TABELA 1.4 – Número de Segundas Residências nos Municípios da Costa Sol Nascente - Ceará, 1991 e 2000 _____	15
TABELA 1.5 – Número de Segundas Residências nos Municípios da Costa Sol Poente - Ceará, 1991 e 2000 _____	15
TABELA 1.6 – Municípios com Maior Número de Indústrias de Transformação _____	17
TABELA 1.7 – Investimentos do PRODETUR I nos Estados da Região NE _____	22
TABELA 1.8 – Valores Aplicados pelo PRODETUR/NE 1 por Componente e Fonte _____	23
TABELA 1.9 – Ranking das 6 Maiores Destinações Turísticas do Ceará (1998-2005) _____	25
TABELA 1.10 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros - 2000 _____	30
TABELA 2.1 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento - 1991 e 2000 _____	43
TABELA 2.2 – Taxa de Fecundidade e Porcentagem de Adolescentes com Filhos _____	47
TABELA 2.3 – Probabilidade de Sobrevivência _____	49
TABELA 2.4 – Esperança de Vida ao Nascer, Mortalidade Infantil _____	50
TABELA 2.5 – População da RMF por Sexo e Faixas Etárias _____	51
TABELA 2.6 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Cor ou Raça e a Distribuição da População segundo a Cor ou Raça _____	53
TABELA 3.1 – Número de Estabelecimentos e Empresas por Ramo de Atividade – 2000 _____	59

TABELA 3.2 – Agências de Bancos e Movimentação Bancária nos Municípios da RMF - 2002	60
TABELA 3.3 – Renda dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – 1991 e 2000 (em Reais)	62
TABELA 3.4 – PIB da RMF a Preços de Mercado – 1999-2002 (Preços de 2002)	63
TABELA 3.5 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza segundo a População Economicamente Ativa, População Ocupada e Taxa de Ocupação - 2000	65
TABELA 4.1 – Estimativas do Déficit Habitacional Básico da Região Metropolitana de Fortaleza– 2000	71
TABELA 4.2 – Participação dos Componentes no Déficit Habitacional Básico Urbano de Fortaleza (%) – 2000	73
TABELA 4.3 – Coabitação, Domicílios Improvisados e Rústicos por Faixas de Renda de Fortaleza - 2000	74
TABELA 4.4 – Municípios da R.M.F. por Total de Famílias Conviventes, Improvisados, Cômodos Cedidos e Déficit Habitacional - 2000	75
TABELA 4.5 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios segundo as Condições de Moradia Inadequada - 2000	78
TABELA 4.6 – Municípios da RMF por Domicílios e Percentual com Inadequação no Abastecimento de água, no Esgotamento Sanitário, na Coleta de Lixo e % de Ruas sem Pavimentação - 2000	80
TABELA 4.7 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros - 2000	84
TABELA 4.8 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos – 2000	87
TABELA 4.9 – Municípios da R.M.F por Domicílios segundo o Acesso a Bens - 2000	89
TABELA 4.10 – Municípios da RMF em Aglomerados Subnormais e Situação Fundiária Irregular- 2000	92
TABELA 5.1 – Quadro Demográfico dos Tipos Socioespaciais– RMF – 2000	111
TABELA 5.2 – Distribuição Percentual das CAT's por Tipologias Socioespaciais - 2000	112
TABELA 5.3 – Densidades das CAT's nas Diferentes Tipologias Socioespaciais – 2000	113
TABELA 6.1 – Diferenciação Etária por Tipologias Socioespaciais – RMF 2000 (%)	128
TABELA 6.2 – Distribuição Etária por Tipologia Socioespacial – RMF 2000 (%)	130
TABELA 7.1 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento - 1991 e 2000	133
TABELA 7.2 – Classificação dos Municípios da RMF segundo o Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração	137

TABELA 7.3 – Área de Ponderação Amostral (AED's) da Região Metropolitana de Fortaleza segundo Médias de População Residente de 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas Que Realizaram Movimento Pendular-2000 _____	140
TABELA 8.1 – Pessoas Ocupadas por Classes de Rendimento Mensal por Tipologia em S.M. – RMF/2000 (Densidade Relativa) _____	151
TABELA 8.2 – Pessoas Ocupadas por Tipologia – RMF 2000 (Densidade Relativa) _____	153
TABELA 8.3 – População Desempregada por Tipologias – RMF 2000 (%) _____	154
TABELA 8.4 – Famílias com Renda Per Capita em Salário-Mínimo– RMF 2000 (%) _____	158
TABELA 11.1 – Quadro de Indicadores do Deficit Habitacional - 2000 _____	196
TABELA 11.2 – Quadro de Indicadores de Condição Inadequada de Moradia - 2000 _____	202
TABELA 11.3 – Indicadores de Inadequação da Infra-estrutura Urbana, 2000 _____	208
TABELA 11.4 – Quadro de Indicadores de Precariedade Fundiária _____	213

Lista de Figuras

FIGURA 1.1 – Mapa da Evolução Político-administrativa: Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza _____	2
FIGURA 1.2 – Estradas Antigas _____	7
FIGURA 1.3 – Sistema de Via Férrea do Ceará _____	10
FIGURA 1.4 – Nordeste do Agronegócio _____	19
FIGURA 1.5 – Nordeste Turístico _____	20
FIGURA 1.6 – Valores Aplicados pelo PRODETUR/NE 1 por Componente e Fonte _____	24
FIGURA 1.7 – Vetores de Expansão da RMF _____	27
FIGURA 1.8 – Integração Metropolitana _____	27
FIGURA 2.1 – Mapa da Densidade Demográfica _____	45
FIGURA 2.2 – Mapa da Distribuição da População segundo a Cor (Negros e Pardos) –Municípios_	52
FIGURA 3.1 – Mapa da Distribuição do PIB Per Capita _____	64
FIGURA 5.1 – Distribuição dos Distritos Industriais na Metrópole _____	100
FIGURA 5.2 – Centralidades, Subcentralidades e Corredores Terciários na RMF _____	101
FIGURA 5.3 – Produção da Moradia pelo Estado _____	102
FIGURA 5.4 – Disseminação da Cidade Informal _____	104

FIGURA 5.5 – Concentrações e Fluxos de Intervenção do Setor Imobiliário Formal _____	105
FIGURA 5.6 – Município de Fortaleza em suas 71 AED's _____	107
FIGURA 5.7 – Outros Municípios da RMF em suas AED's _____	108
FIGURA 5.8 – Região Metropolitana de Fortaleza – Tipologias Socioocupacionais _____	109
FIGURA 5.9 – Recorte da RMF nas suas Tipologias Socioocupacionais _____	111
FIGURA 5.10 – Tipologia Superior na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's _____	115
FIGURA 5.11 – Tipologia Média Superior na RMF, % e Densidades das CAT's _____	116
FIGURA 5.12 – Tipologia Média na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's _____	117
FIGURA 5.13 – Tipologia Popular Operária na RMF, % e Densidades das CAT's _____	119
FIGURA 5.14 – Tipologia Inferior na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's _____	120
FIGURA 5.15 – Tipologia Popular Periférica, Percentuais e Densidades das CAT's _____	121
FIGURA 5.16 – Tipologia Rural na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's _____	122
FIGURA 8.1 – Pessoas Ocupadas por Classes de Renda Mensal em S.M. (densidade) – RMF/2000 _____	152
FIGURA 8.2 – População Desempregada por Tipologias / Faixa Etária - RMF 2000 (%) _____	154
FIGURA 8.3 – População Desempregada por Tipologias / Sexo - RMF 2000 (%) _____	155
FIGURA 8.4 – Taxa de Ocupação: Homens – RMF 2000 _____	156
FIGURA 8.5 – Taxa de Ocupação: Mulheres – RMF 2000 _____	156
FIGURA 8.6 – Taxa de Ocupação: Jovens (10 a 24 anos) – RMF 2000 _____	157
FIGURA 8.7 – Famílias com Renda Per Capita em Salário-Mínimo por Tipologias – RMF 2000 (%) _____	158
FIGURA 8.8 – Famílias com Renda Per Capita até ½ S.M – RMF 2000 (%) _____	159
FIGURA 8.9 – Famílias com Renda Per Capita com ½ a 1 S.M. – RMF 2000 (%) _____	159
FIGURA 8.10 – Famílias com Renda Per Capita Acima de 3 S.M. – RMF 2000 (%) _____	160
FIGURA 8.11 – Renda Mensal do Responsável até 2 S.M. – RMF 2000 (%) _____	161
FIGURA 9.1 – Taxa de Analfabetismo _____	165
FIGURA 9.2 – Número de Pessoas de 0 a 6 anos que Frequentam Creche ou Escola _____	167
FIGURA 9.3 – Número de Pessoas de 15 a 17 anos que Frequentam Escola _____	168
FIGURA 9.4 – Número de Pessoas de 18 a 25 anos que Frequentam Escola _____	169
FIGURA 9.5 – Número de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Série Adequada _____	170
FIGURA 9.6 – Número de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Série Adequada _____	172

FIGURA 9.7 – Número de Pessoas de 15 a 17 anos que Freqüenta Série Adequada _____	173
FIGURA 9.8 – Número de Pessoas de 18 a 25 anos que Freqüenta Série Adequada _____	174
FIGURA 9.9 – Responsável pela Família sem Instrução ou com Até Três Anos de Estudo _____	175
FIGURA 9.10 – Responsável pela Família com 11 ou Mais Anos de Estudo _____	176
FIGURA 10.1 – Porcentagem de Mulheres Chefe de Família, sem União e com Filhos RMF. ____	188
FIGURA 10.2 – Porcentagem de Mulheres Chefe de Família sem União e com Filhos Menores de 14 anos. _____	189
FIGURA 10.3 – Porcentagem de Mulheres Chefe de Família, sem União e com Filhos – Recorte Fortaleza. _____	190
FIGURA 11.1 – Déficit Habitacional em Porcentagem na RMF (zoom no espaço intra-urbano) ____	198
FIGURA 11.2 – Total de Domicílios: % Com até 3 Cômodos - RMF 2000 _____	203
FIGURA 11.3 – Total de Domicílios: % Sem Banheiro - RMF 2000 _____	206
FIGURA 11.4 – Esgotamento Sanitário Inadequado em Percentual na RMF _____	210
FIGURA 11.5 – Porcentagem de Aglomerados Subnormais na RMF (Zoom no Intra-Urbano) ____	215

Lista de Mapas

MAPA 2.1 – Movimento Pendular – Pessoas com 15 anos ou Mais que Estudam ou Trabalham Dirigindo-se ao Pólo Metropolitano _____	147
MAPA 7.2 – Movimento Pendular – Pessoas com 15 anos ou Mais que Estudam ou Trabalham do Município de Residência _____	148
MAPA 7.3 – Movimento Pendular – Pessoas com 15 anos ou Mais que Estudam ou Trabalham do Município de Residência – Recorte em Fortaleza _____	148

1. A Formação Histórica da MetrÓpole e Principais Tendências de Desenvolvimento

A oficialização da Região Metropolitana de Fortaleza foi do tipo compulsório, instituída e definida por força legal (Lei Complementar n° 14/73). No que tange à realidade socioespacial, sua institucionalização deu-se antes da manifestação do processo de metropolização. No seu início, quando de sua instalação, a RMF era constituída pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiráz. Os sucessivos desmembramentos ocorridos devido à emancipação de vários distritos (Eusébio, Guaiúba, Itaitinga e Maracanaú) e a agregação de outros municípios à RMF resultou em conjunto dispondo de temporalidades diferenciadas bem como territórios distintos composto por 13 municípios. Horizonte, Pacajús, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante, passaram a compor a Região Metropolitana, conforme a Lei 12.989 de 29 de dezembro de 1999 (ver Figura 1.1).

Nos estudos desenvolvidos sobre a formação da rede urbana colonial indica-se lógica de estruturação do espaço denominada de rede dendrítica (CORRÊA, 1989), forma espacial simples adotada pelo colonizador europeu no atendimento de demanda do comércio ultramarinho e de política de defesa do território. Nesta perspectiva, ressalta-se a instauração de cidade primaz, situada junto ou próxima do mar, dispondo de forte e porto imprescindíveis no estabelecimento de contatos com a Europa (troca de bens materiais e imateriais), domínio do *hinterland* e defesa de ataques inimigos: índios e/ou europeus. No caso do Nordeste brasileiro simbolizaria a lógica de ordenação espacial da zona da mata e do meio norte, representada por sistemas de cidades como os vinculados a Salvador, Recife e São Luís.

Embora tal lógica seja marcante no conjunto da colônia, quadro diferenciado de ocupação notado no Ceará nos induz a revê-la. A produção do açúcar ou a comercialização de especiarias destinadas à Europa, que culminaram na formação de redes de cidades dendríticas, restringem-se a domínios naturais específicos, alimentadores destas atividades e sob os quais a atenção da Coroa portuguesa se voltava. No semi-árido nordestino associado estava um conjunto de imagens negativas, relacionado à semi-aridez e à natureza belicosa dos índios, que retardaram as expedições de ocupação e criaram dificuldades para sua consolidação. O Ceará, contido na quase totalidade deste domínio (93% de seu território), representa, portanto, quadro diverso cujas implicações far-se-ão sentir na formação de seu sistema de cidades. Nele a demanda externa não é um fator preponderante na organização espacial pretérita; nele não se dispõe de uma cidade primaz litorânea. Sua economia era, até meados do século XVIII, regional, atrelada à demanda da zona da mata. Não dispunha de uma cidade principal, mas de um conjunto de cidades interioranas, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais. A ocupação do Ceará se associava exclusivamente à racionalidade militar e defensiva, cujo desdobramento torna-se impossível à penetração do interior, a partir de Fortaleza.

Diante desta lacuna deixada pela capital, a ocupação da capitania dá-se a partir do sertão, ignorando o litoral. Trata-se do movimento de expansão das fazendas que se desenvolve em virtude de demanda da zona produtora de cana-de-açúcar (zona da mata). Essa expansão provoca a entrada de criadores no sertão do Ceará à procura de terras favoráveis à criação de gado. A migração resultante suscita a distribuição das primeiras sesmarias no sertão, que datam do final do século XVII e, principalmente, da primeira metade do século XVIII (MENEZES, 1995).

Com o acompanhamento dos principais rios à procura de pastos para a criação de gado, dá-se o povoamento do sertão, cujas implicações far-se-ão sentir na adoção de práticas genocidas e de evangelização, correspondendo a estratégia de controle e de integração das populações indígenas. Trata-se da criação de sistema cultural qualificado por Capistrano de Abreu como *civilização do couro*, produzida em quadro socioespacial, marcado por economia de subsistência que ganha força à medida que se distancia dos mercados consumidores de gado, notadamente as feiras de Pernambuco e da Bahia.

Esse dado torna-se irrelevante com o desenvolvimento de técnicas de transformação dos animais abatidos em carne-seca (charqueadas) e de tratamento do couro, que suscitam, no final do século XVIII, a intensificação dos fluxos comerciais do Ceará com as capitânicas de Pernambuco e da Bahia. A importância desses fluxos alimenta a construção de quadro específico de ocupação caracterizado por uma fragmentação espacial que evidencia dois espaços distintos no Ceará: o litoral e o sertão. Essa fragmentação foi seguida, com a constituição das charqueadas, de dominação do litoral pelo sertão.

Os centros urbanos representados pelas cidades de Aracati, Icó e Sobral, com função comercial, administrativa e de serviços, e Crato, com função agrícola, administrativa e industrial, exerceram papel preponderante no quadro socioespacial do século XVIII (Tabela 1.1 - Configuração Urbana no Século XVIII), resultando na força desses centros das ligações estabelecidas, principalmente, com Pernambuco.

TABELA 1.1 – Configuração Urbana no Século XVIII

Municípios	Ordem de importância	Função de base
Aracati	1	Comercial/administrativa/serviços
Iço	1	Comercial/administrativa/serviços
Sobral	1	Comercial/administrativa/serviços
Crato	1	Agrícola/administrativa/industrial
Camocim	2	Comercial/industrial
Acaraú	2	Comercial/industrial
Quixeramobim	2	Comercial/serviços de base
Fortaleza	3	Administrativa
Aquiraz	3	Administrativa
Granja	3	Industrial

Fonte: SUDENE/SUDEEC, Estruturação do espaço urbano e regional no Ceará: uma abordagem histórica, Fortaleza: 1974 (Mimeo.).

A primeira cidade, Aracati, dispunha de porto marítimo mais próximo de Pernambuco e de Salvador, situando-se a jusante do rio Jaguaribe – ao longo do qual foi construída a Estrada Geral do Jaguaribe. Ela torna-se, antes mesmo de receber o status de cidade em 1748, o centro do espaço de produção da carne-seca, evidenciado na construção das primeiras oficinas de carne. (STUDART, 1892). A segunda cidade, Icó, exercia papel complementar àquele de Aracati. As duas cidades, situadas no vale do Jaguaribe, viviam em perfeita simbiose, apresentando Icó como renomado centro coletor e distribuidor no sertão: dominando uma imensa zona que abarcava o vale do rio Salgado, o médio e alto Jaguaribe bem como o sertão da Paraíba (SILVA, 2000). A terceira cidade, Sobral, dominava o vale do Acaraú, possuindo florescente comércio captador da produção de carne seca e couros de sua hinterlândia e, inclusive, da capitania do Piauí, cuja vazão dava-se por meio dos portos de Acaraú e Camocim (GIRÃO, 1984). A quarta cidade, Crato, dominava o vale do Cariri. Situada na base da chapada do Araripe, esta cidade era atendida pela via Crato-Piancó, que partia de Patos (Paraíba) para Oeiras (antiga capital do Piauí). Ademais, considerando suas condições climáticas e seu solo, sua história é ligada principalmente àquela da produção da cana-de-açúcar. A cidade especializa-se na produção de rapadura, produto freqüentemente consumido pelos habitantes do sertão.

Em fim de conta, Aracati, Icó, Sobral e Crato constituem um quadro espacial que sublinha o isolamento de Fortaleza. Limitada a funções administrativas, essa cidade permanece isolada no litoral. Para Studart Filho (1957: 30), este isolamento deve-se à ausência de vias ligando a cidade às zonas produtoras do sertão. No delineamento do sistema de vias coloniais percebe-se claramente o isolamento da capital. Sua influência restringia-se às vias Soure-Canindé e Taquara, englobando localidades de pequena expressão, como Aquiraz, Caucaia, Baturité e Canindé (Figura 2 –Estradas Antigas).

Os dois movimentos de ocupação supracitados, representativos do litoral e do sertão, caracterizam organização espacial típica do Ceará colonial: o primeiro, fruto de lógica militar de defesa adotada pelos portugueses no litoral e o segundo, fruto da expansão das fazendas no sertão. No Ceará, o litoral não se instaura como ponto de penetração. Embora a ocupação inicial se realize a partir deste espaço, os aspectos tecnológicos, naturais e simbólicos apresentam quadro impróprio à penetração e justificador do fraco desenvolvimento desta zona em relação ao sertão. O litoral torna-se assim uma presa fácil do sertão. A singularidade em relação ao conjunto do Nordeste colonial é o cerne do processo de construção do que Menezes (1995) denominou de *outro Nordeste*.

Por constituir-se o litoral como tributário e dependente do sertão, o estabelecimento de portos no Ceará e das cidades que os controlavam (Aracati com sua zona portuária, situada a três léguas desta cidade, e Sobral dominando os portos de Camocim e Acaraú a partir do sertão) resulta do reforço do sertão como zona produtora de carne-seca e de outros produtos destinados ao mercado regional. Esse dado evidenciava a importância destes núcleos urbanos no Brasil colonial e em detrimento da capital.

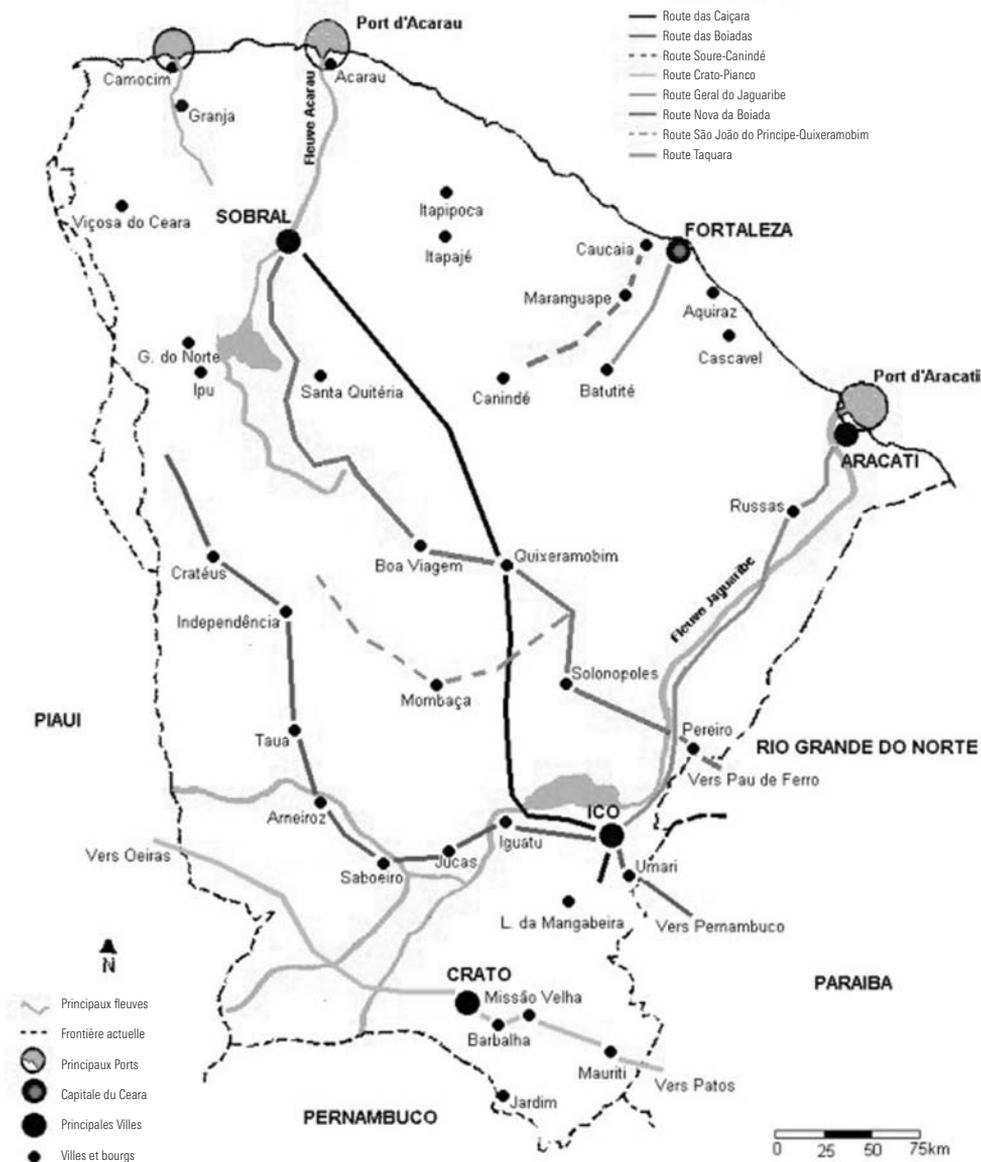
Fortaleza continuava isolada, limitada à sua faixa litorânea e de municípios vizinhos. A inexistência de produto nobre para exportação justificava o não desenvolvimento das atividades portuárias comerciais, dado que acentua, por sua vez, o isolamento e o fraco desenvolvimento da capital. Um quadro completamente diferenciado das principais cidades da capitania reduzia a capital a uma função meramente burocrática e política e a uma fraca função comercial e cultural. Tratava-se de uma cidade isolada e medíocre, construída sobre a areia e sem porto (GIRÃO, 1954).

1.1. Economia Urbana de Tipo Mercantil

O quadro de dominação do litoral pelo sertão, que culminou na constituição de sua capital de uma forma modesta e desarticulada do sistema das principais cidades do Estado, só é sobreposto no século XIX com conjunto de mudanças de ordem político-administrativa e tecnológica.

No primeiro domínio, inscreve-se a independência jurisdicional do Ceará em relação à Pernambuco e à abertura dos portos às nações amigas. A independência jurisdicional reúne condições ideais para o estabelecimento de um novo regime de governo no Ceará (Ciclo dos Governadores – 1799 a 1821), cujo cerne era o questionamento da fragilidade da capital em relação às cidades interioranas e, principalmente, às outras capitais nordestinas, leia-se Recife. Um dos principais responsáveis deste questionamento foi Luís Barba Alardo de Menezes, governador do Ceará de 1806 a 1812, que insistia sobre a existência de quadro de imagens negativas do qual Pernambuco soube tirar proveito (MENEZES, 1897: 39). A abertura dos portos às nações amigas, pelo rei de Portugal D. João VI, ocorre na mesma época. Luís Barba Alardo de Menezes, evocando boas condições de navegação intercontinental em Fortaleza, implementa projetos de abertura de Fortaleza à comercialização direta com a Europa, colocando em xeque, no curso de sua realização, o sistema de comunicação anterior, fundado nas vias antigas e que beneficiava determinados portos e, no caso do Ceará, suscitava intermediação vantajosa para Pernambuco.

FIGURA 1.2 – Estradas Antigas



Fonte: Dantas, 2000.

A associação dos fatores indicados conduz a uma animação das zonas de praia, com conseqüente abertura de Fortaleza para o mar. Abertura tímida e tardia, iniciada mediante envio de barco carregado de mercadorias locais e de algodão para Londres, em 1809 (BRÍGIDO, 1979).

Aproveitando-se de crise de abastecimento internacional, com a guerra civil americana, a abertura de Fortaleza para o mar potencializou a cultura algodoeira no Estado, reforçando fluxo de barcos que ligavam a capital diretamente à Inglaterra. Fortaleza apresenta-se, portanto, como a principal beneficiária da intensificação da cultura algodoeira, provocando, à medida que seu porto adquire importância, dominação das regiões produtoras de algodão. Tal dominação, restrita inicialmente à vizinhança de Fortaleza, permite afirmação da capital no quadro urbano estatal. De uma cidade de terceira ordem e classificada em oitava posição no século XVIII, ela torna-se, no século XIX, cidade de primeira ordem e situada em segundo lugar, após Sobral, principal cidade do Ceará, entre 1800-1850.

É somente nesse período que Fortaleza começa a se conformar ao modelo clássico das cidades litorâneas, ocupando papel de capital. O objetivo era o de transformar a cidade em ponto de drenagem de mercadorias do sertão. Para atingir status atual, Fortaleza concorreu com as cidades mais influentes da época colonial, rivalizando e enfraquecendo os centros urbanos que se inscreviam em lógica antiga de comunicação e eram tributários de Pernambuco, notadamente Aracati, Icó e Crato. Este enfraquecimento chega a níveis alarmantes, a ponto de gerar macrocefalia reinante no sistema de cidades do Ceará, dado bem diferente do registrado na grande maioria dos outros estados, cuja participação das cidades secundárias é relevante tanto em termos econômicos como demográficos.

Nesse conflito de interesses, Fortaleza empregou todos os recursos disponíveis para ampliar sua zona de influência. Aproveitando-se de sua situação de capital, principalmente após proclamação do Império que concentra os investimentos públicos nas capitais (LEMENHE, 1991), legisla sobre as tarifas alfandegárias e investe na construção de vias férreas. A primeira medida, uma legislação sobre as tarifas alfandegárias, inscrita no domínio político-administrativo, suscita a cooptação das regiões produtoras de algodão a gravitarem na zona de influência de Sobral. Tal integração deu-se em razão de baixa, em 1803 (BRÍGIDO, 1979) de 50% das tarifas alfandegárias cobradas no porto de Fortaleza, dado importante na captação de toda a produção de algodão do Norte do Ceará, enviados diretamente dos portos de Camocim e Acaraú para o porto da capital. A segunda medida, construção de via férrea, traduz a vontade política concretizável após transformações de ordem tecnológica, que garante incorporação gradual da zona produtora de algodão à sua zona de influência. Torna-se possível avaliar esta estratégia ao se observar evolução do sistema de transporte ferroviário, que ilustra o reforço e expansão da zona de influência de Fortaleza sobre o sertão. Nota-se, conforme mostra a Figura 3 – Sistema de Via Férrea

do Ceará, dois movimentos a atingir, respectivamente, os municípios vizinhos e aqueles do centro, do sul (zonas de influência de Icó e Aracati), bem como do norte do Ceará (zona de influência de Sobral).

Os componentes do movimento de incorporação indicados colocam em xeque a antiga lógica de comunicação fundada nas vias de penetração natural, os rios e as estradas antigas, que impediam, no século XVIII, Fortaleza de exercer papel decisivo no sistema socioespacial urbano do Ceará. Tal transformação consolidou-se com inserção da capital em lógica marcada por intensa colaboração entre a via férrea e a navegação a vapor. Apresenta-se, portanto, situação estrutural da qual a capital soube tirar proveito para se tornar ponto de drenagem de mercadorias, reforçando assim as relações de dominação do litoral com o sertão (SILVA, 1992).

O reforço das relações de subordinação do sertão pelo litoral suscita importante fluxo demográfico para a capital. Conforme Menezes (1897), Fortaleza passa de uma população de 3.000 habitantes em 1800, para 16.000 habitantes em 1863 e 21.372 habitantes em 1872 (Tabela 2 – População de Fortaleza de 1890 A 2001). Tal fluxo alimenta modificações de caráter quantitativo (crescimento econômico e da zona ocupada) e qualitativo (construção de quadro de vida urbano).

Fortaleza passa, no final do século XIX, por crescimento considerável de sua função comercial e da zona ocupada. Este dado seria representativo, também, da consolidação de expressivo mercado consumidor de produtos importados, que se explica pelo aumento do número de consumidores na capital, notadamente os advindos das classes mais abastadas do sertão, entre eles os proprietários rurais e seus familiares. Para Lemenhe (1991), assiste-se a fluxo demográfico que possibilita aumento da capacidade de acumulação dos grandes comerciantes, associado à expansão de pequeno comércio e de serviços públicos gerais e provinciais em Fortaleza.

FIGURA 1.3 – Sistema de Via Férrea do Ceará



Fonte: Dantas, 2000

Estes fluxos ampliam-se no tempo, passando a capital, em período pouco maior do que um século, a fazer parte do rol das cidades com mais de 2 milhões de habitantes (Tabela 2 – População de Fortaleza de 1890 a 2001).

Com o peso da atividade agropecuária, a exemplo do ocorrido na Região Nordeste e diferentemente do explicitado nas Regiões Sul e Sudeste, nas quais a industrialização induziu o processo de urbanização, tem-se a inclusão de Fortaleza no mercado internacional, projetando a cidade como centro urbano de destaque no Estado e em detrimento dos principais núcleos urbanos da época colonial: de um lado, Aracati e Icó e de outro, Sobral,

os primeiros descartados do eixo de circulação ferroviário e o segundo incorporado de forma subalterna à Fortaleza, após a primeira metade do século XX.

TABELA 1.2 – População de Fortaleza de 1890 a 2001

Anos	População
1890	40.902
1900	48.369
1920	78.536
1930	ND ¹
1940	180.185
1950	270.169
1960	514.813
1970	857.980
1980	1.308.919
1991	1.768.637
1996	1.965.513
2001	2.141.402

Fonte: IBGE.

(¹) ND: Não disponível.

1.2. Uma Cidade Mercantil em Direção à Lógica da Substituição de Importações

A concentração de fluxos (demográficos, de mercadoria, de informações, etc.) na capital possibilita emergência de segmento da indústria associado aos ramos tradicionais de beneficiamento de produtos do setor primário (extrativismo, agricultura e produtos alimentares) (SILVA; CAVALCANTE, 2000). Trata-se da constituição de importante zona industrial nos anos 1950, localizada em artéria denominada de Francisco Sá, no setor oeste da Cidade

A concentração de indústrias neste setor da cidade implicou em gênero de ocupação popular da área, convergindo para o entorno das indústrias, e acompanhando a via férrea, contingente importante de trabalhadores. Tal lógica diverge da reinante no setor central (CENTRO) e leste da cidade (ALDEOTA), nos quais se concentravam os segmentos mais abastados da população fortalezense. O primeiro *locus* de poder e de consumo das classes mais abastadas concentrava todo o comércio e os serviços de apoio às atividades

econômicas em geral. Em 1970, a população de Fortaleza já atingia os 857.980 habitantes, chegando a 1.308.919, em 1980. Destes, apenas 38.545 pessoas, isto é, 3% dos residentes habitavam no Centro. O segundo, constituindo-se, após os anos 1950, em *locus* privilegiado de habitação da elite e para o qual, a partir dos anos 1970, converge atividades de comércio e de serviços responsáveis pelo reforço de sua centralidade e em detrimento da hegemonia do Centro.

Nos anos 1970, com a política de industrialização implementada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) registra-se, no Nordeste, nova fase de industrialização pautada nos incentivos fiscais e financeiros. Seus desdobramentos, longe de resolverem os desequilíbrios regionais reinantes em escala nacional, conduzem a uma lógica de concentração prioritária nos maiores núcleos urbanos da região, a saber, Salvador, Recife e Fortaleza. Nesta última capital a concentração apóia o fortalecimento da Zona Francisco Sá, beneficiando-se do Porto do Mucuripe, construído no final dos anos 1940, e no entorno do qual se instalam a Fábrica de Asfalto de Fortaleza, o Terminal de Gás Butano e os Moinhos de Trigo, caracterizando tal área como de peso significativo na economia do Estado, segmento porto-industrial.

No bojo da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), é instalado no município de Maracanaú o Distrito Industrial de Fortaleza, integrando o Estado a um processo mais dinâmico de produção. Implantado nos anos 1980, para lá converge antigo setor industrial a se modernizar sob os auspícios do FINOR, deixando a zona oeste de Fortaleza esvaziada e empobrecida. A presença em Maracanaú do I Distrito Industrial do Ceará contribuiu para uma forte densidade populacional com a presença de conjuntos habitacionais construídos pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Para Silva e Cavalcante (2000), a citada racionalidade de distribuição no espaço inibiu surgimento de outros pólos industriais no interior. Dos projetos previstos para os municípios de Cariri, Quixadá, Iguatu e Sobral, somente o último atingiu meta desejada. Grosso modo, pode-se afirmar que a modernização e a expansão da indústria nordestina sob os auspícios da SUDENE contribuiu para o crescimento de Fortaleza e para a complexidade de sua estrutura urbana.

A lógica de concentração dos investimentos e dos rendimentos na capital e seu entorno possibilitou a formação de uma classe média cujos projetos de consumo conduzem a práticas implementadas desde o início pelas classes mais abastadas e

associadas à racionalidade do lazer e da recreação. É nestes termos que se constitui, já no pós-1970, forte movimento de ocupação dos municípios litorâneos vizinhos de Fortaleza pelo veraneio (Caucaia e Aquiraz), uma prática anteriormente reduzida à Fortaleza (com incorporação da Praia de Iracema pelo veraneio nos anos de 1930) e cuja ampliação deu-se em virtude do advento do automóvel utilizando-se inicialmente de vias carroçáveis a ligar as comunidades litorâneas às sedes municipais. O veraneio marítimo intensifica o processo de incorporação da zona de praia à tessitura urbana da metrópole em constituição, extrapolando, a partir de então, os limites da cidade de Fortaleza. No concernente ao Brasil dois exemplos podem ser apresentados, o primeiro ocorrido em Maricá-RJ, de 1975 a 1995, (Mello e Vogel, 2004) e o segundo no domínio de Santos (Seabra, 1979), ambos remetendo a transformações ocorridas nas zonas de praia, resultantes, de um lado, de demanda gerada no bojo da metrópole e geradoras, de outro lado, de processo de especulação imobiliária.

Nestes termos, Pereira (2006) desenvolve um estudo recente versando sobre a relação entre a valorização dos espaços litorâneos e a Região Metropolitana Fortaleza (RMF). Pautado em dados do IBGE (1991 e 2001) o referido indica quadro representativo deste fenômeno no Ceará e seu desdobramento com indicação de processo apontando para:

- a) Maior concentração das segundas residências nos municípios litorâneos cearenses: embora apenas 22 dos 184 municípios cearenses sejam litorâneos, 50,18% (32.423) das residências secundárias concentram-se nesta parcela do espaço, distribuídas em Fortaleza (12,30%), no litoral oeste (Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairí, Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Barroquinha, contando com 19,80% das residências secundárias) e leste (Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí, contando com 18,08% das residências secundárias) do Ceará. A relação do número de segundas residências por municípios reforça esta assertiva, ao indicar uma taxa de concentração maior de residências nos municípios litorâneos, com destaque para Fortaleza (7.942,00), seguido do litoral leste (1.460,37) e do litoral oeste (984,46). Tais taxas são bem superiores às do Estado (351,19) e dos demais municípios cearenses (198,74) (Tabela 1.3 – Distribuição das Segundas Residências no Estado do Ceará – 2000).

TABELA 1.3 – Distribuição das Segundas Residências no Estado do Ceará - 2000

Localização	Número de municípios	Total de Segundas Residências 2000(B)	%	B/A
Todo o Estado	184	64620	100	351,19
Litoral Oeste	13	12798	19,8	984,46
Fortaleza	1	7942	12,3	7942
Litoral Leste	8	11683	18,08	1460,37
Demais Municípios Cearenses	162	32197	49,82	198,74

Fonte: Sinopse do Censo de 2000.

- b) Maior concentração na RMF das segundas residências nos municípios litorâneos: na distribuição das segundas residências nos municípios costeiros há volume maior de unidades naqueles localizados próximos a Fortaleza. Aquiraz (2.566 residências secundárias, em 1991, e 4.536, em 2000) no litoral leste (Tabela 1.4 – Número de Segundas Residências nos Municípios da Costa Sol Nascente – Ceará, 1991 e 2000). Caucaia (3.877 residências secundárias em 1991 e 6540 em 2000) e São Gonçalo do Amarante (1.197 residências secundárias em 1991 e 1.822 em 2000) no litoral oeste (Tabela 1.5 – Número de Segundas Residências nos Municípios da Costa Sol Poente – Ceará, 1991 e 2000). Tal dado reforça-se com a inclusão na listagem dos municípios de Eusébio (1.043 residências secundárias, em 2000) e Pindoretama (272 residências secundárias, em 2000), ambos, nos termos indicados por Pereira (2006), dispondo de fortes vínculos com o litoral de Aquiraz, o primeiro com o Porto das Dunas e o segundo com a Praia do Batoque. Do evidenciado, percebe-se na RMF fraca concentração das residências secundárias nos municípios não litorâneos (Horizonte, Itaitinga, Chorozinho, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Guaiuba, com respectivamente, 390, 243, 144, 474, 765, 317, 289 e 144 residências secundárias), perfazendo somente 13% do volume total. Conclui-se, portanto, dispor o espaço litorâneo metropolitano de maior densidade de residências secundárias, englobando os municípios de São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Eusébio e Aquiraz, com 87% do volume das residências secundárias.

TABELA 1.4 – Número de Segundas Residências nos Municípios da Costa Sol Nascente - Ceará, 1991 e 2000

Municípios Costeiros Cearenses Costa Sol Nascente	Distância em relação à Fortaleza (KM)*	Número de Segundas Residências 1991	Número de Segundas Residências 2000
Aquiraz	21,4	2566	4536
Cascavel	51,9	1018	1643
Beberibe	61,1	1416	2342
Fortim	106,9	-	264
Aracati	116,1	1008	1257
Icapuí	158,9	316	326
Total	-	7161	11683

Fonte: Sinopses do Censo 1991 e 2000. IBGE.

*Distância aproximada em linha reta.

TABELA 1.5 – Número de Segundas Residências nos Municípios da Costa Sol Poente - Ceará, 1991 e 2000

Municípios Costeiros Cearenses Costa Sol Poente	Distância em relação à Fortaleza (KM)*	Número de Segundas Residências 1991	Número de Segundas Residências 2000
Barroquinha	287,2	77	161
Camocim	266,8	217	443
Jijoca de Jericoacoara**	226,1	-	174
Cruz	195,5	161	28
Acaraú	192,5	73	284
Itarema	174,1	95	136
Amontada	143,6	161	188
Itapipoca	113	461	703
Trairi	94,7	379	627
Paraipaba	76,4	187	315
Paracuru	64,2	906	1377
São Gonçalo do Amarante	48,9	1197	1822
Caucaia	13,7	3877	6540
Total	-	7791	12798

Fonte: Sinopses do Censo 1991 e 2000. IBGE.

*Distância aproximada em linha reta.

**O município de Jijoca de Jericoacoara foi emancipado do Município de Cruz em 1991.

1.3. A Cidade Face ao Modelo da Globalização Financeira

A lógica de substituição de importações é redimensionada no pós anos 1990, com indicação de novas variáveis de desenvolvimento que redimensionam os níveis de integração da metrópole. Na seqüência evidenciaremos nova lógica de industrialização, pautada na lógica da guerra fiscal, e fenômeno de valorização turística dos espaços litorâneos, norteadas pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE).

Somente no final dos anos 1990, esboça-se o redimensionamento de lógica evidenciada na política de intervenção da SUDENE, com adoção de política de descentralização da indústria para o interior. Nele os setores tradicionais de fiação, tecelagem e calçadista adquirem relevo na lógica de interiorização da indústria (SILVA; CAVALCANTE, 2000), incorporando racionalidade da economia globalizada e que evidencia a chamada guerra fiscal entre os estados brasileiros. A importância do setor na composição do PIB, nos termos apresentados pelo IPLANCE, é crescente, passando de 18,57%, em 1970 para 27,39%, em 1997.

Balanço realizado em 1999 pela Gazeta Mercantil, indica redimensionamento da indústria no espaço. Localizam-se indústrias do setor de: a) alimentos em Aracati, Aquiraz, Barbalha, Barreira, Cascavel, Caucaia, Crato, Eusébio, Forquilha, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Icapuí, Iguatu, Itarema, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Nova Russas, Pacajús, Pacatuba, Pentecoste, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante, Ubajara e Uruburetama; b) auto-peças e material de transporte em Horizonte, Caucaia e Itapajé; c) bebidas e fumo em Aracati, Aquiraz e Pacatuba; d) construção em Caucaia; e) editorial e gráfico em Juazeiro do Norte; e) eletroeletrônico em Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Maracanaú e Maranguape; f) energia em Aquiraz e Pacajús; g) extrativismo vegetal em Chorozinho; h) farmacêutico-higiene em Barbalha, Cariús, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Juazeiro do Norte, Maranguape e Pacatuba; i) informática e telecomunicações em Fortaleza, Horizonte e Maracanaú; j) madeira-móveis-papel em Aquiraz, Caucaia, Crato, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Maranguape, Pacajús e São Gonçalo do Amarante; k) mecânica em Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Missão Velha, Pacajús e São Gonçalo do Amarante; l) metalúrgica em Caucaia, Crato, Eusébio, Fortaleza, Iguatu e Santana do Acaraú; m) não-metálicos em Abajara, Aquiraz, Barbalha, Brejo Santo, Canindé, Caucaia, Cedro, Chorozinho, Crateús, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Nova Olinda e Pindorertama; n) químico e petroquímico em Aracati, Beberibe, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajús, Pacatuba, Quixeramobim, São

Gonçalo do Amarante e Sobral; o) serviços gerais em Eusébio, Fortaleza e Maracanaú; p) siderúrgica em Eusébio, Fortaleza e Maracanaú; q) têxtil e couro em Acarape, Aracati, Aquiraz, Aracoiaba, Barbalha, Brejo Santo, Camocim, Caridade, Cascavel, Canindé, Caucaia, Chorozinho, Crateús, Crato, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Iguatu, Itaitinga, Itapajé, Jaguaruana, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maracanaú, Maranguape, Ocara, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paramoti, Pentecoste, Pindoretama, Russas, Santa Quitéria, Sobral, Tianguá e Umirim; q) turismo em Caucaia.

A implantação de indústrias em outros municípios diversifica quadro de distribuição de indústria no Ceará, entretanto, considerando segmento da Indústria de Transformação (Tabela 6 – Municípios Com Maior Número de Indústrias de Transformação), percebe-se, ainda, a concentração importante em Fortaleza, com 49,8% das indústrias. E, caso consideremos outros dois municípios da RMF (Maracanaú com 2,5% e Caucaia com 2,6%), atinge-se 54,9%, denotando, portanto, peso da Metrópole no delineamento do fenômeno industrial no Ceará.

Torna-se necessário ponderar sobre a tese de descentralização da indústria no Ceará. No concernente à RMF, tem-se um redimensionamento de lógica de urbanização na escala da metrópole, o que implica na realocização da indústria em municípios que a compõem, adquirindo Fortaleza papel preponderante, em função do sistema de vias pautado no transporte rodoviário e convergindo para a zona portuária do Mucuripe e, atualmente, do recém-construído Porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante.

TABELA 1.6 – Municípios Com Maior Número de Indústrias de Transformação

Municípios	Total	%
Ceará	13.998	100
Fortaleza	6.969	49,8
Juazeiro do Norte	675	4,9
Caucaia	354	2,6
Maracanaú	344	2,5
Sobral	326	2,4
Iguatu	261	1,9
Crato	200	1,5
Outros	4.869	34,4

Fonte: IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará – 1997.

A indústria evidencia nível de integração na metrópole esboçado em um sistema de vias pautado nas BR-116 e BR-222 e nas CE 040 e CE 060, fugindo à lógica restritiva, no início do processo de industrialização, ao setor oeste e Fortaleza. Na primeira artéria, há implantação do dinâmico corredor industrial Horizonte-Pacajus, com mais de dez quilômetros ao longo da BR, provocando atração sobre a população da zona rural e de cidades próximas. Na segunda artéria aponta-se para investimento do governo do Estado na implantação do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, o qual atrai investimentos novos. Na terceira artéria tem-se a presença do Eusébio que recebe importantes sedes de indústrias nos últimos anos. Na quarta e última o consolidado complexo industrial de Maracanaú. Tal racionalidade justificaria, em termos, a incorporação, por lei complementar de 29 de dezembro de 1999, dos municípios de Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante à RMF.

Mister do fenômeno de industrialização, associado à concentração na capital de organismos e instituições públicos, forma-se na cidade importante segmento da classe média, cuja distribuição no espaço é mais dispersa do que a das classes mais abastadas e menos abastadas da sociedade local, a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro. Tal dado reforça-se no tempo com implementação de lógica de concentração dos rendimentos a indicar.

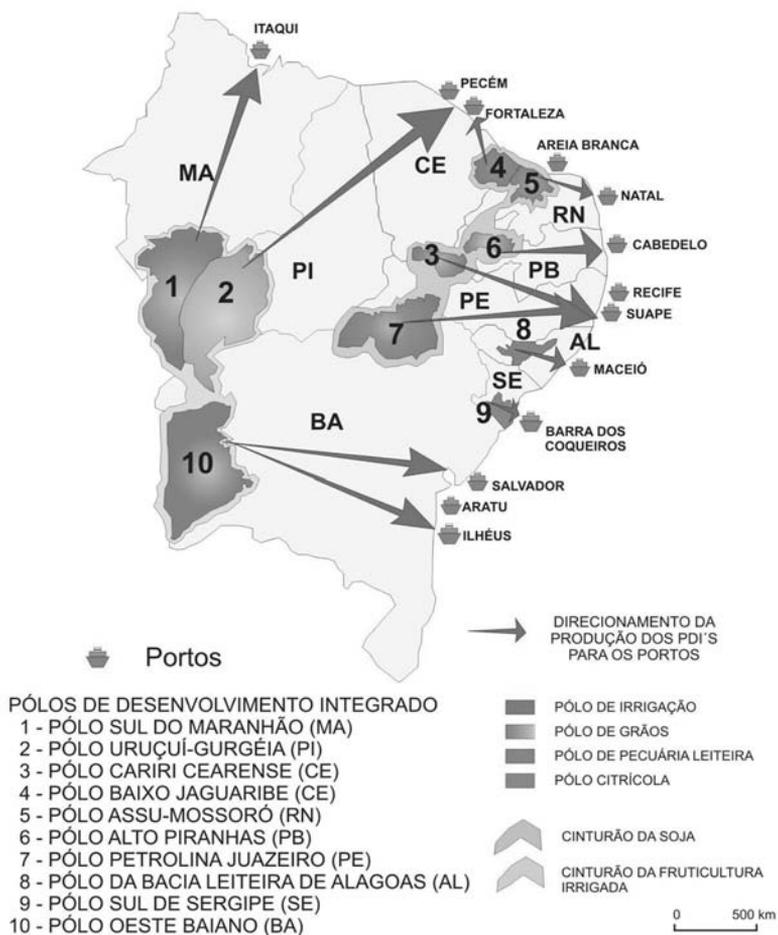
- » Classes mais abastadas – Concentradas em Fortaleza, nos bairros da Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota, Fátima e no eixo da Washington Soares.
- » Classes médias – dispersas no espaço, com participação em áreas nobres, de classe média e popular.
- » Classes menos abastadas – Concentradas em antigas áreas industriais de Fortaleza e nas proximidades dos distritos industriais da Metrópole, em Maracanaú, Pacajus, Horizonte e Aquiraz.

Nesses termos, a aparente perda de funções de Fortaleza não é mais do que o reforço de sua capacidade de comando. A desconcentração verificada comprova a acelerada expansão de sua área de influência, uma seletividade socioespacial. A expansão da Região Metropolitana demonstra um processo combinado de desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole, como também de complexo porto-industrial, corredores de atividade industrial e eixos

litorâneos. Tal racionalidade reforça-se em lógica contemporânea de economia globalizada, associada a atividades ligadas ao agronegócio, lazer e turismo.

A primeira atividade, o agronegócio, consiste em produção não espacializada na RMF (Figura 1.4 – Nordeste do Agronegócio), mas cuja logística de transporte tem implicações diretas na adoção de políticas públicas de descentralização dos portos e construção de aeroportos internacionais: no caso do Ceará, a construção, no início dos anos 2000, de novo aeroporto em Fortaleza e de complexo portuário no município de São Gonçalo do Amarante, município incorporado à região metropolitana em sua última ampliação.

FIGURA 1.4 – Nordeste do Agronegócio.



Fonte: Pinot, 2006

O turismo consiste em elemento potencializador dos espaços litorâneos das metrópoles nordestinas, incorporando as zonas de praia de seus municípios à lógica de valorização turística alicerçada pelo PRODETUR-NE, a partir do final do século XX (anos 1990). A crença nos benefícios do turismo provoca no Nordeste um *boom* turístico, alicerçado por políticas públicas de valorização das zonas de praia e centradas nas capitais, transformadas em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico.

Volume de investimentos aplicados aponta o turismo litorâneo como um dos principais vetores econômicos na Região Nordeste, implicando adoção de políticas econômicas desenvolvimentistas. Percebe-se importante concentração de recursos e investimentos em três Estados (Ceará, Bahia e Pernambuco), implicando em fragmentação da região, (Como indicado na Figura 1.5 – Nordeste Turístico), associado às imagens representativas da maritimidade nas capitais e metrópoles litorâneas nordestinas (DANTAS, 2006).

FIGURA 1.5 – Nordeste Turístico



Fonte: Pinot, 2006

O turismo desponta como um dos principais vetores econômicos da Região. O volume de investimentos aplicados reflete sua importância. A viabilidade da Região Nordeste, como pólo de atração turística, é retratada através dos investimentos direcionados a tal segmento pelo PRODETUR/NE. Financiado com recursos do BID, e tendo o Banco do Nordeste como órgão executor, objetiva dotar e melhorar a infra-estrutura turística (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios da região. Na primeira fase do Programa, entre os anos de 1995 a 2003, foi previsto investimentos da ordem de 900 milhões de reais nos estados nordestinos (Tabela 1.7 – Investimentos do PRODETUR I nos Estados da Região NE), distribuídos diferenciadamente entre os estados, cabendo a maior parcela para a Bahia (300 milhões de reais) e o Ceará (160 milhões de reais), totalizando 51% do volume de recursos totais.

Esse volume de recursos norteou a implantação dos Pólos de Desenvolvimento de Turismo Integrado Sustentável na Região (Ver Figura 5 – Nordeste Turístico): São Luis/MA; Costa do Delta/PI; Ceará Costa do Sol/CE; Costa das Dunas/RN; Costa das Piscinas/PB; Costa dos Arrecifes/PE; Costa Dourada/AL; Costa dos Coqueirais/SE; Salvador e Entorno/BA; Litoral Sul/BA; Costa do Descobrimento/BA; Chapada Diamantina/BA; Vale do Jequitinhonha/MG; Vale Mineiro do São Francisco/MG; Caminhos do Norte/MG; Pólo Capixaba do Verde e das Águas/ES. Na conclusão da primeira fase do PRODETUR/NE, conforme o Relatório Final de Projetos, a distribuição dos investimentos por estado alcançaram, de fato, o montante de US\$ 625,968 milhões (Tabela 1.7 – Valores Aplicados pelo PRODETUR/NE I por Componente e Fonte), superior aos 900 milhões de reais previstos inicialmente. As cifras mais representativas foram direcionadas para a Bahia, US\$ 215,011 milhões, o Ceará, US\$ 141,767 milhões, e o Rio Grande do Norte, US\$ 38,240 milhões.

TABELA 1.7 – Investimentos do PRODETUR I nos Estados da Região NE

Estados	Valor Prodetur (R\$)	Principais Ações	
		Principal Projeto	Valor (investimento privado)
BA	300 milhões	Sauípe	U\$ 200 milhões
CE	160 milhões	-	-
SE	76 milhões	Pólo São Cristovão	U\$ 60.981, 00
		Pólo Litoral Sul	U\$ 22 milhões
		Pólo Litoral Norte	U\$ 200 milhões
MA	74 milhões	-	-
AL	71 milhões	-	-
PE	64 milhões	Pólo de Guadalupe	U\$ 4,1 milhões
PB	54 milhões	Pólo Cabo Branco	U\$ 295 milhões
PI	54 milhões	-	-
RN	47 milhões	-	-
Total	900 milhões	-	-

Fonte: BNDES, 2005.

Na consideração dos valores aplicados por componente e fonte, percebe-se a concentração de investimentos notadamente no quesito aeroportos, seguido de saneamento e transportes, fundantes de infra-estrutura pertinente à consolidação da atividade turística. A reforma e ou ampliação de oito aeroportos, seis localizados nas capitais dos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia com recursos de US\$ 108,681 milhões e 114,774 milhões, local e BID, respectivamente (Figura 1.8 – Valores Aplicados pelo PRODETUR/NE 1 por Componente e Fonte).

TABELA 1.8 – Valores Aplicados pelo PRODETUR/NE 1 por Componente e Fonte

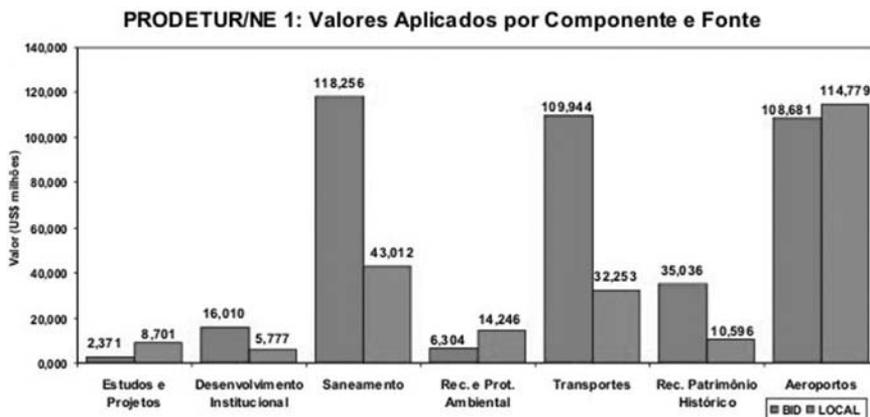
UF	BID	Local	Total (BID + Local)*	(%)
	US\$ (milhões)	US\$ (milhões)		
AL	5,354	1,664	7,018	1
BA	139,506	75,505	215,011	34
CE	88,339	53,428	141,767	23
MA	26,599	14,345	40,944	7
Maceió	22,258	14,092	69,634	6
PB	19,997	12,786	32,783	5
PE	30,763	11,212	41,975	7
PI	8,849	12,274	21,123	3
RN	22,333	15,907	38,24	6
SE	32,604	18,153	50,757	8
Total	396,602	229,366	625,968	100

(*) Somente aplicações nos componentes, compreendendo recursos do BID e da Contrapartida Local.

Fonte: BNB, 2005.

Neste contexto, a construção de aeroportos, reforma de aeroportos e criação de aeroportos internacionais (somando-se aos aeroportos internacionais já consolidados de Salvador e de Recife), associada à construção de vias litorâneas (Estruturante/CE, RN-063/RN, SE-100/SE, BA-001 Ilhéus-Itacaré), culminou no fortalecimento de lógica de organização do espaço dispare da reinante até então. De lógica perpendicular à zona de praia, baseada no porto e na ferrovia, convidando o sertão a se abrir para o mar, tem-se, na contemporaneidade, implantação de lógica paralela apoiada nos aeroportos e vias litorâneas, tornando possível recepção e distribuição dos fluxos turísticos nos municípios costeiros. As capitais se destacam neste processo, concentrando os fluxos e distribuindo-os ao longo de sua área de influência. Reforça-se, na atualidade, a idéia da “vocação turística” do Nordeste, repercutindo em embates no sentido de atrair investimentos e reforçar ideário marítimo. De estados de natureza interiorana, apresenta-se, na atualidade quadro delineado de novas imagens associadas ao mar e ao marítimo, no fortalecimento de teses representativas da maritimidade e suscitadoras de embates entre as capitais, ao pretenderem se instituir como marítimas, no sentido de atrair fluxo turístico cada vez maior.

FIGURA 1.6 – Valores Aplicados pelo PRODETUR/NE 1 por Componente e Fonte.



Fonte: BNB (2005).

Tal transformação é empreendida a partir da capital, cidade litorânea marítima que se justifica na descoberta do turismo como atividade rentável. Apresenta-se, nestes termos, a metáfora da Cidade do Sol, propagada pelos governantes nordestinos e pleiteada por cidades como Fortaleza e Natal.

Ao ser indicada a atividade turística como mola motriz das transformações empreendidas nas cidades litorâneas, demonstra-se, na atualidade, fragilidade de tese indicativa da indústria (secundário) como regente de lógica de organização territorial dos espaços litorâneos (MORAES, 1999). Fragilidade reforçada ao apreender-se dinâmica econômica de cidades como o Rio de Janeiro, sempre “dependente do setor terciário local” (RIBEIRO, 2001).

A exemplo do ocorrido no caso do veraneio, a atividade turística no Estado materializa-se sobremaneira nos espaços litorâneos, correspondendo, conforme SETUR (1998), a 72% do fluxo turístico, seguido das regiões sertanejas e serranas com, respectivamente, 24% e 3,7%. Na citada região, as seis maiores destinações situam-se, grosso modo, próximas à capital, com exceção de Aracati e Jijoca de Jericoacoara, sites além da faixa dos 100km de distância em relação à Fortaleza, ponto de recepção e de distribuição do fluxo turístico no Ceará. Dentre eles os municípios costeiros pertencentes à RMF são indicados nos anos de 1998, 1999 e 2000, com destaque para Caucaia, sempre classificado como primeira destinação turística, seguido de Aquiraz, o qual se posiciona na faixa de 3° a 4°

lugares, e São Gonçalo do Amarante sito do 5° ao 6° lugar. Nos anos seguintes, de 2001 a 2005, Caucaia só perde o primeiro lugar uma vez, para Aracati (2003), recuperando-o nos anos seguinte; Aquiraz atinge sua pior classificação em 2002 (5° lugar), chegando em 2005 à sua melhor classificação (2° lugar), logo após Caucaia; São Gonçalo sai do rol das seis maiores destinações, certamente em virtude de sua especialização crescente como pólo portuário (Porto de Pecém) (Tabela 1.9 – Ranking das 6 Maiores Destinações Turísticas do Ceará (1998-2005)).

TABELA 1.9 – Ranking das 6 Maiores Destinações Turísticas do Ceará (1998-2005)

Ano	Posição	Município	Fluxo	Ano	Posição	Município	Fluxo
1998	1	Caucaia	174.761	2002	1	Aracati	151.926
	2	Aracati	72.132		2	Caucaia	122.084
	3	Aquiraz	67.508		3	Jericoacoara	113.945
	4	Beberibe	64.272		4	Beberibe	96.989
	5	São Gonçalo	26.356		5	Aquiraz	68.502
	6	Jericoacoara	45.419		6	Paraipaba	24.417
1999	1	Caucaia	160.260	2003	1	Aracati	143.095
	2	Aracati	109.649		2	Caucaia	142.087
	3	Beberibe	105.716		3	Beberibe	125.964
	4	Aquiraz	101.221		4	Aquiraz	107.321
	5	Jericoacoara	45.419		5	Jericoacoara	106.817
	6	São Gonçalo	19.434		6	Paraipaba	27.208
2000	1	Caucaia	122.741	2004	1	Caucaia	230.817
	2	Aracati	98.192		2	Aracati	177.679
	3	Aquiraz	91.544		3	Beberibe	136.165
	4	Beberibe	78.759		4	Aquiraz	88.840
	5	Jericoacoara	35.288		5	Jericoacoara	74.725
	6	São Gonçalo	19.434		6	Paraipaba	32.381
2001	1	Caucaia	147.122	2005	1	Caucaia	281.415
	2	Aracati	83.404		2	Aquiraz	194.600
	3	Beberibe	80.813		3	Aracati	170.695
	4	Aquiraz	68.381		4	Beberibe	142.176
	5	Jericoacoara	44.551		5	Jericoacoara	100.236
	6	Paraipaba	25.902		6	Paraipaba	48.231

Fonte SETUR, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

1.4. Tendências de Transformação da RMF

Podemos concluir que, na apreensão da estrutura produtiva da RMF no tempo, apreendem-se, grosso modo, quatro vetores representativos da lógica de transformação da metrópole, cujo núcleo dos fluxos ainda é a capital (SMITH, 2001; BERNAL, 2004) e constitui quatro vetores.

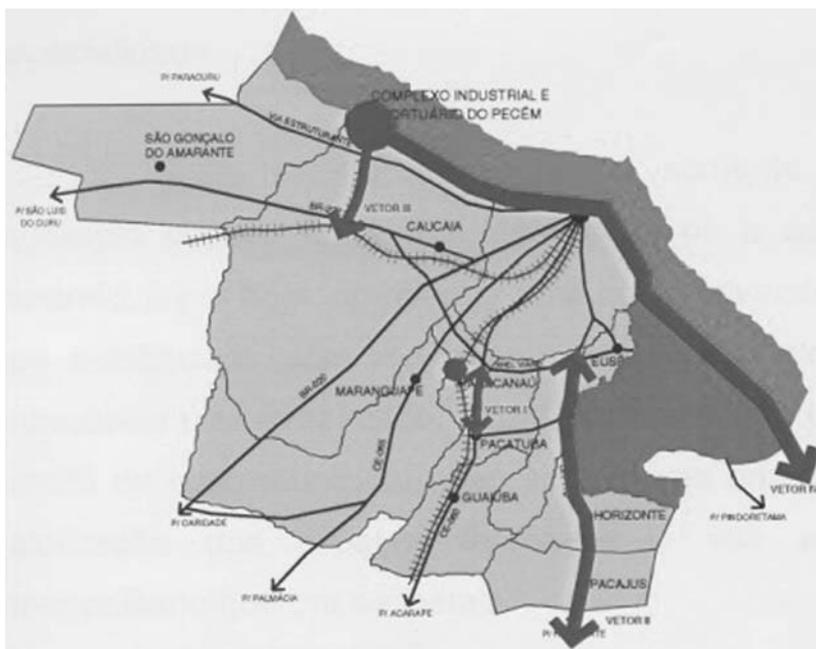
O primeiro vetor, de espacialidade mais antiga, refere-se ao pólo de Maracanaú, cujo processo de industrialização promovido pela SUDENE, notadamente incentivos fiscais como o 3418, implicou no estabelecimento de distritos industriais e de conjuntos habitacionais.

O segundo materializa-se ao longo do eixo da BR-116, consoante da política de realocização da indústria iniciada nos anos 1980 e cujo desdobramento encampa os municípios de Horizonte, Pacajus, Itaitinga e Eusébio.

O terceiro direciona-se para a faixa litorânea oeste, caracterizando como um fenômeno diverso, associado: à construção de conjuntos habitacionais no município de Caucaia, com vistas a receber populações de baixa renda deslocadas da capital (BERNAL, *op. cit.*), no entorno da BR-020 e próximo à Fortaleza ao atendimento de demanda de espaços de lazer, recreação e, a partir dos anos 1990, de turismo na faixa de praia, implicando na incorporação do litoral de Caucaia à lógica de valorização dos espaços litorâneos pelo veraneio marítimo (PEREIRA, 2006) e pelo turismo litorâneo (DANTAS, 2002), sem esquecer, ainda, transformação gradativa deste espaços em área de moradia principal; à instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, associado à lógica de reestruturação produtiva do espaço, pautada no agronegócio.

O quarto e último vetor aponta para a porção leste da metrópole, envolvendo os municípios de Eusébio e Aquiraz em lógica de urbanização litorânea associada ao veraneio marítimo, ao turismo litorâneo e mais recentemente ao fenômeno de transformação gradativa destas áreas em *locus* de primeira residência.

FIGURA 1.7 – Vetores de Expansão da RMF



Fonte: Adaptado PDDU Aquiraz.

FIGURA 1.8 – Integração Metropolitana



Fonte: NASA, Google Earth.

Nos termos supracitados, a Região Metropolitana de Fortaleza experimenta transformações rápidas, com mudanças substanciais em sua estrutura e fisionomia urbana. No Estado, a dinâmica dos processos econômico-sociais, alcançada nos últimos 30 anos decorrentes de recursos oriundos de agências regionais de desenvolvimento, registrou marcas significativas no espaço da Região Metropolitana de Fortaleza, sem romper sobremaneira com a excessiva centralidade exercida por Fortaleza sobre o conjunto metropolitano e que se expressa com maior nitidez a partir de ligações rodoviárias. A rádio-concentricidade de seu sistema viário original mantém forte influência na distribuição da população e dos principais núcleos de prestação de serviços. A intensidade desse processo provocou a duplicação das rodovias que partem da cidade em relação ao interior. São visíveis os sintomas de melhoria da qualidade da circulação ao longo desses corredores de atividade e de adensamento. Eles ampliam a ação do município pólo e reforçam sua centralidade.

As diversas transformações apontadas evidenciam as diferenças internas no interior do território do espaço metropolitano. As evoluções internas desses espaços, nos casos brasileiro, nordestino e cearense adquiriram formas e intensidade variadas. O incremento industrial pós-1960, via incentivos fiscais da SUDENE, alterou a fisionomia do que viria ser a Região Metropolitana de Fortaleza. A instalação de um Distrito Industrial, segundo as regras do planejamento econômico vigente na época, contrapõe-se ao Setor Industrial da Francisco Sá, inserido na malha da cidade de Fortaleza em sua porção oeste. A Zona Industrial da Francisco Sá, como é conhecida popularmente, de crescimento espontâneo, sem planejamento, insere-se de forma conflituosa na trama da cidade. Inserido em novo contexto histórico da expansão urbana da cidade, conforme os preceitos do planejamento, o Distrito Industrial de Fortaleza foi criado em 1964, em Maracanaú, antigo distrito de Maranguape, emancipado em 1984. A instalação e transferência de indústrias mais poluidoras fomentaram o crescimento daquele distrito garantindo a dinâmica e expansão da economia cearense. Para o espaço metropolitano incipiente nos idos dos anos 1960, com raras manchas de ocupação, excetuando os pequenos núcleos tradicionais, o Distrito Industrial vai promover no desenrolar de uma série de políticas, grandes alterações no arranjo socioespacial metropolitano. Na fase inicial, o Distrito Industrial atravessou um período de sérias dificuldades para se firmar. O quadro infra-estrutural incompleto, como abastecimento irregular de água, retardou o adensamento demográfico em seu entorno. A partir dos anos

1970, inicia-se a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo das Linhas Tronco Sul (Maracanaú) e Norte (Caucaia) do Setor de Trens Suburbanos da Rede Ferroviária Nacional – RFFSA e nas imediações do Distrito Industrial. O somatório de políticas voltadas à descentralização ganhou grande expressão e se consolidou com a construção desses grandes conjuntos habitacionais, inicialmente nos limites Sul e Sudoeste de Fortaleza, no início dos anos 1970, e, em Maracanaú, Pacatuba e Caucaia, nos anos 1980.

Afora esses municípios, os demais não sofreram mudanças significativas em sua estrutura interna. Guaiuba, o mais isolado, integrou-se a RMF, devido ao seu desmembramento do Município de Pacatuba. Dos municípios da área em estudo é o que possui maiores características do mundo rural. Euzébio, desmembrado de Aquiraz, deu uma arrancada em seu crescimento e conheceu uma pujança ímpar, a partir da instalação da Fábrica Fortaleza, pastificio do grupo M. Dias Branco. A conjugação da emancipação municipal com a instalação da Fábrica Fortaleza favorece a consolidação do antigo distrito em município. Atualmente, vários condomínios de luxo aí se instalam. Aquiraz, se analisada a partir de sua sede, aparenta pouca alteração em sua fisionomia urbana. Na verdade, o crescimento do município é praticamente periférico, sendo seu litoral extremamente dinâmico para as atividades de turismo e lazer. Porto das Dunas, Prainha e Iguape, são algumas das localidades bem conhecidas. A primeira é expressiva pelo volume de capital empregado no setor de entretenimento, lazer e turismo. Importante também é a expansão e melhoramento da malha viária municipal.

Como já citado, na constituição da RMF, a lógica de identificação dos municípios que a compõem segue critérios marcadamente institucionais, sendo os municípios integrantes da metrópole indicados por legislação própria, sem considerar a existência ou não de indicativos da coesão metropolitana. Nestes termos, congregam-se à metrópole: os municípios fortemente integrados, com níveis médio, alto e muito alto de integração, sites próximos do pólo metropolitano; os municípios com níveis mais fracos de integração, trazendo para a unidade institucionalizada, como nos lembra Moura (2006) para o caso brasileiro, “municípios praticamente à margem dos processos peculiares do fenômeno urbano do aglomerado”.

TABELA 1.10 – Indicadores para Identificação da Condição Social dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros - 2000

Municípios	Número de pessoas pobres ¹	Número de domicílios carentes ²	Número de domicílios deficientes ³	IDH-M ⁴	ICH ⁵	Taxa de Pobreza ⁶	Índice de pobreza	Índice de condições sociais	Classe	Nível de integração na dinâmica da aglomeração
Aquiraz	35.386	8.583	3.727	0,67	0,406	56,52	0,415	0,411	Muito Ruim	Baixa
Caucaia	135.509	19.886	19.058	0,721	0,64	54,1	0,459	0,549	Ruim	Alta
Chorozinho	12.930	3.440	1.042	0,633	0,176	69,12	0,309	0,242	Muito Ruim	Baixa
Eusébio	19.930	3.678	2.740	0,684	0,379	63,27	0,367	0,373	Muito Ruim	Média
Fortaleza	713.087	58.421	160.907	0,786	0,832	33,3	0,667	0,75	Média	Pólo
Guaiúba	14.171	2.847	1.572	0,652	0,384	71,27	0,287	0,336	Muito Ruim	Baixa
Horizonte	19.885	3.714	4.215	0,679	0,268	58,885	0,412	0,34	Muito Ruim	Média
Itaitinga	17.650	2.510	4.059	0,68	0,688	60,41	0,396	0,542	Ruim	Média
Maracanaú	85.067	7.711	14.672	0,736	0,754	47,33	0,527	0,64	Ruim	Muito Alta
Maranguape	52.211	9.257	3.224	0,691	0,574	59,24	0,408	0,491	Muito Ruim	Baixa
Pacajus	25.918	6.013	3.893	0,678	0,318	58,81	0,412	0,365	Muito Ruim	Média
Pacatuba	28.929	3.497	3.952	0,717	0,736	55,96	0,44	0,588	Ruim	Alta
São Gonçalo do Amarante	25.314	5.106	1.936	0,639	0,48	71,09	0,289	0,385	Muito Ruim	Média

Fonte: IBGE, METRODATA, PNUD.

Notas:

- 1 - São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal per capita até 1/2 salário mínimo
- 2 - Domicílio carente é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo)
- 3 - Domicílio Deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente.
- 4 - IDH-M - Índice de Desenvolvimento Municipal
- 5 - ICH - Índice de carência Habitacional
- 6 - A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total.

O município de Maracanaú apresenta-se como único município com nível de integração muito alto. Esta posição justifica-se na implantação de distrito industrial nos idos dos anos 1980, seguido da construção de conjuntos habitacionais, pensados para abrigar população de trabalhadores da indústria implantada. Entretanto, o déficit habitacional no pólo acaba por impor transferência de população para Maracanaú em níveis mais importantes do que a indústria que a motivou, gerando movimentos pendulares representativos do aumento gradativo da integração do município à dinâmica da aglomeração. O dinamismo de Maracanaú se expressa em posição destacada em diversos indicadores: segundo lugar no total de operações bancárias-financeiras em 2003 (R\$ 124.841.728,78, contra R\$ 11.432.383.795,63 de Fortaleza), e no total de empregos formais em atividades de ponta em 2002 (1.640 contra 1.7342 de Fortaleza), só perdendo para o pólo e Caucaia no quesito massa de rendimento mensal em 2000 (R\$ 23.322.024 contra R\$ 32.369.401 de Caucaia e R\$ 656.767.993 de Fortaleza). Tal dado é reforçado com sua inclusão como segundo PIB mais importante (R\$ 1.797.798,00), correspondendo a 10,14% do PIB total do espaço urbano.

Os municípios de Pacatuba e Caucaia se destacam com níveis de integração alto. O primeiro, Pacatuba, beneficia-se da expansão das indústrias e dos conjuntos habitacionais concentrados inicialmente em Maracanaú. Associado a Maracanaú apresenta-se como cortar um dos dois núcleos a atingir quatro pontos, juntamente com Caucaia, em análise pautada em indicadores da dinâmica da urbanização e de funções e geração de renda. Tal beneficiamento, por se constituir em espaço contíguo da zona de expansão da indústria no eixo voltado para Maracanaú, implica na constituição de grau de dependência, externado nos indicadores de funções e geração de renda, com PIB de R\$ 188.027 (1,06 do total), abaixo do notado em municípios com níveis de integração médio e baixo: médio – Eusébio (R\$ 474.285), Horizonte (R\$ 400.163), Pacajus (R\$ 309.791); baixo – Maranguape (R\$ 307.849) e Aquiraz (R\$ 301.935).

O segundo, Caucaia, se destaca, grosso modo, em virtude de duas variáveis, uma resultante da política de construção de conjuntos habitacionais e outra associada à valorização dos espaços litorâneos pelo lazer, recreação, veraneio e turismo. Neste município, o antigo BNH, nos idos dos anos 1980, empreendera lógica de construção de conjuntos habitacionais para responder ao déficit habitacional notado em Fortaleza. Tal racionalidade tem implicações diretas no aumento do contingente populacional dos municípios, atingindo atualmente a segunda população do Estado, com população estimada,

em 2004, de 294.284 mil habitantes. Política iniciada no final dos anos 1980, início dos 90, reforça constituição das zonas de praia de Caucaia em espaços privilegiados do veraneio e do turismo, dado que começa a mudar de tônica nos últimos anos com indicação de lógica de transformação de antigos espaços do veraneio em *locus* de primeira residência, aumentando, conseqüentemente, fluxo entre o município e o pólo. Os desdobramentos incidem em indicadores como: total de operações bancárias-financeiras (2003), ocupando a terceira classificação (R\$ 60.968.260,06); massa de rendimento mensal (2000), ocupando a segunda posição (R\$ 32.369.401) e ultrapassando Maracanaú (R\$ 23.322.024); total de empregos formais, atividades de ponta, na quinta posição (537), perdendo para municípios como Maracanaú (1.640), Eusébio (857) e Aquiraz (571). Conseqüentemente o município concentra a terceira maior massa do PIB na metrópole, R\$ 852.846 contra R\$ 1.797.798 de Maracanaú e R\$ 12.884.125 de Fortaleza, e correspondendo a 4,81% do PIB total do espaço urbano.

Os municípios com nível de integração médio na metrópole médio correspondem a Eusébio, Horizonte, Pacajus, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante.

O primeiro, Eusébio, merece destaque. Sua posição privilegiada, limítrofe com o pólo e compondo o vetor direcionado a Aquiraz, no eixo da CE-040 e do vetor de realocização da indústria, no sentido da BR-116, apresentam-no como inserido em lógica de realocização da indústria na metrópole e associado ao veraneio rural, classicamente desenvolvida nessa região (com tendência a se constituir em *locus* de primeira residência), e a fluxos direcionados aos espaços litorâneos, notadamente à região praiana de Aquiraz. Consistindo em movimento de incorporação mais recente do que os municípios de Maracanaú e Caucaia, os resultados dos indicadores de integração na dinâmica da aglomeração não se apresentam nos mesmos níveis. Entretanto alguns deles denotam importância do município em foco por se tratar: do quarto PIB na metrópole (R\$ 474,285, correspondendo a 2,67% do valor total), suplantando de longe Pacatuba (R\$ 188.027), município tido como de nível de integração alto; do terceiro município, no tocante ao total de empregos formais em atividades de ponta, perfazendo 857, somente abaixo de Maracanaú (nível muito alto) e de Fortaleza (pólo) com, respectivamente, 1.640 e 17.342; daquele que dispõe da segunda maior taxa de crescimento da população total no interstício 1991-2000, no valor de 4,94, perdendo unicamente para Horizonte, com 7,06.

O segundo, Horizonte, insere-se em lógica característica da realocização da indústria na metrópole, envolvendo também o terceiro, e quarto municípios, Pacajus e Itaitinga, todos no eixo viário da BR 116. Deles, é Horizonte que se destaca, participando de 2,26% do PIB total no espaço urbano, perdendo tão somente para o pólo (72,66%), Maracanaú (10,14%), Caucaia (4,81%) e Eusébio (2,67%) e suplantando o núcleo de alto nível de integração de Pacatuba (1,06%).

Pacajus vem em seguida, com 1,75%, e Itaitinga com participação pequena (0,32%), somente acima dos municípios com baixo nível de integração de Chorozinho (0,21%) e Guaiuba (0,20%). Horizonte também se destaca no quesito total de empregos formais em atividades de ponta, com índice de 444, bem acima de Pacajus (109) e Itaitinga (49).

O quinto, São Gonçalo do Amarante, insere-se, na contemporaneidade, em lógica de ordenação do espaço associada à reestruturação produtiva do campo, tendo recebido, em 2000, complexo portuário e industrial que justificou sua inserção na metrópole. O quesito porto é fundamental em sua classificação como núcleo de nível de integração médio na metrópole, dado destoante dos indicadores da dinâmica da urbanização e, no tocante aos indicadores de funções e geração de renda, do PIB e sua conseqüente participação no volume total do PIB do espaço urbano. Seu perfil aproxima-se mais dos municípios de baixo nível de integração. Nele o percentual de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, 68,44%, só encontra-se acima de Guaiúba (63,98%) e Chorozinho (60,42%), perdendo para Maranguape (77,51%) e Aquiraz (77,91%). Tal dado reforça-se também no número de empregos formais em atividades de ponta, totalizando nove, bem mais próximo dos 0 (zero) empregos gerados em Chorozinho e Guaiuba, do que dos 32 empregos gerados no município de Pacatuba, ou ainda mais dos 571 gerados em Aquiraz e 295 em Maranguape, ambos tidos como de baixo nível de integração. Tal dado reforça-se na participação do município no PIB, a quarta mais baixa da metrópole, 0,49%, seguido de Itaitinga (integração média, com 0,32%), Chorozinho (integração baixa, com 0,21%) e Guaiúba (integração baixa, com 0,20%). Dada à implantação recente do porto, os vetores de modernização ainda não implicaram em transformação substancial da tipologia do município, enquadrado na implementação da metodologia de classificação do observatório das metrópoles como rural.

No último nível de classificação, a baixa, encontram-se os municípios de Aquiraz, Maranguape, Guaiuba e Chorozinho.

O primeiro, Aquiraz, embora classificado como de nível de integração baixo, destaca-se no concernente ao total de empregos formais em atividades de ponta, ocupando a quarta posição com 571 empregos gerados e acima de municípios de nível de integração alto, como Caucaia (537) e Pacatuba (32), e médio, como Horizonte (444), Pacajus (109) e São Gonçalo do Amarante (9). Tal dado verifica-se em virtude de sua inserção à lógica de valorização dos espaços litorâneos pelo turismo, implicando na constituição de empreendimentos turísticos no município em foco e cujo desdobramento tem implicações diretas no volume de emprego formal. Outro fenômeno em marcha é o da constituição do veraneio marítimo, tradicionalmente praticado nesta área, em residencial, com a construção de diversos empreendimentos voltados a atendimento de demanda crescente de pessoas desejosas em morar na praia.

O segundo, Maranguape, dispõe de características que o qualificam como área predominantemente rural, diferenciando-se do terceiro, Guaiuba, e do quarto, Chorozinho, por ter sido incorporado à metrópole há mais tempo e dispor, conseqüentemente de quadro já consolidado e que implica em participação do município no PIB total do espaço urbano na ordem de 1,74%, bem próximo dos mesmos níveis de municípios como Aquiraz (nível baixo, com 1,70%) e Pacajus (nível médio, com 1,75%) e acima de Pacatuba (nível alto, com 1,06%), São Gonçalo do Amarante (nível médio, com 0,49%), Itaitinga (nível médio, com 0,32%) Chorozinho (nível baixo, com 0,21%) e Guaiúba (nível baixo, com 0,20%). Outro elemento de diferenciação é o relativo à criação de empregos formais, num total de 295 empregos, acima dos 0 (zero) empregos gerados em Chorozinho e Guaiúba, bem como nos municípios de Pacajus (109), Itaitinga (49), Pacatuba (32) e São Gonçalo do Amarante (9). Grosso modo, são os municípios do nível de integração baixo, a dispor das menores taxas de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas: Maranguape (77,51%), Guaiuba (63,98%) e Chorozinho (60,42%).

À guisa de conclusão pode-se afirmar no que concerne aos diversos níveis de integração na dinâmica da metrópole que:

- » com exceção de Pacatuba, pode-se afirmar que: os níveis de integração maiores no aglomerado são percebidos nos municípios vizinhos, com histórico de integração antigo com o pólo, Maracanaú e Caucaia; há coincidência quanto ao nível de integração e o índice de desenvolvimento humano do município

(IDH-M), constante nos indicadores para identificação da condição social dos grandes espaços urbanos brasileiros (2000), Maracanaú com nível alto possui o segundo maior IDH da metrópole (0,736), seguido dos municípios com índices altos, Caucaia (IDH – 0,721) e Pacatuba (IDH – 0,717).

- » os municípios classificados como de níveis de integração médios inserem-se em duas racionalidades, uma de natureza mais antiga e associada à relocação da indústria na metrópole e outra à transferência da atividade portuária do pólo. O único a dispor de inserção mais diversa é Eusébio, cuja posição estratégica em relação ao pólo e a zona de praia de Aquiraz, o qualifica, além de zona industrial, como área de veraneio em transição para residencial e direcionada a segmentos das classes mais abastadas da sociedade.
- » os municípios classificados como de níveis baixos de integração representam, sobremaneira, municípios com forte participação da atividade rural, diferenciando-se os com indicadores alterados em virtude da inserção a longo tempo, no caso de Maranguape, e associado, também, à racionalidade de incorporação dos espaços litorâneos pelo empreendedores do turismo e imobiliário, no tocante a Aquiraz.

Na perspectiva do nível de integração apresentado entre os municípios componentes da RMF, mesmo não sendo tão significativos os impactos decorrentes da incorporação de novos municípios, a referida ampliação da área apresenta forte efeito político-administrativo, sem provocar, entretanto, grande alteração quanto à expressão da RMF sobre o total do Estado do Ceará.

Referências Bibliográficas

ABREU, José Capistrano de. Sobre a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XIII, Fortaleza, 1899.

_____. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960.

ABREU, Maurício de Almeida. *A apropriação territorial no Brasil colonial*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa ; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALMEIDA, Manuel Esteves de. Registro de memória. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 1, Fortaleza, 1887.

ALVES, Joaquim. História das secas (séculos XVII a XIX). Mossoró: Col. Mossoroense, vol. CCXXV, 1982.

ANDRADE, Francisco Alves de. Geografia ativa do pastoreio. *Revista do Instituto do Ceará*, v.93, Fortaleza, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

BERQUE, Augustin. *Les raisons du paysage*. Paris: Éditions Hazan, 1995.

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

BRAGA, Renato. Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste. *Revista do Instituto do Ceará*, t.LXI, Fortaleza, 1947.

BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em 1810*. Fortaleza: 1979.

_____. *O Ceará - lado cômico*. Fortaleza: 1900.

_____. A Capitania do Ceará: seu comércio. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 24, Fortaleza, 1910.

CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.

_____. *La logique des villes - essai d'urbanologie*. Paris: LITEC, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Cidades Litorâneas Marítimas Tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B da; LIMA, LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C.. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira* 2. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 79-89.

_____. Construção da imagem turística de Fortaleza. *MERCATOR: revista de Geografia da UFC*, ano 1, n.1, Fortaleza, 2002a.

_____. *Mar à vista : estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002b

_____. *Fortaleza et le Ceará. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive : de la découverte à la mutation touristique contemporaine*. Paris, Tese de doutorado, 2000.

DENIS, Jean-Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

FERNANDES, Yaco. *Notícias do povo cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977.

FERREIRA, João de Souza. América abreviada. *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, t.57, Rio de Janeiro, 1693.

FIGUEIRA, Luís. *Relação do Maranhão. Três documentos do Ceará Colonial*, Introduction, notes et commentaires de Thomaz Pompeu Sobrinho. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

FONSECA, Humberto José. Urbanismo renascentista: a construção do espaço colonial (o caso de Salvador). *Con(s)ciência: revista cultural, técnica e científica*, n. 4, Vitória da Conquista, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1944.

GIRÃO, Raimundo, Interpretação de Fortaleza. In: MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo (org.). *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1954.

_____. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: UFC, 1997.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GONZALES, Henrique. Versão livre de carta de Mathias Becke sobre o Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XCI, Fortaleza, 1977.

KOSTER, Henry. *Voyage dans la partie septentrionale du Brasil*. Paris: Imp. Defain, 1818

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Principes de géographie humaine*. Paris: Éditions UTZ, 1995.

LEBLANC, Vincent. *Les voyages fameux du Sieur Vincent Leblanc*. Traduction de Doria Escragnole. *Revista da Academia Cearense de Letras*, t. 17, Fortaleza, 1912.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade*. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

MARTINIERE, Guy; VIDAL, Laurent. *Les européens et la mer au XVIII^{ème} siècle*. Paris: Éditions Ophrys, 1997.

MENEZES, José Cezar de. Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, rios e povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos e rendimentos reaes. In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995.

MENEZES, Luís Borba Alardo de. Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 11, Fortaleza, 1897.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo : HUCITEC, 1999.

MORENO, Martim Soares, Relação do Ceará. Document publié et corrigé par Barão de Studart. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva-Assis Bezerra, 1905.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAULET, Antonio José da Silva. Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XII, Fortaleza, Typographia Studart, 1898.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. *Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará-Brasil: Fortaleza em Aquiraz*. Dissertação de Mestrado em Geografia da UFC. Fortaleza: 2006 157p.

SILVA, José Borzacchiello da. *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. *A Cidade Contemporânea no Ceará*. In: *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2000.

SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia. Atlas Escolar, Ceará: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: GRFSET, 2000.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de Comunicação do Ceará Colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, t.LI, Fortaleza, 1957

STUDART, Barão de (org.). Documentos para a história de Martim Soares Moreno. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva-Assis Bezerra, 1905.

_____. *Notas para a história do Ceará*. Lisboa: 1892.

STUDART, Guilherme. Azevedo de Montauray e seu Governo no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, v. 5, n.1, 1891.

TOLLENARE, L. F. *Notes dominicales, prise d'un voyage en Portugal et au Brasil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971-1973.

VASCONCELOS, Pedro. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In : CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa ; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

2. Dinâmica de Crescimento Populacional: O Efetivo. A Densidade. O Crescimento Geométrico.

Segundo o Censo de 2000, Fortaleza é a 4ª maior cidade brasileira em termos de população e comanda a 6ª maior região metropolitana do Brasil totalizando, em 2000, uma população de 2.984.689 habitantes. Nela está concentrada 53,4% da população urbana do Estado do Ceará, sendo a capital, Fortaleza, responsável por 46,5% deste total.

O crescimento geométrico anual da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, no período intercensitário 1991/2000, foi da ordem de 2,4% ao ano. Nas áreas urbanas cresceu 2,5% ao ano, contra apenas 0,75% nos espaços rurais. No município de Fortaleza, 100% urbano, a taxa de crescimento registrou queda no período 1991/2000 em relação à década anterior, passando de 4,3% para 2,15% ao ano, apresentando-se abaixo da média da RMF. Superaram Fortaleza, em termos de crescimento geométrico de população, os municípios de Horizonte (7,1%), Eusébio (4,9%), Caucaia (4,7%), Pacajus (3,7%) e Aquiraz (3,0%). Os municípios de Maranguape e São Gonçalo do Amarante apresentaram crescimento aproximado ao da Capital, 2,3% e 2,2%, respectivamente. Tiveram crescimento inferior a Fortaleza, Chorozinho (2,1%), Maracanaú (1,5%) e Guaiúba (1,4%). Pacatuba apresentou uma taxa negativa de crescimento geométrico (-1,7%) o que pode ser explicado pelo desmembramento do Distrito de Itaitinga que deu origem ao município do mesmo nome.

Em relação à população rural, observa-se que apenas Aquiraz, Caucaia, Pacajus e Maranguape apresentaram crescimento positivo. Nos demais municípios da RMF as áreas

rurais tiveram crescimento geométrico negativo apesar de nelas as taxas de fecundidade e natalidade serem mais elevadas. O decréscimo não corresponde à efetiva evasão da população rural, devendo-se, em parte, à mudança da delimitação entre espaços rurais e urbanos. Áreas definidas como rurais na década anterior foram classificadas como urbanas no período entre 1991 e 2000, muitas vezes por critérios administrativos não prevalecendo a consideração sobre alterações no uso do solo ou no tipo de atividade desenvolvida por seus habitantes.

Tiveram taxa de crescimento negativo de sua população rural, Guaiúba (-6,1%), Pacatuba (-3,6%) (certamente em virtude do desmembramento de dois de seus distritos), Horizonte (-3,1), Maracanaú (-3,0) e Chorozinho (-2,1).

TABELA 2.1 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento - 1991 e 2000

Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização			Taxa geométrica de crescimento 2000/1991			
	Total			Situação do domicílio			1991	2000	1991	2000	Total	Urb.	Rural
	1991	2000	1991	2000	1991	2000							
							Urbana	Rural					
Aquiraz	46.305	60.469	40.772	54.682	5.533	5.787	88.1	90.4	3.0	3.3	0.5		
Caucaia	165.099	250.479	147.601	226.088	17.498	24.391	89.4	90.3	4.7	4.9	3.8		
Chorozinho	15.492	18.707	4.299	9.469	11.193	9.238	27.7	50.6	2.1	9.2	-2.1		
Eusébio	20.41	31.5	20.41	31.5	-	-	100.0	100.0	4.9	4.9	-		
Fortaleza	1,768,637	2,141,402	1,768,637	2,141,402	-	-	100.0	100.0	2.1	2.1	-		
Guaiúba	17.562	19.884	10,048	15,611	7,514	4,273	57.2	78.5	1.4	5.0	-6.1		
Horizonte	18,283	33,79	10,786	28,122	7,497	5,668	59.0	83.2	7.1	11.2	-3.1		
Itaitinga		29,217		26,546		2,671		90.9					
Maracanaú	157,151	179,732	156,41	179,17	741	562	99.5	99.7	1.5	1.5	-3.0		
Maranguape	71,705	88,135	51,954	65,268	19,751	22,867	72.5	74.1	2.3	2.6	1.6		
Pacajus	31.8	44.07	22.65	34.301	9.15	9.769	71.2	77.8	3.7	4.7	0.7		
Pacatuba	60,148	51,696	53,626	47,028	6,522	4,668	89.2	91.0	-1.7	-1.4	-3.6		
São Gonçalo do Amarante	29,286	35,608	17,999	22,077	11,287	13,531	61.5	62.0	2.2	2.3	2.0		
Total	2,401,878	2,984,689	2,305,192	2,881,264	96,686	103,425	96.0	96.5	2.4	2.5	0.75		

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000. (Metrodata)

Sobre o crescimento populacional diferenciado entre os municípios é possível levantar hipóteses. A redução do ritmo de crescimento da Capital pode refletir, entre outros motivos, a valorização do solo urbano e a especulação imobiliária que afastam para os limites dos municípios vizinhos as populações de baixa renda; as políticas públicas habitacionais que geram a multiplicação de conjuntos habitacionais populares nas zonas periféricas à capital e a realocação das indústrias na RMF que, estimuladas pelos benefícios fiscais e pela implantação de equipamentos urbanos, transferiram-se ou situaram-se em municípios vizinhos a Fortaleza.

O Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste, FME, passível de ser aplicado apenas em áreas localizadas após 30 km de distância das capitais, muito contribuiu para a implantação de indústrias em municípios próximos a Fortaleza, em especial no município de Horizonte que, além de fazer limite com Fortaleza, ocupa uma posição estratégica dispondo-se de forma linear, ao longo da BR-116, que liga a capital cearense à região Sudeste do Brasil.

Nos municípios costeiros, a valorização dos espaços litorâneos propiciou a urbanização associada ao veraneio e ao turismo, e, mais recentemente, a transformação de residências de veraneio em residências principais, a exemplo do ocorrido em Aquiraz e Caucaia.

A população do município de Fortaleza que, em 2000, totalizou 2.141.402 habitantes representa 71,74% da população da RMF (2.984.689 hab). São também representativos os municípios de Caucaia com 250.749 habitantes, Maracanaú com 179.732 habitantes e Maranguape com 88.135 habitantes, correspondendo respectivamente, a 8,40%, 6,02% e 2,95% da população da RMF. Esses municípios, incluindo Fortaleza, concentram 89,11% da população metropolitana (Tabela 2).

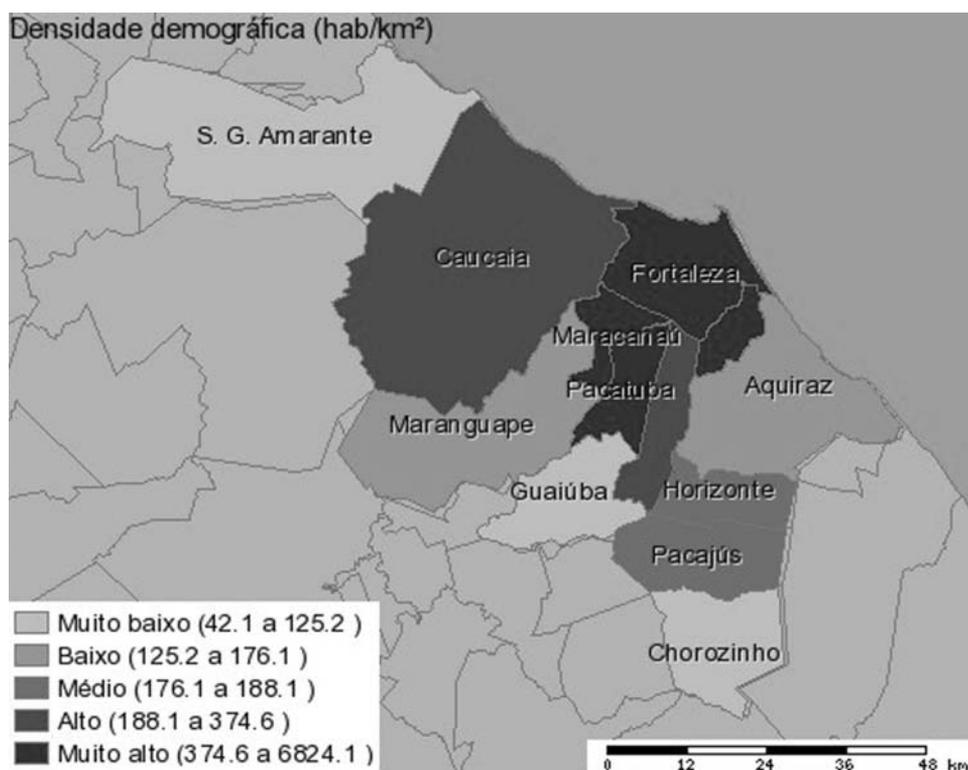
A taxa de urbanização da RMF (96,5%) é superior à do Estado do Ceará (71,5%). Nessa região, encontram-se municípios com população exclusivamente urbana como Fortaleza e Eusébio, e municípios com população urbana abaixo da média do Ceará como São Gonçalo do Amarante (62%) e Chorozinho (50,6%). Na média, a taxa de crescimento urbana é superior à rural (respectivamente 2,5% e 0,75%).

No que se refere ao crescimento da população rural, merece destaque Caucaia, com taxa de 3,8% ao ano, seguido de São Gonçalo do Amarante (2,0%) e Maranguape (1,6%). Todos os municípios tiveram aumento da taxa de urbanização, destacando-se Horizonte

e Chorozinho, cuja população urbana passou, respectivamente de 59% e 27,7% em 1991 para 83,2% e 50,6% em 2000 (Tabela 2). Estes dois últimos tiveram incremento de sua indústria em especial a partir do aumento de incentivos para a implantação de empresas localizadas fora da capital.

A densidade demográfica mais elevada ocorre no município de Fortaleza, com 6.824,1 habitantes por km², seguindo-se o município de Maracanaú, com 1.822,8 hab/km². Os demais apresentam densidade abaixo da média metropolitana (599,8 hab/km²), variando de 403,8 hab/km² em Eusébio a 42,1 hab/km² em São Gonçalo do Amarante.

FIGURA 2.1 – Mapa da Densidade Demográfica



2.1. Fecundidade. Mortalidade Infantil. Expectativa de Vida

Na década de 90 ocorreu redução da taxa de fecundidade em toda a RMF. Este fenômeno acompanha a tendência nacional e pode ser entendido como resultado, entre

outros fatores, da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, das políticas de planejamento familiar e do aumento das taxas de escolarização e de urbanização.

No caso específico da RMF, não existe uma relação uniforme entre a taxa de urbanização e a taxa de fecundidade. Enquanto Fortaleza, com 100% de urbanização, e Maracanaú, com 99,7%, apresentam menores taxas de fecundidade, respectivamente 2,16 e 2,62 filhos por mulher na faixa reprodutiva, Euzébio e Pacatuba também com elevadas taxas de urbanização (100% e 91%), apresentam altas taxas de fecundidade, 3,47 e 3,11 filhos por mulher na faixa considerada. Chorozinho e Guaiuba, com as menores taxas de urbanização, correspondendo a 50,6 e 78,5 têm as maiores taxas de fecundidade, 3,54 e 3,24 filhos por mulher, respectivamente.

São Gonçalo do Amarante apresentou uma variação atípica dentro da Região. Em 1991, esse município tinha a maior taxa de fecundidade da RMF na faixa considerada de 5,16 filhos por mulher. Em 2000, com a menor taxa de urbanização, 62,0%, apresentou a maior queda na fecundidade, que passou a ser de 2,53 filhos por mulher, maior apenas do que a de Fortaleza e a de Pacajus. Levanta-se a hipótese que esta alteração pode estar relacionada à implantação na década do Complexo do Porto de Pecém, que ocupa o 12º lugar no Brasil em fluxo de mercadorias, com todas as alterações nas relações sociais e no comportamento que a implantação de equipamentos de grande porte ocasiona nos lugares.

Em termos mais gerais, a hipótese para a queda da fecundidade e da natalidade na RMF está ligada ao aumento de taxas de urbanização, ao incremento da industrialização, as migrações inter e intra-municipais. Entretanto, é ainda muito alta a incidência de mães jovens. O fenômeno pode estar associado ao incremento das rodovias nas zonas urbanas, de crescimento linear, mais sujeitas inclusive à exposição de crianças e jovens à prostituição infanto-juvenil. Há um elevado percentual de mulheres entre 10 e 17 anos com filhos, destacando-se, em 2000, os municípios de Guaiuba (18,22%), Itaitinga (14,17%), Maranguape (13,04%), Horizonte (12,37%), Aquiraz (12,22%) e Pacajus (11,25%). As menores taxas estão em Pacatuba (6,59 %) e Chorozinho (4,04 %).

TABELA 2.2 – Taxa de Fecundidade e Porcentagem de Adolescentes com Filhos

Município	Taxa de fecundidade total, 1991	Taxa de fecundidade total, 2000	% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 2000	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 1991	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000
Aquiraz (CE)	3,87	3,04	0,58	12,24	11,64
Caucaia	3,69	3,02	0,42	7,27	9,29
Chorozinho	4,58	3,54	1,01	4,38	4,04
Eusébio	4,02	3,47	0,3	8,14	10,03
Fortaleza	2,49	2,16	0,35	4,98	8,01
Guaiúba	4,12	3,24	0,88	6,75	17,34
Horizonte	4,37	3	0	4,18	12,37
Itaitinga	4,56	2,98	0	7,21	14,17
Maracanaú	3,47	2,62	0,08	6,56	9,06
Maranguape	3,42	2,76	0,34	9,83	12,7
Pacajus	2,96	2,45	0,28	8,21	11,07
Pacatuba	3,9	3,11	0,96	9,01	6,59
S. G. Amarante	5,16	2,53	0,37	7,51	9,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003

Observa-se uma elevação da esperança de vida ao nascer para a Região, em média, de 61,96 anos em 1991 para 68,34 anos em 2000. Todos os municípios tiveram elevação da esperança de vida, entretanto suas posições sofreram alterações no período intercensitário. Fortaleza, que segundo o censo de 1991 ocupava a primeira posição, com uma esperança de vida ao nascer de 65,95 anos (seguida por Guaiúba com 64,09 e Maracanaú com 63,95), passou para a quinta posição em 2000, com uma esperança de vida, ao nascer, de 69,63 anos, superada por Pacatuba com esperança de vida de 70,59 anos (em 1991 ocupava a 4ª posição, com uma expectativa de vida de 63,68 anos), por Caucaia que pelo último censo ficou com 70,83 anos, quando em 1991 era de 62,90 a esperança de vida ao nascer de sua população, por Maracanaú com 70,59 anos (em 1991, tinha expectativa de 63,95 anos) e por Guaiúba com 69,87 (64,09 em 1991). A menor esperança de vida ao nascer, nos dois censos, foi do município de São Gonçalo do Amarante, respectivamente 58,34 anos e 65,36 anos. A diferença entre o município de melhor posição e o pior colocado no ranking, diminuiu, passando de 7,61 anos em 1991, para 5,53 anos em 2000.

A maior variação ocorreu em Caucaia cujo aumento da esperança de vida ao nascer no período considerado foi de 7,98 anos seguido por Maranguape com uma variação no mesmo período de 7,92 anos. Fortaleza apresentou a menor variação, 3,68 anos, bem

menor do que o penúltimo colocado, Guaiúba, com aumento de 5,78 anos, entre 1991 e 2000, na esperança de vida ao nascer.

Uma avaliação posterior pode tentar encontrar explicações para o fato da cidade que detém a melhor infra-estrutura de serviços da RMF apresentar uma expectativa de vida menor do que a de municípios mais pobres, com população de menor renda e escolaridade. Talvez a incidência de mortalidade ocasionada por fatores como criminalidade e violência e a grande quantidade de população habitando favelas situadas em áreas de risco ou insalubres, sem serviços de água, esgoto, e em moradias pequenas e aglomeradas contribua com os resultados alcançados pela capital.

Em relação à mortalidade infantil, observou-se queda acentuada para toda a RMF. A mortalidade até um ano passou em média de 62,60/mil, em 1991, para 36,79/mil, em 2000. O município que apresentou a maior queda foi o de Eusébio que tinha uma mortalidade de 71,47/mil até um ano, em 1991, e passou para 41,94/mil, em 2000. São Gonçalo apresentou a segunda maior queda de mortalidade infantil no período, de 78,08/mil passou para 50,06/mil. Fortaleza que apresentava o menor índice de mortalidade infantil em 1991, 47,11/mil, em 2000 ficou com a quinta colocação (34,57/mil), superado por Pacatuba, que tem o menor índice de mortalidade infantil da Região (30,32/mil), Caucaia (30,50/mil), Maracanaú (31,29/mil) e Guaiúba (33,62/mil).

Com relação à mortalidade até cinco anos de idade, em 2000 o menor índice foi igualmente de Pacatuba (47,94/mil), seguida por Caucaia (48,22/mil) e por Maracanaú (49,45/mil). Fortaleza deteve o quinto menor índice, 54,59/mil. A maior mortalidade para esta faixa de idade é a do município de São Gonçalo do Amarante (119,25/mil) seguido por Chorozinho (114,81/mil).

Os índices de mortalidade infantil para a RMF estão acima dos aceitos pela Organização Mundial de Saúde e refletem as más condições de vida, particularmente de habitação e de escolaridade ainda existentes na Região. A existência de grande população de baixa renda e a ausência de políticas públicas mais efetivas direcionadas a melhoria da qualidade de vida e de assistência às famílias, em especial as que têm crianças de pouca idade, são os responsáveis pela, ainda, elevada incidência da mortalidade infantil.

A probabilidade de sobrevivência até os 60 anos cresceu na região, passou, em média, de 67,64%, em 1991, para 78,45%, em 2000. A melhor posição foi a do município

de Pacatuba. Segundo o censo de 2000, 82,50% de sua população tinha probabilidade de viver até os 60 anos. Caucaia, com 82,42% da população com chance de chegar aos 60 anos ocupava o segundo lugar. Fortaleza que detinha melhor posição em 1991 passou para a quinta posição em 2000, com 80,44% de sua população com probabilidade de alcançar os 60 anos de idade. (Tabela 2.3).

TABELA 2.3 – Probabilidade de Sobrevivência

Município	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos, 1991	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos, 2000	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos, 1991	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos, 2000
Aquiraz (CE)	82,48	88,31	65,63	77,11
Caucaia	85,12	91,31	69,88	82,42
Chorozinho	80,83	85,77	63,1	72,88
Eusébio	81,63	88,31	64,31	77,11
Fortaleza	87,37	90,22	73,73	80,44
Guaiúba	86,31	90,48	71,89	80,91
Horizonte	82,95	88,24	66,37	76,99
Itaitinga	82,85	88,31	66,21	77,11
Maracanaú	86,17	91,1	71,65	82,03
Maranguape	83,38	89,85	67,04	79,79
Pacajus	82,95	88,24	66,37	76,99
Pacatuba	85,9	91,36	71,19	82,5
S. G. Amarante	80,16	86,25	62,09	73,67

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003

TABELA 2.4 – Esperança de Vida ao Nascer, Mortalidade Infantil

Município	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Mortalidade até os 5 anos de idade, 1991	Mortalidade até os 5 anos de idade, 2000	Mortalidade até os 1 ano de idade, 1991	Mortalidade até os 1 ano de idade, 2000
Aquiraz (CE)	60,41	67,48	104,05	65,86	67,72	41,94
Caucaia	62,9	70,83	87,27	48,22	56,43	30,5
Chorozinho	58,93	64,88	114,81	81,17	75,04	52
Eusébio	59,64	67,48	109,58	65,86	71,47	41,94
Fortaleza	65,95	69,63	73,25	54,59	47,11	34,57
Guaiúba	64,09	69,87	79,79	53,05	51,45	33,62
Horizonte	60,84	67,41	101,04	66,27	65,69	42,21
Itaitinga	60,75	67,48	101,69	65,86	66,12	41,94
Maracanaú	63,95	70,59	80,67	49,45	52,03	31,29
Maranguape	61,24	69,16	98,32	56,72	63,85	35,99
Pacajus	60,84	67,41	101,04	66,27	65,69	42,21
Pacatuba	63,68	70,89	82,36	47,94	53,16	30,32
S. G. Amarante	58,34	65,36	119,25	78,22	78,08	50,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003

2.2. Estrutura por Sexo e Idade. Envelhecimento da População.

Prevalece na RMF a população feminina que corresponde a 52,41% do total. (Tabela 2.4). Na faixa etária de até sete anos, o maior percentual é do sexo masculino, 50,85%, respeitando a tendência natural que é a de maior números de nascimentos de meninos. Na faixa dos oito aos quatorze anos os homens ainda são numericamente superiores na Região, representando 50,23% do total. A redução da proporção masculina nestas faixas indica uma maior mortalidade infantil entre os meninos. Na faixa seguinte, de 15 a 24 anos, que representa 29,90% da população total, já se eleva para 52% a população feminina. Na faixa etária dos 25 a 45 anos que representa 30,84% da população regional, 53,37% são mulheres. Este percentual feminino sobe para 55,40% na faixa dos adultos maduros de 45 a 65 anos e para 59,71% na faixa dos maiores de 65 anos. O predomínio feminino é explicado principalmente pela maior longevidade das mulheres. As migrações, que em décadas anteriores eram o principal motivo do desequilíbrio numérico entre os sexos com a saída predominante dos homens jovens do Nordeste em busca de emprego em outras regiões brasileiras, não é mais a principal explicação para o fenômeno, tanto pela redução da saída destas populações para regiões mais favorecidas como pelo maior equilíbrio nas migrações de homens e mulheres.

TABELA 2.5 – População da RMF por Sexo e Faixas Etárias

Tipo	População RMF - Total (100%)					
	Total		Homem		Mulher	
	Val.	%	Val.	%	Val.	%
0 a 7 anos	493.760	16,55	251.056	50,85	242.704	49,15
8 a 14 anos	433.980	14,55	217.971	50,23	216.009	49,77
15 a 24 anos	623.393	20,9	299.129	47,98	324.264	52,02
25 a 45 anos	930.173	30,84	429.039	46,63	491.134	53,37
46 a 65 anos	378.311	12,68	168.742	44,6	209.569	55,4
65 anos ou mais	133.678	4,48	53.863	40,29	79.815	59,71
Total	2.983.295	100	1.419.800	47,59	1.563.495	52,41

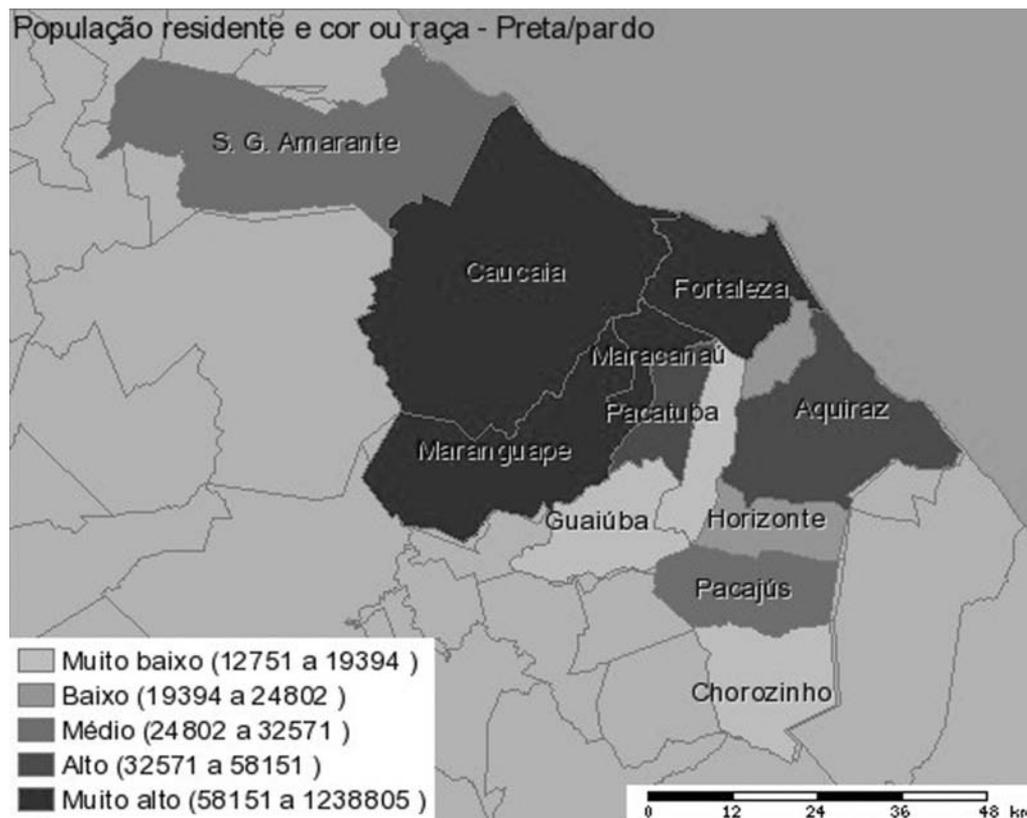
Fonte: METRODATA, 2005

2.3. Distribuição Segundo a Cor Negra/Parda

O Ceará não possuiu um grande contingente de escravos negros na época da colonização, conseqüentemente o Estado não se caracteriza pela presença de uma população de origem visivelmente negra. Os tons pardos prevalecem na aparência de seus habitantes. Traços indígenas são facilmente identificados nos corpos, nas faces, na estatura de sua gente.

Os dados sobre a distribuição da população por cor pelos municípios da RMF, revelam que Fortaleza e parte de Eusébio, onde se localizam as populações de maior renda, além de parte dos municípios de Pacatuba, Itaitinga, Horizonte e Pacajus, concentram a menor proporção de declarantes negros e pardos da região metropolitana. Nos municípios mais distantes da capital que apresentam grandes espaços rurais está localizada a maior parcela da população que se declara negra/parda da RMF.

FIGURA 2.2 – Mapa da Distribuição da População Segundo a Cor (Negros e Pardos) –Municípios



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

A Tabela 2.5 indica que predominam na RMF, os declarantes negros e pardos (59,8%) em relação aos que se identificam como brancos (39,3%). Os municípios que apresentam as mais altas incidências de declarantes brancos são Pacajús (41,8%) e Fortaleza (41,3%). Com a maior participação de negros e pardos estão São Gonçalo do Amarante (69,7%) e Chorozinho (68,2%).

TABELA 2.6 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Cor ou Raça e a Distribuição da População Segundo a Cor ou Raça

População Total	População residente e cor ou raça			Distribuição da população segundo a cor ou raça sobre a população total (%)		
	Cor ou raça ¹			Branca	Preta/pardo	Outros
Branca	Preta/pardo	Outros ²				
60,469	19,433	40,234	802	32.1	66.5	1.3
250,479	82,249	164,781	3,448	32.8	65.8	1.4
18,707	5,576	12,751	380	29.8	68.2	2.0
31,5	11,644	19,394	462	37.0	61.6	1.5
2,141,402	884,113	1,238,805	18,485	41.3	57.9	0.9
19,884	6,699	13,074	110	33.7	65.8	0.6
33,79	12,799	20,806	186	37.9	61.6	0.5
29,217	9,747	18,973	497	33.4	64.9	1.7
179,732	62,68	115,453	1,599	34.9	64.2	0.9
88,135	29,516	58,151	468	33.5	66.0	0.5
44,07	18,428	25,086	556	41.8	56.9	1.3
51,696	18,38	32,571	745	35.6	63.0	1.4
35,608	10,36	24,802	446	29.1	69.7	1.3
2,984,689	1,171,623	1,784,882	28,184	39.3	59.8	0.9

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000. (Metrodata)

(¹) Refere-se apenas a população que declarou a cor ou raça.

(²) Está incluso a categoria ingorado.

É conhecida historicamente a participação na RMF de população indígena que, entretanto, os dados da tabela não revelam. Há presença de índios Pitaguary, nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, de índios Jenipapo-Kanindé, no município de Aquiraz e dos índios Tapebas no município de Caucaia.

capítulo 3

3. Dimensão Econômica da MetrÓpole

Como característica das metrÓpoles nordestinas, Fortaleza se destaca pela atividade comercial, tendo os serviçOs da distribuiçÓo um peso bastante significativo na PopulaçÓo Economicamente Ativa (PEA), assim como os serviçOs pessoais. Os empreendimentos industriais no Nordeste sÓo voltados principalmente para o atendimento de demandas nacionais de bens intermediários, sendo os centros urbanos fortemente integrados ao nÓcleo dinâmico da economia localizados no Sudeste. Em todo o Nordeste, em geral as atividades industriais têm pouco peso relativamente aos serviçOs. Só a metrÓpole de Fortaleza é que ainda emprega cerca de 24% da PEA, enquanto em Salvador este percentual baixou de 27,6% para 17,6% e em Recife, de 27,2% para 17,2%, entre o inÍcio dos anos 80 e o fim da dÓcada de 90 (BERNAL, 2004).

As transformaçÓes estruturais que vEm ocorrendo em Fortaleza a partir dos anos 80 apontam para uma tendênciA similar ao que ocorre nas outras metrÓpoles, nÓo se tendo firmado como cidade tipicamente industrial, porêM avançado como cidade terciarizada. Conforme Smith (1994), esta tendênciA de Fortaleza nÓo é explicada por um crescimento do denominado setor informal, mas por uma taxa elevada de crescimento de unidades comerciais e de serviçOs, bem como pela expansÓo da economia interna das firmas presentes. Para o economista, a urbanizaçÓo recente de Fortaleza remete à forma como a cidade polariza suas funçÓes mercantis, inclusive importadora, exportadora e financeira, abrangendo um espectro regional muito forte com os Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, aléM dos municÍpios interioranos e da regiÓo metropolitana. Nestes municÍpios, as estruturas de abastecimento e fornecimento recorrem fortemente às fontes de suprimento localizadas tanto na área central como na Central de Abastecimento em Maracanaú. Assim, as redes distribuidoras de abastecimento nÓo operariam nas áreas periféricas nem

nos municípios da região metropolitana, ocasionando um processo de intermediação que obedece a uma rota que passa necessariamente por Fortaleza. Como decorrência deste processo, a dinâmica econômica da cidade estaria voltada para a terciarização, sendo que a área industrial vai cada vez mais se descentralizando em direção aos outros municípios da região metropolitana, principalmente Maracanaú, Caucaia e Euzébio, cidades que crescem industrialmente, mas continuam dependentes do abastecimento e suprimento de serviços em geral e especializados através de Fortaleza.

Nos anos mais recentes, com o crescimento do turismo e das atividades de entretenimento em Fortaleza, é fácil verificar que este grupo de atividades vem apresentando considerável crescimento de sua participação no produto real. Uma questão importante a considerar é que o crescimento do terciário em Fortaleza não aponta para a modernização da cidade, nos padrões do que está ocorrendo nas cidades globais, mas uma mera acomodação das atividades econômicas aos movimentos do capital financeiro especulativo.

O fortalecimento do terciário é uma tendência apresentada mundialmente pelas economias metropolitanas. A reestruturação produtiva e a informacionalização das economias capitalistas, a partir dos anos 70, contribuíram para mudanças radicais na estrutura do emprego e do mercado de trabalho (CASTELLS, 1999). Uma tipologia de reagregação dos serviços elaborada por Bernal (2004) permitiu obter alguns pontos de uma série histórica de dados sobre a estrutura produtiva da metrópole de Fortaleza com base na ocupação dos setores produtivos, onde analisou os anos de 1981, 1989, 1995 e 1999.

Conforme o estudo, nestas duas décadas selecionadas, a agricultura perdeu participação no emprego, a indústria manteve-se relativamente estável a partir de 1989, ocupando cerca de 24% da PEA e os serviços cresceram como setores geradores de postos de trabalho, passando de 67% da PEA no início dos anos 80, para 73% no final da década de 90.

No setor secundário, é a indústria tradicional que lidera a ocupação, mantendo-se estável, em torno de 12% da PEA ao longo das duas últimas décadas. A indústria dinâmica ainda é fraca em termos dos postos de trabalho que oferece, apresentando tendência de um leve crescimento de 3,2% para 3,5% entre 1981 e 1999. Enquanto isto, as outras indústrias, que refletem o peso da construção civil e da extrativa mineral, vêm decrescendo de 12% para 8% sua participação na PEA durante aqueles 20 anos.

A ocupação no setor terciário é de maior significância nos serviços pessoais, que cresceram de 24,5% para 25,1% nas duas últimas décadas, e nos serviços de distribuição, que cresceram de 20,8% para 23,8% no mesmo período; os serviços de apoio à produção, embora menos significativos, vêm crescendo de 5,7% para 7,6% na ocupação total da RMF. A desagregação destes grupos de atividades permite detectar uma grande preponderância dos serviços do comércio especializado em lojas, serviços domésticos e de reparação e conservação de bens na estrutura do emprego na metrópole de Fortaleza. Entretanto, o crescimento mais notável do terciário acontece nos serviços de comércio ambulante, hospedagem e alimentação, serviços de administração, limpeza e vigilância e serviços técnico-profissionais e de incorporação de imóveis. Isto denota um crescimento da estrutura do emprego no que diz respeito às atividades ligadas ao turismo, aos negócios imobiliários e ao chamado setor informal, onde cresce a participação de vendedores ambulantes e biscateiros.

A metrópole de Fortaleza experimentou desde a segunda metade dos anos 80 um processo de industrialização induzido pela guerra fiscal e pela precarização do trabalho, fenômeno que tem contribuído para um dinamismo econômico, embora não se tenham observado mudanças significativas na sua estrutura produtiva e no padrão do emprego. A evolução da ocupação em Fortaleza, no período 1981 a 1999, aponta para uma permanência da participação do emprego industrial, ao mesmo tempo em que decresce o emprego rural e cresce o emprego no setor de serviços em todos os ramos.

Bernal (2004) constata que apesar do crescimento e da modernização da indústria cearense, a maior parte da população ocupada ainda exerce atividades ligadas à indústria e aos serviços tradicionais, embora cresçam em ritmo maior os empregos nos serviços considerados modernos. Neste caso, o processo de industrialização tardia e de crescimento do terciário, experimentado pela metrópole de Fortaleza nos anos 1990, confere a ela um dinamismo econômico que a coloca em destaque como metrópole periférica, devido à sua localização privilegiada perante os fluxos comerciais e turísticos emitidos a partir dos Estados Unidos e da Europa, que se operam como resultado de uma estratégia de atração de capitais movida pelo Estado.

A terceirização, entretanto, não expressa um padrão de modernização como ocorre nas cidades mundiais, como reflexo da globalização financeira, mas como impactos da abertura comercial no início dos anos 90, que criaram as condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo e a expansão da indústria tradicional.

Do ponto de vista da economia real da RMF, Fortaleza ainda é o grande núcleo produtivo do Estado, mesmo quanto às atividades primárias de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, que detém 318 estabelecimentos dos 467 de toda a região metropolitana. A indústria de transformação também se concentra em Fortaleza, com 6.378 estabelecimentos; em segundo lugar vem Maracanaú (377), que concentra o primeiro distrito industrial da RMF, e em seguida vem Caucaia (327), Maranguape (164) e Eusébio (135) (Tabela 3.1). Embora Horizonte e Pacajus tenham uma proporção menor de estabelecimentos industriais em relação a estes, é importante salientar que grande parte das indústrias calçadistas, alimentares e outras que chegaram ao Ceará, atraídas pelos incentivos fiscais, financeiros e infra-estrutura, durante os anos 90, fincaram suas bases nestes municípios. A tendência de pólo concentrador do núcleo da RMF quanto à construção civil, ao comércio e às empresas de alojamento/alimentação é a mesma, com destaque para o município de Fortaleza.

Com respeito ao movimento financeiro, observamos mais uma vez a predominância do núcleo da metrópole. Fortaleza detém 133 das 158 agências bancárias da RMF e movimenta um total de 218,6 milhões de reais em operações de crédito por ano, em valores correntes de 2000. O segundo município de maior importância financeira é Maracanaú, cidade onde se localiza o primeiro distrito industrial do Ceará, com sete agências bancárias e movimentando cerca de 5,7 milhões de reais por ano. A poupança gerada no município de Fortaleza atinge 190,6 milhões de reais, enquanto em Maracanaú é de apenas 1,7 milhão de reais, quase o mesmo patamar do município de Maranguape e Pacajus. O caso de Caucaia é mais significativo, tendo apenas quatro agências bancárias, movimenta uma poupança de 2,3 milhões de reais por ano, superior à de Maracanaú. (Tabela 3.2).

TABELA 3.1 – Número de Estabelecimentos e Empresas por Ramo de Atividade – 2000

Municípios	Agricultura, pecuária, e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Prod. distribuição de energia e água	Construção	Comércio e reparação de veículos pessoais	Alojamento	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermed. financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	Administração pública e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços pessoais e
Aquiraz	25	3	5	52	2	16	426	69	10	2	80	2	7	3	98
Caucaia	28	2	13	327	2	51	1.853	134	23	6	169	2	65	17	133
Chorozinho	4	-	-	27	-	2	163	4	1	-	-	2	1	-	23
Eusébio	10	-	4	135	-	60	287	17	28	17	165	2	14	7	30
Fortaleza	266	52	49	6.378	22	2.021	32.958	3.485	1.368	632	7.966	66	1.437	1.194	3.372
Guaiúba	7	-	-	7	-	3	112	7	4	2	5	1	16	-	25
Horizonte	12	-	-	64	-	16	259	17	7	-	18	1	5	3	8
Itaitinga	2	-	6	32	-	9	209	13	6	-	9	1	3	1	9
Maracanaú	12	-	7	377	-	56	1.665	71	38	64	106	3	60	17	196
Maranguape	14	1	-	164	-	19	703	31	21	11	28	4	21	13	96
Pacajus	12	-	-	85	-	11	456	26	8	23	12	2	11	6	29
Pacatuba	7	-	4	39	-	14	249	5	2	1	36	2	7	2	37
São Gonçalo	9	1	-	34	1	5	335	49	6	1	14	1	5	9	24
Total RMF	408	59	88	7.721	27	2.283	39.675	3.928	1.522	759	8.608	89	1.652	1.272	4.080
RMF s/ Fort.	142	7	39	1.343	5	262	6.717	443	154	127	642	23	215	78	708

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2001.

TABELA 3.2 – Agências de Bancos e Movimentação Bancária nos Municípios da RMF - 2002

Municípios	Número de Agências	Operações de Crédito (R\$ milhões)	Depósitos à vista - governo (R\$ milhões)	Depósitos à vista - privado (R\$ milhões)	Poupança (R\$ milhões)	Depósitos à prazo (R\$ milhões)	Obrigações por Recebimento (R\$ milhões)
Aquiraz	1	199	36	158	438	67	0
Caucaia	4	2.257	34	1149	2.355	299	2
Chorozinho	-	-	-	-	-	-	-
Eusébio	1	639	80	438	338	22	0
Fortaleza	133	318.670	2.688	93.542	190.601	536.341	1.396
Guaiúba	-	-	-	-	-	-	-
Horizonte	1	110	4	66	188	0	0
Itaitinga	-	-	-	-	-	-	-
Maracanaú	7	5.786	1.763	1.429	1.718	1.785	3
Maranguape	4	1.996	39	554	1.720	419	0
Pacajus	3	2.026	42	539	1.628	214	5
Pacatuba	2	454	35	212	429	10	0
São Gonçalo	2	321	29	84	356	31	0
Total	158	332.458	4.749	98.172	199.772	539.188	1.407
RMFs/ Fortaleza	25	13.788	2.061	4.630	9.171	2.847	11

Fontes: Banco Central do Brasil, Registros Administrativos 2003

Com respeito às receitas financeiras, as cidades núcleos das regiões metropolitanas, em geral, se auto-financiam com receitas próprias – IPTU, ISS e ITBI. Entre as transferências, destaca-se a do ICMS como a maior transferência, devido ao intenso movimento econômico em seus territórios. As transferências da União, como SUS (saúde) e FUNDEF (educação) também podem ser expressivas para o desempenho financeiro destes municípios. Nas cidades metropolitanas de menor porte, a transferência de ICMS é a fonte mais expressiva de recursos, assim como as fontes setoriais (SUS e FUNDEF)¹.

Em 2003, dentre as receitas, destacam-se as provenientes de FPM, Fundef e SUS, que representavam 35% da receita total de Fortaleza (R\$ 1.231.110,00), em confronto com as receitas próprias, em torno de 16%.

Como regra geral, o município pólo da RMF diferencia-se substancialmente dos demais municípios de sua região metropolitana em receitas próprias, devido à sua

1 Garson, Ribeiro, 2004

base tributária mais pujante, mas também ao maior esforço de arrecadação. Entre os municípios núcleo, podem ocorrer também substanciais diferenças, como na comparação da receita tributária própria *per capita* entre Recife e Fortaleza. Em 2002, o PIB *per capita* de Recife era 77% superior ao de Fortaleza. Em 2003, a receita tributária própria *per capita* de Recife (R\$ 242,00) era 157% superior à de Fortaleza (R\$ 94,00). Quando se agrega, a receita própria à devolução tributária, as diferenças arrefecem. A receita própria, acrescida da devolução tributária de Recife (R\$ 444,00) era mais que o dobro da de Fortaleza, de R\$ 205,00.

Ao compararmos a receita própria per capita do município pólo (Fortaleza), em torno de R\$ 94,00, com a média dos demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, nota-se a fragilidade destes municípios, com uma média de R\$ 18,00 *per capita*. No entanto, as diferenças se reduzem quando a devolução tributária é incluída para efeito de comparação. Sem dúvida, Fortaleza é a cidade com maior capacidade financeira dentro da região metropolitana.

3.1. Renda e Ocupação dos Municípios

Quando se observa a renda *per capita* dos municípios da RMF (Tabela 3), vê-se que a maior parte deles apresentou apreciável crescimento entre 1991 e 2000, notadamente Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Horizonte e Maracanaú. O núcleo central da metrópole teve um incremento de R\$ 235,80 para R\$ 306,70 reais na renda *per capita* durante a década, em valores correntes de 2000. Em todos os municípios a porcentagem da renda proveniente de transferências governamentais apresentou tendência de crescimento durante a década 1991-2000, porém não ultrapassou os 20% no conjunto dos municípios integrantes da RMF. Já as rendas provenientes dos rendimentos do trabalho, tiveram um fraco desempenho, apresentando tendência de queda, mesmo nos municípios que possuem distritos industriais, como Horizonte e Maracanaú. Em Fortaleza a porcentagem dos rendimentos do trabalho caiu de 82,53% para 70,63% da renda total do município no período analisado (Tabela 3.3).

TABELA 3.3 – Renda dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – 1991 e 2000 (em Reais)

Município	Renda per capita, 1991	Renda per capita, 2000	% da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais, 2000	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 1991	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 2000
Aquiraz	76,76	123,29	8,82	13,89	88,5	70,91	6,58	11,71
Caucaia	102,71	129,23	9,31	11,93	84,59	70,63	7,54	9,95
Chorozinho	64,32	82,49	10,58	20,42	83,71	71,43	8,01	19,9
Eusébio	104,68	107,13	11,09	11,99	85,14	60,64	9,71	9,97
Fortaleza	235,77	306,7	12,11	14,51	82,53	70,63	9,21	11,96
Guaiúba	60,72	71,39	10,94	20,12	87,28	66,48	8,68	19,12
Horizonte	74,96	125,68	11,11	13,79	83,56	70,55	8,96	12,86
Itaitinga	73,72	96,53	11,27	15,05	84,42	67,99	9,86	12,3
Maracanaú	91,17	129,76	10,09	12,47	86,14	72,05	7,68	10,52
Maranguape	76,42	105,09	11,62	14,91	84,61	66,96	8,23	12,32
Pacajus	93,36	105,87	10,29	14,41	87,37	64,92	8,28	12,05
Pacatuba	79,93	100,16	9,03	14,5	87,37	71	7,07	13,19
São Gonçalo	62,37	81,06	9,6	17,38	86,04	62,14	7,96	16,82
Média	92,1	120,3	10,5	15	85,5	68,2	8,3	13,3
Média sem Fortaleza	80,1	104,8	10,3	15,1	85,7	68	8,2	13,4

Fonte: IBGE

Isso reflete a evolução dos rendimentos pessoais provenientes de aposentadorias e pensões, FUNRURAL e outras formas de transferências governamentais, ao lado do trabalho precário sem carteira assinada, que cresce cada vez mais na parcela referente aos rendimentos do trabalho.

TABELA 3.4 – PIB da RMF a Preços de Mercado – 1999-2002 (Preços de 2002)

Municípios	1999	2000	2001	2002
Aquiraz	29.1336	291.599	275.690	287.302
Caucaia	65.1023	624.144	592.125	726.129
Chorozinho	34.716	30.511	31.958	33.018
Eusébio	292.525	288.989	290.822	463.987
Fortaleza	11.569.553	11.571.325	10.778.367	9.927.916
Guaiúba	36.960	34.104	33.675	31.143
Horizonte	251.302	272.196	274.645	363.228
Itaitinga	62.369	50.457	50.092	52.628
Maracanaú	1.691.209	1.606.625	1.566.730	1.760.680
Maranguape	258.620	252.178	248.572	259.219
Pacajus	264.634	263.399	255.377	305.127
Pacatuba	135.613	145.868	163.667	189.068
São Gonçalo do Amarante	111.801	89.757	82.865	76.722
TOTAL	15.651.661	15.521.155	14.644.585	14.476.167
Municípios	Variação Real Anual (%)			Variação Real Média 1999-2002 (%)
	2000	2001	2002	
Aquiraz	0,09	-5,46	4,21	-0,46
Caucaia	-4,13	-5,13	22,63	3,71
Chorozinho	-12,11	4,74	3,32	-1,66
Eusébio	-1,21	0,63	59,54	16,62
Fortaleza	0,02	-6,85	-7,89	-4,97
Guaiúba	-7,73	-1,26	-7,52	-5,55
Horizonte	8,31	0,9	32,25	13,06
Itaitinga	-19,1	-0,72	5,06	-5,5
Maracanaú	-5	-2,48	12,38	1,35
Maranguape	-2,49	-1,43	4,28	0,08
Pacajus	-0,47	-3,05	19,48	4,86
Pacatuba	7,56	12,2	15,52	11,71
São Gonçalo do Amarante	-19,72	-7,68	-7,41	-11,8
TOTAL	-0,83	-5,65	-1,15	-2,57

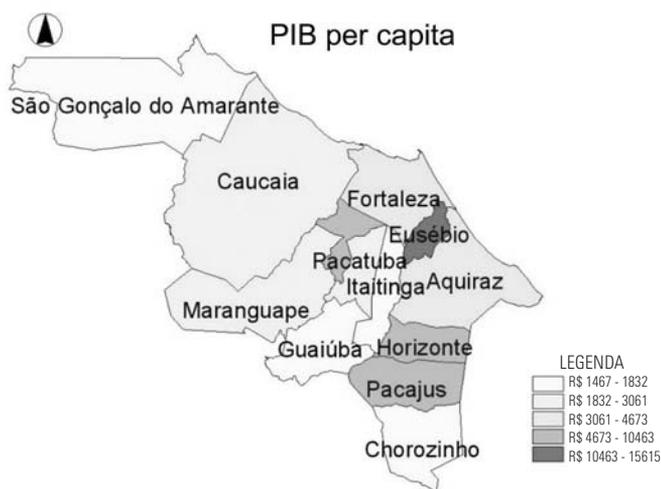
Fonte: IBGE

Os dados da Tabela 3.4 acima apontam o crescimento do PIB a preços de mercado no período 1999-2002, em valores corrigidos de 2002, para os municípios da região metropolitana. Eusébio, Horizonte e Pacatuba lideram o crescimento real médio, com taxas de 16,62%, 13,06% e 11,71%, respectivamente, ao lado de Fortaleza que apresentou crescimento negativo de quase 5% no mesmo período. Pacajus e Caucaia despontam com um crescimento positivo mediano.

Estes dados apontam para uma forte tendência de desconcentração do crescimento da metrópole. O avanço da atividade turística tende a contribuir com a expansão territorial da metrópole através do litoral leste, tendo Aquiraz como principal pólo e, a oeste todo a “costa do sol poente”, a partir de Caucaia. Os municípios de vocação industrial, como Eusébio, Horizonte, Pacajus e Maracanaú, sobressaem-se com os mais elevados valores do PIB p.m. *per capita* da RMF, acima de 4.600 reais, conforme indica a Figura 3.1; Fortaleza expressa valores medianos de renda *per capita* no contexto da RM. Em termos de valores correntes, o IBGE estima, para os anos de 1999/2002, que Fortaleza reduziu sua participação de 73,9% para 68,6% no total da renda da RMF, enquanto Maracanaú, por exemplo, cresceu de 10,8% para 12,2%, no mesmo período. Estimativas do IPEA, com base nos anos censitários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996, a preços de 2000, indicavam que o município de Fortaleza havia aumentado sua participação no PIB estadual entre 1970 e 2000, de 53,4% para 64,2%, como conseqüência dos investimentos realizados no núcleo da RMF, principalmente na última década.

Nessa perspectiva, podemos observar uma tendência de desconcentração da atividade econômica do núcleo da metrópole em direção aos outros municípios integrantes da RM, principalmente para aqueles onde se localizam os grandes investimentos industriais e turísticos.

FIGURA 3.1 – Mapa da Distribuição do PIB Per Capita



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

A taxa de ocupação é a relação População Ocupada/ PEA, que se estima em 84,9% para os homens e 79,9% para as mulheres na RMF, sendo a taxa de ocupação média em torno de 82,8%, o que significa uma taxa de desempregados de 27,1%. A taxa de ocupação é muito alta (89,2% a 90,6%) nos municípios de Aquiraz (pólo turístico), Guaiuba, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante (onde se encontra o complexo portuário de Pecém) e muito baixa (75,2% a 80,7%) nos municípios de Caucaia, Eusébio e Pacatuba.

A média de pessoas engajadas no mercado formal é de 43,8%, isto é, com carteira assinada. A média é muito alta (42,3% a 50,4%) em Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba e Horizonte, que são municípios característicos de localização industrial, além da cidade núcleo; é considerada alta (39,8% a 42,3%) em Maranguape e Pacatuba. Por outro lado, os municípios de São Gonçalo do Amarante, Guaiuba e Aquiraz colocam-se com muito baixo nível de formalização do mercado, isto é, apenas 18,8% a 28,1% das ocupações estão inseridas no mercado formal. Isto significa que 72% a 81% das ocupações são de natureza informal, predominando o trabalho precário. Pacajus e Chorozinho apresentam-se com baixa formalização do mercado de trabalho (28,1% a 35,9%), assemelhando-se aos anteriores (ver Tabela 3.5).

TABELA 3.5 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza Segundo a População Economicamente Ativa, População Ocupada e Taxa de Ocupação - 2000

Município	População economicamente ativa			População ocupada			Taxa de ocupação		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Aquiraz	23.587	15.549	8.038	21.332	14.524	6.808	90,4	93,4	84,7
Caucaia	95.634	60.316	35.318	76.152	49.757	26.395	79,6	82,5	74,7
Chorozinho	6.484	4.622	1.862	5.874	4.278	1.596	90,6	92,6	85,7
Eusébio	11.262	7.366	3.896	8.466	5.788	2.678	75,2	78,6	68,7
Fortaleza	956.698	522.949	433.75	794.78	444.127	350.653	83,1	84,9	80,8
Guaiúba	6.709	4.531	2.178	6.01	4.182	1.827	89,6	92,3	83,9
Horizonte	13.128	8.56	4.569	10.895	7.402	3.494	83	86,5	76,5
Itaitinga	10.476	7.162	3.314	8.493	5.964	2.529	81,1	83,3	76,3
Maracanaú	72.66	44.223	28.437	58.629	37.191	21.438	80,7	84,1	75,4
Maranguape	35.287	21.302	13.984	29.882	18.496	11.386	84,7	86,8	81,4
Pacajus	17.455	11.292	6.163	14.113	9.469	4.644	80,9	83,9	75,4
Pacatuba	19.887	11.93	7.957	15.102	9.576	5.527	75,9	80,3	69,5
São Gonç. do Amante	12.139	8.453	3.687	10.822	7.654	3.169	89,2	90,5	86
Total	1.281.406	728.255	553.151	1060.55	618.407	442.144	82,8	84,9	79,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

3.2. Nível de Integração à Dinâmica Metropolitana

A RM Fortaleza se apresenta com um avançado processo de expansão territorial e conurbação com os municípios de Aquiraz, Eusébio, Maracanaú e Caucaia, apresentando fortes transformações infra-estruturais. Porém, a maior concentração da população do Estado e dos equipamentos urbanos está localizada na capital, que vem extrapolando sua expansão urbana sobre os municípios vizinhos, principalmente ao longo das vias regionais e ferroviárias. Apesar desta expansão com os municípios limítrofes, até o ano 2000, Fortaleza era o único município da RMF a possuir o Plano Diretor, para disciplinar o uso e a ocupação do solo através de zoneamento.

A extrapolação urbana da capital para além dos seus limites oficiais se apresenta como resultado das ações do mercado imobiliário, que até o início dos anos 90 vinha realizando loteamentos nos municípios periféricos limítrofes, dirigidos a populações de menor poder aquisitivo que não conseguem competir com os preços dos produtos imobiliários na capital. No entanto, com o esgotamento das áreas do núcleo da metrópole, especialmente das áreas nobres da cidade, e com a chegada do turismo em escala crescente, a abertura de loteamentos nas regiões litorâneas passa a ser orientada pelo mercado de maior poder aquisitivo, que demanda novos padrões habitacionais e moradias de veraneio. Isto vem acontecendo especialmente com as faixas litorâneas dos municípios de Caucaia e Aquiraz, com loteamentos dirigidos à demanda por segunda moradia. Observamos aqui dois padrões de “periferização”, com o aparecimento dos loteamentos de pobres, simultaneamente à expansão dos loteamentos de ricos que demandam moradias de lazer na extensão da orla marítima (BERNAL, *op. cit.*).

A inexistência de planos de organização territorial nos municípios periféricos a Fortaleza acarretou sérios problemas quanto ao parcelamento, ao uso e à ocupação do solo metropolitano, principalmente quanto à perda de áreas rurais para lotes urbanos de forma desordenada. São exemplos disso a descaracterização das praias de Aquiraz e Caucaia e a implantação desordenada de conjuntos habitacionais, concentrados predominantemente em Maracanaú, Maranguape, Caucaia e Pacatuba. As concentrações urbanizadas tendem a se localizar prioritariamente na orla marítima, fenômeno que se repete nos demais municípios metropolitanos, onde os núcleos de veraneio se constituem em principais atrações para a população, em detrimento das sedes municipais.

O processo de expansão da RMF obedece a uma estruturação que reafirma os eixos viários que se dirigem para o interior e áreas leste e oeste da faixa litorânea, a partir da capital. Esta forma de ocupação territorial é responsável pela formação de imensos vazios inter-radiais ou áreas de baixa densidade populacional, inclusive no município de Fortaleza, ao mesmo tempo em que apresenta baixa capilaridade, em termos de acessibilidade entre os eixos. A rede viária existente e as melhorias previstas nos principais eixos reforçam esse processo de ocupação ao longo de suas extensões, onde as opções de origem-destino entre eixos são bastante restritas, precárias e não integradas. Isso tem levado a uma convergência forçosa para Fortaleza, que dificulta e desestimula ligações diretas entre pontos situados nos diferentes eixos (SMITH, 2001).

A dinâmica de expansão da atividade industrial segue uma trajetória de afastamento do seu principal núcleo urbano, que foi Fortaleza. Esta expansão foi e continua sendo o fator mais preponderante e responsável pelo processo de ocupação do espaço territorial urbano da Região Metropolitana, sendo movido também pela sua maior abrangência institucional, ao se incorporar à região os municípios de Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante.

O crescimento do Estado do Ceará está bastante concentrado na Região Metropolitana de Fortaleza, pois tem havido fortes investimentos industriais e turísticos nos municípios mais próximos do núcleo, destacando-se Maracanaú, Caucaia, Fortaleza e Aquiraz, que receberam cerca de 62% dos investimentos industriais do Estado no final da década de 90. Isto contraria o próprio Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, que prevaleceu até 2002, que se reportava à necessidade de uma sociedade espacialmente equilibrada.

Por outro lado, a política industrial que propõe a descentralização está na contramão da promoção do turismo, pois a implantação de uma forte infra-estrutura na RMF com o objetivo de atração turística acaba fortalecendo a tendência de metropolização da capital. As obras projetadas ou executadas com o fim de consolidar o parque industrial provocaram grandes transformações espaciais em Fortaleza e em sua região metropolitana, promovendo o aumento da densidade populacional, a concentração de renda e o crescimento dos serviços na composição setorial da renda fortalezense, fenômeno já constatado por outros pesquisadores. Conforme Almeida; Silva (2000), em julho de 1997, cerca de 98 empresas incentivadas já estavam funcionando, representando um investimento total de R\$ 1.004,4 milhões e uma geração de empregos diretos de 20,4 mil (BERNAL, 2004).

Referências Bibliográficas

BERNAL, C. *A Metrópole Emergente – a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Editora UFC/BNB, Fortaleza, 2004.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede, São Paulo, Paz e Terra, 1999*. (Série A Era da Informação – economia, sociedade e cultura, v. 1).

SMITH, S. *A atividade econômica na área central de Fortaleza*. In: FORUM ADOLFO HERBSTER, 1994. Anais... Fortaleza.

GARSON; RIBEIRO. Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas, In: *Análise das Regiões metropolitanas do Brasil*. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro.

IBGE/Metrodata 2000.

4. Dimensão Habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza

Como em outras regiões metropolitanas, Fortaleza enfrenta um processo de intensa precariedade nas condições de moradia da maioria de sua população desde as últimas décadas do Século XX, manifestando-se em diferentes formas. Neste período, a Região Metropolitana de Fortaleza cresce de forma desordenada tendo-se como fatores fundamentais deste crescimento: o fluxo migratório campo – cidade; a redistribuição espacial da população através de programas habitacionais periféricos promovidos pelo Estado, inclusive induzindo à conurbação; as migrações intra-urbanas associadas ao empobrecimento urbano, deslocando populações do aluguel para as ocupações; a comercialização de loteamentos clandestinos desconsiderando as normas urbanísticas; a produção de espaços de segregação social, horizontais ou verticais levando à apropriação dos investimentos públicos em infra-estrutura urbana e sistema de circulação e transportes.

Considerando que o problema da moradia deva ser investigado em diferentes escalas e nas suas diversas formas, verifica-se em Fortaleza, uma enorme precariedade em termos de censos e bancos de dados específicos nas instituições públicas associadas à temática. Observa-se que em termos de pesquisa específica sobre a problemática das favelas, os dados mais recentes se referem ao censo de favelas realizado em 1991 pela extinta COHAB, em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho e da Ação Social. Nos últimos anos, tem havido uma redução deste universo, abordando-se tão somente as áreas em situação de risco ambiental, as quais têm sido mapeadas ano a ano em função do trabalho executado pela Defesa Civil. Quanto aos conjuntos habitacionais, verifica-se uma lacuna ainda maior sobre o processo de implantação, contribuindo com esta carência o fato de que os mesmos foram implantados por diferentes agentes, distribuídos em vários municípios,

sem um aparato institucional minimamente adequado, além da extinção do BNH e da COHAB-CE, órgãos governamentais que estavam à frente da política habitacional.

4.1. O Déficit Habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza em Seus Municípios

Considerando o conjunto de 13 municípios, a RMF apresenta um déficit total de 122.988 unidades, correspondendo a 17% do total de domicílios. Por outro lado, verifica-se que mais de 102 mil imóveis encontram-se vazios, os quais segundo a Fundação João Pinheiro decorrem dentre outros motivos: da incapacidade de absorção dos imóveis pelo mercado de locação; da localização errada e distante de conjuntos habitacionais em relação aos locais de trabalho; do esvaziamento das localidades rurais no processo de redistribuição espacial da população.

No caso da RMF, é possível constatar essas três razões supracitadas. Ressalta-se que o empobrecimento da população tem levado à redução da demanda por imóveis de aluguel, derivando especialmente na expansão da favelização e das áreas de risco constatada a partir do incremento de percentual de famílias vivendo em moradias improvisadas, feitas em materiais rústicos. Além disso, deve ser apontado o considerável número de imóveis vazios em conjuntos habitacionais periféricos, assim como a presença de imóveis construídos como segunda residência ao longo da faixa litorânea ou como sítios de fim de semana nos municípios serranos.

TABELA 4.1 – Estimativas do Déficit Habitacional Básico da Região Metropolitana de Fortaleza– 2000

Municípios	Déficit habitacional básico (2)		Domicílios vagos		Δ (déficit - domicílios vagos)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Aquiraz	3.810	27,19%	2.636	18,81%	1.174	8,38%
Caucaia	11.809	19,90%	10.611	17,88%	1.198	2,02%
Chorozinho	1.327	29,60%	961	21,44%	366	8,16%
Eusébio	2.076	28,65%	1.477	20,38%	599	8,27%
Fortaleza	77.615	14,76%	69.995	13,31%	7.620	1,45%
Guaiúba	1.149	25,69%	954	21,33%	195	4,36%
Horizonte	2.797	34,70%	1.609	19,96%	1.188	14,74%
Itaitinga	2.096	31,10%	1.048	15,55%	1.048	15,55%
Maracanaú	7.213	17,08%	5.890	13,95%	1.323	3,13%
Maranguape	4.922	24,77%	2.321	11,68%	2.601	13,09%
Pacajus	2.899	27,95%	1.891	18,23%	1.008	9,72%
Pacatuba	2.129	17,67%	1.561	12,96%	568	4,71%
São Gonçalo do Amarante	3.146	3781,00%	2.012	24,18%	1.134	13,63%
RM Fortaleza	122.988	17,01%	102.966	14,24%	20.022	2,77%

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2004

Apesar de apresentar o menor percentual de déficit habitacional da RMF (aproximadamente 14,76%), o município de Fortaleza contribui com mais de 63% do total do déficit metropolitano. Analisando-se a tabela acima observa-se que o déficit mostra-se mais representativo nos municípios com menor contingente populacional, em sua maioria distantes do município pólo. Os números surpreendem para os casos de Horizonte, Itaitinga, Chorozinho, Pacajús e Guaiúba tidos como os mais distantes do município pólo, assim como os mais recentemente integrados à RMF. Nestes casos, o déficit habitacional varia entre 34,7% em Horizonte e 25,7% em Guaiúba. Outros casos, como Eusébio e Aquiraz, também apresentam altos índices de famílias sem moradia, 28,65% e 27,19% respectivamente. Estes municípios têm sido alvos preferenciais das novas formas de expansão do mercado imobiliário formal, no qual proliferam-se empreendimentos tanto residenciais como hoteleiros.

Vale aqui também comentar os números obtidos para os domicílios vagos. Os municípios mais populosos, como Fortaleza, Caucaia e Maracanaú apresentam percentuais de déficit habitacional bem próximos aos de domicílios vagos. Dos mais de 77 mil imóveis

que faltam em Fortaleza, quase 70 mil já se encontrariam disponíveis. Entretanto a pauperização crescente da população faz com outras formas de moradia viessem a ser formuladas, seja reunindo mais de uma unidade doméstica de uma mesma família num só domicílio, seja na recente expansão de cômodos de aluguel, ou na autoconstrução feita com materiais rústicos e improvisados situados nas áreas de risco. Outro fator que contribui para essa realidade contraditória diz respeito à expansão do mercado imobiliário para o setor turístico, assim como para a população de maior poder aquisitivo que tem na aquisição de imóveis uma forma de investimento.

No caso de Caucaia, é possível apontar como hipótese, a existência de duas razões para esse quadro. Primeiro, a presença de conjuntos habitacionais nas suas franjas periféricas fronteiriças com Fortaleza, cujos proprietários buscam morar em áreas mais próximas ao centro por serem melhor providas de infra-estrutura e serviços, não conseguindo alugar as casas dos conjuntos. Segundo, a construção de moradias uni-familiares e condomínios verticais para segunda residência ao longo das faixas de praia fazem com que, apesar de densamente ocupada, a orla permaneça quase desabitada ao longo da semana.

Com relação a Maracanaú, constata-se que em se tratando de um município composto de vários conjuntos justapostos em condições ambientais pouco favoráveis resultantes de políticas habitacionais tanto do extinto BNH como da extinta COHAB-CE, a situação de mudança para um outro sítio mais próximo, assim como o abandono de imóvel devido a sua distante localização devem ser responsáveis por boa parte dos 5.890 imóveis vagos.

Numa situação diametralmente oposta se encontram os municípios que apresentam uma maior variação entre o número de imóveis em falta em relação aos domicílios vagos, como Itaitinga, Horizonte, Maranguape e Pacajús. Neste caso, tem-se como hipótese que a expansão da industrialização nestes municípios decorrendo da reestruturação do espaço produtivo do Ceará, tem ampliado a demanda por imóveis via implantação de loteamentos populares, assim como pelo pequeno plantel de imóveis de aluguel nestas cidades.

TABELA 4.2 – Participação dos Componentes no Déficit Habitacional Básico Urbano de Fortaleza (%) – 2000

Município	% no déficit habitacional básico urbano		
	improvisados	coabitação familiar	rústicos
Aquiraz	1,77	38,69	59,54
Caucaia	5,78	53,86	40,36
Chorozinho	0	33,33	66,67
Eusébio	1,16	31,31	67,53
Fortaleza	2,38	84,97	12,65
Guaiúba	0	65,19	34,81
Horizonte	0	31,11	68,89
Itaitinga	0,95	58,77	40,28
Maracanaú	1,57	70,23	28,2
Maranguape	1,47	80,65	17,87
Pacajus	2,07	43,92	54,01
Pacatuba	1,26	69,18	29,56
São Gonçalo do Amarante	1,84	48,92	49,24
RM Fortaleza	2,42	75,72	21,86

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2004

Considerando os critérios adotados para dimensionamento do déficit habitacional, podemos perceber que de acordo com a Tabela 4.2, para o déficit total da região metropolitana, mais de 75% correspondem à condição de co-habitação, ficando o restante distribuído entre o uso de materiais rústicos (acima de 21% do total) e uma pequena parcela de domicílios considerados improvisados. O percentual de famílias conviventes é mais alto nos municípios mais populosos, como Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, variando de 85% a 70% do total.

Por outro lado, o elevado percentual de domicílios utilizando materiais rústicos se localiza nos municípios mais periféricos da RMF, onde as atividades do setor primário ainda predominam, às quais se associa a moradia feita em taipa. Nos municípios de Horizonte, Eusébio e Chorozinho, mais de dois terços do déficit habitacional decorre do uso de materiais precários na construção das casas. Considerando que estes municípios apresentam as maiores taxas de crescimento geométrico da população nas áreas urbanas, é possível apontar a existência de um processo de favelização, ou mesmo da ocorrência do tradicional binômio loteamento clandestino – autoconstrução, que já se expandem por outros municípios, além da capital Fortaleza.

Associando-se o déficit habitacional à renda média mensal familiar, observa-se a grande predominância entre aqueles com renda inferior a três salários mínimos, superando os 82% para o total da população da área metropolitana, assim como o reduzido percentual de famílias com renda mensal acima de dez salários mínimos, no caso, inferior a 3% do total. Considerando o município como unidade de análise, observa-se que a parcela da população com renda abaixo de três salários mínimos incluída no déficit habitacional para todos os municípios da RMF, a exceção de Fortaleza, supera a média metropolitana (ver Tabela 4.3).

TABELA 4.3 – Coabitação, Domicílios Improvisados e Rústicos por Faixas de Renda de Fortaleza - 2000

Município	Faixas de renda mensal familiar (em salários-mínimos)				Total (%)
	até 3 (%)	De 3 a 5 (%)	De 5 a 10 (%)	Mais de 10(%)	
Aquiraz	88,97	6	1,85	3,18	100
Caucaia	89,38	5,77	3,59	1,26	100
Chorozinho	95,63	0,79	3,57	0	100
Eusébio	90,36	1,48	3,71	4,45	100
Fortaleza	80,28	9,78	6,58	3,37	100
Guaiúba	91,74	6,36	1,91	0	100
Horizonte	88,92	11,08	0	0	100
Itaitinga	90,28	7,24	2,48	0	100
Maracanaú	87,83	8,06	3,2	0,92	100
Maranguape	91,32	5,91	2,76	0	100
Pacajús	90,34	4,72	4,94	0	100
Pacatuba	94,64	3,57	1,79	0	100
São Gonçalo do Amarante	89,43	6,15	3,47	0,95	100
RM de Fortaleza	82,4	8,99	5,78	2,83	100

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2004

Enquanto forma de moradia considerada subnormal, verifica-se que o percentual de famílias morando em cômodos já se mostra presente, ainda que numa pequena parcela componente do déficit habitacional. De um total de 3.636 famílias vivendo nestas condições, mais de 82% se encontram em Fortaleza. Inseridas no déficit habitacional, as famílias que vivem nesta situação trazem à tona a real incidência de cortiços na cidade, inaugurando um novo modo de morar na cidade.

Ao considerar os dados fornecidos pelo Metrodata (Tabela 4.4), vê-se que a RMF apresenta um déficit habitacional da ordem de 85.570 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 10,63% do total de famílias vivendo na região. No caso desta nova base de dados, observa-se uma mudança no quadro de variáveis que compõem o déficit habitacional, havendo a substituição das moradias feitas em materiais rústicos pelos cômodos, sejam eles alugados ou cedidos. Disto resulta uma variação de mais de 37 mil unidades entre a FJP e o Metrodata.

TABELA 4.4 – Municípios da R.M.F. por Total de Famílias Conviventes, Improvisados, Cômodos Cedidos e Déficit Habitacional - 2000

Municípios	Total de famílias	Total de domicílios	Déficit Habit.	Déficit habit. (%)	% do Déficit da RMF	Co-habitação	domicílios improvisados	Cômodos cedidos ou alugados
Aquiraz	15.276	14.014	1.387	9,08%	1,62%	7,87%	0,39%	0,81%
Caucaia	64.791	59.347	5.586	8,62%	6,53%	7,59%	0,82%	0,22%
Chorozinho	4.880	4.482	398	8,15%	0,47%	8,15%	0,00%	0,00%
Eusébio	7.803	7.249	574	7,36%	0,67%	6,79%	0,31%	0,25%
Fortaleza	587.925	525.991	64.930	11,04%	75,88%	10,22%	0,31%	0,51%
Guaiúba	4.920	4.473	467	9,50%	0,55%	9,09%	0,00%	0,42%
Horizonte	8.862	8.061	831	9,38%	0,97%	9,03%	0,00%	0,34%
Itaitinga	7.677	6.741	959	12,49%	1,12%	11,98%	0,21%	0,30%
Maracanaú	46.961	42.232	4.885	10,40%	5,71%	9,83%	0,24%	0,33%
Maranguape	22.444	19.868	2.603	11,60%	3,04%	11,27%	0,21%	0,12%
Pacajus	11.389	10.373	1.059	9,30%	1,24%	8,47%	0,45%	0,38%
Pacatuba	13.129	12.047	1.094	8,34%	1,28%	8,00%	0,24%	0,10%
São Gonçalo	9.076	8.319	797	8,78%	0,93%	7,85%	0,48%	0,44%
Total	805.131	723.197	85.570	10,63%	100,00%	9,83%	0,34%	0,45%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. (Metrodata)

Dentre todos os municípios, Fortaleza desponta mais uma vez como o maior déficit habitacional concentrando mais de 75% do total de famílias nestas condições. Verifica-se também que os municípios de Caucaia e Maracanaú se destacam dos demais, tanto por serem mais populosos, como por se encontrarem em estágio de conurbação com Fortaleza desde os anos 1980, quando da implantação de conjuntos habitacionais periféricos nestes municípios nas áreas fronteiriças com Fortaleza. Além disso, observa-se segundo o Metrodata que os domicílios considerados rústicos não fazem parte desta estimativa, reduzindo-se assim em mais de 30% o total do déficit habitacional.

4.2. Condição Inadequada de Moradia

A partir dos dados fornecidos pelo METRODATA (Tabela 5), e considerando as mesmas variáveis utilizadas pela Fundação João Pinheiro, busca-se aqui analisar na escala do município a condição de inadequação da moradia na RMF. No que se refere à situação de irregularidade fundiária, o relatório apresentado pela mesma fundação indica que haja mais de 2,2 milhões de moradias em situação de irregularidade fundiária, os quais estariam em sua maioria concentrados nas regiões metropolitanas.

Em Fortaleza, observa-se que mais de 12% da população metropolitana afirma ter construído sua casa em terreno que não seja de sua propriedade. Esta condição, que atinge cerca de 87.768 unidades mostra-se concentrada no município de Fortaleza, dado que 80% das famílias nesta situação vivem na capital. Vale ainda dizer que no caso de Fortaleza, este percentual significa mais de 13% da sua população, o que pode ser relacionado ao alto índice de favelização na cidade, haja vista este indicador representar aqueles que assumidamente reconhecem viver em terreno que não seja de sua propriedade.

Outros municípios da RMF também apresentam percentuais significativos de irregularidade fundiária, como Maranguape (13,37%) e Itaitinga (12,66%), ambos superiores à média metropolitana. No caso de Maranguape esta concentração pode estar associada à atividade agropecuária, abrangendo famílias de trabalhadores rurais que vivem em estabelecimentos rurais, ou mesmo como moradores de sítios de veraneio que ainda remanescem neste município. Por outro lado, é preocupante que esse percentual seja mais alto em municípios com topografia mais acidentada, dada a associação entre a irregularidade fundiária e a expansão de áreas de risco em setores inseridos no perímetro urbano de outros municípios metropolitanos, além da capital.

Dentre os municípios com o menor índice de irregularidade fundiária, podemos estabelecer algumas associações com as atividades econômicas predominantes e, por conseguinte, com o uso do solo: no caso, Pacajús (5,38%), Maracanaú (6,62%), e Horizonte (8,34%), municípios com atividade industrial consolidada têm sua forma de moradia associada especialmente aos loteamentos populares e conjuntos habitacionais; Aquiraz (7,46%) e Eusébio ((8,92%), com a expansão da segregação residencial em condomínios fechados, loteamentos de melhor padrão e moradias de veraneio.

Um segundo critério, de acordo com a Tabela 5, utilizado para caracterizar a condição inadequada de moradia, diz respeito à falta de banheiro, a qual segundo a

pesquisa sobre o déficit habitacional do Brasil realizada pela Fundação João Pinheiro atinge a mais de 3,3 milhões de domicílios no Brasil. A mesma pesquisa aponta que essa precariedade mostra-se concentrada no Nordeste e no Norte, principalmente em municípios de pequeno porte, estimando que só no Estado do Ceará, um em cada quatro domicílios esteja nesta situação.

No caso da Região Metropolitana de Fortaleza, observa-se um dado alarmante, visto que mais de 40 mil famílias encontram-se desprovidas de sanitário na sua residência. Mais uma vez, por influência do fato de mais de 70% da população metropolitana esteja concentrada em Fortaleza, tem-se que o percentual de domicílios nessa situação atinja a pouco mais de 5% do total. Porém, quando analisamos os números para cada município, tem-se que em alguns deles este percentual atinge uma situação ainda pior. Em São Gonçalo do Amarante (28,37%), onde a situação é extrema, podemos associar esse percentual à sua taxa de urbanização que é da ordem de 62,%, tendo praticamente se mantido estagnada ao longo da década de 1990. No caso de Guaiúba, onde 23,78% dos domicílios não possuem banheiros, verifica-se ao longo da última década uma tendência de crescimento da população vivendo nas áreas urbanas, seja pelo incremento da sua taxa de urbanização, que passou de 57,2% para 78,5%, seja pela sua taxa geométrica de crescimento demográfico negativa na zona rural. Disto, podemos constatar que houve um aumento da precariedade das condições de moradia, considerando a possibilidade de que as novas casas estejam sem instalações sanitárias adequadas, apesar do aumento das taxas de urbanização.

Vale ainda destacar que, em números absolutos, Fortaleza e Caucaia apresentam respectivamente 16.103 e 6.171 domicílios sem sanitário, que somados representam mais da metade na RMF. Especialmente em Fortaleza, estes casos se encontram localizados nas áreas de risco ambiental, seja nas proximidades dos recursos hídricos, beirando rios, riachos e lagoas, seja nas encostas de dunas e faixas de praia.

Outro critério utilizado para identificar a situação de moradia inadequada diz respeito ao adensamento domiciliar, considerado excessivo quando houver mais de três ocupantes por cômodo utilizado como dormitório. Em termos de Brasil, aponta a Fundação João Pinheiro que há mais de 2,8 milhões de domicílios nestas condições, dos quais 54,8 % se localizam nas regiões metropolitanas.

No caso da RMF, constata-se que mais de 10% das famílias sofrem com esta precariedade, representando cerca de 75 mil unidades, das quais mais de dois terços se encontram em Fortaleza (ver Tabela 4.5). Todavia, é importante perceber que os municípios que fazem limite com a Capital apresentam os percentuais de adensamento domiciliar superiores à média, indicando que as áreas conurbadas à Fortaleza, como Caucaia (12,60%), Maracanaú (11,68%), Pacatuba (12,60%) e Eusébio (12,08%), sejam derivadas de transposição a partir do município pólo daqueles cuja situação de pobreza se exacerbou.

Por outro lado, os municípios com características rurais mais evidentes apontam uma situação inversa. Considerando que as moradias rurais costumam ser mais espaçosas, independentemente da precariedade dos materiais e da fragilidade do sistema construtivo, observa-se que o percentual de inadequação por adensamento domiciliar é menor nos municípios de Chorozinho (3,05%), São Gonçalo (5,80%), Pacajús (6,58%), exatamente aqueles que guardam uma maior distância da área central da metrópole e que ainda conservam uma certa ruralidade.

TABELA 4.5 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios Segundo as Condições de Moradia Inadequada - 2000

Município	Total de domicílios permanentes	Total de domicílios permanentes urbanos	Inadequação fundiária (1)		Adensamento excessivo (1)		Domicílio sem banheiro (1)	
			absoluto	% dos domic. Urbanos	absoluto	% dos domic. Urbanos	absoluto	% dos domic. Urbanos
Aquiraz	14.014	12.978	931	7,17	1.173	9,04	5.815	44,81
Caucaia	59.347	53.868	5.160	9,58	6.486	12,04	14.591	27,09
Chorozinho	4.482	2.353	69	2,93	114	4,84	1.736	73,78
Eusébio	7.249	7.247	614	8,47	782	10,79	3.999	55,18
Fortaleza	525.991	525.992	68.834	13,09	43.347	8,24	54.690	10,4
Guaiúba	4.473	3.530	331	9,38	310	8,78	820	23,23
Horizonte	8.061	6.765	514	7,6	628	9,28	4.139	61,18
Itaitinga	6.741	6.130	738	12,04	518	8,45	3.426	55,89
Maracanaú	42.232	42.113	2.706	6,43	4.159	9,88	7.391	17,55
Maranguape	19.868	15.019	2.119	14,11	1.665	11,09	2.377	15,83
Pacajús	10.373	8.204	338	4,12	628	7,65	3.648	44,47
Pacatuba	12.047	11.119	1.203	10,82	1.277	11,48	2.718	24,44
São Gonçalo do Amarante	8.319	5.314	428	8,05	419	7,88	3.143	59,15
Total RMF	723.197	700.632	83.985	11,99	61.506	8,78	108.493	15,49

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005

(1) Apenas casas e apartamentos urbanos.

4.3. Acessibilidade às Redes de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos – Municípios

A condição inadequada de moradia atinge no Brasil a aproximadamente 12 milhões de domicílios, os quais se encontram em sua maioria situados na Região Nordeste, perfazendo um total de 4,4 milhões de domicílios que sofrem com a falta de pelo menos uma das infra-estruturas consideradas básicas: água encanada, iluminação, saneamento e coleta de lixo.

Na RMF a acessibilidade às redes de infra-estrutura se mostra bastante desigual. Com exceção do amplo acesso às redes de energia para as unidades domésticas, verifica-se no espaço metropolitano a presença de diversos processos que demonstram as disparidades entre fragmentos que compõem o espaço metropolitano, assim como entre o intra-urbano e o rural.

Diretamente associadas à qualidade ambiental, as questões vinculadas à provisão de redes de infra-estrutura denotam sérias preocupações com relação à progressiva e acelerada degradação ambiental que assola o espaço metropolitano. Diante da concentração demográfica no espaço metropolitano e das condições climáticas em que a RMF se encontra, amplia-se cada vez mais a necessidade de captação de água para abastecimento da demanda metropolitana de outras bacias. Ainda que haja um programa governamental voltado para a interligação e transposição de bacias, os recursos hídricos destinam-se especialmente para os espaços produtivos. Com isso, constata-se que, na sua dimensão ambiental, o território metropolitano extrapola os limites políticos-administrativos, visto que os principais mananciais encontram-se fora das bacias hidrográficas que compõem a RMF.

TABELA 4.6 – Municípios da RMF por Domicílios e Percentual com Inadequação no Abastecimento de água, no Esgotamento Sanitário, na Coleta de Lixo e % de Ruas sem Pavimentação - 2000

Municípios	Domicílios particulares permanentes urbanos							
	Total	Com adequação						% de vias pavimentadas
		No serviço de água ¹	%	no escoam. sanitário ²	%	Na coleta de lixo ³	%	
Aquiraz	12.979	1.283	9,89	5.528	42,59	7.304	56,3	de 40 a 60%
Caucaia	53.869	32.280	59,92	28.902	53,65	44.455	82,5	de 40 a 60%
Chorozinho	2.352	444	18,86	0	0	1.421	60,4	
Eusébio	7.249	394	5,44	2.346	32,37	4.991	68,9	de 60 a 80%
Fortaleza	525.991	437.025	83,09	337.002	64,07	500.954	95,2	de 60 a 80%
Guaiúba	3.530	1.923	54,48	316	8,94	2.010	56,9	de 40 a 60%
Horizonte	6.767	165	2,43	263	3,89	4.855	71,7	
Itaitinga	6.130	2.260	36,87	4.952	80,79	4.983	81,3	de 60 a 80%
Maracanaú	42.113	30.963	73,52	21.809	51,79	38.013	90,3	de 40 a 60%
Maranguape	15.020	8.320	55,39	9.969	66,38	13.026	86,7	de 20 a 40%
Pacajus	8.204	2.126	25,91	1.082	13,19	5.872	71,6	de 40 a 60%
Pacatuba	11.118	8.274	74,42	6.786	61,04	9.296	83,6	de 60 a 80%
S. Gonçalo do Amarante	5.313	1.348	25,37	2.994	56,34	3.411	64,2	de 40 a 60%
Total	700.635	526.805	75,19	421.949	60,22	640.591	91,4	–

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. METRODATA <http://www.ippur.ufrrj.br/observatorio/> - Acesso em 16 de maio de 2005)

(¹) - considerou-se como adequado aquele domicílio servido por rede geral, canalizada em pelo menos um cômodo.

(²) - considerou-se como adequado aquele domicílio ligado à rede geral ou à fossa séptica.

(³) - considerou-se como adequado aquele domicílio atendido por serviço de limpeza ou caçamba.

No que tange ao saneamento, considerou-se como situação de esgotamento adequado para os domicílios urbanos apenas o esgotamento sanitário realizado pela concessionária de água e esgoto e a construção de fossas sépticas. Analisando-se a Tabela 4.6, constata-se que apenas seis em cada dez pessoas que vivem na RMF possuem esgotamento adequado. Além disso, observando-se os dados de percentuais da população com esgotamento adequado, percebe-se que os municípios mais externos e periféricos, no caso: Chorozinho, Pacajús, Guaiúba e Horizonte, são os que menos dispõem de rede de saneamento.

Por fim, ainda considerando a condição inadequada de moradia associada à precariedade da coleta e destinação do lixo, tem-se o destaque negativo de Aquiraz como o município em pior situação, atingindo mais de 40% do seu total de domicílios, seguido por Guaiúba (quase 34%) e Eusébio (31,15%). Tendo em vista que mais de 90% da população de Aquiraz vive em áreas consideradas urbanas, tem-se um estado que requer cuidados visto

que se trata de um município considerado como destino para o turismo e para expansão imobiliária. O mesmo vale para Eusébio com 100% de taxa de urbanização.

Merece ainda destaque o fato de que o sistema de disposição final de lixo da área metropolitana se encontra subdividido em Caucaia, Maracanaú e Aquiraz e que justamente este último seja o município em pior situação. A situação também se mostra grave para os municípios que mais recentemente foram incorporados à RMF como Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pacajús e Chorozinho, todos com um percentual acima de 20% do total da população. No entanto, vale considerar que esses municípios possuem as mais baixas taxas de urbanização da região metropolitana, havendo uma provável relação entre a condição de moradia na zona rural e a falta de acesso a um sistema de coleta e disposição final de lixo.

Fortaleza, apesar de ser o município com a menor taxa de inadequação associada à destinação do lixo (aproximadamente 5% do total de domicílios), ainda é aquele que concentra em números absolutos, quase a metade do total de domicílios da RMF nesta situação, correspondendo a mais de 25 mil domicílios. Considerando a acessibilidade às redes de infra-estrutura em condições adequadas, observa-se, segundo a Tabela 6, que a coleta de lixo urbano se apresenta acessível a mais de 91% da população metropolitana que habitam em áreas urbanas. Neste caso, considerou-se como adequada a coleta feita por serviço de limpeza em veículos ou caçamba.

Municípios como Fortaleza e Maracanaú, onde as condições de circulação se mostram mais favoráveis, possuem os melhores índices, atingindo a 95,2% e 90,3% respectivamente. Isto se dá especialmente por conta da continuidade urbana, assim como pelo arruamento mais ordenado e ajustado ao fluxo de veículos, encontrados nos loteamentos periféricos e nos conjuntos habitacionais de diferentes dimensões, restando a difícil acessibilidade apenas para as áreas de risco e outras formas de assentamento precário situadas às margens de rios, riachos e lagoas, ou mesmo nas encostas de dunas e faixas de praia, cujas condições geotécnicas impedem o deslocamento de veículos de maior porte.

Numa situação intermediária, onde acima de 80% do total de domicílios possuem coleta de lixo, observa-se que os municípios de Caucaia, Maranguape e Pacatuba possuem uma urbanização mais compacta nas suas sedes urbanas, sendo também aqueles que foram considerados parte da RMF desde a década de 1970. A exceção fica por conta de Aquiraz, onde apenas pouco mais de 56% dos domicílios são atendidos pelo sistema de

coleta de lixo. Este percentual mostra-se inferior até do que daqueles municípios onde as características rurais são mais presentes, especialmente aqueles mais distantes da capital, como Chorozinho (60,4%), São Gonçalo do Amarante (64,2%), Horizonte (71,5%) e Pacajus (71,5%). O segundo melhor percentual de adequação de infra-estrutura urbana para a RMF foi registrado para a provisão de água, devendo a mesma ser feita por rede geral e canalizada para pelo menos um cômodo do domicílio.

Considerando-se a necessidade de acesso universalizado à água potável, percebe-se, através da Tabela 6, que a situação se mostra favorável para poucos municípios da RMF como Fortaleza (83%), Pacatuba (74%) e Maracanaú (73%). Dentre as razões para essa diferença podemos citar a condição de Fortaleza como capital, a localização de Pacatuba como município que abriga o sistema de abastecimento e tratamento de água e o fato de Maracanaú possuir uma grande concentração de conjuntos habitacionais.

Compondo um segundo bloco, têm-se os municípios de Caucaia (59%), Maranguape (55%) e Guaiúba (54%). Numa situação bastante precária inclui-se a maioria dos municípios, onde o percentual de domicílios com abastecimento de água adequado fica muito abaixo da metade dos domicílios. Em Itaitinga, apenas um em cada três domicílios possui um abastecimento adequado; em Pacajús e São Gonçalo do Amarante este índice cai para uma em cada quatro famílias, assim como em Chorozinho, onde a relação de abastecimento de água adequado seria para uma em cada cinco unidades domésticas. A gravidade deste problema é ainda maior em Aquiraz (9,9%), Eusébio (5,4%) e Horizonte (2,4%), todos com menos de 10% dos domicílios adequadamente atendidos, tendo em vista que o processo de urbanização tem se intensificado nos últimos anos nestes municípios.

A análise das condições de adequação das infra-estruturas urbanas para os municípios da RMF demonstram a gravidade do processo de degradação que assola os corpos hídricos da metrópole, dado que de todos os domicílios situados nas áreas urbanas, apenas 60% encontra-se com esgotamento adequado. A condição de adequação aqui mencionada diz respeito à ligação à rede geral de esgotos ou a existência de fossa séptica no domicílio.

Apenas quatro do total de 13 municípios apresenta um percentual superior à média da região metropolitana, com destaque para Itaitinga com mais de 80% dos domicílios atendidos adequadamente, seguido por Maranguape, Fortaleza e Pacatuba, todos com pouco mais de 60% da população provida desta infra-estrutura. Vale aqui mencionar que Itaitinga e Pacatuba abrigam as áreas de mananciais das represas que abastecem a área

metropolitana, daí a importância de sua presença nesta categoria como município em boas condições de saneamento.

Nos casos de Fortaleza e de Maranguape, vale lembrar os investimentos recentes em obras de infra-estrutura de saneamento, pelos programas SANEAR e pelo PROURB respectivamente, ambos conduzidos pelo governo estadual. Situação semelhante pode ser atribuída para Caucaia, Maracanaú e São Gonçalo com destaque para os dois primeiros cujos grandes conjuntos habitacionais implantados pelo poder público tiveram desde o seu início um sistema adequado de esgotamento sanitário.

Ainda que representem as áreas com maior interesse do mercado imobiliário fora de Fortaleza, constituindo-se em áreas de expansão de condomínios fechados, Aquiraz e Eusébio ainda apresentam baixos percentuais da ordem de 42% e 32% respectivamente. A situação torna-se extrema nos casos de Pacajús, Guaiúba, Horizonte e Chorozinho, os quais, apesar de incluídos na área metropolitana, ainda guardam características similares aos pequenos municípios do interior do Estado do Ceará, no que se refere ao saneamento básico.

A pavimentação das vias, condição necessária para o bom deslocamento de veículos e acessibilidade às diferentes partes da cidade, mostra-se favorável para Fortaleza, Eusébio, Pacatuba e Itaitinga, cuja pavimentação gira em torno de 60% a 80% do total das vias. Esta situação diz respeito também a uma maior acessibilidade aos serviços de coleta de lixo e mesmo de transporte coletivo, ambulâncias e outros serviços urbanos que dependam de veículos auto-motores.

Por outro lado, em municípios como Horizonte e Chorozinho, onde este valor fica abaixo de 20%, têm-se uma situação de extrema precariedade nas condições de circulação, especialmente por se tratarem daqueles com piores índices de esgotamento adequado, fazendo da via pública muitas vezes valas de escoamento de águas servidas e esgotos domésticos.

4.4. Condições de Propriedade da Terra e de Precariedade da Moradia

Na escala do município, a partir da Tabela 4.7 podemos observar um quadro de menor disparidade na região metropolitana no que se refere à propriedade do domicílio, existindo uma variação entre Pacatuba (mais de 88% são proprietários da moradia), e

Chorozinho (algo em torno de 74% do total de famílias residentes no município). Vale aqui também salientar a representatividade do município mais populoso, Fortaleza, onde mais de 76% das famílias se dizem proprietárias dos seus domicílios, percentual que influencia no valor para o total da RM de Fortaleza (cerca de 77,38%).

TABELA 4.7 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros - 2000

Município	Domicílios particulares permanentes					
	Total	Próprios			Alugados	Outros
		Total	Com propriedade do terreno	Sem propriedade do terreno		
Aquiraz	14.014	77,11%	90,33%	9,67%	3,19%	19,70%
Caucaia	59.347	80,62%	87,96%	12,04%	8,24%	11,13%
Chorozinho	4.482	73,99%	91,87%	8,13%	4,45%	21,57%
Eusébio	7.249	76,53%	88,34%	11,66%	4,17%	19,30%
Fortaleza	525.991	76,26%	82,57%	17,43%	17,25%	6,49%
Guaiúba	4.473	81,28%	88,09%	11,91%	4,86%	13,87%
Horizonte	8.061	75,86%	89,01%	10,99%	13,18%	10,96%
Itaitinga	6.741	82,67%	84,69%	15,31%	7,04%	10,29%
Maracanaú	42.232	82,39%	91,96%	8,04%	10,23%	7,38%
Maranguape	19.868	77,45%	82,74%	17,26%	10,29%	12,25%
Pacajus	10.373	78,94%	93,18%	6,82%	9,04%	12,02%
Pacatuba	12.047	88,38%	87,71%	12,29%	7,16%	4,46%
São Gonçalo do Amarante	8.319	79,43%	87,21%	12,79%	6,56%	14,01%
Total	723.197	77,38%	84,32%	15,68%	14,80%	7,82%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. (Metrodata)

Noutras palavras, poderíamos afirmar que três em cada quatro famílias são proprietárias do imóvel em que residem. O restante estaria assim subdividido entre aqueles que compõem o déficit habitacional e os que integram a demanda atendida pelo mercado imobiliário de locação, seja ele formal ou informal.

Dentre os municípios com maior percentual de famílias vivendo em domicílios próprios destacam-se aqueles com maior concentração de projetos habitacionais de interesse social promovidos ainda nos anos 80, como Caucaia, Maracanaú, e Pacatuba, assim como Itaitinga e Guaiúba ambos desmembrados de Pacatuba.

Analisando os dados da Tabela 4.7, podemos perceber também que não há uma relação direta entre a propriedade do domicílio e a propriedade do terreno. Com exceção de Maracanaú, onde a população em sua maioria vive em conjuntos habitacionais, verifica-se que os municípios nos quais a população residente se diz proprietária do terreno são justamente aqueles com menor percentual de domicílios próprios, no caso Aquiraz, Horizonte, Pacajús e Chorozinho, que variam de 89% a 93% do total.

Mais uma vez, também se observa o peso de Fortaleza como município que detém quase 73% do total de domicílios da Região Metropolitana de Fortaleza. Neste caso, Fortaleza apresenta quase 82,6% dos domicílios próprios associados à propriedade do terreno, sendo o município com menor percentual neste indicador, seguido de perto por Maranguape (82,7%) que se aproxima da média metropolitana, onde 84,3% dos seus 560 mil imóveis considerados próprios.

Tem-se que os municípios com maior percentual de domicílios próprios sem a posse do terreno se localizam em Fortaleza (17,43%) e Maranguape (17,26%). O processo de intensa favelização que assola Fortaleza explica essa condição, enquanto que no caso de Maranguape podem ser apontados além da favelização da sua sede urbana, a presença de sítios de veraneio e a presença de atividades agrícolas, onde a presença do caseiro e morador é uma constante.

Os municípios com os menores percentuais de domicílios próprios sem a propriedade do terreno, como Maracanaú (8,04%), Chorozinho (8,13%), Pacajús (6,82%), Aquiraz (9,67%), Horizonte (10,9%) e Eusébio (11,6%) se diferenciam dos demais por conta de sua localização na parte leste da RMF. Como razões para esta condição diferenciada, tem-se: no caso de Maracanaú, um município predominantemente ocupado por conjuntos habitacionais, cuja política também inseria a propriedade do terreno. Numa situação diferenciada, por conta de influência direta da presença de sítios de veraneio e casas de praia, têm-se Aquiraz e Eusébio, onde também se percebe a presença de grandes glebas em processo de incorporação pelo mercado imobiliário formal de condomínios fechados ao longo da CE 040.

Por outro lado, no caso dos municípios de Horizonte, Pacajús e Chorozinho têm-se historicamente a intensiva presença das plantações de cajueiro, forte e tradicional atividade do agronegócio presente nesta porção da RMF. Disto decorre uma redução da presença de

agricultores baseados na subsistência, assim como a expansão da absorção destes trabalhadores pelas agroindústrias implantadas nestes municípios. Além disso, mais recentemente passa a ocorrer um processo de industrialização no eixo Horizonte – Pacajús em decorrência da reestruturação produtiva do setor secundário no estado do Ceará, atraindo novos moradores para estes municípios, cujo padrão de renda permitirá tanto a aquisição de um lote para construção de sua residência, como para incrementar o mercado imobiliário de aluguel.

Verificando-se a Tabela 4.7, observa-se que dos mais de 107 mil imóveis alugados presentes na RMF, mais de 90 mil se encontram em Fortaleza, representando quase 85% do total de domicílios efetivamente em condição de locação na Região Metropolitana de Fortaleza.

Analisando a distribuição dos domicílios alugados por município da RMF, observa-se que Fortaleza desponta com mais de 17,2% das suas unidades domésticas, seguida por Horizonte, onde cerca de 13,2% dos imóveis são alugados. No primeiro caso tem-se uma associação direta com a industrialização recente, atraindo novos moradores aptos a ter esta despesa com moradia. O mesmo se observa com relação à Maracanaú e Maranguape, os quais também se incluem entre os municípios com percentual muito alto de domicílios particulares permanentes em imóveis alugados.

Ainda na Tabela 4.7, observa-se que um percentual considerável de domicílios não se insere em nenhuma das situações anteriores, tais como os cedidos por seus proprietários para que as famílias neles se estabeleçam como “moradores”, garantindo a sua não ocupação por outrem, assim como a existência de relações do tipo patrão – empregado, no qual o imóvel passa a fazer parte do pagamento pelo trabalho. Em números absolutos, tem-se que mais de 56 mil imóveis encontram-se ocupados, porém sem que haja um pagamento pelo seu uso e sem que o usuário seja o seu proprietário. Destes imóveis mais de 78% se localizam nos municípios mais populosos: Fortaleza (34.134 domicílios), Caucaia (6.607) e Maracanaú (3.116), ainda que percentualmente estes números sejam inferiores à média da RMF.

Os municípios com a presença de sítios de veraneio produtivos ou não, casas de praia, assim como a ocorrência de atividades produtivas agrícolas associadas à produção para subsistência e de sequeiro são aqueles que se incluem destacadamente nesta categoria. Dentre eles podemos mencionar: Chorozinho (21,6%), Aquiraz (19,7%) e Eusébio (19,3%), seguidos por outros com as mesmas características, mas com percentuais menos elevados: São Gonçalo (14,1%) e Guaiúba (13,9%).

A forma precária de moradia pode também ser compreendida através do porte da moradia, utilizando como indicador o número de cômodos inferior ou igual a três. Vale aqui considerar que um domicílio com este número de compartimentos significa a presença de sala, cozinha e um só dormitório, não incluindo o banheiro como um dos cômodos computados. Nesta situação de moradia com reduzido número de cômodos, tem-se a superposição de usos, assim como o seu maior adensamento, dado, que em média, tem-se cerca de 4,12 habitantes por unidade habitacional.

TABELA 4.8 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos – 2000

Município	Domicílios particulares permanentes		%
	Total	Com até 3 cômodos	
Aquiraz	14.014	3.073	21,9
Caucaia	59.347	13.206	22,3
Chorozinho	4.482	902	20,1
Eusébio	7.249	1.476	20,4
Fortaleza	525.991	87.480	16,6
Guaiúba	4.473	1.117	25
Horizonte	8.061	1.521	18,9
Itaitinga	6.741	1.400	20,8
Maracanaú	42.232	7.234	17,1
Maranguape	19.868	4.085	20,6
Pacajus	10.373	1.788	17,2
Pacatuba	12.047	1.979	16,4
São Gonçalo do Amarante	8.319	1.674	20,1
Total	723.197	126.935	17,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Fortaleza, apresenta 87.480 domicílios com menos de três cômodos, o que representa o menor percentual da RMF, ficando em torno de 16,6% do seu total de domicílios. Apesar dos números absolutos serem impressionantes, observa-se, na Tabela 8, que os maiores percentuais de domicílios com número de compartimentos inferior ou igual a três incluem os municípios limítrofes com Fortaleza: Aquiraz (21,9%), Eusébio (20,4%), Caucaia (22,3%) e Itaitinga (20,8%) ou periféricos da RMF: São Gonçalo (20,1%), Maranguape (20,6%), Guaiúba (25,0%) e Chorozinho(20,1%), superando a média de domicílios com três ou menos cômodos da RMF que é da ordem de 17,6%. Estes municípios seriam aqueles em

que as atividades econômicas predominantes estejam associadas seja à agricultura, seja ao setor terciário, especialmente o turismo.

Por outro lado, municípios com industrialização em fase mais avançada em relação aos demais, como Maracanaú, Horizonte, Pacajús e mais recentemente Pacatuba, seriam aqueles com um menor percentual de moradias de porte tão pequeno como o que esse indicador nos apresenta. Vale lembrar que além da industrialização, podem ser associados como fatores que contribuem para essa diferenciação a presença de grandes conjuntos em Maracanaú e Pacatuba, assim como a tipologia autoconstruída nos loteamentos que passaram a se expandir em Horizonte e Pacajús.

4.5. Padrões de Conforto Domiciliar (Acesso a Bens, e Equipamentos Domésticos)

No sentido de verificar a condição de moradia associada à capacidade de consumo por domicílio, adotou-se como estratégia a análise do acesso a bens de uso difundido, de média difusão e restrito, considerando que a menor acessibilidade aos mesmos possa retratar a condição de vida e de moradia menos qualificada. A análise aqui apresentada encontra-se subdividida em duas escalas: municípios e áreas de expansão demográfica.

TABELA 4.9 – Municípios da R.M.F por Domicílios Segundo o Acesso a Bens - 2000

Municípios	Total de domicílios	Domicílios com acesso a bens					
		de uso difundido ¹	% de uso difundido ¹	de média difusão ²	% de média difusão ²	de uso restrito ³	% de uso restrito ³
Aquiraz	14.014	7.518	0,536	1.408	0,1	1.452	0,104
Caucaia	59.347	36.633	0,617	11.507	0,194	11.502	0,194
Chorozinho	4.482	1.982	0,442	334	0,074	272	0,061
Eusébio	7.249	4.646	0,641	817	0,113	957	0,132
Fortaleza	525.991	398.598	0,758	206.385	0,392	197.049	0,375
Guaiúba	4.473	1.862	0,416	198	0,044	320	0,072
Horizonte	8.061	4.217	0,523	775	0,096	813	0,101
Itaitinga	6.741	3.690	0,547	660	0,098	981	0,146
Maracanaú	42.232	27.933	0,661	9.166	0,217	8.445	0,2
Maranguape	19.868	10.107	0,509	2.298	0,116	2.322	0,117
Pacajus	10.373	6.104	0,588	1.344	0,13	1.428	0,138
Pacatuba	12.047	7.524	0,625	1.789	0,148	1.944	0,161
São Gonçalo do amarante	8.319	3.142	0,378	526	0,063	511	0,061
Total	723.197	513.957	0,711	237.207	0,328	227.996	0,315

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(¹) Refere-se aos domicílios com todos os bens de uso difundido. Rádio; TV; Geladeira

(²) Refere-se aos domicílios com pelo menos 2 bens de média difusão. Carro; Vídeo; Máquina de lavar; telefone

(³) Refere-se aos domicílios com pelo menos 1 bem de difusão restrita. Computador; microondas; Ar condicionado

A Tabela 4.9 apresenta as condições de acesso a bens de consumo segundo os municípios que compõem a RMF considerando a classificação estabelecida pelo IBGE. Considerando o total da população vivendo na região metropolitana tem-se que acima de 71% dos domicílios possuem todos os bens considerados de uso difundido, reduzindo-se para pouco menos de um terço, quando o indicador diz respeito à propriedade de dois bens de média difusão, valendo o mesmo para a aquisição de apenas um bem de uso restrito.

Com isso, podemos indicar que as condições de vida na área metropolitana de Fortaleza podem ser subdivididas em algumas categorias: uma classe mais miserável, composta por quase 30% que ainda permanecem numa situação de pobreza que impede a compra de bens de uso difundido; uma classe mais favorecida, pouco maior que 30%, possuidora de bens de média e de baixa difusão.

Dentre os municípios com percentuais muito alto de propriedade dos bens de uso difundido, destacam-se Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba e Eusébio. Destes apenas

Fortaleza possui um percentual superior à média metropolitana, indicando que três em cada quatro domicílios da capital possuem rádio, TV e geladeira. No outro extremo, têm-se os municípios de Chorozinho, Guaiúba e São Gonçalo do Amarante, os quais em ordem decrescente apresentam percentuais inferiores a 50% do total de domicílios.

Considerando o indicador de propriedade de pelo menos dois bens de média difusão, no caso: carro, vídeo, máquina de lavar e telefone, menos de um terço da população metropolitana possui poder de compra destes bens de consumo, os quais se encontram concentrados nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Pacatuba. Do total de 237 mil domicílios incluídos nesta categoria, mais de 87% encontra-se na capital, denotando-se assim a condição de desenvolvimento desigual que prevalece na RMF. Por outro lado, municípios que apresentam percentuais baixos: Horizonte (9,6%) e Itaitinga (9,8%) e como muito baixo: Chorozinho (7,4%), São Gonçalo (6,3%) e Guaiúba (4,4%) registram que menos de 10% das suas unidades domésticas possuem capacidade financeira de adquirir estes bens de consumo ditos de média difusão.

No que se refere aos bens de uso restrito, tendo em vista a posse de apenas um dentre os três (computador, micro-ondas, ar condicionado) repete-se a mesma condição anteriormente mostrada para os bens de média difusão, tanto pelo aspecto de Fortaleza predominar sobre os demais, como a repetição dos municípios com os mais altos percentuais e dos com os percentuais muito baixos, também inferiores a 10% do total.

Vale aqui comentar que os municípios com menor capacidade de aquisição de bens além de se repetirem para os três indicadores, se localizam nas partes mais distantes em relação ao município pólo, guardando ainda consigo características rurais bem mais evidentes que os demais. No caso de Pacajús, constata-se que sua classificação mantém-se constante como um município com altos percentuais, ao contrário de Horizonte, seu ex-distrito, se encontra sempre inserido naqueles com baixos percentuais. Outros como Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Maranguape demonstram uma oscilação entre altos, médios e baixos índices.

Observando-se ao conjunto de mapas, tem-se que: a) os municípios mais fortemente conurbados (Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Pacatuba se diferenciam dos demais nas três situações abordadas; b) Pacajús e Maranguape se destacam por conta de suas características como municípios institucionalmente consolidados e de sua maior distância ao município pólo, no caso Fortaleza; c) Aquiraz apresenta situação distinta por conta da proximidade

à Fortaleza e da conurbação mais recente e menos adensada; d) municípios de menor porte mais distantes de Fortaleza, especialmente aqueles derivados de emancipação de distritos de outros municípios da RMF, são aqueles que retratam uma menor capacidade de aquisição de bens por parte de seus domicílios tais como: São Gonçalo, Guaiúba, Chorozinho, Horizonte e Itaitinga.

4.6. Sobre o Processo de Favelização e a Formação dos Aglomerados Subnormais

Via de regra, o IBGE adota como conceito para definir esta tipologia de assentamento aquele “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou privada) de forma desordenada e densa, em geral desprovida de serviços públicos essenciais”. Tendo em vista a existência de favelas de menor porte, assim como a superficialidade dos dados coletados neste censo, a favela enquanto fenômeno urbano, merece um estudo específico e mais detalhado para que se possa quantificá-la na sua dimensão e qualificá-la na sua diversidade.

Por meio do Censo Demográfico do IBGE de 1991 foram identificados 115 aglomerados subnormais, num total de 57.449 casas, representando 14,8% dos domicílios de Fortaleza. No caso, teve-se como critério o número mínimo de 50 domicílios. No último censo 2000, foi apontado um total de 157 aglomerados, nos quais se encontram 82.771 domicílios. Estes números fazem de Fortaleza a terceira cidade brasileira em número de favelas, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, percebe-se o crescimento do total de domicílios em aglomerados ao longo da década, significando em números absolutos a mais de 25.000 domicílios, mantendo-se, porém, um percentual de aproximadamente 14% do total de domicílios de Fortaleza.

De acordo com a Tabela 4.10, verifica-se que a presença de assentamentos subnormais já ocorre em Caucaía, além de Fortaleza. Apesar do processo de favelização passar a ser visto como um problema metropolitano, dado que os aglomerados subnormais já não se encontram apenas em Fortaleza, ao se analisar a Tabela 10, pode-se comprovar que os dados nela incluídos mostram-se subestimados.

Primeiro, percebe-se que o quadro geral fornecido pelo METRODATA, a partir de dados do IBGE, indica a presença de aglomerados subnormais apenas nos municípios

de Fortaleza e Caucaia, num total de 84.435 famílias vivendo nestas condições, não identificando nenhum destes aglomerados nos municípios mais periféricos da Região Metropolitana, justamente aqueles onde as condições de acessibilidade às redes de infra-estrutura se mostram piores, assim como os indicadores de inadequação da moradia. O total contabilizado para estes dois municípios já chega a representar um percentual superior a 10% do total de unidades domésticas presentes na RMF.

TABELA 4.10 – Municípios da RMF em Aglomerados Subnormais e Situação Fundiária Irregular- 2000

Município	domicílios particulares permanentes	em aglomerados subnormais		sem propriedade do terreno	
		domicílios	%	domicílios	%
Aquiraz	14.014	0	0,00%	1.045	7,46%
Caucaia	59.347	1.664	2,57%	5.763	9,71%
Chorozinho	4.482	0	0,00%	270	6,01%
Eusébio	7.249	0	0,00%	647	8,92%
Fortaleza	525.991	82.771	14,08%	69.920	13,29%
Guaiúba	4.473	0	0,00%	433	9,68%
Horizonte	8.061	0	0,00%	672	8,34%
Itaitinga	6.741	0	0,00%	853	12,66%
Maracanaú	42.232	0	0,00%	2.797	6,62%
Maranguape	19.868	0	0,00%	2.656	13,37%
Pacajus	10.373	0	0,00%	558	5,38%
Pacatuba	12.047	0	0,00%	1.309	10,86%
São Gonçalo do Amarante	8.319	0	0,00%	845	10,16%
Total	723.197	84.435	10,49%	87.768	12,14%

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Segundo, quando se observa o total de domicílios sem a propriedade do terreno, confirmada pelo próprio morador, verifica-se que, ainda que haja o receio do morador em situação irregular diante da pergunta formulada pelo pesquisador, o total de domicílios é superior ao total de domicílios em aglomerados subnormais, assim como os números se distribuem por todos os municípios que compõem a RMF. Vale mencionar que no caso de Fortaleza o total de domicílios considerados em aglomerados subnormais é maior do que o total daqueles que afirmaram morar em terreno que não seja de sua propriedade,

ainda que as áreas consideradas subnormais abranjam apenas as áreas com mais de 50 unidades habitacionais.

Dados da Fundação João Pinheiro referentes ao estudo sobre o déficit habitacional brasileiro indicam que problemas associados ao adensamento excessivo atingem a 10.300 domicílios situados em favelas, ou seja, haveria mais de três pessoas por cômodo em 12,4% do total de domicílios nas áreas consideradas aglomerados subnormais. A precariedade das condições de moradia fica ainda mais evidente quando se verifica que 20,4% das moradias nos assentamentos subnormais não possuem banheiro. Além disso, considerando que o direito à moradia diz respeito também à acessibilidade às redes de infra-estrutura, constata-se que um em cada dois domicílios situados em áreas consideradas aglomerados subnormais pelo IBGE apresentam carências de infra-estrutura.

Além dos processos até aqui apontados, a partir do estudo do processo de favelização de Fortaleza outras manifestações podem ser percebidas no espaço intra-urbano metropolitano. O crescimento acelerado das famílias que vivem em áreas de risco tenha se intensificado, é um indicador de que a ocorrência de migrações intra-urbanas, especialmente em direção às áreas de ocupação mais precárias, derivada da fuga do aluguel e da queda de poder aquisitivo.

Nas áreas mais próximas aos bairros centrais e aos principais eixos de circulação também pode ser observado um processo de autoverticalização em áreas de ocupação decorrente de uma nova geração nascida na favela, assim como do empobrecimento progressivo que assola as famílias de baixa renda. Os altos percentuais de co-habitação podem ser apontados como indicadores deste fenômeno urbano.

Reconhecidos como verdadeiros espaços da resistência na cidade, algumas áreas de ocupação ainda remanescem em bairros valorizados consolidados, assim como naqueles onde as novas frentes de expansão do capital imobiliário continuam crescendo.

Essas áreas têm sido o alvo preferencial das ações do poder público estadual e federal, e estão quase sempre associadas a projetos denominados estruturantes, especialmente voltados para o turismo e para as empresas imobiliárias. Como parte integrante de operações urbanas consorciadas, as áreas de ocupação bem localizadas, desde o início dos anos 90, passam por processos progressivos de remoção e reassentamento nas proximidades, sendo também atendidos, ainda que parcialmente, com obras de urbanização. Mais recentemente,

diante da mobilização promovida por movimentos sociais e ONGs em defesa destas comunidades, tem se verificado uma desfavelização lenta, porém eficaz, promovida pela própria iniciativa privada, ao adquirir as habitações diretamente dos moradores, com o seu posterior laque e demolição.

Por outro lado, a favelização se expande de forma intensa e progressiva tanto nas franjas periféricas de Fortaleza, como nas entradas das outras 12 cidades da RMF em suas faixas de transição urbano-rural, configurando-se em “pontas de rua” com condições extremamente precárias, indicando o crescimento demográfico mais intenso da metrópole nos municípios que envolvem o município pólo.

O problema da moradia na RMF constitui-se assim num dos principais indicadores da maneira injusta como o espaço intra-urbano tem sido produzido. O desenvolvimento, à medida que se concentra no espaço, presencia a proliferação de ocupações subnormais em fragmentos de degradação ambiental do tecido urbano, produzindo um espaço intra-urbano desigual.

A substituição de usos em diversos bairros, comandada pela especulação imobiliária, tem sido intensa no caso de Fortaleza. A simultaneidade deste processo em relação ao crescimento demográfico e ao atual modelo excludente de desenvolvimento tem levado a um processo de ocupação e apropriação do solo urbano de maneira desordenada, gerando fluxos migratórios intra-metropolitanos, levando a grande maioria das unidades domésticas as situações de miséria urbana, que as impedem de ter acesso ao mercado imobiliário.

A favelização, como forma de produção e apropriação do solo, constitui-se num intenso processo de degradação do espaço intra-urbano. Como resultado do empobrecimento do campo e das estiagens recorrentes, os municípios da região metropolitana ainda tem recebido um contínuo fluxo migratório vindo da zona rural. Paralelamente, num processo intra-metropolitano, o surgimento de novas favelas e a expansão das antigas áreas de ocupação tem representado um efeito do crescimento da miséria e exclusão social na cidade, assolando os espaços livres restantes da cidade, onde a natureza é mais frágil e contraditória, acolhendo e desabrigando seus ocupantes.

Esse processo, apesar de ocorrer na escala do ambiente intra-urbano, de forma vernacular com a população de baixa renda produzindo seu próprio espaço, traz para a paisagem da cidade uma diversificação do seu uso. Ao mesmo em tempo que o ambiente

periférico se torna mais homogêneo, reduzem-se as diferenças entre a favela e as outras formas de moradia. Progressivamente, os fragmentos urbanos ocupados por favelas passam a se conectar ao longo de linearidades, da mesma forma que as diferenças entre suas bordas e os espaços que os envolvem passam a ser minimizadas.

A forma fragmentada de proliferação das áreas de ocupação denota as dificuldades iniciais que sua população enfrenta para obter melhorias, redes de infra-estrutura e regularização fundiária. Cada retalho ocupado terá vida própria, constituindo sua própria associação de moradores, muitas vezes atendida de forma assistencialista. Todavia, à medida que surgem novas áreas e que as antigas se adensam, as favelas passam a ter maior representatividade, visto que a paisagem que as abriga, também facilita a organização através de reações da natureza e das relações sociais de produção à forma predatória como se dá a ocupação do espaço.

Ressalta-se aqui a contradição trazida pelo desenvolvimento desigual, nas suas tendências para a diferenciação e equalização movidas pela concentração de riqueza, que a crescente favelização da cidade evidencia. Da mesma forma, os espaços produtivos deixam de atrair novas ocupações no seu entorno, visto que, com a reestruturação do espaço intra-urbano, as indústrias mais antigas transferem-se para áreas com melhor infra-estrutura, reduzindo também a demanda por mão-de-obra.

Semelhante a todo o Brasil, Fortaleza teve seu processo de favelização concentrado nos últimos 30 anos, encontrando-se numa fase em que os espaços disponíveis para expansão de cada favela já foram todos ocupados. Atualmente, os filhos dos primeiros ocupantes constituem novas famílias, permanecendo na favela, onde passa a ocorrer a verticalização autoconstruída, acumulando na paisagem da favela as recentes transformações do espaço intra-urbano.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Elza, *Os Labirintos da Habitação*, Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 1995
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, *Déficit Habitacional no Brasil*, Belo Horizonte, 2004

LAGO, L. C. *Desigualdades e Segregação na Metrópole*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000

MARICATO, Ermínia, *Brasil, Cidades*, Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

PASTERNAK, Suzana, *Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de Pesquisas e Políticas*, LAP, SP, 1997

PEQUENO, Luis Renato, *Desenvolvimento e degradação no espaço urbano de Fortaleza*, FAUUSP, S.Paulo, 2002

RIBEIRO, Luis César Q. (org), *O Futuro das Metrópoles: Desigualdades e Governabilidade*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000

RIBEIRO, Luis César Q. (org), *Metrópoles Brasileiras: Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2004

RODRIGUES, Arlete Moisés, *Moradia nas Cidades Brasileiras*, Editora Contexto, São Paulo, 2001

SANTOS, Milton, *O Espaço Dividido*, Editora Francisco Alves, São Paulo, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de, *O Desafio Metropolitano*, Bertrand Brasil, Rio, 2000.

VILAÇA, Flávio, *Espaço Intra-urbano no Brasil*, Studio Nobel, São Paulo, 1999.

5. Análise Socioocupacional da Estrutura Intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza

Pretende-se aqui, de forma sintética, apresentar os primeiros resultados decorrentes da construção das tipologias socioespaciais da Região Metropolitana de Fortaleza, segundo a distribuição espacial das categorias socioocupacionais.

Para a obtenção desses resultados, adotou-se a metodologia comum à rede de pesquisa Observatório das Metrôpoles, fazendo-se todavia necessário a realização de estudos de cunho qualitativo em que se buscou espacializar alguns aspectos fundamentais para a compreensão das transformações no espaço metropolitano.

Primeiro, no que se refere à distribuição das atividades produtivas, sejam elas do secundário ou do terciário, associando aos processos de reestruturação produtiva na metrópole. Segundo, no que diz respeito às diferentes formas de produção da moradia diferenciando em relação aos agentes produtores do espaço: quanto à definição pelo Estado dos espaços onde os conjuntos habitacionais vieram a ser implantados; quanto à disseminação do processo de favelização abrigo as moradias mais precárias, produzidas pelos setores informais; por fim, quanto às escolhas feitas pelo setor imobiliário, visando à produção residencial para o mercado.

Considerando que a ocupação se coloca como variável principal para a definição das tipologias, e que as mesmas serão obtidas a partir de dados censitários, obtidos nas

unidades domiciliares, a compreensão das localizações das estruturas produtivas associadas às condições de moradia é fundamental para que as tipologias possam ser analisadas em seu grau de coerência e compreendidas em seu conteúdo socioocupacional.

5.1. Elementos da Estrutura Intra-urbanos da Região Metropolitana de Fortaleza

Composta por 13 municípios, a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF apresentou em 2000 um contingente demográfico superior a 3 milhões de pessoas, representando mais de 40% da população do Estado do Ceará. Como significado maior do processo de desenvolvimento desigual e concentrado cearense, a RMF retrata a situação de macrocefalia que historicamente tem assolado o Estado do Ceará. Atualmente dos 184 municípios cearenses, apenas seis apresentam população superior a 100 mil habitantes, dos quais três se encontram na região metropolitana: Fortaleza, Caucaia e Maracanaú.

Criada em 1973, a RMF teve sua composição político-administrativa transformada tanto pela fragmentação de seus municípios originais, via emancipação de distritos, como pela inserção de novos municípios. Todavia, passados mais de 30 anos, o espaço metropolitano tem como destaque sua porção intra-urbana extremamente adensada e heterogênea, associada a uma forma de urbanização compacta diretamente vinculada aos deslocamentos do ser humano como portador da força de trabalho ou como consumidor (VILLAÇA, 1998).

Numa primeira leitura da estrutura do espaço metropolitano, faz-se necessário identificar alguns elementos associados ao fenômeno da conurbação, na forma como tem se manifestado. Do reconhecimento destes elementos, torna-se possível compreender uma série de processos atrelados às desigualdades socioespaciais, seja nas condições de acessibilidade às redes e serviços urbanos, seja na mobilidade entre os sub-espços da metrópole.

No que se refere à conurbação, observa-se a diferença entre as suas várias frentes sob dois aspectos: primeiro, nas faixas litorâneas pela sua linearidade e densidade orientadas pelos investimentos em infra-estrutura e pelos empreendimentos do setor imobiliário; segundo, nas franjas periféricas, onde ao oeste predomina uma expansão diversificada reunindo o setor

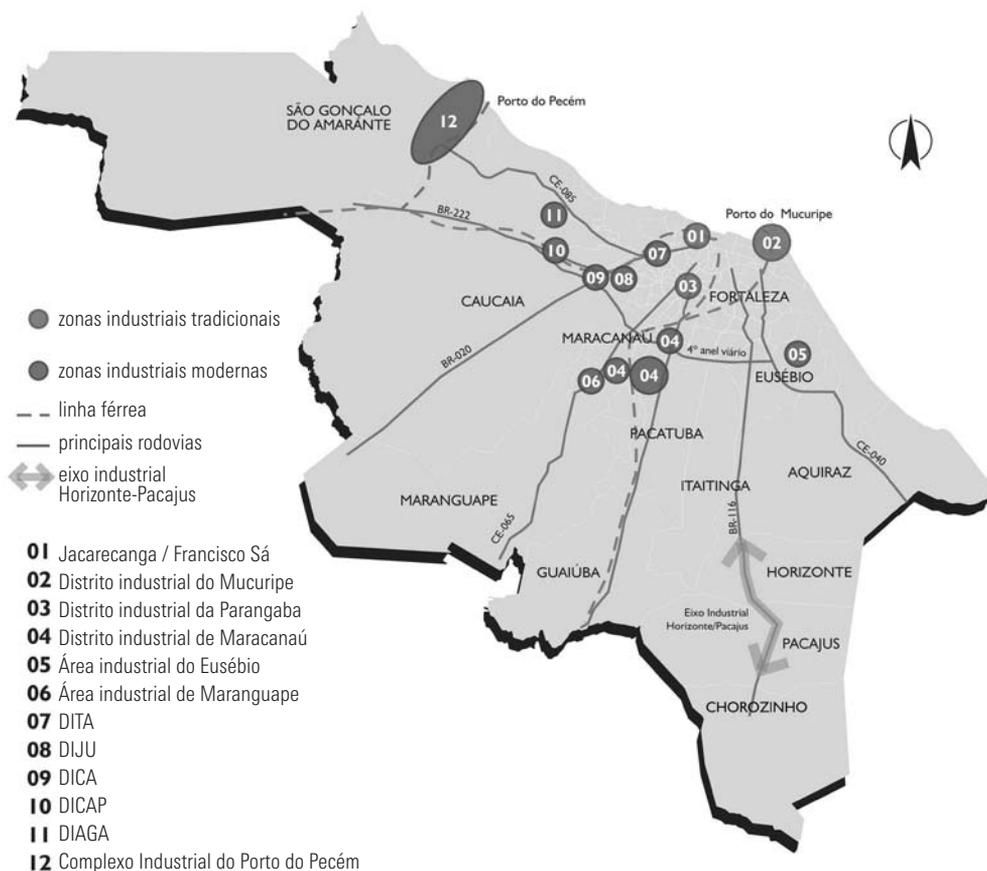
imobiliário associado às camadas mais populares, os programas habitacionais públicos e as ocupações espontâneas, e ao leste prevalece o mercado formal voltado às camadas médias e superiores. Todavia, a preponderância de Fortaleza, município pólo, como irradiador dos fluxos denota as disparidades socioespaciais entre a capital e os demais.

Quanto ao setor secundário, observa-se que, desde a criação da RMF, tem-se assistido a um processo de reestruturação econômica, pautado na redistribuição espacial de suas áreas industriais, o qual se vincula diretamente às infra-estruturas de circulação necessárias ao escoamento da produção. Além disso, por conta de seu crescimento demográfico acelerado e desigualmente distribuído, verifica-se a reorganização de suas centralidades, as quais se refazem em novas formas, assumindo padrões diferenciados que se ajustam às disparidades socioeconômicas presentes no quadro metropolitano.

Outrora concentrado na zona oeste do município de Fortaleza, ao longo de eixos rodoferroviários ou em núcleos no entorno da zona portuária, o setor industrial passou por uma reorganização nas últimas décadas, migrando para os espaços periféricos da metrópole, interferindo diretamente na sua estrutura socioespacial.

Estas transformações podem ser descritas em três períodos: primeiro, com a criação induzida do Distrito Industrial de Fortaleza nos anos 1970, que resultou na criação do município de Maracanaú, antigo distrito de Maranguape; segundo, desde os anos 1990, a expansão do setor em eixos e mini-distritos ao longo das rodovias federais e estaduais, nos municípios de Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Eusébio, Maranguape e Caucaia, vinculada à política estadual de atração de indústrias; terceiro, a criação de um complexo industrial portuário entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo, ao oeste da RMF, decorrente de projetos governamentais ainda em implantação, re-visitando a lógica do desenvolvimento exógeno, desvinculado das vocações regionais (Figura 5.1).

FIGURA 5.1 – Distribuição dos Distritos Industriais na Metr pole



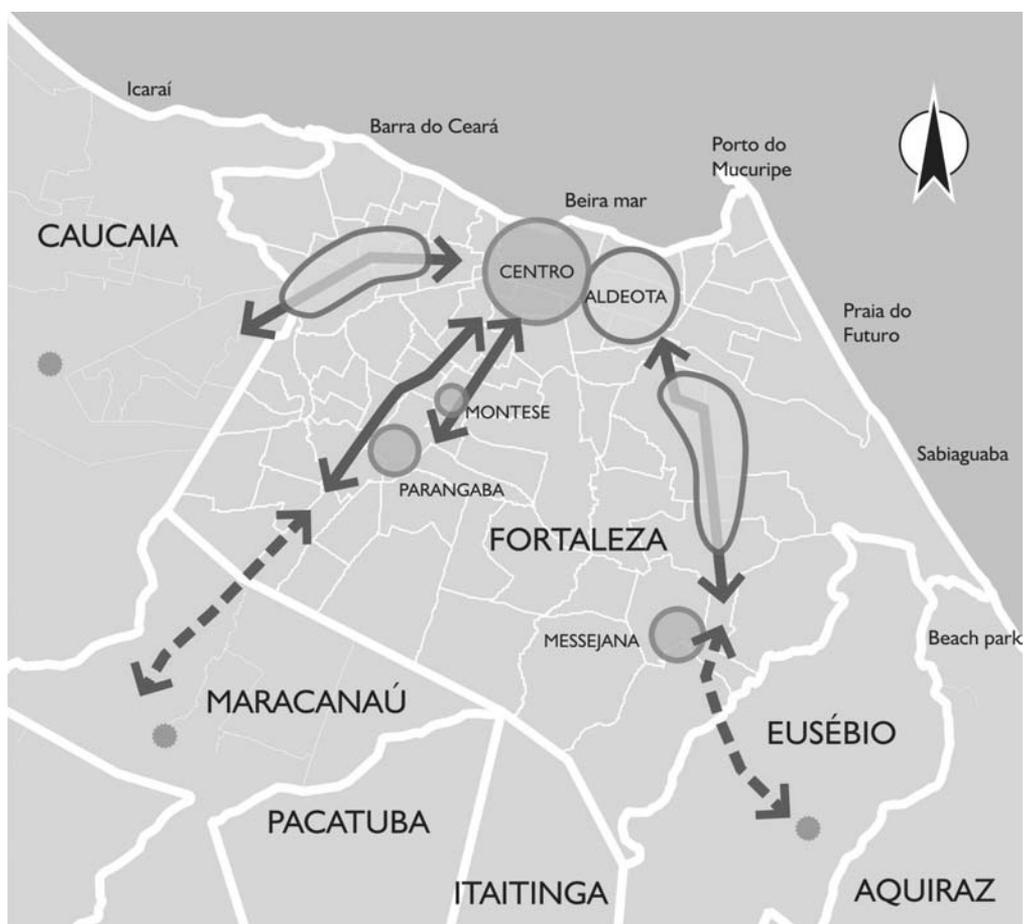
Fonte: Pequeno, 2000.

No que se refere ao setor terciário, observa-se a sua expansão em corredores, assim como a sua fragmentao em subcentralidades que passam a emergir nas áreas de maior crescimento urbano. Colabora com essa configurao axial do comércio e da prestao de servios, o surgimento de shopping center, ao longo de avenidas que partem do Centro em direo ao leste. Fortemente vinculadas ao mercado imobiliário, estas áreas passam a redefinir a distribuio dos grupos sociais de maior poder aquisitivo na RMF (ver Figura 5.2).

Por outro lado, remanesce num estado de crescimento desordenado, o centro tradicional, atendendo especialmente à demanda da poro oeste da metrópole, sob forte impacto da economia informal. Incapaz de atender a todo o contingente demográfico desta parte da RMF, o centro passa a sofrer o espraiamento das atividades terciárias ao

longo das vias de maior fluxo, nas direções oeste e sudoeste. Além disso, observa-se a intensificação do comércio nas sedes municipais, assumindo funções de subcentralidades na metrópole. Contribui para este quadro de crescimento desordenado, a presença de agentes do mercado imobiliário que tem agido com extrema avidez, notadamente quando se defrontam com a fragilidade dos instrumentos de planejamento e gestão do solo na esfera dos municípios.

FIGURA 5.2 – Centralidades, Subcentralidades e Corredores Terciários na RMF



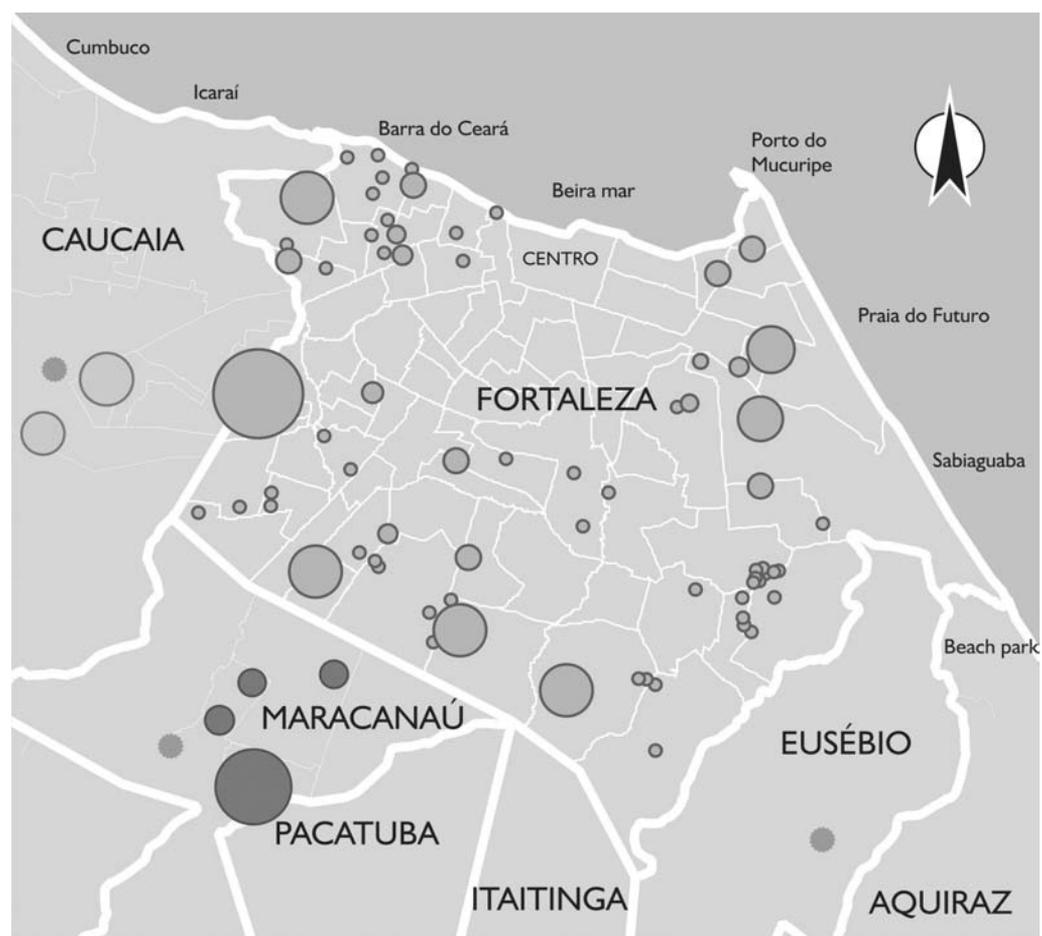
Fonte: Pequeno, 2006

Ao longo destas últimas décadas, marcadas pelo crescimento demográfico explosivo, as condições de moradia têm sido bastante transformadas, cabendo aqui a sua utilização

como indicador de mudanças e estagnação das condições de vida na RMF dada à presença de diferentes atores, detentores de distintos papéis e interesses.

Assim, cumpre observar o papel do poder público na definição de políticas de moradia de interesse social nas diferentes esferas, localizando conjuntos habitacionais no espaço periférico ao oeste e sudoeste, configurando processo de redistribuição de população especialmente concentrado nas décadas de 1970 e 1980 e induzindo o processo de conurbação que fez de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú um *continuum* urbano (ver apresentação Figura 5.3 Produção da Moradia pelo Estado).

FIGURA 5.3 – Produção da Moradia pelo Estado



Fonte. Pequeno, 2006

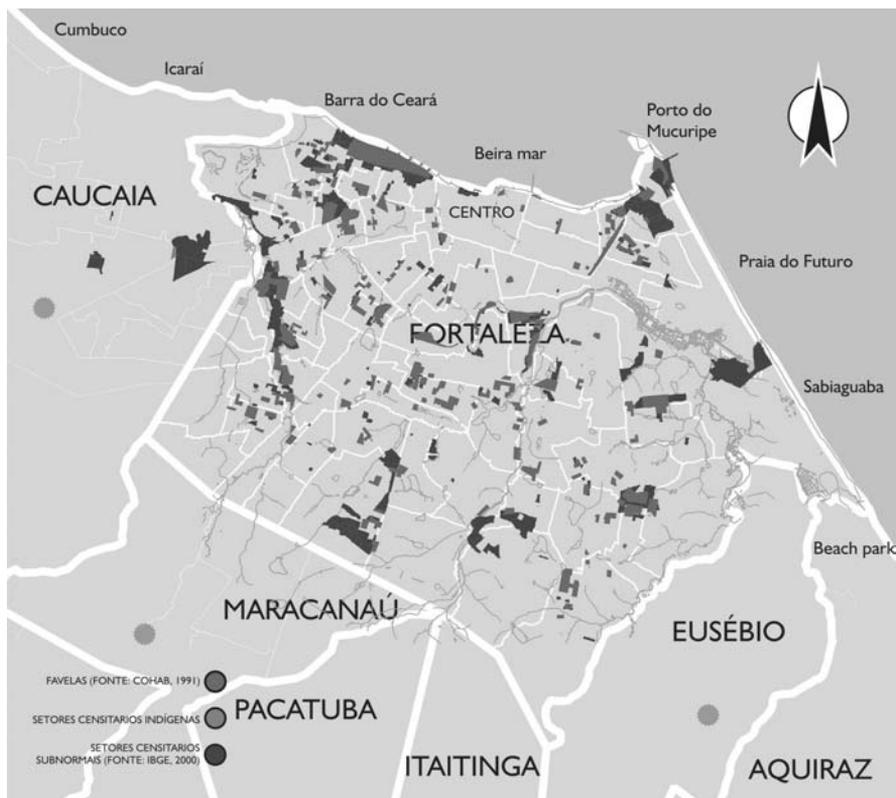
Ao longo das décadas de 1970 e 1980 prevaleceram os grandes conjuntos periféricos, os quais, por ocasião de sua implantação, traziam consigo equipamentos sociais e redes de infra-estrutura, atendendo às demandas cadastradas na COHAB e utilizando recursos do BNH, desde a extinção do Sistema Financeiro de Habitação.

Desde meados dos anos 1980 passa a predominar a implantação de pequenos conjuntos, ocupando pequenos fragmentos de tecido urbano em Fortaleza e nos demais municípios metropolitanos, atendendo a demandas específicas, notadamente aquelas vinculadas às situações de áreas de favela em processo de urbanização com grande percentual de remoção, assim como às pequenas demandas aglutinadas em torno de lideranças e políticos, contribuindo com a difusão de práticas de coronelismo urbano.

A partir dos anos 1990, passa também a integrar esse quadro, as demandas específicas associadas às áreas de risco ambiental, cuja população é removida das margens de rios e lagoas, demarcando também um novo momento em que o município passa a prevalecer como agente executor de programas habitacionais, suplantando as ações do governo do estado.

Da incapacidade de atender à demanda por novas moradias, decorreu a proliferação de áreas de ocupação como resposta da população excluída à redução da oferta de moradias. Assumindo a condição de verdadeiros corredores de degradação socioambiental, os rios e córregos urbanos passaram a orientar o processo de favelização, cada vez mais vistos como signos da ausência de controle urbano, imprimindo uma maior capilaridade à cidade espontânea (PEQUENO, 2002).

FIGURA 5.4 – Disseminação da Cidade Informal

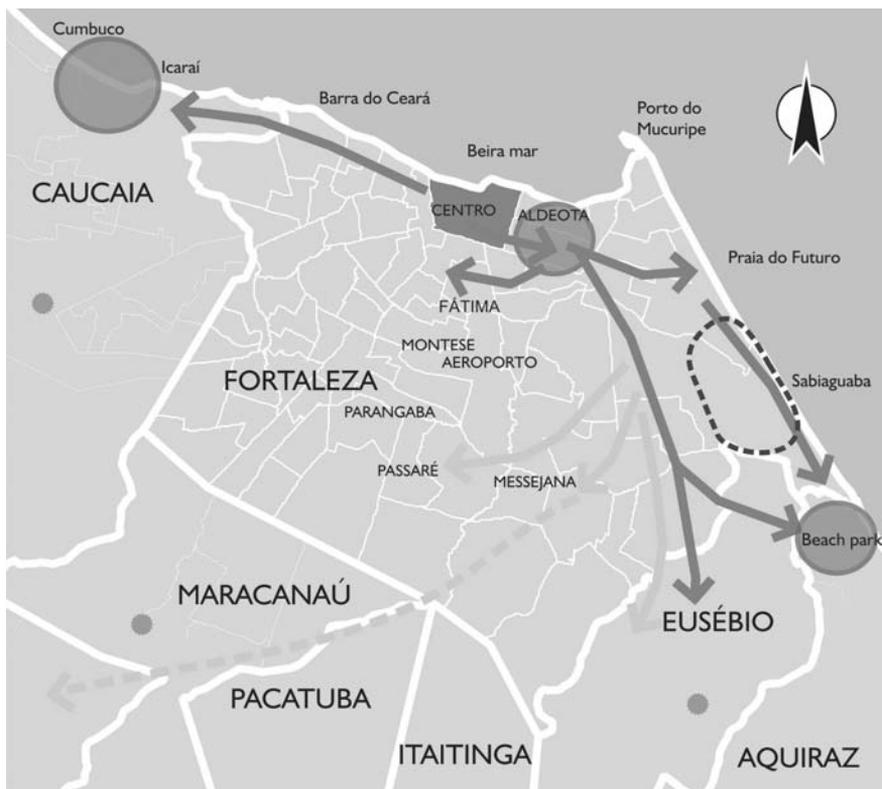


Fonte: Pequeno, 2006, a partir de dados da COHAB – CE 1991 e do IBGE 2000

Ultrapassando os limites do município de Fortaleza, desde os anos 1990, este processo passou a ser o indutor de uma nova forma de conurbação, contribuindo com o transbordamento de miséria e exclusão social para os municípios vizinhos. Geram-se, assim, novos padrões de integração intermunicipal, os quais passam a indicar a necessidade de implementação de programas de gestão metropolitana que tenham como tônica a cooperação intermunicipal.

Por sua vez, as ações do mercado imobiliário também indicam transformações na sua oferta, mantendo-se concentrado em poucos bairros e atrelado aos grupos que se apropriam das áreas melhor atendidas pelas redes de infra-estrutura e serviços urbanos. Num ritmo intenso e concentrado, observa-se a substituição das residências de médio e grande porte por condomínios verticais, desde meados dos anos 1980, nas áreas próximas ao litoral leste de Fortaleza. Ao mesmo tempo, a cidade se expande na direção sudeste, junto aos espaços terciários melhor qualificados, onde novos bairros foram criados, derivando na disseminação de condomínios horizontais, estabelecendo-se novos padrões de segregação na RMF.

FIGURA 5.5 – Concentrações e Fluxos de Intervenção do Setor Imobiliário Formal



Fonte: Pequeno, 2006

Também faz parte da compreensão do processo de reestruturação do espaço metropolitano, a espacialização das atividades turísticas e de suas formas, as quais se mostram diretamente associadas ao setor imobiliário, interferindo muito fortemente no mercado de terras da RMF e contribuindo com os processos de segregação socioespacial, segmentação e exclusão social. Observa-se que a partir das intervenções no sistema viário nas escalas regional e intra-urbana, assim como da implantação de grandes equipamentos, passa a ocorrer uma progressiva apropriação de áreas com maior valor paisagístico por este setor, exacerbando a apartação social na RMF.

Assim, passam a sobressair na paisagem metropolitana, corredores de desenvolvimento orientados pelas ações do mercado imobiliário diretamente vinculadas às decisões do poder público nas suas diferentes esferas de governo, consolidando-se processo de segregação residencial. Como afirma Corrêa (2003): “a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade

(...), significando não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro”. Todavia, considerando que a segregação residencial enquanto processo atinge a diferentes grupos, e mediante a complexidade com que o espaço metropolitano vem sendo produzido, faz-se necessário compreendê-lo na sua totalidade, verificando as diferenças e distâncias sociais que nele se apresentam.

5.2. Estrutura Socioocupacional da RMF

Reconhecidos os elementos estruturantes do espaço metropolitano e os processos que regem a sua produção social, nas suas diferentes formas, busca-se, no prosseguimento deste capítulo, identificar a estrutura socioocupacional da metrópole cearense aqui compreendida como uma totalidade. Considerados os usos do território da RMF, os fluxos que deles decorrem e as ocupações daqueles que dele se apropriam, pretende-se em seguida apontar as tipologias socioespaciais estabelecidas como partes integrantes deste todo, bem como as articulações entre elas, no sentido de obter uma nova leitura para a estrutura intra-urbana de Fortaleza.

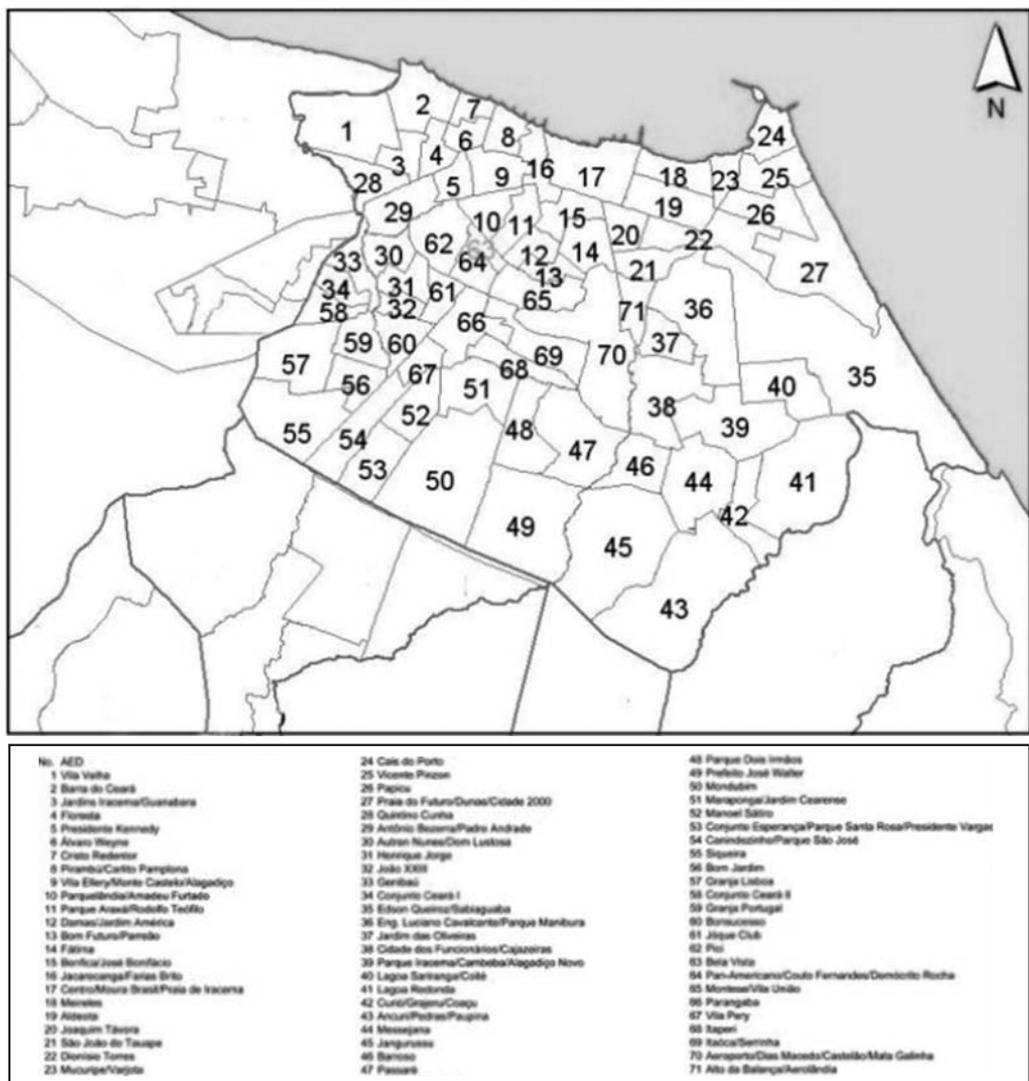
Enquanto procedimentos metodológicos, vale ressaltar a utilização da Classificação Brasileira de Ocupações, obtida no IBGE na sua pesquisa por amostragem do Censo 2000. Em seguida, as diferentes ocupações foram reorganizadas em 24 diferentes categorias socioocupacionais – CAT’s, tendo como variáveis complementares a renda e o grau de instrução. Da mesma forma, utilizou-se como unidade espacial de pesquisa, as áreas de ponderação para definição das amostras, denominadas AED’s – áreas de expansão de dados, a partir das quais se pode reconhecer as diferenças entre os percentuais das várias categorias socioocupacionais no espaço metropolitano.

A Região Metropolitana de Fortaleza encontra-se subdividida em 98 áreas de expansão de dados, AED’s, delimitadas pelo IBGE segundo os contingentes populacionais. Fortaleza, município pólo, encontra-se subdividido em 71 AED’s, seguida por Caucaia, dividida em 10 AED’s e Maracanaú com 5 áreas. Maranguape e Aquiraz possuem duas áreas cada, enquanto todos os demais municípios correspondem a uma AED cada.

Os mapas seguintes indicam o conjunto de áreas de expansão de dados em que a RMF encontra-se subdividida, destacando-se dentre outros aspectos: a maior fragmentação no município pólo; e a maior superfície das AED’s correspondentes aos municípios periféricos da RMF. Cumpre destacar que, para os municípios menos populosos representados por uma única área, tende a acontecer a generalização de seus dados para todo o município,

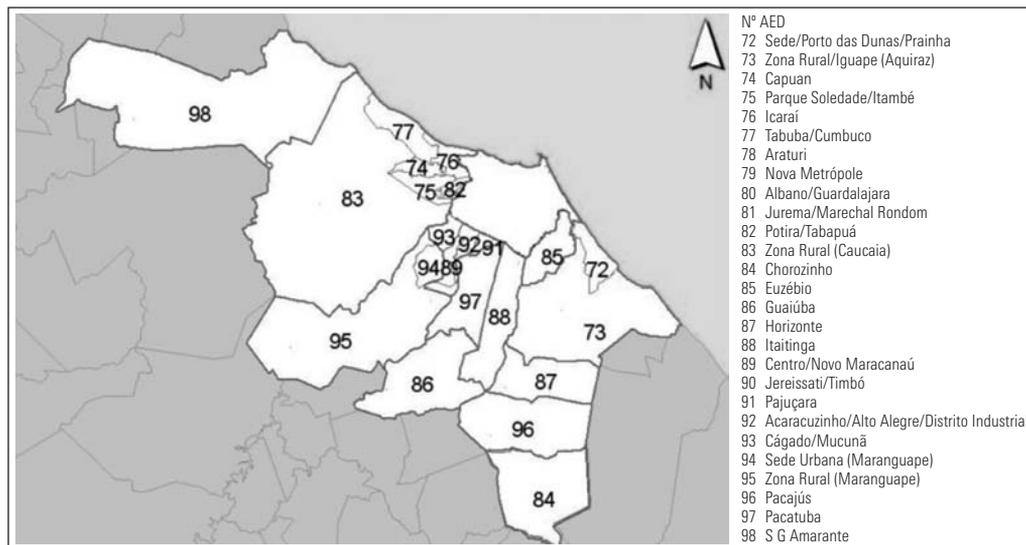
independente de sua condição como área urbana ou rural. Entretanto, há de se convir que se comparado às análises restritas ao município como unidade espacial de análise, a subdivisão em áreas de ponderação representam uma maior compartimentação do território metropolitano, às quais se vinculam os dados obtidos referentes às ocupações, nossa principal variável, à qual se associam as demais variáveis que permitem reconhecer o quadro de desigualdades socioespaciais presentes na metrópole.

FIGURA 5.6 – Município de Fortaleza em suas 71 AED's



Fonte: Observatório das Metrópoles – Núcleo Ceará

FIGURA 5.7 – Outros Municípios da RMF em suas AED's

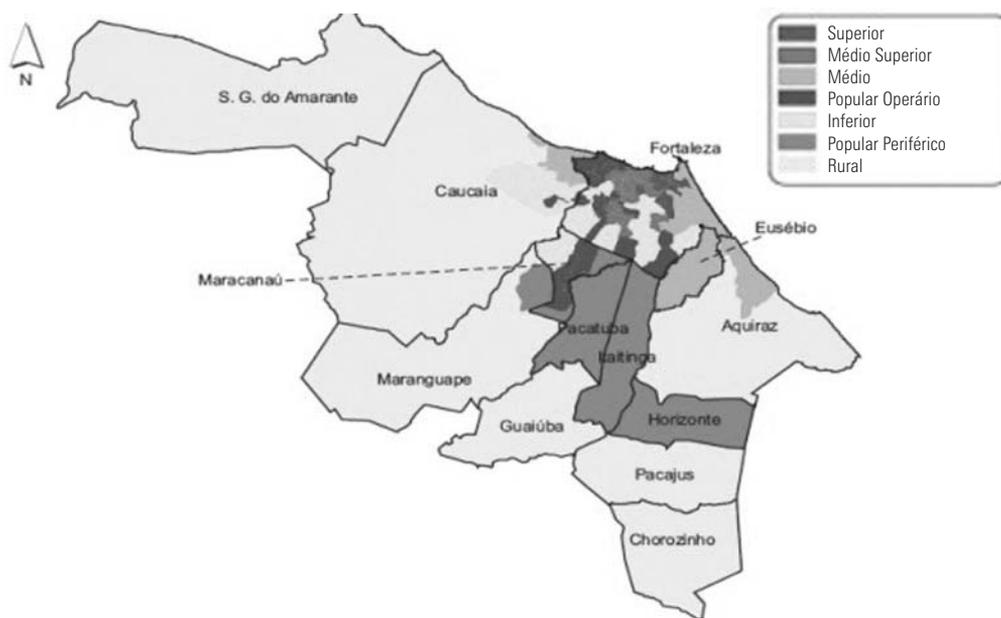


Fonte: Observatório das Metr poles – Núcleo Ceará

A partir do uso de metodologia comum, foram identificadas sete diferentes tipologias socioespaciais. Merece ser destacado que os tipos socioespaciais identificados encontram-se relacionadas entre si compondo uma hierarquia social cujo significado se associa às distâncias sociais entre as diferentes categorias socioocupacionais. Além disso, vale mencionar que estas tipologias foram conformadas pelo agrupamento de algumas AED's, cujo cont do socioocupacional foi em seguida, submetido à análise verificando-se o grau de coerência existente entre os resultados obtidos pela abordagem quantitativa dos dados e a realidade dos processos socioespaciais na Região Metropolitana de Fortaleza.

Adotou-se como critérios para esta análise e para posterior identifica o de tipos socioespaciais: o percentual das diferentes CAT's em cada tipologia, visando analisar a composi o de cada tipo socioespacial; a densidade de cada categoria socioocupacional na tipologia, visando confrontá-las e diferencia-las entre si. Além disso, para efeito de caracteriza o de cada uma das tipologias, buscou-se observar as rela o de contiguidade entre as diferentes áreas que compoem cada tipo socioespacial, assim como a compartimenta o de cada uma delas. Além disso, as tipologias socioespaciais foram relacionadas ao processo de desenvolvimento urbano recente e às tendências que se apresentam para a RMF.

FIGURA 5.8 – Região Metropolitana de Fortaleza – Tipologias Socioocupacionais



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

No caso da RMF, foi identificado um conjunto de sete tipologias socioespaciais denominadas como: Superior, Média Superior, Média, Popular Operária, Inferior, Popular Periférica e Rural. A nomenclatura utilizada corresponde a uma leitura da composição socioocupacional das mesmas, associada às peculiaridades presentes em cada uma delas, seja da predominância de determinadas categorias sobre as demais, seja da ambivalência derivada da heterogeneidade de categorias oponentes num mesmo tipo socioespacial.

A definição das tipologias socioespaciais teve nas densidades das categorias socioocupacionais extremas as principais características da distância social entre as elas no espaço social metropolitano, devendo ser destacados alguns pontos: - por um lado, a categoria dos trabalhadores agrícolas identificou a disparidade entre os espaços rurais metropolitanos e todas as demais áreas da metrópole; - por outro, as ocupações associadas aos dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores indicaram as áreas com maior concentração daqueles com maior renda, melhor instrução, e por conseguinte, as maiores oportunidades na metrópole (RIBEIRO, 2000 e 2004).

Além disso, vale mencionar que as demais categorias também contribuem com a definição das tipologias, indicando uma maior proximidade entre as categorias ditas inter-

mediárias demonstrando a imprecisão dos limites de determinados tipos e a sua diversidade socioocupacional, realçando a importância da necessidade de melhor compreender o seu conteúdo social e as inter-relações entre os diferentes tipos.

Numa primeira leitura compreensiva deste recorte espacial, considerando a RMF como uma totalidade segundo seus diferentes tipos socioespaciais, merece ser destacado em seus aspectos morfológicos: a complementaridade das tipologias superior, ao leste, e média superior, ao oeste, definindo um núcleo central do espaço metropolitano, para onde convergem fluxos diversos orientados a partir de eixos de degradação e desenvolvimento, os quais também estruturam as partes componentes das demais tipologias – média, ao longo da beira mar, popular operária, segundo os eixos viários, e inferior, orientadas pelos rios urbanos; a dimensão dos subespaços peri-urbanos, agrupando as tipologias rural e popular periférico, sendo que esta última ainda guarda fortes características do uso agropecuário. Disto desprende-se a forma compacta da urbanização no espaço metropolitano, assim como a predominância de espaços agrícolas no todo da RMF.

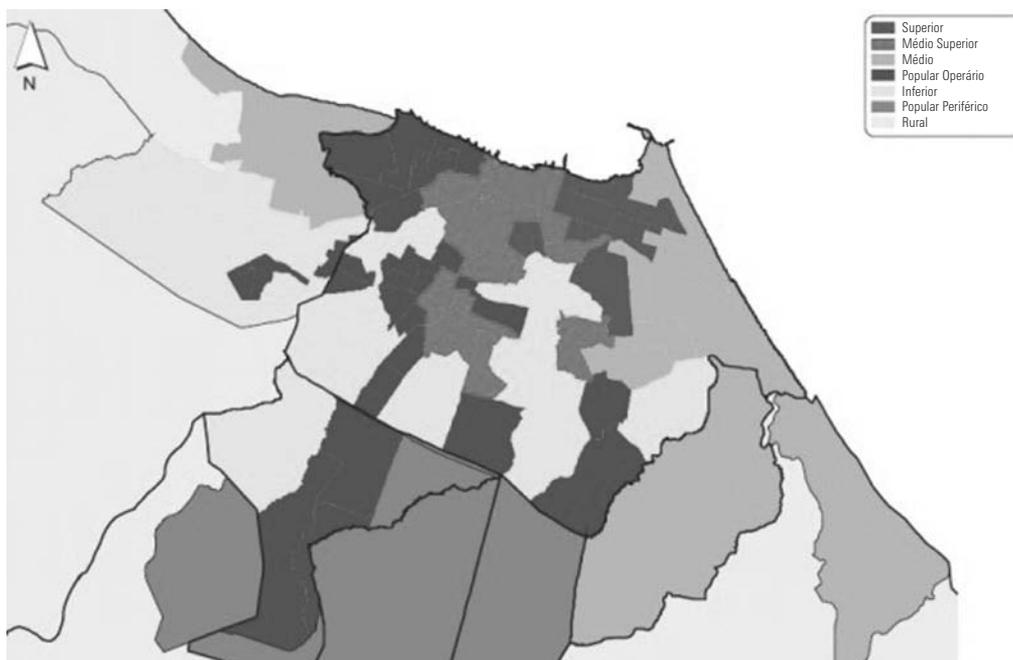
A Tabela 5.1 apresenta alguns elementos associados à dimensão territorial das tipologias, destacando-se que algumas agrupam um número reduzido de AED's, como a Superior, Média, Popular Periférica e Rural, em contraposição às demais que são mais numerosas e provavelmente mais diversificadas e fragmentadas na sua composição. Confirmando a análise referente à compacidade do espaço intra-urbano, verifica-se que mais de 76% da área metropolitana correspondem a espaços rurais, ressaltando a necessidade de discussão desses limites político-administrativos propostos para a RMF. Além disso, as altíssimas densidades demográficas nos tipos Médio superior, superior e popular operário, quando comparadas às demais, reafirmam a aglutinação da população em torno das áreas centrais dotadas de infra-estrutura, assim como ao longo dos corredores de transporte de maior fluxo. Faz-se também notar a rarefação da ocupação dos espaços peri-urbanos, onde a densidade se apresenta muito abaixo da média e demasiadamente distante das áreas mais densas.

TABELA 5.1 – Quadro Demográfico dos Tipos Sócioespaciais– RMF – 2000

Tipos Socioespaciais	Número de Áreas		Área (km ²)		Densidade demográfica (hab/km ²)	População Total		População Ocupada	
	N.abs	%	N.abs	%		N.abs	%	N.abs	%
Superior	7	7,14	28,2	0,58	6464	182314	6,11	83955	7,92
Médio Superior	18	18,37	52,95	1,09	8320	440555	14,76	178481	16,83
Médio	9	9,18	221,27	4,54	1016	224785	7,53	77496	7,31
Popular Operário	29	29,59	142,88	2,93	6435	919402	30,8	327688	30,9
Inferior	22	22,45	202,98	4,17	3822	775712	25,99	253288	23,88
Popular Periférico	5	5,1	516,01	10,6	378	195044	6,53	62702	5,91
Rural	8	8,16	3705,14	76,09	67	246877	8,27	76940	7,25
Total	98	100	4869,43	100	613	2984689	100	1060550	100

Fonte: METRODATA, IBGE, 2000

FIGURA 5.9 – Recorte da RMF nas suas Tipologias Socioocupacionais



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

Apresenta-se em seguida uma breve caracterização das tipologias identificadas, buscando-se estabelecer vínculos entre as categorias socioocupacionais, o recente processo

de desenvolvimento urbano e as tendências que se apresentam para o crescimento da metrópole. Facilita a compreensão do significado destas tipologias, a análise integrada das figuras apresentadas na primeira parte deste trabalho ao conteúdo socioocupacional de cada uma delas, especialmente através da densidade de cada uma das CAT's nos sete tipos socioespaciais propostos. Como recursos fundamentais para a compreensão do conteúdo socioocupacional das tipologias socioespaciais nas suas compatibilidades e nos seus conflitos foram utilizados os valores percentuais de cada uma das CAT's nos diferentes tipos socioespaciais, assim como as densidades de cada categoria nos tipos em relação à totalidade do espaço metropolitano.

TABELA 5.2 – Distribuição Percentual das CAT's por Tipologias Socioespaciais - 2000

Categorias sócio-ocupacionais	Tipologias socioespaciais (valores percentuais)						
	Superior	Médio Superior	Médio	Popular operário	Inferior	Pop. Periférico	Rural
Cat 21 - grandes empregadores	3,22	0,53	0,51	0,13	0,11	0,12	0,12
Cat 22 - dirigentes do setor público	0,87	0,45	0,23	0,08	0,09	0,15	0,19
Cat 23 - dirigentes do setor privado	2,39	0,53	0,39	0,15	0,13	0,17	0,22
Cat 41- prof. autônomos nível superior	5,49	2,12	1,32	0,66	0,54	0,51	0,31
Cat 42 - prof. empregados nível superior	9,22	4,22	1,81	1,27	0,86	0,56	0,37
Cat 43 – prof. estatutários nível superior	3,09	1,59	0,66	0,28	0,16	0,22	0,13
Cat 44 - professores de nível superior	4,19	3,23	1,36	1,25	0,68	0,87	0,37
Cat 31 - pequenos empregadores	6,64	3,21	1,68	1,36	0,9	0,84	1,1
Cat 51 - ocupações de escritório	8,46	12,21	5,14	8,63	5,83	4,28	3,04
Cat 52 - ocupações de supervisão	6,15	4,61	2,64	3,14	2,08	2,91	1,87
Cat 53 - ocupações técnicas	6,39	7,12	4,14	5,04	3,36	2,74	1,42
Cat 54 – ocup. médias saúde e educação	2,79	5,38	3,29	5,24	3,74	3,47	3,38
Cat 55 – oc. segurança, justiça e correios	1,99	2,32	1,18	2,06	1,23	1,02	0,46
Cat 32 – ocup. artísticas e similares	1,39	1,48	1,03	1,29	1,27	2,07	2,22
Cat 71 – trab. da indústria moderna	0,84	2,69	3,17	4,63	4,55	4,34	2,67
Cat 72 – trab. da indústria tradicional	1,88	5,98	5,36	12	10,02	17,87	8,41
Cat 73 – trab. dos serviços auxiliares	1,04	3,23	3,14	5,27	5,25	8,85	5,16
Cat 74 - trabalhadores construção civil	1,74	3,13	9,08	6,37	10,97	7,73	8,74
Cat 61- trabalhadores do comércio	7,77	10,97	9,54	11,84	11,13	8,26	6,59
Cat 62 – prest. serviços especializados	4,89	8,6	14,13	11,45	12,53	8,75	7,25
Cat 63 – prest. serv. não especializados	1,99	3,32	6,82	4,96	6,71	4,66	3,57
Cat 81 - trabalhadores domésticos	15,42	8,56	14,19	6,28	9,76	8,15	10
Cat 82 - ambulantes e catadores	1,78	4,23	5,23	5,9	6,97	5,72	3,92
Cat 10 - agricultores	0,39	0,28	3,97	0,72	1,13	5,75	28,46
CAT's Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: METRODATA, IBGE, 2000

A Tabela 5.2 nos permite observar quais as categorias socioocupacionais mais representativas em cada tipologia, considerando-se a totalidade de pessoas ocupadas em cada tipo socioespacial. Com isso, foi possível identificar as categorias que se destacam em cada tipologia, evidenciando-se contradições e conflitos entre elas inerentes ao espaço metropolitano, assim como as respectivas complementaridades.

Por sua vez, a Tabela 5.3 apresenta a densidade de cada categoria nas diferentes tipologias em relação à totalidade do espaço social da RMF, permitindo assim uma compreensão do conteúdo socioocupacional entre os diferentes tipos, indicando concentrações de algumas categorias em determinados tipos, assim como o distanciamento destas em relação a outros tipos, evidenciando-se a segmentação social no espaço da metrópole (RIBEIRO, *op. cit.*).

TABELA 5.3 – Densidades das CAT's nas Diferentes Tipologias Socioespaciais – 2000

Categorias sócio-ocupacionais	Tipologias socioespaciais (densidade)						
	Superior	Médio Superior	Médio	Popular operário	Inferior	Pop. Periférico	Rural
Cat 21 - grandes empregadores	7,01	1,15	1,11	0,27	0,25	0,26	0,26
Cat 22 - dirigentes do setor público	3,76	1,95	0,98	0,36	0,41	0,67	0,8
Cat 23 - dirigentes do setor privado	5,82	1,3	0,96	0,37	0,32	0,4	0,55
Cat 41- prof. autônomos nível superior	4,33	1,67	1,04	0,52	0,43	0,4	0,25
Cat 42 - prof. empregados nível superior	4,16	1,9	0,82	0,57	0,39	0,25	0,17
Cat 43 – prof. estatutários nível superior	4,4	2,26	0,94	0,4	0,23	0,31	0,19
Cat 44 - professores de nível superior	2,62	2,03	0,85	0,78	0,43	0,54	0,23
Cat 31 - pequenos empregadores	3,42	1,65	0,86	0,7	0,46	0,43	0,56
Cat 51 - ocupações de escritório	1,11	1,6	0,67	1,13	0,76	0,56	0,4
Cat 52 - ocupações de supervisão	1,91	1,43	0,82	0,97	0,65	0,9	0,58
Cat 53 - ocupações técnicas	1,38	1,54	0,89	1,09	0,73	0,59	0,31
Cat 54 – ocup. médias saúde e educação	0,64	1,24	0,76	1,21	0,86	0,8	0,78
Cat 55 – oc. segurança, justiça e correios	1,2	1,4	0,71	1,24	0,74	0,61	0,28
Cat 32 – ocup. artísticas e similares	0,98	1,04	0,72	0,91	0,9	1,46	1,56
Cat 71 – trab. da indústria moderna	0,23	0,72	0,85	1,24	1,22	1,17	0,72
Cat 72 – trab. da indústria tradicional	0,2	0,64	0,57	1,29	1,07	1,92	0,9
Cat 73 – trab. dos serviços auxiliares	0,22	0,7	0,68	1,14	1,13	1,91	1,11
Cat 74 - trabalhadores construção civil	0,25	0,45	1,29	0,91	1,56	1,1	1,24
Cat 61- trabalhadores do comércio	0,74	1,05	0,91	1,13	1,07	0,79	0,63
Cat 62 – prest. serviços especializados	0,47	0,82	1,35	1,1	1,2	0,84	0,69
Cat 63 – prest. serv. não especializados	0,41	0,68	1,39	1,01	1,37	0,95	0,73
Cat 81 - trabalhadores domésticos	1,68	0,93	1,55	0,68	1,06	0,89	1,09
Cat 82 - ambulantes e catadores	0,33	0,79	0,98	1,1	1,3	1,07	0,73
Cat 10 - agricultores	0,12	0,09	1,21	0,22	0,35	1,76	8,7
CAT's Total	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: METRODATA, IBGE, 2000

Sem que se perca a compreensão do espaço metropolitano em sua totalidade, a análise compreensiva das tipologias socioespaciais visa destacar que a composição socioocupacional também se mostra atrelada às condições habitacionais e de acesso às redes de infra-estrutura, reforçando a constatação de que as diferentes localizações no espaço metropolitano são atendidas de forma desigual.

5.3. Tipologia Superior:

Compreende áreas com maior homogeneidade na sua paisagem, reunindo os espaços de mais intensa verticalização da RMF, seja para fins residenciais, seja para atividades do terciário. Concentrada na porção litorânea ao leste do centro tradicional, e nos bairros circunvizinhos, esta tipologia tem na sua conformação a justaposição de áreas residenciais de melhor padrão, articuladas por eixos viários que concentram os serviços e comércio de melhor qualidade na RMF, num claro exemplo de segregação socioespacial.

Detentora de melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos serviços e às redes de infra-estrutura urbana, a tipologia superior é tida como alvo maior do mercado imobiliário, ao qual se associa tanto o uso residencial dos grupos dominantes, como os empreendimentos do setor turístico. Vale também mencionar que este tipo tem vivenciado a substituição de suas formas e a diversificação de suas funções ao longo das últimas décadas, remanescendo poucas áreas tradicionais no tecido urbano.

O conteúdo socioocupacional da tipologia superior é marcado pela maior densidade das CAT's dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores em relação às demais tipologias. Extremamente concentradas, estas ocupações representam mais de um terço do total de pessoas ocupadas na tipologia em termos percentuais. Os números das Tabelas 5.2 e 5.3 indicam a associação entre melhores oportunidades de trabalho e acesso ao ensino superior para os grupos sociais compostos pelas CAT's supracitadas, evidenciando-se a sua exacerbada concentração espacial, assim como a tendência à manutenção e à perpetuação desta situação de segregação.

Chama atenção que a CAT dos trabalhadores domésticos também desponte nesta tipologia por sua maior densidade, sendo inclusive aquela de maior percentual em relação a todas as demais categorias, atingindo a mais de 15% da população ocupada. A concentração desta categoria num mesmo tipo indica por um lado, a busca em reduzir as necessidades de deslocamento dos trabalhadores domésticos, e por outro, a ampliação de seu período de trabalho diário, caracterizando a permanência de formas precárias de relações laborais.

FIGURA 5.10 – Tipologia Superior na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

Todavia, a partir das novas ofertas do mercado imobiliário para a tipologia superior, depreende-se a tendência de dispersão desta categoria nos bairros periféricos e em ocupações irregulares próximas ao local de trabalho, inclusive em moradias coletivas, constituindo-se em verdadeiros cortiços inseridos na favela. Vale ainda destacar que remanescem nesta tipologia poucas áreas de ocupação, as quais ao longo das últimas décadas têm sido removidas por programas governamentais, seja por intervenções viárias, seja pela pressão do mercado imobiliário associado ao empresariado do turismo.

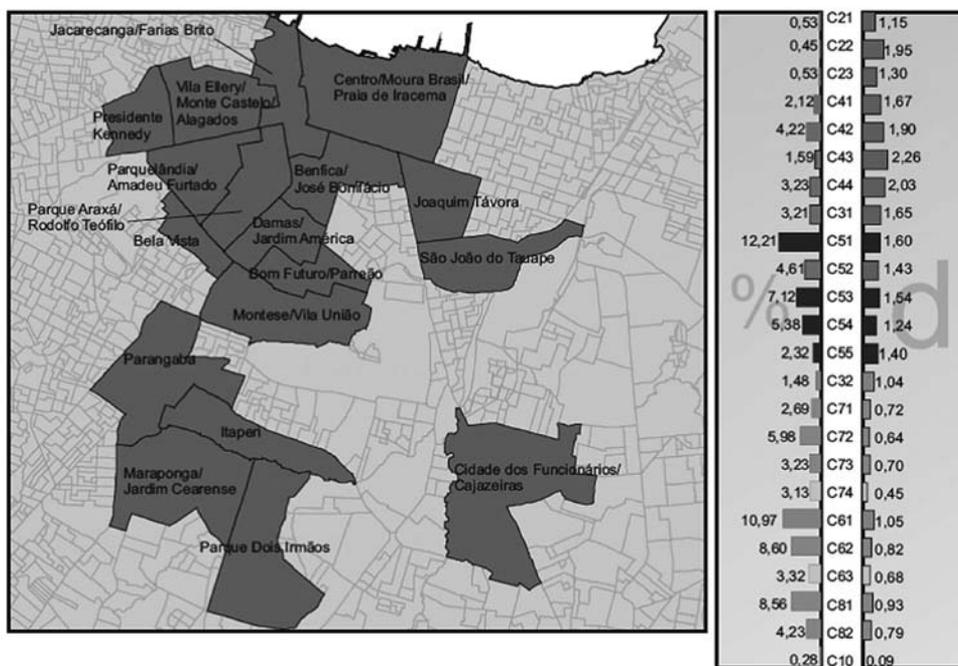
5.4. Tipologia Média Superior:

Abrange áreas situadas ao longo dos eixos viários desde o Centro tradicional de Fortaleza, em direção ao oeste, sudoeste e sul da RMF. Além do uso residencial, é notório o crescimento das atividades terciárias diretamente vinculadas ao adensamento demográfico nesta parte oeste da RMF onde ocorrem as tipologias majoritariamente urbanas, no caso: a popular operária e a inferior.

Semelhante à tipologia superior, tem-se aqui fortes evidências de que a disponibilidade dos serviços urbanos e da facilidade de transporte fazem das AED's que compõem este tipo um dos alvos de intervenção do mercado de imóveis. Dentre as transformações em processo, percebe-se por um lado, a ampliação da oferta para grupos com poder aquisitivo relativamente superior substituindo antigos moradores, e por outro, o atendimento a uma demanda diferenciada recém incorporada ao mercado, ampliando por consequência a segregação socioespacial daqueles da tipologia superior.

As densidades de CAT's dirigentes, intelectuais e empregadores, se comparadas aos demais tipos, indicam que este tipo corresponde a uma primeira alternativa em termos de local de residência para elas. Todavia, diferentemente da tipologia superior, percebe-se uma maior diversidade socioocupacional, visto que as ocupações ditas médias, assim como os trabalhadores do terciário especializado, apresentam maior representatividade na tipologia, agrupando mais de 50% das pessoas ocupadas. A proximidade ao local de trabalho, assim como aos benefícios urbanos concentrados na tipologia superior adjacente contribuem para a condição diferenciada deste tipo em sua localização no espaço intra-urbano da RMF.

FIGURA 5.11 – Tipologia Média Superior na RMF, % e Densidades das CAT's



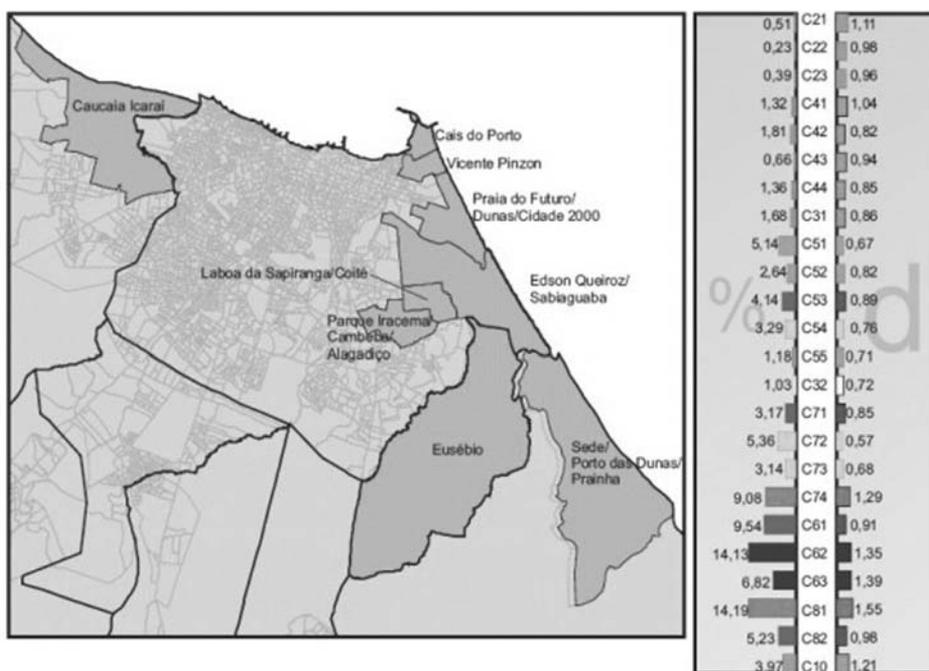
Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

5.5. Tipologia Média:

Ainda que reúna poucas AED's, não se verifica uma homogeneidade em sua composição, derivando numa paisagem por demais diversificada. A presença de vazios urbanos, aptos à expansão do mercado imobiliário, assim como a presença de grandes áreas de favela justapostas a condomínios fechados e loteamentos com casas de veraneio contribuem para esta situação.

No caso das AED's litorâneas ao leste situadas em Fortaleza, próximas da tipologia superior, observa-se que a favelização recente se opõe aos recentes investimentos públicos feitos em sistema de circulação direcionados para aquele setor da cidade. Noutras áreas ao sudeste tem-se a presença de investimentos imobiliários sob a forma de pequenos condomínios fechados atendendo a demandas emergentes. Além disso, nas AED's situadas nos municípios vizinhos, onde ocorre a expansão de condomínios e hotéis, verifica-se uma diferenciação entre as áreas ao leste e ao oeste, verificando-se a tendência de ocupação das primeiras por dirigentes, intelectuais e empregadores, ao passo que na outra ao oeste, assiste-se a um processo desordenado de ocupação, assim como a ocupação dos antigos apartamentos de veraneio como moradia definitiva pela segunda geração de seus proprietários.

FIGURA 5.12 – Tipologia Média na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

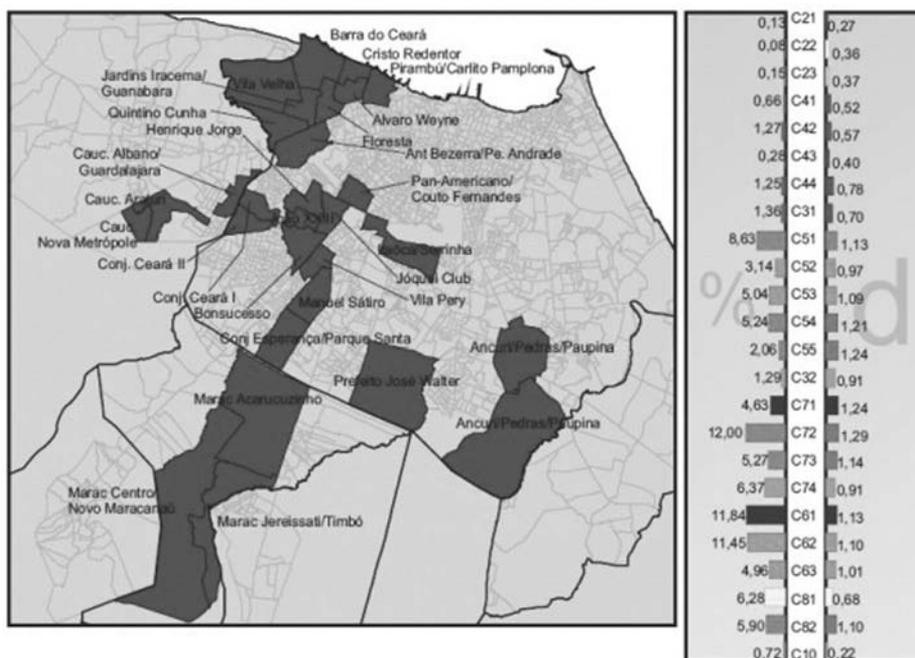
As densidades de trabalhadores domésticos, assim como de trabalhadores da construção civil atestam a forte expansão do mercado da construção civil. Da mesma forma, as densidades de dirigentes, intelectuais e empregadores, se comparadas aos demais tipos, indicam ser este tipo uma das preferências destas categorias, comprovando a dispersão destes grupos no espaço periférico ao leste da RMF, onde os condomínios representam a forma preponderante no processo de conurbação de Fortaleza com Aquiraz e Eusébio.

A presença de ocupações médias e terciárias especializadas, associadas à expansão das atividades terciárias desde a Aldeota, ao longo dos eixos terciários ao leste e ao sudeste, retrata a diversidade sociohabitacional desta tipologia. A presença de conjuntos habitacionais e loteamentos da década de 1970, assim como de áreas de ocupação irregular nos interstícios desta tipologia evidenciam esta constatação. Todavia a implantação de infra-estrutura e a difusão de serviços especializados tendem a impelir estas categorias para áreas mais distantes, como os espaços populares. Vale ainda apontar que a proximidade com o Porto do Mucuripe e seu distrito industrial, assim como as condições climáticas fizeram com que as áreas litorâneas ao leste entrassem em estagnação, levando à expansão da favela como forma de moradia predominante das pessoas ocupadas em atividades não especializadas. Associa-se a isso, a sazonalidade do turismo, dado que nestas áreas se encontra a Praia do Futuro, grande área de lazer e o maior atrativo turístico da metrópole, fazendo do comércio informal e dos serviços não especializados a alternativa de sobrevivência de grande parte das pessoas.

5.6. Tipologia Popular Operária:

Traz como principais características a presença de conjuntos habitacionais e assentamentos populares associados às áreas com maior concentração de indústrias tradicionais e modernas, tanto pela proximidade como pela localização ao longo de grandes eixos viários entre o centro e a periferia onde o setor secundário se instalou. As melhores condições de habitabilidade dos conjuntos, comparados às demais áreas populares, e a mobilidade facilitada para as áreas centrais e os locais de trabalho fazem com que os trabalhadores do secundário moderno e tradicional, das ocupações médias e do terciário especializado representem a maioria da população deste tipo.

FIGURA 5.13 – Tipologia Popular Operária na RMF, % e Densidades das CAT's



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

Quando comparado aos demais tipos, verificam-se no popular operária as maiores densidades para ocupações da indústria moderna e do comércio especializado na RMF. Todavia, cabe mencionar que o industrial tradicional prevalece sobre o moderno, no que se refere ao percentual destas CAT's na tipologia, havendo 12% de pessoas ocupadas em indústrias tradicionais e cerca de 4,6% nas modernas. Sendo a maioria das áreas situadas em Fortaleza, é possível apontar a preferência da indústria moderna pelos municípios periféricos da RMF, os quais oferecem vantagens fiscais aos empresários do setor. Por outro lado, as indústrias tradicionais que aqui permanecem sem adotar quaisquer inovações tecnológicas na sua produção, ainda mantêm um alto número de empregos, assim como menores salários.

Apesar da diversidade socioocupacional das categorias médias, terciárias e secundárias, o quadro de segregação espacial e a segmentação social fica mais uma vez evidente, chamando-se atenção para a pequena representatividade das CAT's dirigentes e intelectuais, que juntos somam pouco mais de 5% do total da população ocupada.

5.7. Tipologia Inferior:

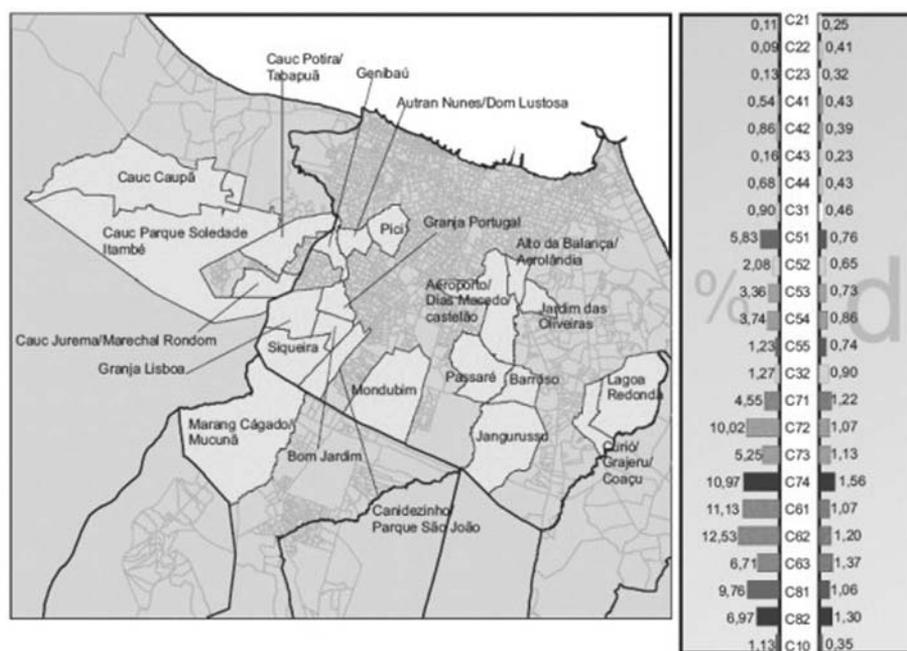
Interliga os espaços centrais da metrópole às franjas periféricas, tendo nos rios urbanos seus elementos estruturantes. Intercalando-se aos corredores da tipologia popular

operária que ligam as áreas produtivas aos espaços centrais, esta tipologia se subdivide em compartimentos com fragmentos de alta densidade mais próximos ao centro, em contraposição a outros pouco densos presentes nas franjas periféricas da metrópole.

Verdadeiro retrato da ausência de políticas de controle urbano e ambiental para as margens dos recursos hídricos na RMF, esta tipologia indica a interligação entre a condição de moradia precária e exclusão territorial. Além de concentrar favelas em situação de risco, apresenta as maiores densidades de trabalhadores da sobrevivência, sendo algumas de suas áreas reconhecidas como a origem e destino de rotas de catadores de lixo que simbolizam o extremo dos fluxos do circuito inferior da economia da metrópole (SANTOS, 1979).

A ocorrência de mais de 10% das pessoas ocupadas no secundário tradicional, assim como de 11% no setor da construção civil, ambos considerados de baixa remuneração, fazem da carência de infra-estrutura e da mobilidade dificultada características desta tipologia, cujas áreas representam o locus da aglutinação de grupos mais empobrecidos. Também deve ser destacado que o terciário especializado e o trabalho doméstico mostram-se percentualmente representativos no total das ocupações do tipo, levando à constatação de que a segregação se apresenta mais forte para as ocupações dirigentes, intelectuais e médias.

FIGURA 5.14 – Tipologia Inferior na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's



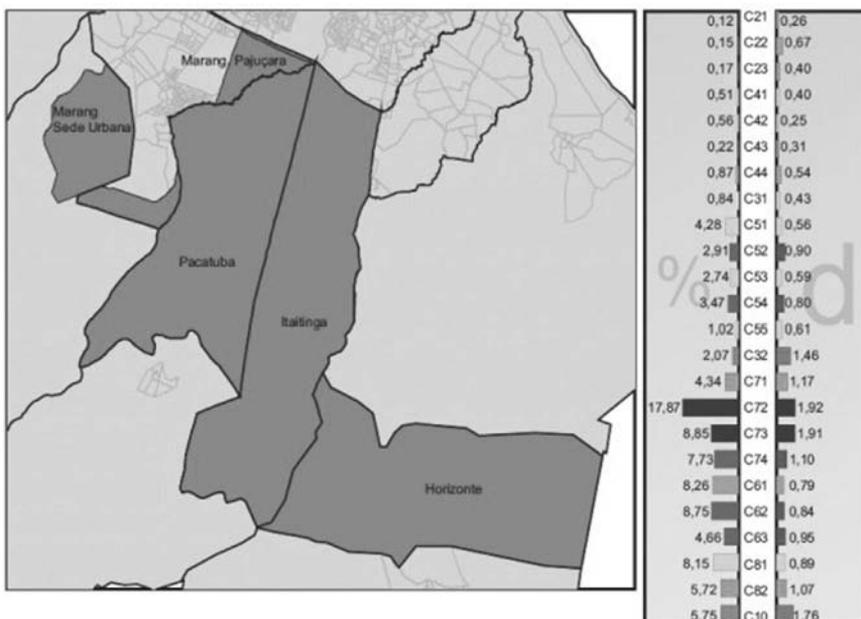
Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

5.8. Tipologia Popular Periférica:

Tratando-se da menor tipologia em número de áreas, todas elas localizadas fora de Fortaleza, este tipo socioespacial popular periférico apresenta em sua composição: três que correspondem à totalidade dos municípios de Pacatuba, Horizonte e Itaitinga, e outras duas, representam a sede urbana de Maranguape e Pajuçara, Distrito de Maracanaú, o terceiro município em população da RMF. Fortemente associadas ao processo de reestruturação produtiva do setor secundário, estas áreas abrigam a periferização da indústria e a proliferação de loteamentos populares ocorridas desde meados da década de 1990, dando prosseguimento ao processo de industrialização vigente no município de Maracanaú. As facilidades viárias previstas, assim como a oferta de mão-de-obra barata e a disponibilidade de terras com baixo custo, levaram à redistribuição espacial da população, configurando-se um vetor de crescimento demográfico nesta direção.

A presença de mais de 30% da população ocupada no secundário, associada às maiores densidades para a indústria tradicional e os serviços auxiliares, denota que a industrialização ainda mantém vínculos com a indústria tradicional, concentrando-se especialmente nas atividades calçadistas, têxteis e de confecções. A situação de abandono dos corredores industriais tradicionais do tipo popular operário ao oeste de Fortaleza comprova esta situação.

FIGURA 5.15 – Tipologia Popular Periférica, Percentuais e Densidades das CAT's



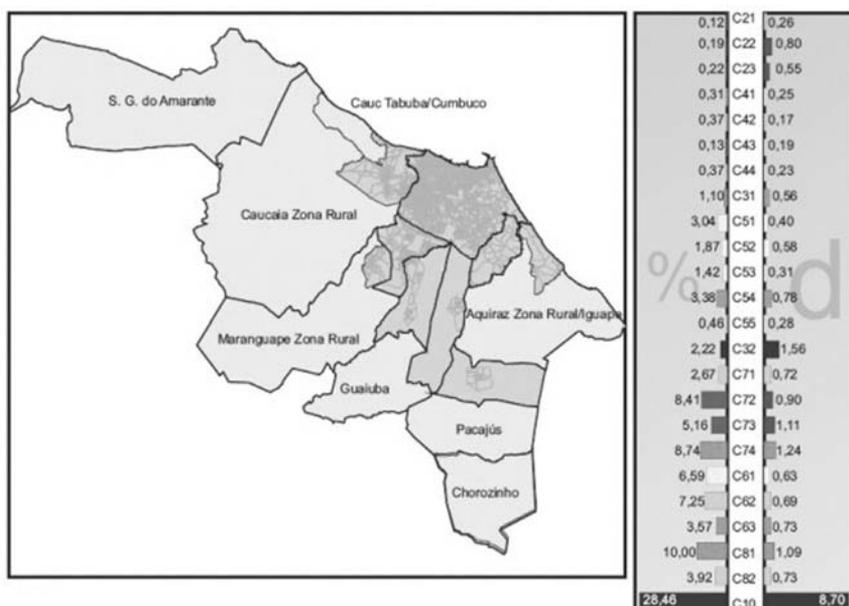
Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

5.9. Tipologia Rural:

Por conta de suas extensas dimensões e de seu padrão de ocupação territorial voltado para a produção agrícola, a tipologia rural representa a menos densa de todas que compõem a RMF. O percentual superior a 28% da população ocupada em atividades agrícolas justifica a denominação desta tipologia, a qual agrega tanto trabalhadores do campo, como pescadores das áreas com faixas de praia, onde ainda se mantém as práticas tradicionais de pesca. Não fosse a ausência de Horizonte – área inserida no tipo popular periférico – esta tipologia corresponderia a um contínuo cinturão agrícola da RMF.

No entanto, dados seus aspectos físico-naturais, tem-se a sua subdivisão em dois grupos: áreas litorâneas, alvos de loteamentos para segunda residência, cuja realidade socioambiental de suas comunidades tradicionais, vem sendo transformada pelas práticas predatórias do mercado imobiliário; áreas com extensas zonas rurais de sequeiro e de subsistência, com presença de sítios nos trechos serranos. Chama atenção a forte presença de trabalhadores da construção civil, os quais se associam às obras públicas realizadas nestas áreas visando à implantação de infra-estruturas, assim como à expansão do setor imobiliário associado ao turismo. Da mesma forma, tem-se que 10% das pessoas ocupadas sejam de trabalhadores domésticos, os quais se distribuem entre as atividades de caseiros de residências de veraneio, e de trabalho doméstico nos sítios e fazendas.

FIGURA 5.16 – Tipologia Rural na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

Considerações Finais

A proposição de uma estrutura socioocupacional para a Região Metropolitana de Fortaleza traz consigo alguns elementos que introduzem uma nova discussão sobre a dinâmica de crescimento e de desenvolvimento da RMF. Mediante a espacialização das concentrações de determinadas categorias socioocupacionais associada aos usos produtivos do território assim como das suas representatividades em termos percentuais passa-se a ter uma compreensão mais clara de sua diversidade socioespacial e das tendências de expansão do setor imobiliário associadas aos diferentes grupos sociais.

Das diferenças exacerbadas entre os tipos socioespaciais extremos à heterogeneidade que caracteriza os tipos intermediários, verifica-se uma forte vinculação dos tipos resultantes em relação à localização das atividades produtivas no espaço intra-urbano metropolitano, assim como a força do mercado imobiliário associado às atividades terciárias e ao turismo. Desmonta-se aqui a compreensão da divisão dicotômica do espaço metropolitano em apenas duas partes, desfazendo-se o mito de Fortaleza como uma cidade dual: muito densa e pobre ao oeste; menos densa e rica ao leste. Por outro lado, reforça-se a compreensão de sua fragmentação socioespacial, evidenciada pela diversidade da composição de seu tecido urbano, reconhecidamente repleto de disparidades socioeconômicas.

Para tanto, contribui a visualização da dispersão de determinadas CAT's no território metropolitano, evidenciando-se a identificação de novos compartimentos, os quais justificam fluxos intra-urbanos e preferências por determinadas localizações na cidade. Com isso, descortinam-se novos espaços da segregação socioespacial na RMF, fazendo sobressair, num outro extremo, áreas de exclusão territorial ainda maior. Da mesma forma, a partir das densidades das categorias socioocupacionais, torna-se possível reconhecer a representatividade e a importância das atividades produtivas predominantes na RMF, bem como as complementaridades entre elas, através do reconhecimento de heterogeneidades presentes nos diferentes tipos socioespaciais.

Mediante a leitura da estrutura social da RMF, constata-se que sua recente reestruturação econômica, associada às grandes obras públicas, aponta para a urgência na formulação de processos de planejamento na escala metropolitana e estadual, de onde sejam delineadas as políticas de desenvolvimento que possam impedir a propagação dos problemas que hoje assolam as áreas peri-urbanas. Além disso, tratando-se de estudo na escala metropolitana, verifica-se a importância de que venham a ser estabelecidos mecanismos de cooperação intermunicipal, no sentido de amenizar seus impactos e ampliar os níveis de integração institucional entre os municípios da RMF.

À guisa de conclusão, vale ainda apontar que a configuração proposta em termos de tipologias socioespaciais evidencia uma compartimentação do espaço metropolitano de Fortaleza, a qual indica a necessidade de agregação de áreas diversas dos diferentes tipos dada a sua complementaridade. Para tanto, torna-se imprescindível romper com os limites municipais, opor-se diametralmente à lógica da fragmentação e competição que tem pautado os processos de planejamento vigentes nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, e buscar a implementação de instrumentos de gestão que revertam o atual quadro de desigualdades socioespaciais.

Referências Bibliográficas

BOGUS, L. e PASTERNAK, S., *São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada*, Cadernos Metr pole, N. 1, p. 43-98, São Paulo: EDUC, 1999.

CORREA, R. L., *O Espaço Urbano*, São Paulo:  tica, 2003.

LAGO, L. C. e RIBEIRO, L. C. Q., *O Espaço social das grandes metrópoles Brasileiras*, Cadernos Metr pole, N. 4, p. 173-203, São Paulo: EDUC, 2000.

MARICATO, E., *Brasil, cidades*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

PEQUENO, L. R. B., *Desenvolvimento e degrada o no espaço intra-urbano de Fortaleza*, Tese de doutorado apresentada   FAUUSP, S.Paulo: 2002.

RIBEIRO, L. C. Q. (org), *O Futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*, Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIBEIRO, L. C. Q. (org), *Metr poles Brasileiras: entre a coesão e a fragmenta o, a coopera o e o conflito*, Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, M., *O Espaço dividido*, Editora Francisco Alves, São Paulo, 1979.

SANTOS, M., *Metr pole corporativa fragmentada*, Nobel, São Paulo, 1990.

SANTOS, M., *A Urbaniza o Brasileira*, HUCITEC, São Paulo, 1994.

SANTOS, M., *Por uma economia política da cidade*, HUCITEC, São Paulo, 1994.

VILAÇA, Flávio, *Espaço intra-urbano no Brasil*, Studio Nobel, São Paulo, 1998.

6. Estrutura Urbana e Morfologia Social

6.1. Composição da População por Faixas Etárias nas Diversas Tipologias Socioespaciais

A análise dos dados sobre a estrutura etária das sete Tipologias Socioespaciais definidas em função dos agrupamentos de AED's da RMF permite afirmar que existe uma composição etária diferenciada entre as tipologias em função das CAT's que prevalecem em cada uma delas (Tabela 6.1).

Na Superior, que agrupa maior densidade de grandes empregadores, dirigentes do setor público e dirigentes do setor privado, a proporção de menores de 14 anos é igual a 20,9%, o menor índice desta faixa entre todos os tipos. Este valor eleva-se para 24,2% na tipologia Médio Superior, em que se adensam os profissionais autônomos de nível superior e os profissionais empregados de nível superior.

A proporção cresce para 32,9% na tipologia Médio. Em Fortaleza, a tipologia constitui-se de um espaço muito heterogêneo que abriga igualmente extratos médios superiores da sociedade em termos de ocupação e renda assim como profissionais autônomos de nível superior, categorias médias com ocupações técnicas e de supervisão que habitam os edifícios de apartamentos existentes na orla marítima mais ao leste da cidade e profissionais inferiores, operários, trabalhadores domésticos residentes nas favelas ou bairros populares desta parte da Cidade, o que mascara o comportamento da composição etária por CAT's nesta tipologia.

A tipologia Popular Operário agrupa 29,8% de jovens. Os valores crescem nas tipologias, Inferior, Popular Periférica e Rural, passando de 35,3% para 35,6 % e para 36,2% respectivamente.

TABELA 6.1 – Diferenciação Etária por Tipologias Socioespaciais – RMF 2000 (%)

Tipologias	Faixa Etária		
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
Superior	20,90%	71,90%	7,20%
Médio superior	24,20%	68,50%	7,30%
Médio	32,90%	63,00%	4,10%
Popular Operário	29,80%	65,60%	4,70%
Inferior	35,30%	61,20%	3,60%
Popular Periférica	35,60%	60,10%	4,30%
Rural	36,20%	58,10%	5,70%

Fonte: Metrodata/IBGE 2000

Comparando-se com os índices de fertilidade, maiores nesta três últimas tipologias, e os índices de natalidade, igualmente superiores nas tipologias que abrigam as categorias de menor renda, é possível fazer uma correlação inversa: em que as categorias superiores se apresentam mais densas em termos de ocupação e renda, porém com os mais baixos índices de natalidade e fertilidade, o que irá repercutir diretamente na composição etária de cada tipologia.

Ao analisar a faixa da população entre 14 e 64 anos, constata-se que, na tipologia Superior, encontra-se maior proporção de pessoas em idade produtiva, correspondendo a 71,9% do total da população. Observa-se neste tipo a segunda maior proporção de pessoas com 65 anos e mais, que corresponde a 7,2% do total.

A proporção de pessoas entre 14 e 65 anos apresenta-se decrescente na medida em que se passa para as tipologias Médio Superior (68,5 %), Popular Operário (65,6%), Inferior (61,2%), Popular Periférica (60,1%) e Rural (58,1%). A tipologia Médio provavelmente pelos motivos já explicados, heterogeneidade das CAT's que compõem o tipo, apresenta um percentual de jovens e adultos inferior (63,0%) ao da tipologia Popular Operário.

A proporção de idosos apresenta-se ligeiramente mais elevada na tipologia Médio Superior, 7,3%. Seguem-se, em ordem decrescente, as tipologias Superior, com 7,2%,

a Rural com 5,7%, a Popular Operária, com 4,7%, a Popular Periférica, com 4,3% e a com Inferior 3,6%. Na Tipologia Rural, o percentual de idosos, 5,7%, assim como o elevado percentual de menores de 14 anos, 36,2%, pode ser explicado pela migração dos adultos, já que o Índice de Envelhecimento nessa tipologia é de apenas 15,9%. A tipologia Médio apresenta índice com 12,4, a Popular Periférica, com índice igual a 12,3 e a Inferior, com 10,1.

6.2. Envelhecimento da População

A mudança na composição etária de uma população reflete mudanças promovidas pelas políticas públicas adotadas no sentido tanto de melhorar as condições econômicas e sociais das populações como diretamente no planejamento familiar. Da mesma forma, reflete mudanças culturais, que derivam destas ações ao mesmo tempo em que nelas interferem.

A alteração na composição da população brasileira em termos etários vem ocorrendo em todo o país, mais intensamente nas regiões metropolitanas. Tendo o processo sofrido redução em sua intensidade, nos espaços onde o fenômeno se deu mais precocemente.

O processo de envelhecimento da população apresenta-se diferenciado nas diversas tipologias definidas para a Região (Tabela 6.2). Os maiores índices de envelhecimento encontram-se na tipologia Superior com 36,3 % e na Médio Superior com 32,3%. A tipologia Popular Operário apresenta índice de 16,3%, a Rural tem índice de 15,9%, a Médio, 12,4%, a Popular Periférica tem índice igual a 12,3% e a Inferior, apenas 10,1%. A média global do índice de envelhecimento para a RMF foi de 18,7%.

Observando-se o ranking por AED's conclui-se que se encontram nos antigos bairros de elite de Fortaleza, Benfica (59,5%) e Jacarecanga (54,9%) pertencentes a tipologia Médio Superior, localizados respectivamente ao sul e a oeste do centro da cidade, as duas primeiras posições no ranking de envelhecimento. A terceira posição pertence à AED Meireles (52,7%), atual bairro de elite localizado na orla marítima (tipologia Superior), que adensa os grandes empregadores da região metropolitana.

Os últimos localizados no ranking são as AED's Parque Albano/Guadalajara (6,1%) e Araturi (6,9%) pertencentes a tipologia Popular Operário e Genibaú, (6,9%) e Jangurussu (7,04%) situados na tipologia Inferior.

TABELA 6.2 – Distribuição Etária por Tipologia Socioespacial – RMF 2000 (%)

Tipologias	TOTAL			0 A 7 ANOS			8 A 14 ANOS			15 A 24			25 A 45			46 A 65			66 OU MAIS		
	Tot.	Hom.	Mul.	Tot.	Hom.	Mul.	Tot.	Hom.	Mul.	Tot.	Hom.	Mul.	Tot.	Hom.	Mul.	Tot.	Hom.	Mul.	Tot.	Hom.	Mul.
Superior	6,11	43,7	56,3	3,47	50,85	49,15	4,63	49,59	50,41	6,64	43,53	56,47	6,33	41,48	58,52	18,19	43,24	56,76	9,23	36,53	63,47
Médio superior	14,76	44,61	55,39	10,6	50,79	49,21	12,21	49,51	50,49	14,77	45,42	54,58	15,4	43,87	56,13	18,78	40,87	59,13	22,55	34,98	65,02
Médio	7,53	48,74	51,26	8,08	50,4	49,6	7,84	50,57	49,43	7,82	48,92	51,08	7,32	48,15	51,85	6,97	46,69	53,31	6,2	43,53	56,47
Popular Operário	30,82	47,38	52,62	29,5	50,79	49,21	30,6	50,21	49,79	30,95	48,07	51,93	31,79	46,33	53,67	30,94	44,04	55,96	28,78	39,39	60,61
Inferior	26	48,65	51,35	31,1	50,98	49,02	27,99	50,31	49,69	25,28	48,65	51,35	25,97	47,85	52,15	21,31	46	54	17,57	42,19	57,81
Popular Periférica	6,54	49,39	50,61	7,59	51,12	48,88	7,31	50,46	49,54	6,48	49,54	50,46	6,16	48,74	51,26	5,54	47,5	52,5	5,89	45,76	54,24
Rural	8,24	50,78	49,22	9,65	50,83	49,17	9,43	50,8	49,2	8,07	51,75	48,25	7,04	50,63	49,37	7,69	49,7	50,3	9,79	49,98	50,02
Total	100	47,59	52,41	100	50,85	49,15	100	50,23	49,77	100	47,98	52,02	100	46,63	53,37	100	44,6	55,4	100	40,29	59,71

Fonte: METRODATA / IBGE 2000

7. Estruturação Urbana e Mobilidade na Região Metropolitana de Fortaleza

A Região Metropolitana de Fortaleza é formada por 13 municípios com realidades socioeconômicas e espaciais desiguais, apresentando baixo nível de integração e coesão metropolitana. Excluindo Maracanaú, que abriga o principal distrito industrial, o corredor industrial ao longo da BR-116 e Caucaia, os quais apresentam forte conurbação com Fortaleza, nos demais predominam as atividades agrícolas, baixo nível de postos de trabalho e equipamentos urbanos e alto grau de vulnerabilidade urbana.

A inexistência de políticas públicas de caráter metropolitano e de redistribuição de investimentos aliadas às precárias condições econômicas e financeiras desses municípios impediram a descentralização das atividades e da população. Desta forma, a distribuição dos benefícios da metropolização atinge diferencialmente os municípios, concentrando-se nas áreas de menor vulnerabilidade urbana, e conseqüentemente, aumentando a desigualdade socioespacial. A capital, além de pólo de decisão e controle, continua a concentrar as funções econômicas, educacionais, culturais e residenciais da elite, mantendo relações assimétricas com os demais municípios, dificultando a consolidação do fenômeno metropolitano.

Este capítulo analisa a mobilidade da população relacionada ao fenômeno metropolitano, ao crescimento demográfico e à estruturação do espaço, visando detectar/identificar o grau de articulação dos municípios e o papel de cada município na dinâmica da RMF.

A mobilidade da população, quando relacionada ao fenômeno de metropolização, reflete o grau de integração da aglomeração, o papel desempenhado, as funções e a complementaridade entre os municípios integrantes da RMF.

Entende-se a mobilidade como as múltiplas formas de deslocamentos intra-estadual e intrametropolitano da população: cotidianos, semanais, anuais e excepcionais a qual está associada entre outros fatores às condições de acessibilidade. Esta representa a possibilidade física de realização destes deslocamentos e deve ser entendida no contexto socioespacial de cada aglomeração metropolitana. Neste sentido, estas duas funções urbanas, mobilidade e acessibilidade, constituem elementos chaves nas análises das transformações na organização física, socioeconômica e funcional das metrópoles contemporâneas e conseqüentemente na espacialização do fenômeno urbano. É fundamental analisar a articulação destas duas funções com o espaço – território metropolitano – o qual envolve dois elementos principais: o sistema viário, elemento fixo, e os fluxos, modalidades de deslocamentos (transportes públicos, privados e pedestres). A intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações pode ter efeitos substantivos nas práticas sociais, no modo de vida, na sociabilidade e na urbanidade. É importante detectar a natureza e as motivações destes fluxos os quais favorecem diferentes formas de mobilidade e impactos na dinâmica da Região Metropolitana.

O interesse maior neste estudo reside em relacionar a mobilidade às especificidades da metropolização em Fortaleza. Destacam-se dois tipos de mobilidades, as cotidianas ou “movimentos pendulares” e as não rotineiras (semanais, anuais ou eventuais). Os movimentos pendulares realizam-se principalmente em razão da dissociação entre local de moradia e trabalho e/ou estudo, podendo, também resultar do atendimento de outras necessidades e serviços (saúde, lazer, entre outras). A “mobilidade não rotineira”, referente a deslocamentos eventuais, prevalecendo os de médias e longas distâncias entre estados e países, que podem ter motivações diversas, entre elas negócios, profissionais e turísticos.

7.1. O Fenômeno das Migrações na Região Metropolitana de Fortaleza

O intenso processo migratório historicamente tem sido fundamental na expansão urbana de Fortaleza e de sua Região Metropolitana. Em razão das sucessivas crises da agricultura cearense, da concentração fundiária e das grandes secas, associadas à inexistência

de políticas públicas que assegurassem a sobrevivência e a fixação das populações rurais quando da ocorrência de momentos de maior instabilidade econômica ou climática, aconteceram intensos deslocamentos rurais urbanos. Os dados da tabela abaixo sobre as migrações cearenses confirmam o seu papel preponderante sobre o crescimento geométrico da população.

TABELA 7.1 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento - 1991 e 2000

Municípios	População residente						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urb.	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000			
Aquiraz	46,305	60,469	40,772	54,682	5,533	5,787	88.1	90.4	3.0	3.3	0.5
Caucaia	165,099	250,479	147,601	226,088	17,498	24,391	89.4	90.3	4.7	4.9	3.8
Chorozinho	15,492	18,707	4,299	9,469	11,193	9,238	27.7	50.6	2.1	9.2	-2.1
Eusébio	20,41	31,5	20,41	31,5	-	-	100.0	100.0	4.9	4.9	-
Fortaleza	1,768,637	2,141,402	1,768,637	2,141,402	-	-	100.0	100.0	2.1	2.1	-
Guaiúba	17,562	19,884	10,048	15,611	7,514	4,273	57.2	78.5	1.4	5.0	-6.1
Horizonte	18,283	33,79	10,786	28,122	7,497	5,668	59.0	83.2	7.1	11.2	-3.1
Itaitinga		29,217		26,546		2,671		90.9			
Maracanaú	157,151	179,732	156,41	179,17	741	562	99.5	99.7	1.5	1.5	-3.0
Maranguape	71,705	88,135	51,954	65,268	19,751	22,867	72.5	74.1	2.3	2.6	1.6
Pacajus	31,8	44,07	22,65	34,301	9,15	9,769	71.2	77.8	3.7	4.7	0.7
Pacatuba	60,148	51,696	53,626	47,028	6,522	4,668	89.2	91.0	-1.7	-1.4	-3.6
São Gonçalo	29,286	35,608	17,999	22,077	11,287	13,531	61.5	62.0	2.2	2.3	2.0
Total	2,401,878	2,984,689	2,305,192	2,881,264	96,686	103,425	96.0	96.5	2.4	2.5	0.75

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000. (Metrodata)

Nas últimas décadas do século XX, a implantação de políticas públicas induziu a criação de novos serviços e fluxos que dinamizaram o espaço e sedimentaram atividades terciárias, levando à reorganização do espaço urbano das cidades. Com a decadência da agricultura tradicional o Estado do Ceará passou por uma reestruturação socioeconômica. Inseriu-se novos produtos na pauta das exportações (flores, frutas tropicais, castanhas de caju, camarões de cativeiro, etc.), estimulou-se o crescimento de alguns setores industriais (como o têxtil e de calçados) e o desenvolvimento da atividade de turismo e de lazer, o que

contribuiu sobremaneira na elevação do PIB estadual. A partir dos anos 1980 a taxa de crescimento populacional em Fortaleza vai caindo, e outros municípios, principalmente da região metropolitana, passam a receber esses migrantes. Mas este incremento na economia não foi suficiente para mudar o quadro de miséria no Estado e conter a migração para a capital e outras cidades.

As políticas públicas, desde a década de 1970 e 1980, propiciaram a construção de rodovias, a melhoria do sistema de transporte, a implantação de projetos turísticos, industriais e conjuntos habitacionais, financiados pelo Estado em outros municípios da RMF, tais como Marechal Rondon, Nova Metrópole, em Caucaia, Timbó e Jereissati em Maracanaú.

A partir de 1987, o projeto moderno implementado pelo “Governo das Mudanças”, de Tasso Jereissati (1987-1990), pelo governo de Ciro Gomes (1991-1994), novamente por Tasso Jereissati (1995-1998 e 1999-2002), concentrou recursos em obras de infra-estrutura básica (porto do Pecém, Aeroporto, METROFOR, anel viário, rodovias, saneamento, etc.) e estimulou, mediante incentivos fiscais, o desenvolvimento da indústria têxtil cearense, a atração de grupos nacionais e internacionais por outros tipos de indústrias, como a de calçados, e a do turismo (hotéis, resorts e parques aquáticos e temáticos). A descentralização das atividades industriais e de serviços e a melhoria do sistema de circulação (rodovias estaduais) foram fundamentais no aumento da mobilidade e, na conseqüente, integração entre os municípios da RMF.

Apesar desta tendência à descentralização da população e das atividades econômicas na região metropolitana, a capital cearense concentrava em 1996, 28,4 % da população do Estado, sendo responsável neste momento por 72% da composição total do emprego e por 76,60 % da arrecadação do ICMS no Ceará. A participação da renda interna de Fortaleza em relação ao Estado era de 63,50 % em 1991, o que também evidenciava elevada concentração da atividade econômica. (IPLAM, 1998).

A centralidade exercida por Fortaleza no conjunto metropolitano se expressa com maior nitidez a partir das ligações rodoviárias. Os eixos viários estruturantes da Região Metropolitana são formados por um conjunto de rodovias e estrada de ferro, cuja configuração radial concêntrica superposta à malha em xadrez, tem raízes históricas no século XIX. Os antigos caminhos de escoamento da produção agro-exportadora e dos fluxos migratórios transformaram-se nos principais eixos de circulação e integração metropolitana, reforçando

a centralidade da cidade núcleo conforme se pode observar no mapa abaixo. (Ver Figura 5.2 – Capítulo Análise Socioocupacional da Estrutura Urbana)

Essa rádio-concentricidade mantém forte influência na distribuição da população e dos principais núcleos de prestação de serviços. A intensidade do processo de expansão urbana provocou a duplicação e criação de novas rodovias. São visíveis as ações públicas, ao longo desses corredores de atividade e de adensamento, melhorando a circulação, ampliando a ação do município pólo e reforçando a centralidade. O Trem Metropolitano de Fortaleza (Metrofor), em fase de implantação certamente reforçará os vínculos da capital com o espaço metropolitano². No entanto, percebe-se uma descentralização em direção aos municípios que multiplicam as suas áreas residenciais, inclusive concentrando muitos conjuntos habitacionais, e as suas atividades industriais e turísticas. Tais municípios dispõem de melhores condições de sistema viário e de transportes, e apresentam mais elevados níveis de integração à dinâmica metropolitana.

7.2. Mobilidade na Região Metropolitana de Fortaleza e Grau de Integração na Dinâmica Metropolitana

A mobilidade urbana na RMF tem como motivações as migrações, principalmente as oriundas do campo, o incentivo das políticas de reestruturação econômica (descentralização industrial e o desenvolvimento do turismo) e a lógica da dinâmica metropolitana. Os transportes particulares e públicos de passageiros desempenham um papel chave neste processo. O sistema público de transporte de passageiros atende desigualmente a RMF, privilegiando municípios tradicionais como Caucaia, Maracanaú, Pacatuba e Maranguape, distribuídos nos seguintes subsistemas: serviço de ônibus metropolitano, que atende os municípios de Pacatuba, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia; serviço de ônibus urbano, operação exclusiva de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Maranguape; serviço de transporte alternativo e/ou complementar, realizado por kombis, topics, ou similares em toda RMF; táxis e mototáxis, com atuação mais freqüente na região metropolitana e de modo particular em cada município.

A mobilidade diária da população, ou seja, os movimentos pendulares realizam-se em função da dissociação entre local de moradia e local de trabalho e de estudo. Esse

2 Face ao projeto do Metrofor, uma nova linha de carga foi implantada ligando os municípios de Maracanaú e Caucaia, sem adentrar em Fortaleza, possibilitando a descentralização das atividades e serviços.

indicador possibilita mapear a distribuição das funções produtivas, comerciais e de serviços, retratando o grau de integração entre os municípios e a dinâmica da aglomeração de cada espaço urbano no contexto da metrópole. Os eixos estruturantes de transportes (rodovias e ferrovias), o sistema de transportes e as políticas públicas (incentivos às atividades produtivas e aos programas habitacionais) têm papel preponderante natureza e intensidade dos fluxos migratórios entre municípios.

A partir da década de 1970 e 1980, evidencia-se uma intensa conurbação entre os municípios contíguos ao núcleo metropolitano, decorrente do processo de periferação/industrialização. Como em outras metrópoles brasileiras, os municípios limítrofes ao núcleo principal apresentam alto nível de integração na dinâmica da aglomeração. O conhecimento das funções desempenhadas pelos municípios ajuda a compreender as desigualdades de desenvolvimento na RMF, marcada pela relação assimétrica com o núcleo metropolitano.

Caucaia destaca-se pela função de município dormitório, enquanto Maracanaú evidencia-se pelas funções econômicas, principalmente ligadas a atividades industriais e de serviços. Os demais municípios, em razão da maior distância do pólo metropolitano, têm grande parte da população vinculada às atividades agrícolas e apresentam padrão superior de vulnerabilidade, atestando menor grau de integração.

TABELA 7.2 – Classificação dos Municípios da RMF Segundo o Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração

Municípios	Indicadores da dinâmica da urbanização				Fatorial		Indicadores de funções e geração de renda				Total de pontos	Nível de integração na dinâmica da aglomeração		
	Taxa Cresc Pop. Total 1991/2000	Densid hab/km 2000	Número Pessoas Trabalharam ou Estudam em Outro Mun. 2000	% Pessoas Trabalharam ou Estudam em Outro Mun. 2000	Escore	Índice	Classe dinâm. Urban.	Nº de Passageiros Vão Doméstico (origem e destino) 2003	Posic. Rank Nac. dos Portos (2006)	PIB 2003 (R\$ mil)			% Munic. no Total PIB do Espaço Urbano (2003)	
Aquiraz	3,01	126	2349	5,75	77,91	-0,29	0,4	2		301935	1,7	0	2	Baixa
Caucaia	4,74	204	30863	19,19	88,8	0,52	0,61	4		852846	4,81	0	4	Alta
Chorozinho	2,12	67	485	3,99	60,42	-0,7	0,29	2		36839	0,21	0	2	Baixa
Eusébio	4,94	411	2152	10,94	86,94	0,19	0,52	3		474285	2,67	0	3	Média
Fortaleza	2,15	6839	15822	1,09	96,67	0,43	0,58	6	1473812	9	72,66	2	8	Pólo
Guaiúba	1,39	74	1273	10,04	63,98	-0,57	0,32	2		35654	0,2	0	2	Baixa
Horizonte	7,06	211	1020	4,83	86,43	0,19	0,52	3		400163	2,26	0	3	Média
Itaitinga	2,81	194	3138	16,71	89,93	0,12	0,5	3		56144	0,32	0	3	Média
Maracanaú	1,5	1700	19572	15,94	96,92	0,53	0,61	4		1797798	10,14	1	5	Muito Alta
Maranguape	2,32	149	4442	7,72	77,51	-0,26	0,4	2		307849	1,74	0	2	Baixa
Pacajus	3,69	173	2002	6,89	81,97	-0,09	0,45	3		309791	1,75	0	3	Média
Pacatuba	3,67	390	7022	20,81	93,2	0,41	0,58	4		188027	1,06	0	4	Alta
SG. Amarante	2,2	43	911	4,03	68,44	-0,65	0,3	2		86806	0,49	1	3	Média

Fonte: IBGE, DAC, IPEA

A leitura da Tabela 7.2 revela o papel desempenhado por estes municípios na dinâmica da aglomeração. Maracanaú apresenta muito alto nível de integração na dinâmica da aglomeração, explicada pelas elevadas oportunidades de empregos nas atividades industriais e complementares em razão da implantação do primeiro Distrito Industrial da RMF, pelos intensos fluxos pendulares, pela expressiva participação no PIB de 2003 com R\$ 1.797.798.000 e pelo alto percentual de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, 96,92%. Em seguida, Caucaia coloca-se em alto nível, também, destacando-se pelos elevados movimentos pendulares, pelo PIB de peso, atingindo na mesma data R\$ 852.846.000 e pelo percentual significativo de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, 88,80%. Pacatuba, também, apresenta alto nível de integração, sendo significativos os deslocamentos pendulares, com 20,81% de sua população trabalhando ou estudando em outro município e, 93,20% de pessoas trabalhando em atividades não agrícolas, embora sua contribuição no PIB seja de apenas R\$ 188.027.000. Itaitinga ocupa médio nível de integração, mas 16,71% de sua população realizam deslocamentos rotineiros e 89,3% de pessoas estão ligadas às atividades não agrícolas, no entanto é irrisória sua participação no PIB com apenas R\$ 56.144.000.

Os municípios da RMF, que apresentaram maior percentual de pessoas que trabalham e estudam em outros municípios, foram Caucaia abrangendo um total de 30.863 pessoas correspondente a 19,19% da sua população e Maracanaú com 19.572 pessoas correspondente a 15,94%. Municípios que integram a RMF desde a sua criação, em 1973 e que dispõem de atividades econômicas mais consolidadas e melhor sistema viário e de transporte coletivo.

Os dados de deslocamentos pendulares em direção à Fortaleza revelam as condições desiguais do seu desenvolvimento urbano em relação aos demais municípios da RMF. A Capital, além de concentrar 71% da população da região metropolitana, coloca-se como centro de referência, comando e controle político, econômico e cultural, coordenando e polarizando as atividades produtivas, de comércio e serviços e, conseqüentemente de mercado de trabalho. Em relação à educação, destaca-se na oferta em todos os níveis de ensino, infantil, fundamental, médio, técnico e universitário, apresentando uma ampla rede de escolas e faculdades particulares.

Destaca-se, portanto, como pólo regional e estadual, com um raio de influência que se estende do Nordeste Oriental até o Norte. Nos últimos anos, as políticas de

industrialização e de desenvolvimento das atividades turísticas, marcadas pelas obras de infra-estrutura, principalmente viárias, aumentaram a atração de Fortaleza e reforçaram ainda mais os contrastes entre o núcleo central e os demais municípios da RMF.

Na leitura do Mapa 7.2 visualiza-se quatro vetores de expansão, reafirmando a centralidade do núcleo metropolitano, reforçando a configuração de fluxos radiais, caracterizada pela supremacia da capital em detrimento de localidades próximas entre si, mas que não mantém vínculos de reciprocidade proporcional à situação e localização.

Dos quatro vetores, três reforçam os eixos mais antigos de ligação com as áreas produtivas agrícolas. O primeiro em direção sudoeste, engloba os municípios de Maracanaú e Maranguape, através do binômio Avenida José Bastos / CE-025; o segundo, em direção sul, de conexão com os municípios de Horizonte, Pacajús e Eusébio por meio da Avenida Aguanhambi / BR-116; o terceiro, em direção oeste, estabelece conexão com o município de Caucaia e o litoral Oeste, avenida Bezerra de Menezes / BR-020, associado, a partir da década de 1990, à Avenida Leste-Oeste/Rodovia Sol Poente; e o quarto, de espacialidade mais recente, também década de 1990, aponta para o Sudeste, estabelecendo ligação com os municípios de Aquiraz e Eusébio, formado pelo binômio Avenida Washington Soares / Rodovia Sol Poente.

Constata-se, portanto, que além das políticas econômicas, fiscais, habitacionais e a própria lógica da dinâmica metropolitana, os investimentos nos eixos viários estruturantes, avenida Leste-Oeste/ Rodovia Sol Poente e Avenida Washington Soares/ Rodovia Sol Nascente foram elementos determinantes de integração e coesão entre os municípios, principalmente os litorâneos.

7.3. Mobilidade Pendular segundo as Tipologias Socioespaciais entre os Municípios

Neste tópico, analisa-se a mobilidade pendular das AED's relacionada às tipologias socioespaciais. Conforme os dados da população residente (de 15 anos e mais de idade) que trabalham ou estudam fora do município de residência, destacam-se as tipologias socioespacial popular periférico (11,64%), seguida pela rural (4,93%), popular operário (4,53%), inferior (3,88%) e médio (3,66%).

TABELA 7.3 – Área de Ponderação Amostral (AED's) da região Metropolitana de Fortaleza Segundo Médias de População Residente de 15 Anos e Mais de Idade Que Trabalha ou Estuda e Pessoas Que Realizaram Movimento Pendular-2000

Tipologias	Proporção imigrantes data fixa	Pessoas de ≥15 anos que trabalham ou estudam	
	% (R) **	% (R) **	% (R) **
Superior	11,95	1,87	0,00
Médio superior	7,53	1,73	0,00
Médio	10,26	6,12	28,07
Popular Operário	7,84	8,77	19,37
Inferior	8,12	7,79	20,99
Popular Periférica	15,56	18,40	61,56
Rural	8,86	8,31	65,32

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000. (Metrodata)

% valor do variável em percentual

(R) ≥ Ranking do variável, em ordem crescente dos valores

(R) ≥ Ranking do variável, em ordem decrescente dos valores

De acordo com os dados, os mais intensos fluxos de deslocamentos pendulares em direção a outros municípios na RMF ocorrem na tipologia Popular Periférico, cujas AED's estão fora do núcleo metropolitano. Das cinco AED's que compõem esta tipologia apenas duas destacam-se: Pacatuba (18,23%) e Itaitinga (15,42%), pois, embora a função econômica seja fator de integração na dinâmica da aglomeração, estas AED's não dispõem de oferta de emprego e rede de serviços, compatíveis com as necessidades da sua população, exigindo o seu deslocamento, principalmente, para fins de trabalho e educação. Estes municípios passam a desempenhar a função de dormitório.

Pacatuba, que tem forte influência de Maracanaú, concentra conjuntos habitacionais realizados com recursos públicos, dispondo de loteamentos destinados aos segmentos populares. Itaitinga mantém complementaridade de atividades com Pacatuba, seu município de origem. A atividade econômica mais expressiva constitui a mineração, cujos postos de trabalho atendem a uma parcela da população. Outros municípios desta tipologia socioespacial, embora apresentem menores taxas de deslocamentos rotineiros, merecem análise, a exemplo Maranguape e Maracanaú/Pajuçara. Maranguape, Sede Urbana (9,40%), antigo município, onde se concentravam chácaras de famílias tradicionais, diferencia-se dos demais da tipologia, por concentrar maior número de distritos ligados às atividades rurais, atualmente alvo de empreendimentos industriais. Maracanaú/ Pajuçara (8,39%),

contíguo ao Distrito Industrial, concentra loteamentos, habitações e ocupações populares, desenvolvendo atividades terciárias ao longo da CE-065, de apoio ao distrito e ao eixo de industrialização em direção ao município de Pacatuba e Itaitinga.

Em segundo lugar encontra-se a tipologia socioespacial Rural (4,93%). Nesta tipologia, destaca-se Gaiúba (9,58%) que, como os demais desmembrados, ainda mantêm fortes vínculos com o município de origem. Este município apresenta baixo nível de integração na dinâmica da aglomeração, em razão de pertencer a uma tipologia onde predominam as atividades agrícolas e a população distribui-se de forma dispersa, com deficiência de serviços de transportes coletivos.

A tipologia Popular Operário (4,53%), embora formada por 29 AED's nas quais há forte presença da categoria socioocupacional de trabalhadores do setor secundário, apenas seis apresentam altos índices de mobilidade. São AED's que apresentam conurbação com o município sede, e caracterizam-se por sua função dormitório, tais como Caucaia/Nova Metrópole (32,54%), Caucaia Albano/Guadalajara (32,15%), Caucaia Araturi (31,96%), Maracanaú Acaracuzinho/Alto Alegre (20,35%), Maracanaú Jereissati/Timbó (16,07%), Maracanaú/Centro/Novo Maracanaú (12,13%). A constituição destas AED's ocorreu no interior da dinâmica de industrialização/periferização, nas décadas de 1970 e 1980, na qual teve papel chave a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Governo Federal. Para efetivação destas políticas, medidas institucionais foram fundamentais como a criação da Região Metropolitana de Fortaleza, a adoção de políticas habitacionais e o financiamento dos planos locais de desenvolvimento integrado de abrangência metropolitana sob as diretrizes do BNH/SERFHAU.

Tal conjuntura propiciou investimentos públicos em obras de infra-estrutura viária urbana (energia e água), viabilizando os distritos industriais e a construção dos conjuntos habitacionais na periferia urbana. Desta forma, influenciaram substancialmente a expansão urbana e desencadearam a conurbação com os municípios limítrofes Caucaia e Maracanaú. De acordo com as diretrizes da Política Habitacional, mediada no Ceará pela COHAB, visando à erradicação das favelas dos espaços intra-urbanos, os conjuntos habitacionais localizaram-se ao longo dos eixos viários regionais, em direção a Caucaia e Maracanaú. As diretrizes básicas para escolha das áreas eram as condições de acessibilidade financeira e física da população. Assim, os terrenos deveriam ter preços baixos e beneficiados pelo sistema viário e de transportes coletivos, portanto, apresentando melhores facilidades para os fluxos cotidianos intra-metropolitanos.

Na tipologia Inferior (3,88%), em quarto lugar, estão as AED's de Maracanaú Cágado/Mucunã (22,25%), Caucaia Jurema/Marechal Rondon (25,65%), Caucaia Parque Soledade/Itambé (13,68%), Caucaia Potira/Tabapuá (16,43%), Caucaia Capuan (10,79%), nas quais, também, se concentram os conjuntos habitacionais e dominam a categoria Socioespacial Popular Operário.

Nos municípios pertencentes à tipologia socioespacial Média, (3,66%), caso de Caucaia Icarai (12,98%), Eusébio (9,10%) encontram-se tradicionais áreas de veraneio (casa de praia e sítios) representando novas fronteiras de expansão do mercado imobiliário.

Icarai, localizado no litoral do município de Caucaia, originalmente era ocupado, exclusivamente, por habitações unifamiliares e multifamiliares (casas e apartamentos) destinadas ao veraneio da classe média. Atualmente, apresenta duas lógicas de reprodução das relações socioespaciais. Durante os dias úteis de trabalho funciona como AED dormitório e nos finais de semana incorpora a demanda para fins de lazer e turismo. Por pertencer a um município de alta integração na dinâmica da aglomeração, propiciado, principalmente pelas condições de acessibilidade (eixos viários regionais BR-222, CE-085 e CE090), na década de 1990 foi beneficiado com investimentos significativos em infra-estrutura viária (construção da Ponte sobre o Rio Ceará e a Rodovia Sol Poente). Tornou-se AED dormitório diante da elevação dos preços da terra no município sede, portanto, uma alternativa para residências das classes médias.

Circunstâncias semelhantes ocorreram com Eusébio, município contíguo a Fortaleza, beneficiado pela construção da Rodovia Sol Nascente, passando a ser área de expansão sudeste do núcleo metropolitano. As novas funções espacializadas ao longo do eixo viário, destinadas às atividades de serviços (segurança, construtoras etc.) enquanto as demais áreas são objeto de empreendimentos imobiliários residenciais (condomínios fechados unifamiliares).

As tipologias socioespaciais Superior (1,42%) e Médio Superior (1,15%), constituídas por AED's localizadas no município pólo, onde se concentram a maior oferta de emprego e as atividades de serviço (educação e saúde) e comerciais, apresentam baixo percentual de deslocamentos pendulares, oscilando entre 0,7% a 2,6% da população.

Nesta tipologia, os deslocamentos cotidianos apresentam percentuais baixos com insignificante variações entre as AED's, Papicu com 2,3% da sua população, seguida por

Dionísio Torres (2,1%), Aldeota (2,1%), Meireles (2,0%), Mucuripe/ Varjota (1,9%), Fátima (1,9%), destacando-se com menor índice a AED Eng. Luciano Cavalcante. Estas AED's apresentam mais alta densidade das tipologias socioocupacionais, dirigentes e intelectuais, tanto do setor público quanto do privado em virtude da sua localização na área mais nobre da cidade, privilegiada por suas tipologias arquitetônicas modernas, destinadas às atividades comerciais, serviços e residenciais, e com melhores condições de serviços e infra-estrutura urbanos. Provavelmente, o movimento pendular em direção a outros municípios, abrange as CAT's dirigentes cujo locus das atividades econômicas se encontram em outro município integrado à dinâmica da aglomeração por sua função econômica (Distrito Industrial de Maracanaú, Complexo Portuário do Pecém, e os municípios industrializados, a exemplo de Horizonte, Pacajus, Itaitinga e outros), intelectual (professores), política e burocrática (funcionários públicos de alto escalão). Na tipologia Médio Superior, também concentrada em Fortaleza, os movimentos pendulares em algumas AED's assemelham-se à tipologia Superior, tais como Bom Futuro/Parreão (2,6%), Vila Elery/Monte Castelo (2,5 %), Benfica/José Bonifácio (2,4%), Maraponga/Jardim América (2,3%), Presidente Kennedy (2,3%), Itaperi (2,0%). Supostamente, os deslocamentos atingem as pessoas ocupadas em escritórios, ocupações técnicas e médias na área de educação e saúde que prestam serviços em outros municípios da RMF.

7.4. Mobilidade Pendular segundo as Tipologias Socioespaciais em Direção ao Município Pólo

As tipologias socioespaciais Popular Periférico (6,86%), seguidas pela Popular Operário (3,61%), Rural, (3,04%), Inferior (2,96%), e Médio (2,82%) apresentaram os maiores índices de movimento pendular relativo à população de cada AED em direção ao pólo metropolitano (Tabela 7.4). As tipologias Superior e Média Superior não tiveram incidências, pois é formada por AED's localizadas no núcleo metropolitano.

As AED's mais destacadas no popular operário foram Caucaia Albano/Guadalajara, (31,27%), Caucaia Nova MetrÓpole (31,26%), Caucaia Araturi (30,48%), Maracanaú Acaracuzinho/Alto Alegre(19,09%), Maracanaú Jereissati/ Timbó (14,60%), Maracanaú Centro/Novo Maracanaú (10,72%); inferior Caucaia Jurema Marechal Rondon (24,87%), Caucaia Potira Tabapuã (15,55%), Caucaia Parque Soledade/Itambé (12,90%), Caucaia Capuan (10,09%); médio Caucaia Icarai (12,52%), Eusébio (7,62%), Sede Porto das Dunas/ Prainha (5,29%). Tais AED's localizam-se nos municípios de Maracanaú que apresentam

muito alto nível e Caucaia alto nível de integração na dinâmica da aglomeração. Como já referido, predominam as AED's dormitórios que desempenham função importante na dinâmica da aglomeração.

Desta análise, levanta-se a hipótese de que os maiores deslocamentos ocorrem por inexistirem nestes municípios condições conjugadas de dinamismo econômico, desempenho comercial e equipamentos urbanos compatíveis com as necessidades e aspirações de sua população.

As AED's pertencentes à tipologia socioespacial média destacam-se as localizadas na orla marítima, tradicionais áreas de veraneios transformadas em residências definitivas e áreas de novos empreendimentos imobiliários, tais como Icaraí, já analisada no tópico anterior e Porto das Dunas. Esta última constitui área de veraneio da elite, desde a década de 1990, atualmente demandada como área de residência definitiva, de concentração de equipamentos turísticos de grande porte (Beach Park, Acqua Ville, Othon Palace e outros hotéis) e empreendimentos imobiliários, a exemplo de Alphaville.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, a cidade-núcleo por destacar-se como centro de comando e controle, político, econômico, cultural e social e, ainda mais demográfico, mantém relações assimétricas com os demais municípios. Conforme os dados, a tipologia socioespacial Superior dos dirigentes é exclusiva de Fortaleza, criando um círculo vicioso decorrente da concentração dos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos, atraindo cada vez mais os grandes empreendimentos, imobiliários, comerciais e serviços privados. Este quadro torna-se mais dramático em razão da inexistência de políticas de desenvolvimento e gestão metropolitana, redistributiva de forma a espacializar os benefícios da urbanização e criar condições básicas que atendam as necessidades e aspirações do conjunto da população. Desta forma, a integração dos municípios na dinâmica metropolitana acontece de forma assimétrica e dependente do núcleo metropolitano. Portanto, embora alguns municípios apresentem dinâmica econômica e integração na dinâmica da aglomeração, ainda não gozam de autonomia política e financeira.

Considerações Finais

Por razões diversas, amplia-se o fenômeno da metropolização como a implementação das políticas públicas, a valorização dos imóveis no município sede, e a própria dinâmica

metropolitana. A melhoria nas condições de acessibilidade associada às novas aspirações e necessidades da população altera seu modo de vida, suas práticas sociais e suas sociabilidades. A dissociação entre local de residência/trabalho e ou estudo, passa a ser uma prerrogativa, principalmente, diante da valorização dos imóveis no município sede. Também, as demandas por atividades de lazer, comércio e serviços, mais sofisticados, concentrados em Fortaleza, tornam-se mais freqüentes. A classe média transforma em habitação principal a segunda residência – casas de praia (Iparana, Icaraí, Tabuba, Prainha, Iguape, etc.) e sítios de fim de semana (Messejana, Eusébio, Caucaia, Maracanaú, Pacajus, Maranguape, etc.). Os conjuntos habitacionais e os loteamentos periféricos, desde a década de 80, passaram a serem construídos em outros municípios, principalmente os acessíveis pelo transporte ferroviário e as rodovias. A implantação de novos estabelecimentos industriais em municípios da região metropolitana e vizinhos transforma Fortaleza numa metrópole, estreitando os laços e aumentando a interdependência entre os municípios.

A descentralização das atividades tem impacto no grau de integração entre os municípios, seja em função do sistema viário, seja de transporte, seja das políticas públicas, seja da reestruturação produtiva, alterando a divisão técnica do trabalho na RMF. Os municípios que têm função econômica, industrial, ou turística, sofreram profundas transformações, enquanto, outros, a exemplo de Chorozinho, Guaiuba e São Gonçalo, ainda prevalecem a população e as atividades rurais.

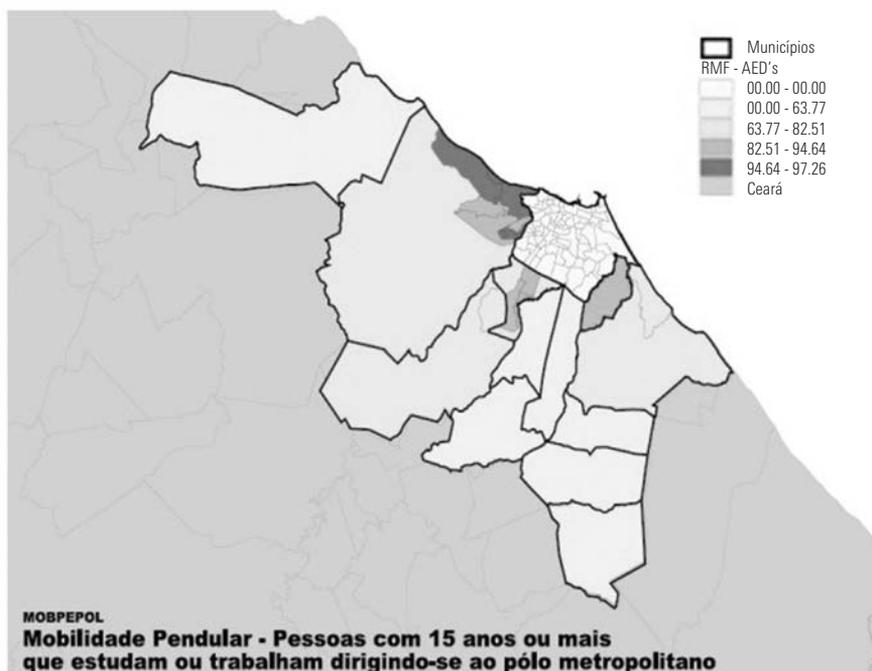
A leitura dos Mapas 7.2 e 7.3 sobre a espacialização das migrações e dos movimentos pendulares e os dados sobre mobilidade cotidiana, movimentos pendulares e não rotineiros, de curta e longa distância, trazem contribuições significativas para a compreensão do fenômeno da metropolização e o grau e natureza da integração dos municípios na Região Metropolitana de Fortaleza. Os fluxos pendulares constituem indicadores significativos na identificação das especificidades da integração dos municípios à dinâmica da aglomeração. Na Região Metropolitana de Fortaleza, interessa indicar o papel desempenhado por cada município nesta dinâmica, e sua função na dinâmica produtiva, econômica, política e socioespacial nacional/mundial. Desta forma, as migrações não rotineiras, de longa distância, podem indicar o papel desempenhado por cada município na dinâmica da RMF e sua função na dinâmica produtiva, econômica, política e socioespacial nacional/mundial. Quanto aos fluxos pendulares, constituem indicadores significativos na identificação das especificidades da integração dos municípios à dinâmica da aglomeração.

Em relação às migrações rotineiras (movimentos pendulares), mediante a leitura dos Mapas 3 e 4, evidenciaram-se os seguintes aspectos:

- » Os vínculos entre os municípios mostram a dinâmica das trocas diárias de fluxos populacionais. Além da atratividade de emprego e estudos, expressa a utilização de serviços públicos e o consumo de mercadorias na localidade para onde se deslocam as pessoas;
- » As AED's mais dinâmicas estão localizadas no Núcleo Metropolitano e nos municípios com maior nível de integração à dinâmica da aglomeração;
- » As AED's onde predominam os fluxos pendulares são as que desempenham função dormitório ou função econômica, como esperado são áreas que apresentam forte conurbação com Fortaleza.
- » Caso ímpar o município Eusébio, formado por uma única AED, pertencente à Tipologia Socioespacial Média, embora apresente nível de integração médio. Por localizar-se em área limítrofe à Fortaleza e atravessada por um de seus vetores de expansão sudeste, constitui área de transbordamento da metrópole, confundindo-se com suas AED's;
- » As AED's receptoras são mais vulneráveis às mudanças socioespaciais. À medida que as AED's são incorporadas ao tecido urbano, passam a ser objeto de melhorias urbanas, portanto, contribuindo para a mobilidade de sua população. Por outro lado, ao serem valorizadas, contribuem para substituição dos antigos moradores (exclusão branca) por novos, pertencentes às classes sociais superiores. A valorização da área induz a sua requalificação mediante a transformação das residências térreas padronizadas em modernos sobrados e investimentos privados e equipamentos comerciais e lazer (bares, restaurantes, supermercados, lojas etc);
- » As AED's que apresentam os mais elevados fluxos pendulares entre os municípios pertencem aos municípios limítrofes à Capital, nos quais estão localizadas atividades comerciais e serviços, excetuando-se uma pequena faixa do município de Caucaia;

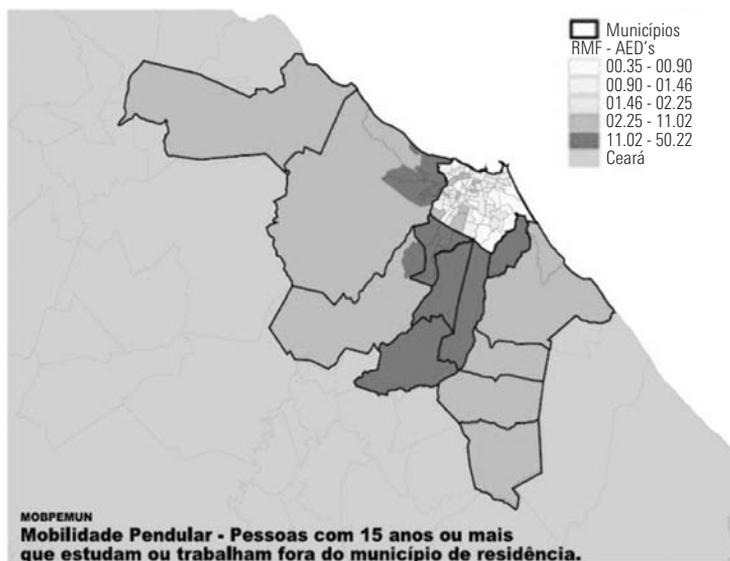
- » As AED's ligadas às atividades rurais e mais distantes do município Sede apresentam menores fluxos pendulares e, conseqüentemente, menores oportunidades de mobilidade social da sua população;
- » As AED's desmembradas apresentam alta mobilidade pendular, por seus vínculos com os municípios de origem;
- » As AED's localizadas em Fortaleza, cuja população realiza elevados deslocamentos diários são aquelas, nas quais se concentram conjuntos habitacionais, estão inseridas nos bairros populares, próximos aos eixos viários estruturantes, portanto, bem servidas de transportes coletivos e, próximas ao antigo distrito industrial do bairro Floresta, provavelmente, em razão da transferência das indústrias para os distritos industriais, permanecendo a classe trabalhadora nas suas moradias de origem.

MAPA 7.1 – Movimento Pendular – Pessoas com 15 anos ou Mais que Estudam ou Trabalham Dirigindo-se ao Pólo Metropolitano



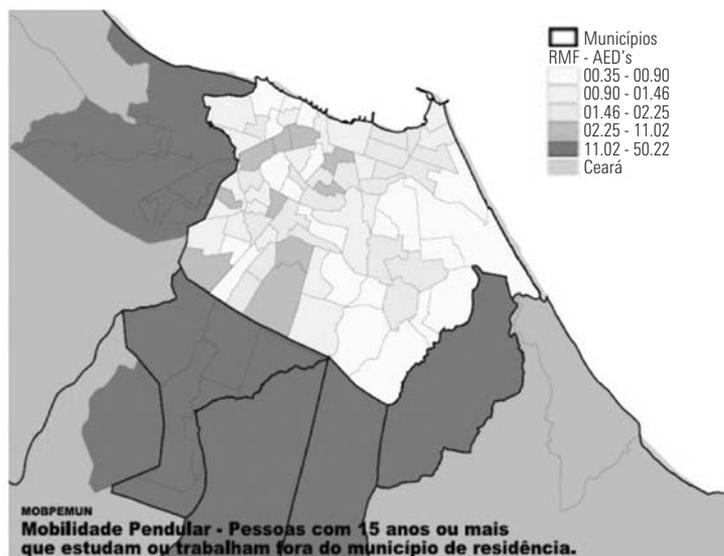
Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

MAPA 7.2 – Movimento Pendular – Pessoas com 15 anos ou Mais que Estudam ou Trabalham do Município de Residência



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

MAPA 7.3 – Movimento Pendular – Pessoas com 15 anos ou Mais que Estudam ou Trabalham do Município de Residência – Recorte em Fortaleza



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

Constata-se, portanto, que além das políticas econômicas, fiscais, habitacionais e a própria lógica da dinâmica metropolitana, os investimentos nos eixos viários estruturantes Avenida Leste-oeste/Rodovia Sol Poente e Avenida Washington Soares/ Rodovia Sol Nascente foram elementos determinantes de integração e coesão entre os municípios, principalmente os litorâneos.

capítulo 8

8. Estruturação Espacial da Renda e do Trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza

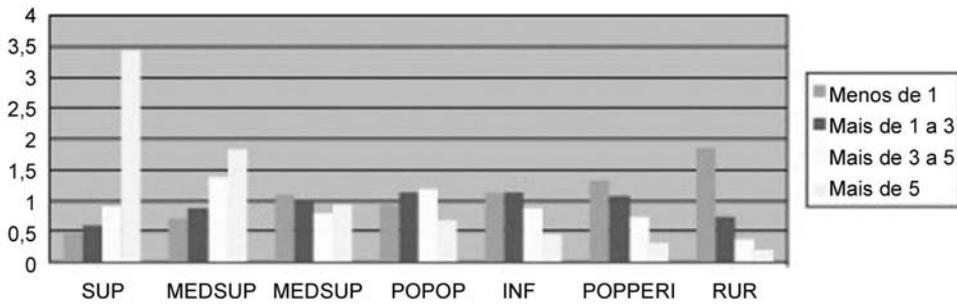
A estruturação urbana da metrópole de Fortaleza é marcada por uma distribuição das tipologias socioespaciais relativamente homogênea, no tocante à população ocupada por níveis salariais. De acordo com a Tabela 8.1, apenas as tipologias Superior e Médio Superior se diferenciam muito das demais, com densidades relativas de 3,43 e de 1,83, respectivamente, no estrato de mais de cinco salários mínimos. Na tipologia popular operário a maior densidade (1,18) encontra-se no estrato de 3 a 5 s. m. Entretanto, os tipos médio, inferior e popular periférico guardam muitas semelhanças, com densidades mais elevadas nos estratos de até 1 s.m. e 1 a 3 s.m. Já o tipo rural apresenta alta densidade na faixa inferior de renda, com até 1 s.m. significando que a população desta tipologia se concentra na faixa de maior pobreza, com rendimentos até 1 s.m.

TABELA 8.1 – Pessoas Ocupadas por Classes de Rendimento Mensal por Tipologia em S.M. – RMF/2000 (Densidade Relativa)

Tipologias	Menos de 1 s.m.	1 a 3 s.m.	3 a 5 s.m.	Mais de 5 s. m.
Superior	0,48	0,6	0,89	3,43
Médio Superior	0,7	0,87	1,37	1,83
Médio	1,09	1	0,78	0,93
Popular Operário	0,92	1,12	1,18	0,69
Inferior	1,12	1,13	0,87	0,45
Popular Periférico	1,32	1,06	0,72	0,3
Rural	1,87	0,74	0,37	0,21

Fonte: IBGE – Metrodata 2000

FIGURA 8.1 – Pessoas Ocupadas por Classes de Renda Mensal em S.M. (densidade) – RMF/2000



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

Na Tabela 8.2 podemos observar que na tipologia Superior, dentre as pessoas ocupadas existem mais mulheres do que homens, duas vezes mais brancos do que não brancos e três vezes mais pessoas com mais de 8 anos de escolaridade do que as que têm menos de 8 anos; no médio superior a situação é semelhante. Nas tipologias Médio e Popular Operário as densidades são relativamente homogêneas; no entanto, as categorias Inferior, Popular Periférico e Rural apontam para predominância das densidades maiores das pessoas ocupadas para os homens, para os não brancos e com menos de oito anos de escolaridade. Estas tipologias configuram uma situação de desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho da RMF, com respeito a gênero, cor e nível de escolaridade.

Quando analisamos a densidade dos tipos por gênero constatamos que nas tipologias socioespaciais Superior e Médio Superior é maior a densidade das mulheres, enquanto a maior densidade dos homens encontra-se nas categorias Rural, Popular Periférico e Inferior. Na análise de tipos por cor, o destaque é dos brancos que se concentram nas categorias Superior e Médio Superior, enquanto os não brancos estão mais fortemente situados nas tipologias Popular-Operário, Inferior, Popular Periférico e Rural.

TABELA 8.2 – Pessoas Ocupadas por Tipologia – RMF 2000 (Densidade Relativa)

Tipologia	Homens	Mulheres	Branco	Não Branco	Menos de 8 anos de estudo	8 e mais anos de estudo
Superior	0,81	1,27	1,48	0,69	0,47	1,54
Médio Superior	0,88	1,18	1,24	0,85	0,6	1,41
Médio	1,05	0,95	0,91	1,07	1,2	0,82
Popular Operário	1	1,01	0,98	1,03	0,94	1,07
Inferior	1,07	0,92	0,85	1,11	1,25	0,77
Popular Periférico	1,09	0,87	0,85	1,09	1,36	0,64
Rural	1,11	0,66	0,71	1,06	1,41	0,43

Fonte: IBGE – METRODATA 2000

Observando os tipos por nível de escolaridade ainda é maior a diferença em termos de densidades relativas. Nos tipos Popular Periférico e Rural a população com menos de oito anos de escolaridade apresenta-se com mais de duas vezes as densidades relativas dos tipos com mais de oito anos de escolaridade nas tipologias Superior e Médio superior. A segregação entre estes três tipos pode ser observada com maior nitidez na relação entre os rendimentos entre mulheres e homens, entre não brancos e brancos e entre níveis de escolaridade inferior e superior a oito anos. É nas tipologias Popular Operário e Inferior que a segregação é menos acentuada.

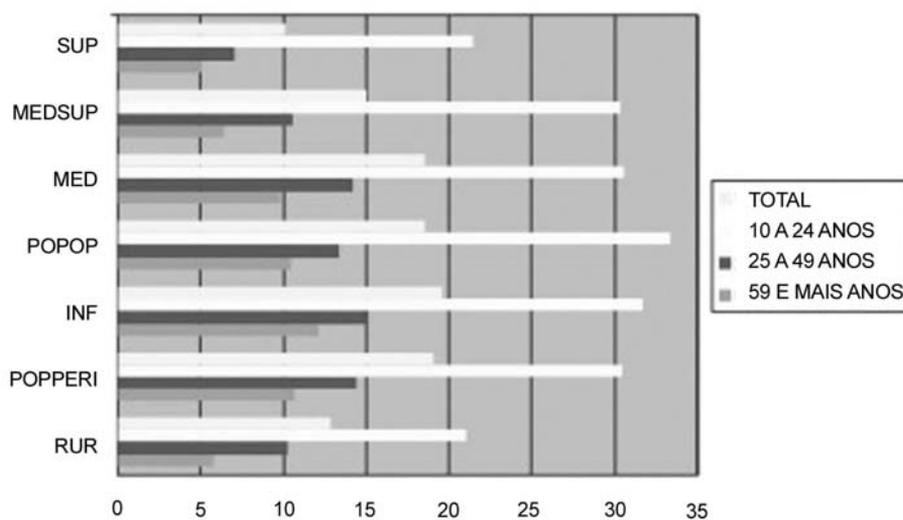
Na Tabela 8.3 apresentamos a distribuição da população desempregada da metrópole pelos tipos socioespaciais, destacando a ocupação por sexo e por faixas etárias extraídas do Metrodata. Nestes dados é possível observar que, em geral, a taxa de desemprego das mulheres é bem maior do que a dos homens. Na distribuição das taxas de desemprego por faixas etárias, o que chama atenção é que a população acima de 50 anos é a que apresenta as menores taxas de desemprego, que variam entre 5,1% no tipo Superior e 12,1% no tipo Inferior, enquanto a população jovem entre 10 e 24 anos apresenta as mais elevadas taxas de desemprego em todos os tipos socioespaciais, variando entre 21% no Rural e 33,3% no Popular Operário. Já na faixa etária considerada mais ativa (25 a 49 anos) só no tipo Superior o desemprego é relativamente baixo (7%), enquanto nas outras tipologias socioespaciais o desemprego varia entre 10,2% e 15%.

TABELA 8.3 – População Desempregada por Tipologias – RMF 2000 (%)

Tipologia	Total	Homens	Mulheres	10 A 24 Anos	25 A 49 Anos	59 a mais anos
Superior	10,1	10	11	21,4	7	5,1
Médio Superior	15	13,5	16,6	30,3	10,6	6,4
Médio Superior	18,5	15,9	22,6	30,5	14,2	9,8
Popular Operário	18,5	16	21,8	33,3	13,4	10,5
Inferior	19,6	17,2	23,4	31,7	15	12,1
Popular Periférico	19,1	15,9	24,3	30,4	14,4	10,7
Rural	12,8	10,5	18,3	21	10,2	5,8

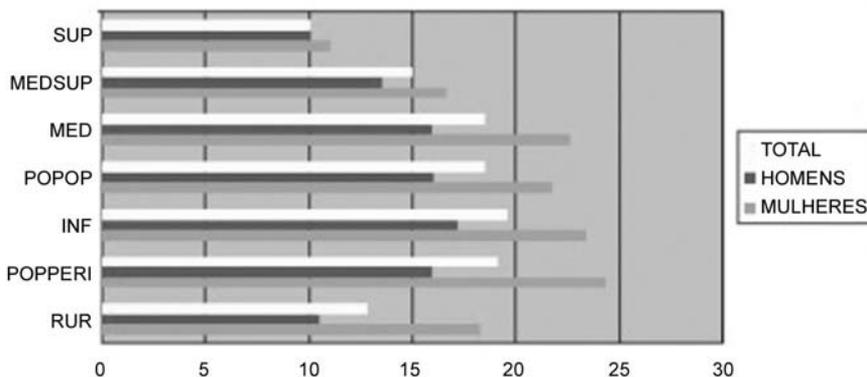
Fonte: IBGE – Metrodata 2000

FIGURA 8.2 – População Desempregada por Tipologias / Faixa Etária - RMF 2000 (%)



Fonte: IBGE – METRODATA 2000

FIGURA 8.3 – População Desempregada por Tipologias / Sexo - RMF 2000 (%)



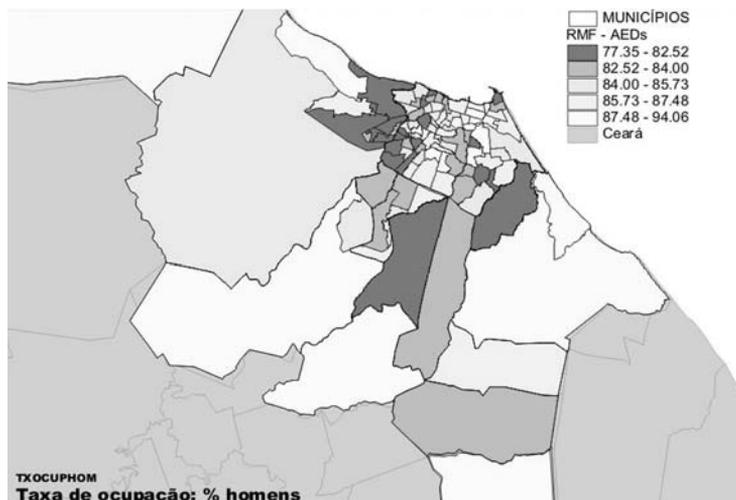
Fonte: IBGE – METRODATA 2000

Conforme as tipologias socioespaciais, os mapas abaixo mostram as áreas onde predomina o emprego de homens, mulheres e jovens na Região Metropolitana. As mais altas taxas de ocupação dos homens se concentram em áreas dos municípios de Maracanaú, Aquiraz, Porto das Dunas, Guaiúba (município que vem se destacando pelo ecoturismo), região litorânea de Caucaia (Icaraí), São Gonçalo do Amarante (onde está localizado o complexo portuário do Pecém) e quase todos os bairros da zona leste de Fortaleza, alguns bairros da zona sudeste (Luciano Cavalcante, Cidade dos Funcionários/ Cajazeira) e bairros próximos do centro (Fátima e Benfica). Quase todas as AED's de Fortaleza onde se concentram as mais altas taxas de ocupação coincidem com as tipologias socioespaciais Superior e Médio Superior. No caso das mulheres as mais altas taxas de ocupação se concentram em Aquiraz e nos bairros da região leste (os mesmos bairros onde se encontram as mais elevadas taxas de ocupação da população masculina). Em relação à população jovem (10 a 24 anos), as mais altas taxas de ocupação se localizam nas AED's onde predominam também a dos homens, embora sejam taxas mais baixas, em termos relativos. Destaca-se o bairro de Lagoa Redonda, como uma das áreas de mais alta ocupação dos jovens, com predominância da tipologia socioespacial Inferior.

Por outro lado, as maiores taxas de desemprego se encontram nos municípios de Eusébio, Pacatuba e Caucaia, tanto para homens (16,7% a 21,4%), mulheres (24,6% a 31,3%) e jovens de 10 a 24 anos (31,3% a 40%). Em Fortaleza, as maiores taxas de desemprego se localizam nos bairros da zona oeste e Messejana, no caso dos homens, bairros já reconhecidos como áreas de pobreza da cidade. São áreas onde predominam as

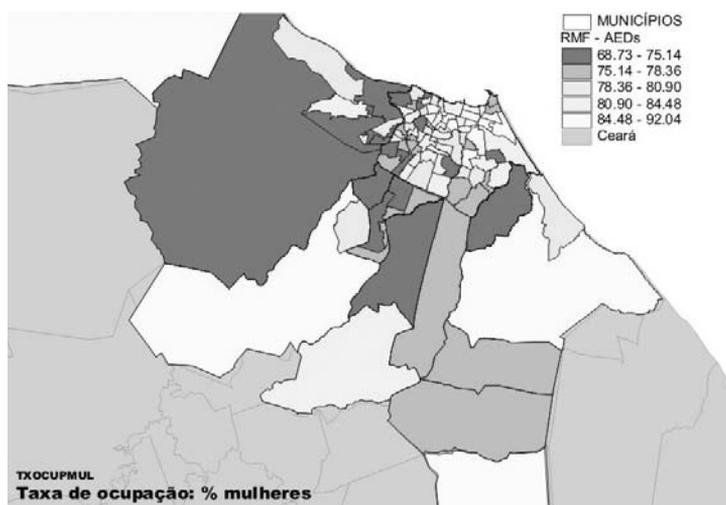
tipologias Médio e Inferior na distribuição socioespacial. Os mapas de taxa de ocupação (Figuras 8.4, 8.5 e 8.6) abaixo mostram a natureza da segregação socioespacial de Fortaleza, um fenômeno antigo da metrópole, que expõe as polaridades já históricas entre leste/sudeste e oeste, como a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, respectivamente.

FIGURA 8.4 – Taxa de Ocupação: Homens – RMF 2000



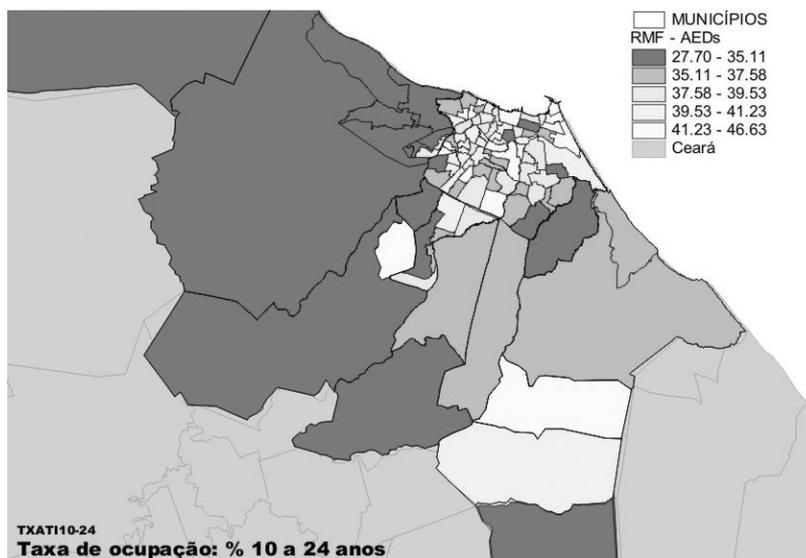
Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

FIGURA 8.5 – Taxa de Ocupação: Mulheres – RMF 2000



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

FIGURA 8.6 – Taxa de Ocupação: Jovens (10 a 24 anos) – RMF 2000



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

8.1. Estruturação Espacial da Pobreza

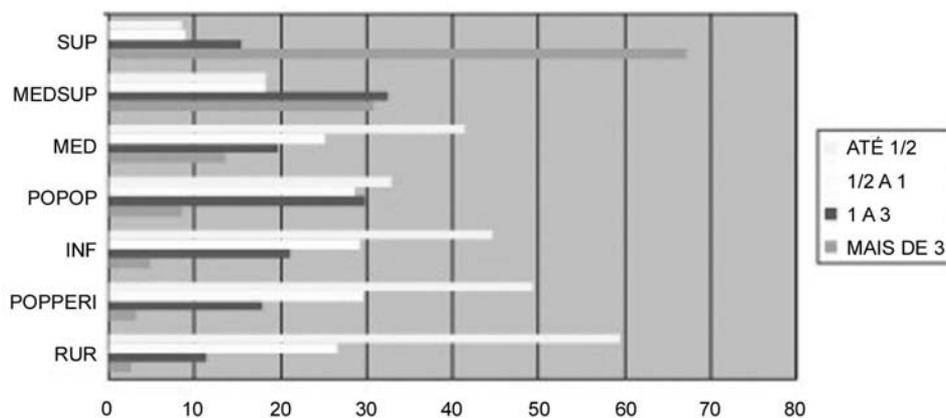
Com base nos dados sobre rendimento das famílias em salários mínimos podemos observar através da Tabela 8.4 que nas tipologias Superior e Médio Superior estão inseridas cerca de 98% das famílias com mais de 3 s.m. e 48% das que recebem de 1 a 3 s.m. O estrato de 1 a 3 s.m. é onde se concentram as tipologias médio superior e médio, com cerca de 52% das famílias desta faixa de renda. Já o tipo popular operário está distribuído nas faixas de renda até 3 s.m, assim como o inferior e o popular periférico; porém o tipo rural está inserido nas duas faixas inferiores, com cerca de 86% das famílias; esta tipologia aparece com 59,4% das famílias no estrato inferior de renda, (com até ½ s.m), que denota um elevado nível de pobreza. O gráfico abaixo mostra com maior nitidez estes resultados.

TABELA 8.4 – Famílias com Renda Per Capita em Salário-Mínimo– RMF 2000 (%)

Tipologia	ATÉ 1/2	1/2 A 1	1 A 3	MAIS DE 3
Superior	8,45	8,98	15,45	67,12
Médio Superior	18,3	18,33	32,46	30,91
Médio Superior	41,46	25,25	19,71	13,59
Popular Operário	32,96	28,67	29,9	8,47
Inferior	44,6	29,29	21,18	4,93
Popular Periférico	49,27	29,58	17,82	3,33
Rural	59,4	26,69	11,36	2,55

Fonte: IBGE – Metrodata 2000

FIGURA 8.7 – Famílias com Renda Per Capita em Salário-Mínimo por Tipologias – RMF 2000 (%)

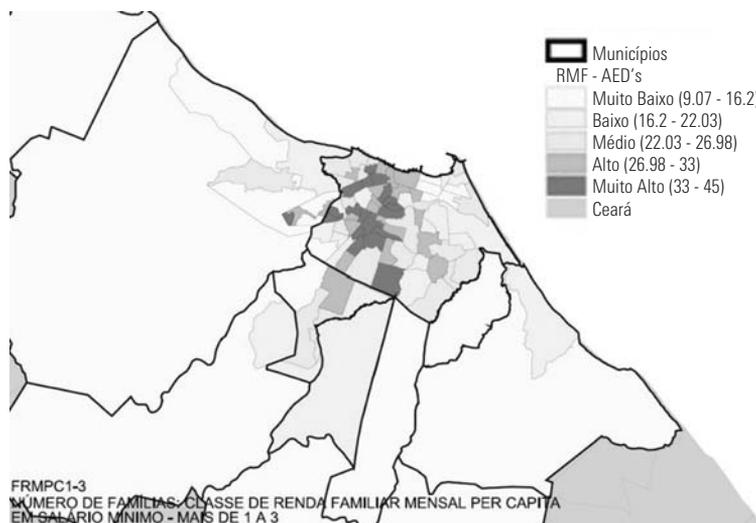


Fonte: IBGE – Metrodata 2000

A distribuição das tipologias socioespaciais aponta para um elevado nível de pobreza em quase todos os municípios da RMF, predominando a faixa de 47% a 65% das famílias com renda *per capita* até ½ s.m. Em Fortaleza somente o bairro do Siqueira se encontra nesta situação de pobreza, onde predomina a tipologia Inferior. A situação se altera em grande parte das áreas do município de Maracanaú, Porto das Dunas (Aquiraz), sede urbana de Maranguape e alguns bairros de Fortaleza (Barra do Ceará, Cais do Porto, Pici, Autran Nunes, Genibaú, Granja Lisboa, Bom Jardim, Jardim das Oliveiras, Lagoa Sapiranga, Curió, Ancuri, Jangurussu, Barroso e Canindezinho), onde baixa para 41% a

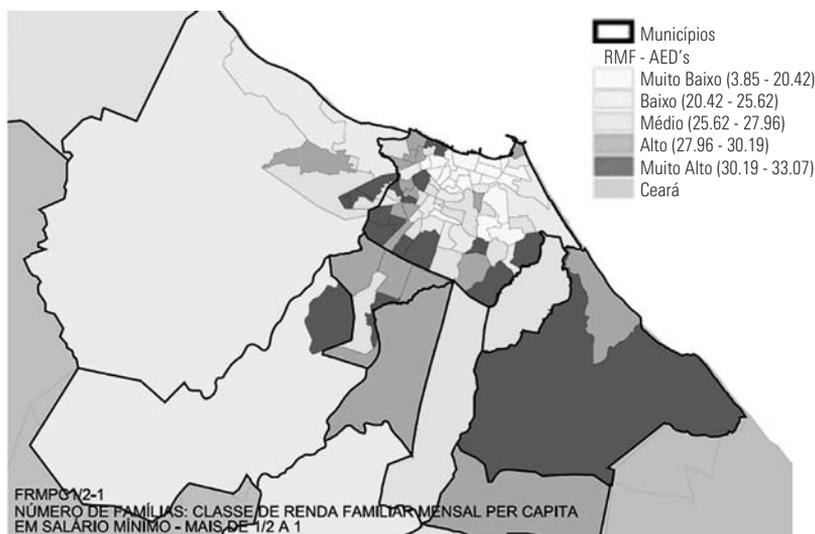
47% a porcentagem das famílias incluídas no estrato de renda até ½ salário mínimo. Nestas áreas predominam as tipologias socioespaciais Inferior, Médio e o Popular Periférico.

FIGURA 8.8 – Famílias com Renda Per Capita até ½ S.M – RMF 2000 (%)



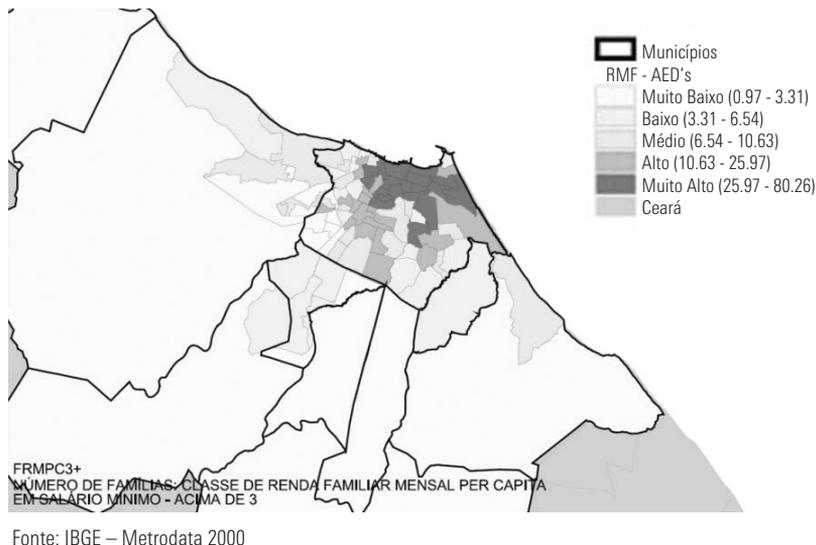
Fonte: IBGE – Metrodata 2000

FIGURA 8.9 – Famílias com Renda Per Capita com ½ a 1 S.M. – RMF 2000 (%)



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

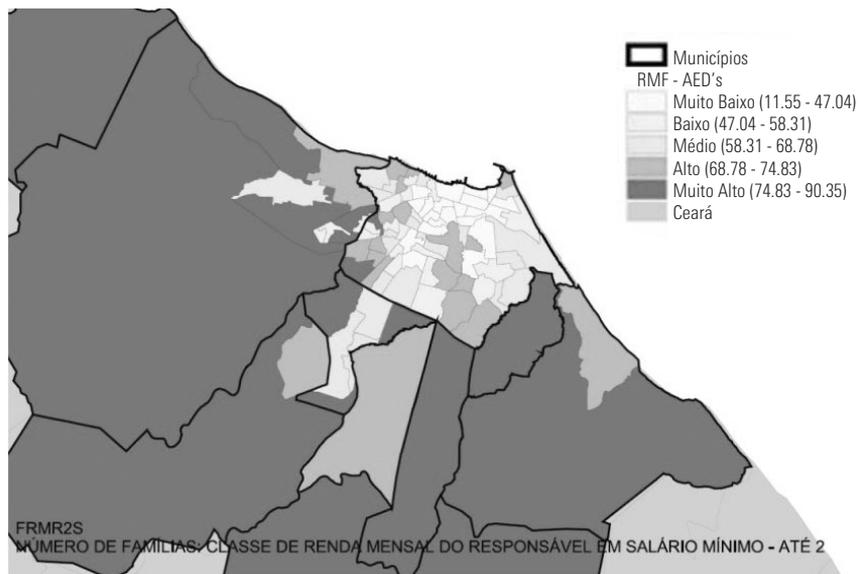
FIGURA 8.10 – Famílias com Renda *Per Capita* Acima de 3 S.M. – RMF 2000 (%)



No estrato de renda *per capita* até 1 s.m., destaca-se o município de Aquiraz, áreas de Maracanaú e alguns bairros de Fortaleza (Ancuri, Messejana, Barroso, Mondubim, Conjunto Esperança, Siqueira, Granja Lisboa e outros) com 30% a 33% das famílias nesta situação de relativa pobreza.

Com relação à renda mensal do responsável da família (Figura 8.11), com a exceção de grande parte dos bairros da zona leste de Fortaleza, do Porto das Dunas (Aquiraz), de Icarai (Caucaia) e Maracanaú, em todos os demais municípios da Região Metropolitana os chefes de família se enquadram na faixa de 75% a 90% dos que recebem até dois salários mínimos. São áreas onde se encontram as tipologias médio, inferior, popular periférico e rural. No município de Fortaleza, o Centro e os bairros da zona leste e proximidades do Centro são os que apresentam mais elevada renda dos responsáveis, situando-se na faixa de 11,5% a 47% os que recebem até 2 s.m. São precisamente os espaços onde se localizam as tipologias socioocupacionais Superior, Médio superior, Médio e Popular Operário.

FIGURA 11 – Renda Mensal do Responsável até 2 S.M. – RMF 2000 (%)



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

Considerações Finais

As conclusões mais gerais desta análise socioeconômica e espacial da RMF são revelações de um quadro de pobreza bastante acentuado na metrópole, onde o núcleo (Fortaleza) ainda apresenta as melhores condições socioeconômicas do ponto de vista mais geral. Porém, é marcante a segregação histórica e que parece se aprofundar entre o lado oeste da cidade, onde predominam as maiores taxas de desemprego e baixa renda e o lado leste e sudeste, por onde a cidade se expande e abriga preferencialmente a população dos tipos superior e médio superior.

Os outros municípios, os que se apresentam com elevado grau de conurbação com o de Fortaleza (Caucaia, Maracanaú, Eusébio e Aquiraz) também apresentam elevados níveis de desigualdade e segregação, em geral estão apresentados espacialmente em duas AED's, uma com face desenvolvida economicamente e outra bastante pobre. Este é também o caso do município de São Gonçalo do Amarante, onde está localizado o complexo portuário do Pecém.

As AED's mais desenvolvidas estão localizadas nas faixas litorâneas e abrigam grandes empreendimentos turísticos. Porém o caso do Eusébio, mesmo sem acesso ao

litoral, abriga hoje uma elevada faixa da população dos tipos superior e médio superior, que pela proximidade do núcleo foge da insegurança e da poluição de Fortaleza para ter uma melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo o Eusébio abriga uma elevada parcela da população pobre e desempregada, tendo os dados do Metrodata revelado os maiores índices de desigualdades sociais. Em toda a RMF são os municípios de Eusébio, Pacatuba e Caucaia onde se encontram as maiores taxas de desemprego da metrópole.

Por último, vale ressaltar que em termos de ocupação é a população com mais de 50 anos que apresenta as mais baixas taxas de desemprego na RMF, ao mesmo tempo em que os jovens de 10 a 24 anos, como era de se esperar, são o estrato da população que sofre as maiores taxas de desemprego. Na população total da RMF a análise por gênero revela maiores taxas de desemprego das mulheres e menores salários em relação aos homens, em todos os tipos socioespaciais, revelando desigualdade e discriminação entre sexos no tocante às oportunidades do mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

BERNAL, C. *A Metrópole Emergente - a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Editora UFC/BNB, Fortaleza, 2004.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede, São Paulo, Paz e Terra*, 1999. (Série A Era da Informação – economia, sociedade e cultura, v. 1).

SMITH, S. *A atividade econômica na área central de Fortaleza*. In: FORUM ADOLFO HERBSTER, 1994. Anais... Fortaleza.

GARSON; RIBEIRO. *Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas*, In: *Análise das Regiões metropolitanas do Brasil*. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro.

IBGE/Metrodata 2000.

9. Diferenças Educacionais nas Tipologias Socioespaciais da RMF

Os equipamentos e serviços educacionais estão distribuídos distintamente na região metropolitana. Nas tipologias Superior e Média Superior, com predominância de população de maior renda, estão concentrados os mais especializados, as melhores escolas e faculdades privadas, reforçando o papel polarizador de Fortaleza. A concentração destes serviços reflete no número de pessoas com mais de 11 anos de estudo, na melhor adequação idade e série escolar e nas menores taxas de analfabetismo. Como se era de esperar os piores índices estão nas tipologias Rural, Popular Periférica e Inferior.

9.1. Analfabetismo na RMF

As mais altas taxas de analfabetismo de pessoas com 15 anos e mais na RMF estão concentradas nas tipologias Rural (29,3%), Popular Periférica (20,4%) e Inferior (15,8%) e Média (17,0%).

Os índices mais elevados estão na tipologia Rural, principalmente nos municípios de Chorozinho (32,44%), Guaiúba (32,38%), São Gonçalo do Amarante (27,73%) e Pacajús, (25,20%); nas zonas rurais de Caucaia (33,41%) e Maranguape (28,21%), na zona rural e distrito litorâneo de Iguape, em Aquiraz, (32,07%) e na zona litorânea de Tabuba/Cumbuco, em Caucaia (22,77%).

Na tipologia Popular Periférica, o analfabetismo sobressai-se em municípios, que estão passando por reestruturação produtiva, com recente processo de industrialização: Horizonte, 25,55%, Itaitinga, 24,47%, Pacatuba, 16,3% e Pajuçara (19,3%), em Maracanaú.

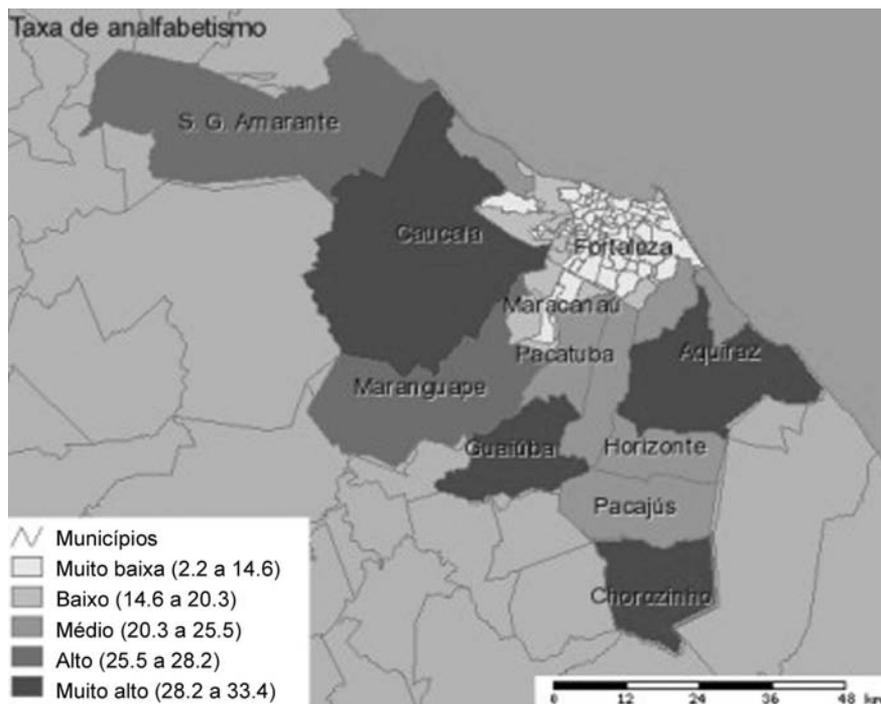
Altas taxas de analfabetismo estão na tipologia inferior, em bairros periféricos de Fortaleza e de áreas limítrofes com Caucaia, de ocupação mais recente, com deficiente infra-estrutura, e onde até recentemente predominavam atividades rurais, (Siqueira, 19,459%, Curió/Grajeru/Coaçu, 20,327%); em áreas carentes em serviços urbanos de Caucaia (Parque Soledade/Itambé, 19,959%, Potira/Tabapuã, 18,401%) e Maracanaú (Cágado/Mucunã, 18,044%); e áreas fronteiriças com Fortaleza, como Jurema/Marechal Rondon (19,554%), em Caucaia, em que a maior parte da população, eleitora de Fortaleza, desassistida pela administração municipal de Caucaia, luta pela emancipação municipal.

As taxas são altas também nas AED's que estão inseridas nas rotas do turismo, como a sede de Sede/Porto das Dunas/Prainha (23,93%), em Aquiraz e Icarai (17%), em Caucaia na tipologia Média; e na zona rural e distrito litorâneo de Iguape em Aquiraz, (32,07%) e Tabuba/Cumbuco, (22,77%), em Caucaia, na tipologia rural.

Na tipologia Média, salienta-se também o município de Euzébio, (23,98%), apesar de não contar com litoral, é o primeiro município na rota do sol poente. Área de antigos sítios de fim de semana e de atividades de subsistência está se tornado uma zona de expansão de bairros de classe média de Fortaleza. Neste município concentram-se muitas empresas de serviços e estão sendo construídos condomínios de luxo, dentre eles, o Alphaville do Euzébio, o segundo da RMF. Outras AED's com grandes taxas de analfabetismo estão na tipologia média: Ancuri/Pedras/Paupina (16,0%) e Cristo Redentor (14,4%), em Fortaleza.

Na tipologia Média Superior, principalmente nas áreas expansão urbana, de loteamentos para classe média, antigos sítios de veraneio e zonas de preservação ambiental, onde algumas áreas públicas foram ocupadas por favelas, ainda prevalecem altas taxas de analfabetismo: Sede /Porto das Dunas/Prainha (23,9 %), em Aquiraz, Icarai (17,0%), em Caucaia e Lagoa Sapiranga/Coité, (20,042%), em Fortaleza. Nesta última AED estão as favelas do Campo do Alecrim, Lagoa Seca, Alvorada e S.Francisco.

FIGURA 9.1 – Taxa de Analfabetismo



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

As mais baixas taxas de analfabetismo estão no primeiro quintil (2,19 a 6,16%): em Fortaleza, nos bairros de melhores rendas, de ocupação mais antiga, de acesso e transporte fácil e com boa infra-estrutura e serviços educacionais, situados na tipologia Superior, como Meireles (2,19%), Dionísio Torres (2,19%), Fátima, (2,99%), Aldeota, 3,47%, Mucuripe/Varjota, (5,26%) e Eng. Luciano Cavalcanti/Parque Manibura, (5,83%). Desta tipologia destaca-se a AED de Papicu, com presença de favelas, com 9,4% moradores analfabetos, ficando no 39º no *ranking* de menores taxas de analfabetismo, ao contrário das outras que ficaram nos primeiros lugares do *ranking*, dentre as 98 AED's.

Na tipologia Média Superior, os menores índices foram encontrados nos bairros mais antigos, nas AED's de Benfica/José Bonifácio (2,838%), Joaquim Távora (3,11%), Bom Futuro/Parreão (4,28%), Parquelândia/Amadeu Furtado (4,34%), Damas/Jardim América (4,69%), Vila Ellery/Monte Castelo/Alagadiço (4,82%), Cidade dos Funcionários/Cajazeiras (5,05%), Parque Araxá/Rodolfo Teófilo, 5,548%), Parangaba, 6,08%).

Além do bairro Álvaro Weyne, (6,16%), na tipologia Popular Operário, os conjuntos habitacionais apresentam baixas taxas de analfabetismo: Nova Metrópole (2,98%) em Caucaia e Conjunto Ceará I, (3,78%), Conjunto Ceará II (5,56%), Prefeito José Walter (5,59%), em Fortaleza. Isto se justifica, pois apresentam boa infra-estrutura e serviços urbanos, dentre eles escolas públicas, e uma população de renda fixa e razoável, que permitiu inseri-la no mercado imobiliário, através da compra da casa própria. No *ranking* dos dez menores índices de analfabetismo está o Conjunto Nova Metrópole (4º lugar) e o Conjunto Ceará I (8º lugar).

9.2. Frequência Escolar e Adequação Idade Série

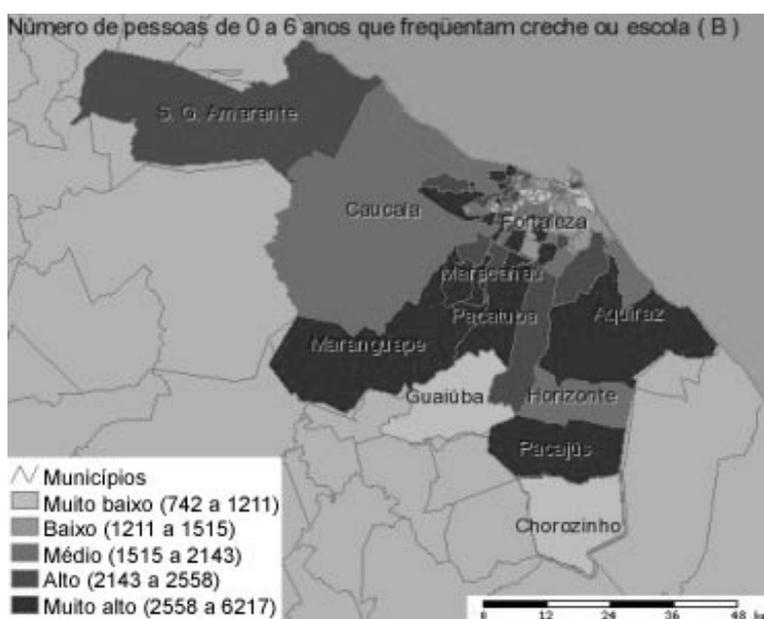
A frequência escolar da população residente de 0 a 6 anos (V06) fica abaixo de 68,96% em toda a região metropolitana. Foi considerada muito alta (1º quintil, variando de 51,622 a 68,955%) nas AED's da tipologia Superior (Meireles, Dionísio Torres, Fátima, Aldeota, Mucuripe/Varjota, Engenheiro Luciano Cavalcante/Parque Manibura); na tipologia Popular Operário, nas AED's onde predominam os conjuntos habitacionais de Fortaleza, (Ceará I), de Maracanaú (Jeireissatti/Timbó, Centro/Novo Maracanaú, Acaracuzinho/Alto Alegre/Distrito Industrial) e de Caucaia (Nova Metrópole, Araturi) e as AED's de Bom Futuro/Timbó, Joaquim Távora, Vila Ellery/Monte Castelo/Alagadiço, Jóquei Club, Centro/Moura Brasil, Praia de Iracema, Presidente Kennedy, Messejana, Cidade dos Funcionários/ Cajazeiras, Álvaro Weyne. Isto se deve a presença de creches e escolas particulares, principalmente nos bairros de classe média e provavelmente as creches públicas nos bairros e conjuntos populares, em que as mães têm que trabalhar.

O distrito de Jurema, onde se localiza o conjunto Marechal Rondon, da tipologia Inferior, também ficou no primeiro quintil, alcançando o 23º no *ranking* dos melhores índices (51,6%) da RMF. Ele situou-se bem melhor do que o Papicu, da tipologia Superior, que alcançou o 40º lugar (48,1%). Vale ressaltar que o Papicu destoa entre as AED's da tipologia Superior. Este bairro de classe média, ainda em processo de formação, conta com terrenos de engorda e favelas ocupando espaços públicos e vazios urbanos.

As AED's do último quintil foram consideradas de frequência escolar muito baixa. Em 17 AED's deste último quintil, destacam-se as mais baixas presenças de menores de 6 anos na escola entre os moradores da tipologia Rural, zona rural de Caucaia (33,30%), Guaiuba (36,12%) e Chorozinho (37,98%) e na zona rural de Maranguape (36,02%);

no Popular Periférico, município de Horizonte (35,49%); Popular Operário, sede urbana de Maranguape (37,62%) e Ancuri/Pedras/Paupina (36,10%); Inferior Potira/Tabapuá (38,509%), em Caucaia, Alto da Balança/Aerolândia, (39,490%), Lagoa Redonda (33,85%), Jardim das Oliveiras, (37,28%), Granja Lisboa (37,99%), Pici (38,11%), Jangurussu (38,24%), Barroso (38,42%) em Fortaleza; Media, Icaraí (36,93%) em Caucaia e Praia do Futuro/Dunas/Cidade 2000 (35,43%) em Fortaleza; e na Média Superior, Parque Dois Irmãos (33,79%).

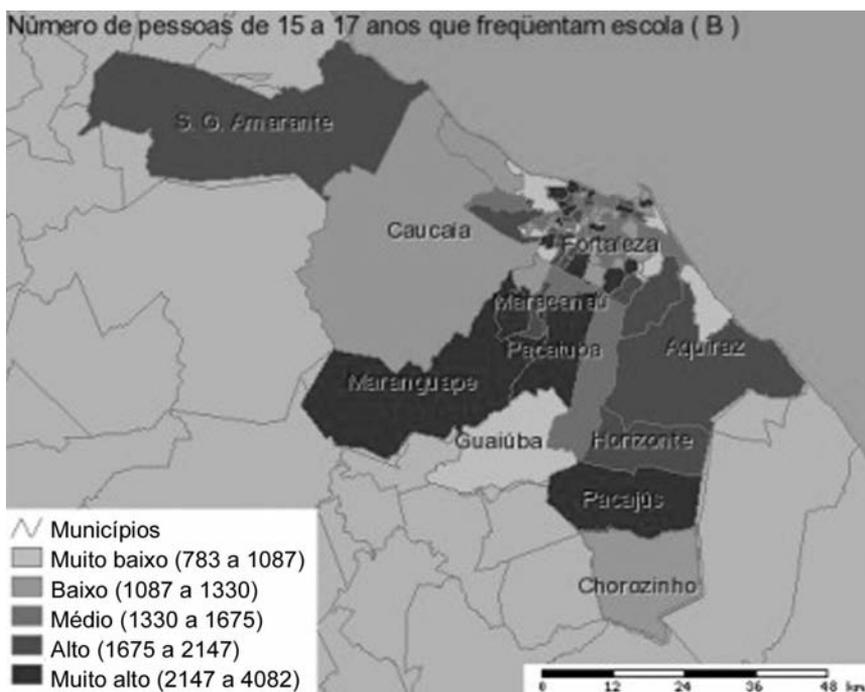
FIGURA 9.2 – Número de Pessoas de 0 a 6 anos que Frequentam Creche ou Escola



Na tipologia Inferior, na AED Alto da Balança/Aerolândia, em Fortaleza, foi encontrado a menor taxa de frequência escolar de menores de 6 anos (39,49%). Estes bairros são cortados pelo Rio Cocó, com áreas de risco e onde se situa a grande favela do Lagamar.

A hipótese é que isto se justifica, pois são AED's, onde domina menores taxas de urbanização, atividades rurais. A população de baixa renda leva os filhos menores para o trabalho ou deixa-os aos cuidados de avós, irmãos mais velhos, vizinhos, ou mesmo com um dos pais, diante da alta taxa de desemprego. Geralmente não existem creches.

FIGURA 9.3 – Número de Pessoas de 15 a 17 anos que Frequentam Escola

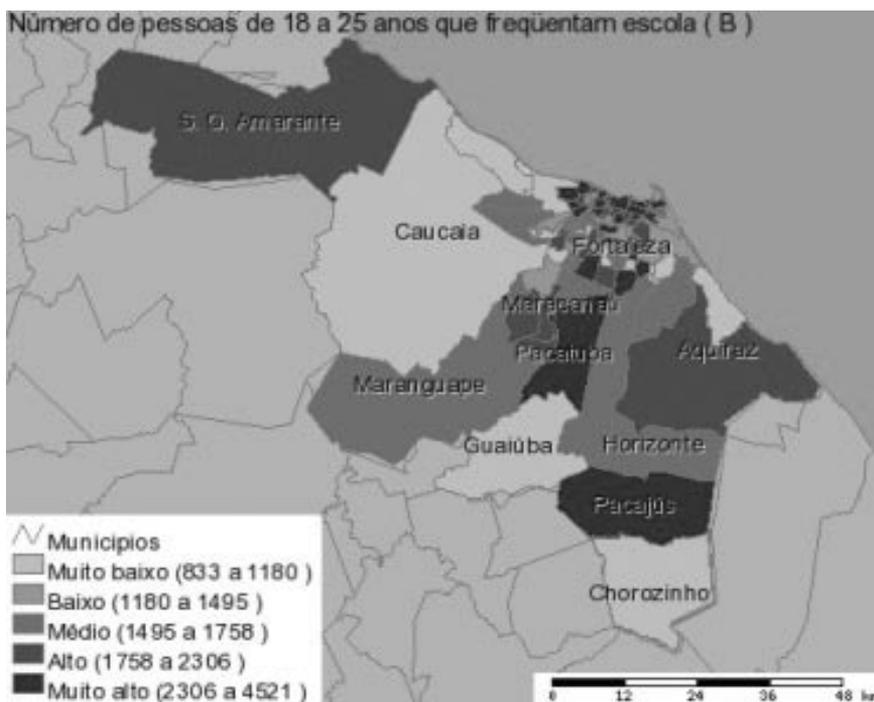


Fonte: IBGE – Metrodata 2000

Destaca-se a elevada frequência escolar da população residente de 7 a 14 anos (V09), em toda região metropolitana, variando de 99,31%, em Fátima, tradicional bairro de classe média, (tipologia Superior), a 88,16%, Praia do Futuro/Dunas/Cidade 2000, AED's de classe média entremeada de favelas (tipologia Média). Logo em seguida do bairro de Fátima, o segundo, terceiro e quarto no *ranking* em frequência escolares estão os conjuntos habitacionais de Caucaia, Nova Metrôpole (98,85%), e Fortaleza, Ceará I (98,74%) e Ceará II (98,72%), e o quinto Álvaro Weyne. Todos na tipologia Popular Operária.

Na faixa de 15 a 17 anos (V12), a frequência escolar da população residente mantém-se elevada nos conjuntos habitacionais, destacando-se conjunto Ceará II, com 95,90%, o mais alto do primeiro quintil. Além deste, na tipologia Popular Operária ressaltam-se também altos índices de frequência escolar a AED de Messejana (91,0%) em 14º lugar do *ranking*, o conjunto Nova Metrôpole (91,88%), em Caucaia, em 12º e o Jeireissatti/Timbó (89,37%), em Maracanaú, em 21º.

FIGURA 9.4 – Número de Pessoas de 18 a 25 anos que Frequentam Escola



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

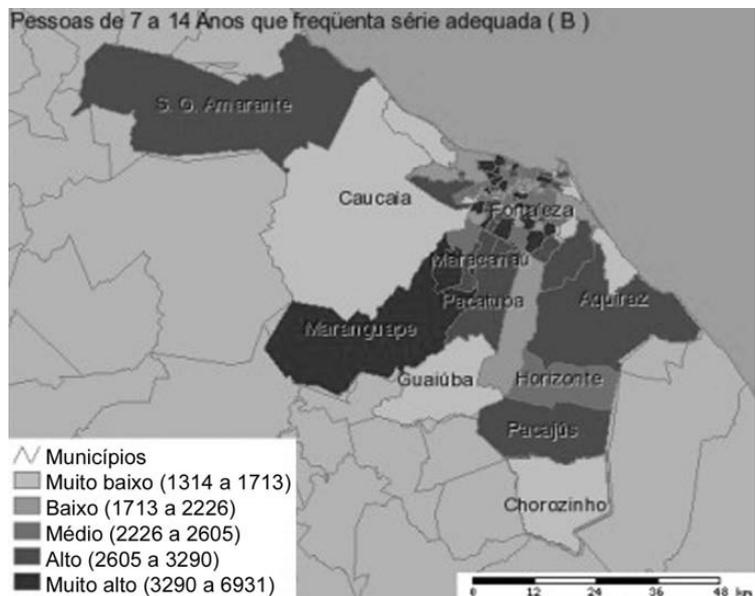
Na tipologia Superior, a AED de Meireles, com o maior IDH-B de Fortaleza, ficou em 10º lugar, com 92,80% de frequência escolar nesta faixa etária, Engenheiro Luciano Cavalcante/Parque Manibura, com 87.4%, em 28º e o Papicu, com 79.5%, em 71º. Estas distorções podem ser explicadas pela presença de favelas. Nas AED's mais homogêneas desta tipologia, a frequência escolar atinge 95,7% dos adolescentes, em Fátima, a terceira no *ranking*, e 93,5%, em Dionísio Torres, a sétima.

Levanta-se a hipótese que a elevada frequência escolar pode ser explicada pela presença de serviços educacionais de ensino fundamental distribuído pela cidade. Nos bairros populares, a alta frequência pode estar relacionada ao fornecimento de merenda escolar nas escolas públicas; a bolsa escola, que controla a presença do estudante em sala de aula; a maior tranquilidade dos pais que trabalham, ao manterem os filhos ocupados em instituições de ensino, em pelo menos um expediente; a exigência do ensino fundamental e médio em quase todos os setores do mercado de trabalho, principalmente no secundário e terciário; e os investimentos públicos visando melhorar o IDH dos municípios cearenses.

Já a frequência escolar da população residente de 18 a 25 anos (V15), ou seja, de pessoas cursando o pré-vestibular ou a universidade, é maior nas AED's onde predomina a população de maior poder aquisitivo, na tipologia Superior, fica abaixo de 65% nas AED's de Dionísio Torres (64,514%), Aldeota (64,488%), Meireles (62,632%) e Fátima (61,869%). Na AED de Mucuripe/Varjota, este índice chega a 52,3%. Em bairros mais heterogêneos, como Papicu e Engenheiro Luciano Cavalcante/Parque Manibura, estas taxas caem para 40,9% e 46,5% respectivamente.

A frequência escolar nesta faixa etária é também muito alta na tipologia Média Superior, atingindo índices de 50%, em Joaquim Távora (56,358%), Benfica/José Bonifácio, Parquelândia/Amadeu Furtado, Cidade dos Funcionários/Cajazeiras, Bom Futuro/Parreão, Vila Ellery/Monte Castelo/Alagadiço (51,955%). Alguns destas AED's ficam próximos aos *campi* universitários do PICI, Parangabuçu, Benfica, abrigando residências universitárias ou república de estudantes (Benfica/José Bonifácio, Parquelândia/ Amadeu Furtado, Vila Ellery/Monte Castelo/Alagadiço).

FIGURA 9.5 – Número de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Série Adequada



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

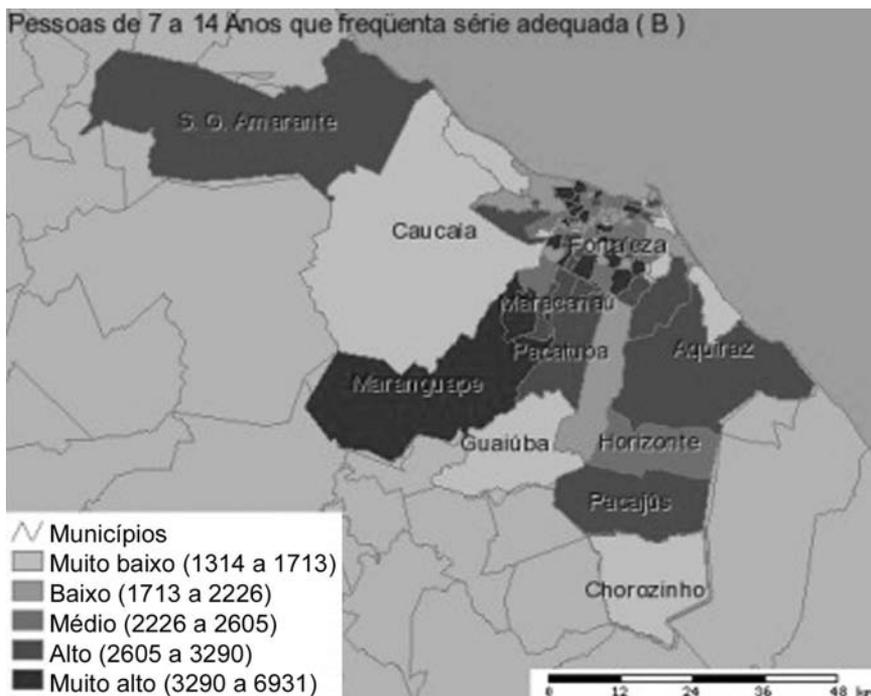
Os conjuntos habitacionais (tipologia Popular Operário), que se destacaram na faixa de 18 a 25 anos, apresentam índices de frequência ainda altos em relação à média geral. Apesar de estarem ainda no primeiro quintil (64,514 a 40,928%), passa para a 17ª posição o conjunto Nova Metrópole (44,619%), em Caucaia, para a 19ª, o Conjunto Ceará II (43,761%) e para 23ª, o Conjunto Ceará I (42,069%), em Fortaleza.

Os índices mais baixos (último quintil) estão nas áreas periféricas de Fortaleza, nas zonas rurais de alguns municípios (Caucaia, 24,634%, Maranguape, 25,805%, Aquiraz/Praia do Iguape, 28,100%); em municípios industriais em que a população nesta idade está inserida no mercado de trabalho (Horizonte, 27,705%, Maracanaú/Pajuçara, 28,454%); em municípios predominantes rurais e mais distantes e menos acessíveis a capital, onde se encontram quase todos os cursos superiores, elevando os custos de transporte e o tempo de deslocamento.

9.3. Adequação Idade/Série

Das 24 AED's do primeiro quintil (81,513 a 66,235%) com melhor adequação idade/série da população entre 7 a 14 anos (V18) que frequenta a escola, as dez primeiras posições estão em Fortaleza, em regiões que apresentam as maiores rendas, nas tipologias superior (Meireles, Aldeota, Mucuripe/Varjota, Fátima, Dionísio Torres, Eng. Luciano Cavalcante/ Parque Manibura,) e média superior (Bom Futuro/Parreão, Joaquim Távora). Os conjuntos habitacionais, da tipologia popular operária também se destacam neste item: Ceará II aparece em 11º lugar, o Ceará I, em 21º e José Walter, 24º, em Fortaleza; Nova Metrópole, 16º lugar e Araturi, 36º, em Caucaia; e o Jeireissatti/Timbó, 30º lugar, em Maracanaú.

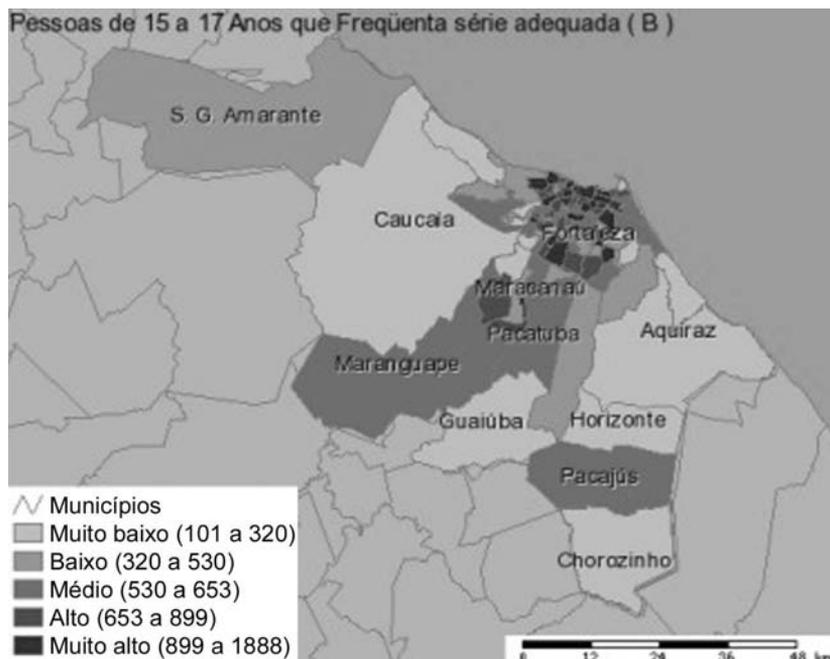
FIGURA 9.6 – Número de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequenta Série Adequada



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

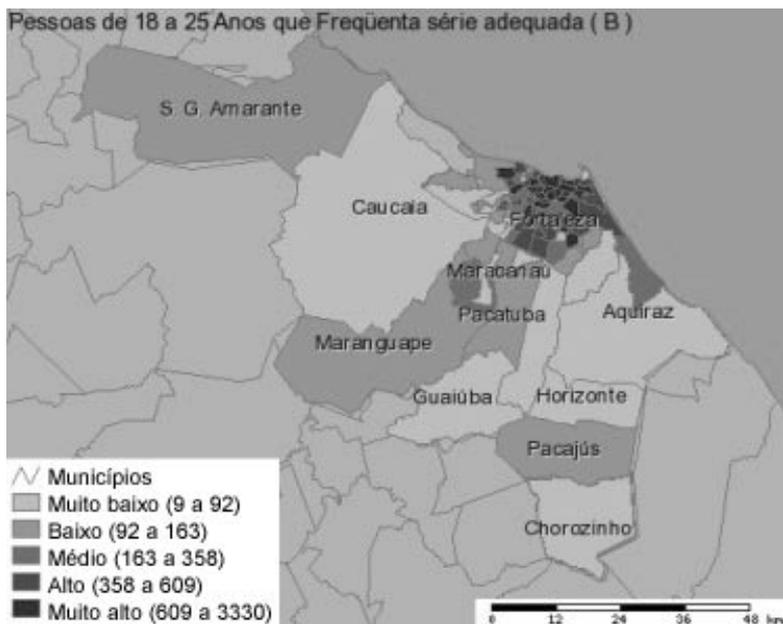
Os 12 maiores índices das 25 AED's do primeiro quintil (79,646% a 52,096%) de população de 15 a 17 anos (V21) que frequenta a escola e mantém adequação idade/série (médio, pré-vestibular), também estão em bairros de classe média de Fortaleza, da tipologia superior (Aldeota, Mucuripe/Varjota, Dionísio Torres, Meireles, Fátima Eng. Luciano Cavalcante/Parque Manibura) e média superior (Joaquim Távora, Benfica/José Bonifácio, Cidade dos Funcionários/Cajazeiras, Vila Ellery/Monte Castelo/Alagadiço, Bom Futuro/ Parreão, Parquelândia/Amadeu Furtado). Encontram-se também neste quintil os conjuntos habitacionais mais antigos da capital: Ceará II, em 13º lugar, com 64,628%, em 19º, o Ceará I, em 23º e o José Walter, em 24º lugar.

FIGURA 9.7 – Número de Pessoas de 15 a 17 anos que Freqüenta Série Adequada



Os maiores índices na faixa de 18 a 25 anos da população que frequenta a escola e mantêm adequação idade/série (pré-vestibular, superior ou pós-graduação) estão concentrados em Fortaleza, ou seja, quase todos dos 1º, 2º e 3º quintil. Quase todas são da tipologia Superior e Média Superior, com exceção de três do terceiro quintil: duas na tipologia Média - Sede/Porto das Dunas/Prainha, em Aquiraz (17,439%), na 49ª posição e Icarai, em Caucaia (15,734%), na 61ª posição; e uma na tipologia Popular Operária, o conjunto Nova Metr pole (15,734%), na 54ª posi o. Os cinco primeiros do ranking estão na tipologia Superior: Meireles (77,4%), Dionísio Torres (74,1%), Aldeota (73,7%), Fátima (67,0%) e Mucuripe/Varjota (66,9%).

FIGURA 9.8 – Número de Pessoas de 18 a 25 anos que Frequentam Série Adequada



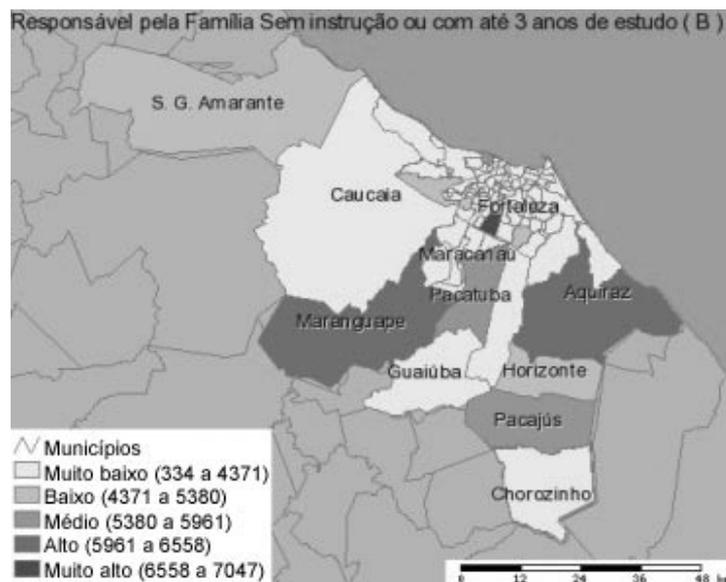
A inserção no médio quintil da AED de Sede/Porto das Dunas/Prainha, em Aquiraz, explica-se pelo excelente sistema de estradas, a proximidade de Fortaleza, a presença da zona de praia do Porto das Dunas, que com grande parque aquático (Beach Park), Condomínio Alphaville e casas de veraneio de altíssimo padrão, coincidentemente é mais alta taxa de analfabetismo. Estas casas de veraneio e mais outras desta AED, como as de Iguape e Prainha, estão sendo transformadas em residências fixas. A AED Icarai contempla uma grande área de praia e parte de zona rural de Caucaia. A proximidade de Fortaleza está favorecendo a transformação de casas de veraneio em primeira residência para os filhos de classe média.

9.4. Analfabetismo Funcional

As áreas com as maiores taxas de analfabetismo coincidem também com as de maiores índices de analfabetismo funcional, ou seja, pessoas de 15 anos e mais de idade sem instrução ou com até três anos de estudo, e os responsáveis pela família sem instrução ou com até três anos de estudo.

Como se era de esperar quase todos do primeiro quintil (57,19 a 34,82%), ou seja, classificados como tendo muito alto índice de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos e mais de idade sem instrução ou com até três anos de estudo) estão fora de Fortaleza, nos municípios com AED's predominante rurais, litorâneas e com expansão da indústria: tipologia Rural (Chorozinho, Guaiúba, S.G. Amarante, Pacajús, Tabuba/Cumbuco em Caucaia, zona rural de Maranguape e de Aquiraz/Iguape); tipologia Popular Periférica (Itaitinga, Horizonte); na tipologia Média (Icarai, em Caucaia). Neste quintil, pertencentes ao município de Fortaleza, estão AED's da tipologia Inferior: Siqueira (37,59%) em 13º, Genibaú (35,10%), 17º, Curió/Grajeru/Coaçu ((34,82%), em 19º posição, bairros periféricos, com renda muito baixa e serviços deficitários.

FIGURA 9.9 – Responsável pela Família sem Instrução ou com Até Três Anos de Estudo

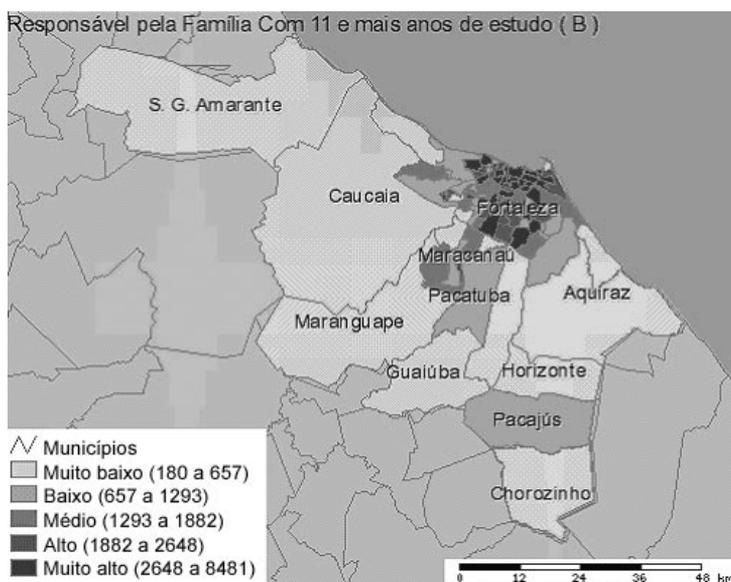


Fonte: IBGE – Metrodata 2000

As 12 maiores taxas de analfabetismo funcional estão fora de Fortaleza, principalmente em zonas rurais. O primeiro quintil (muito alto de 57,19 a 34,82%) das taxas de analfabetismo funcional entre as pessoas acima de 15 anos apresenta números menores do que entre os responsáveis pela família (66,38 a 41,54%), o que demonstra mais procura pela formação do ensino fundamental entre os jovens de hoje.

As AED's com menor taxa de analfabetismo funcional são também aquelas em que os chefes de famílias tem maior tempo de estudo (11 anos), ou seja concluíram o ensino fundamental e médio. Os 12 primeiros melhores índices (82,719 a 50,616%) do primeiro quintil, estão em Fortaleza nas AED's da tipologia Superior (Dionísio Torres, Meireles, Aldeota, Fátima, Mucuripe/ Varjota, Engenheiro Luciano Cavalcante/ Parque Manibura e Papicu); Média Superior (Benfica/José Bonifácio, Cidade dos Funcionários/ Cajazeiras, Joaquim Távora, Centro/Moura Brasil/Praia de Iracema, Parquelândia/ Amadeu Furtado). O primeiro conjunto habitacional que aparece na lista está em 25º lugar, o Araturi, em Caucaia com 36,794, o último do primeiro quintil, ou seja, muito alto. No segundo quintil também se encontra os Conjuntos Albano/Guadalajara, em Caucaia, (36º), e Ceará I (28º), Ceará II (31º), José Walter, (33º), e Vila Velha (45º), em Fortaleza.

FIGURA 9.10 – Responsável pela Família com 11 ou Mais Anos de Estudo



Considerações Finais

Em Fortaleza, nos bairros mais antigos, próximo ao centro, ao longo dos eixos de circulação e principalmente na zona leste da cidade, onde a classe média e o comércio de luxo, setor financeiro e órgãos da administração pública têm se instalado, encontram-se

as melhores rendas, infra-estruturas e serviços urbanos (transporte, acessibilidade, escolas, hospitais, etc.). Isso reflete nas menores taxas de analfabetismo e de analfabetismo funcional, na maior percentagem de crianças e adultos freqüentando escolas e na maior adequação das faixas etárias aos níveis educacionais.

Os bons índices educacionais nos conjuntos habitacionais na região metropolitana chamam atenção, o que demonstra a expansão da malha urbana, com o extravasamento da capital. A população de renda média baixa estável, impossibilitada de morar em áreas mais próximas, buscou como alternativa habitacional, na década de 70, 80 e 90, os conjuntos habitacionais financiados e construídos pelo poder público, ao longo das vias férreas e rodovias, e que aos poucos foram sendo dotados de boa infra-estrutura e serviços urbanos. A estabilidade financeira, casa própria e serviços urbanos favorecem a continuação dos estudos. Existem bairros pobres que pela proximidade do centro e presença de serviços dão possibilidade a seus moradores permanecerem na escola até a conclusão do ensino médio. Há uma queda nestes índices entre as pessoas de 18 a 25 anos que freqüentam escola e série adequada, pois estas são obrigadas a entrar no mercado de trabalho, muitas não tendo condições de continuar os estudos pré e universitários.

A classe média também se transfere para municípios vizinhos da RMF, passando a habitar em confortáveis casas de veraneio, em função da melhoria do sistema viário e da proximidade de Fortaleza e do comércio e serviços urbanos. Os dados revelam uma maior participação de pessoas com mais de 11 anos de estudo e adequação idade/nível de ensino para a população entre 18 e 25 anos.

Cresceu o número de favelas em municípios da RMF. A população mais miserável também se viu obrigada a se transferir para outros municípios, pois os espaços urbanos de Fortaleza são mais controlados, os aluguéis caros e existem poucos espaços disponíveis para ocupação pelos sem-tetos.

A emancipação municipal de alguns distritos e descentralização industrial contribuíram para geração de empregos no setor público e privado, o crescimento populacional e também a implantação de infra-estrutura e serviços na área de educação.

Ressalta-se que estas AED's não são homogêneas, principalmente, as áreas de expansão de classe média, em que predominam atividades turísticas e industriais. Em algumas se encontram as mais altas taxas de analfabetismo de pessoas com 15 anos e mais

na RMF: municípios inseridos nas rotas do turismo, das atividades de veraneio e/ou de expansão de residências principais e condomínios de luxo, situados na tipologia média (sede/Porto das Dunas/Prainha, em Aquiraz, Icarai, em Caucaia e Euzébio) e tipologia rural (Caucaia-Tabuba/Cumbuco; zona rural de Aquiraz/Iguape); e municípios, passando por recente processo de industrialização (Horizonte, Pacajús, Itaitinga). Nestas áreas também encontra-se no médio quintil, a população na faixa de 18 a 25 anos que frequenta a escola e mantém adequação idade/série (pré-vestibular, superior ou pós-graduação). São espaços em que a classe média convive com antigos trabalhadores rurais e pescadores que fazem o papel de caseiros e empregados de barracas de praia.

10. Desigualdade Socioespacial e Vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza

A Região Metropolitana de Fortaleza caracteriza-se pela diversidade natural, social, econômica e cultural. Litoral, serra e sertão se encontram no espaço metropolitano, onde convive miséria e riqueza, tecnologias avançadas e técnicas tradicionais, o mundo virtual com o mundo rural.

A desigualdade social e econômica tem impactos não só na paisagem, mas também na estrutura familiar. O tamanho da família, a composição e sua distribuição estão relacionados com os universos familiares determinados pelas condições sociais (presença de equipamentos e serviços urbanos), econômicas (poder aquisitivo da população), políticas e culturais (nível educacional,) e necessidades que são fundadas em orientações e preferências culturais. Esses fatores são fundamentais para analisar a vulnerabilidade da população na RMF, que não está distribuída de forma homogênea. Alguns bairros apresentam melhor nível econômico e educacional, como também melhores índices de desenvolvimento humano, semelhante ao de países desenvolvidos, enquanto outros as condições são precárias. Alguns são mais homogêneos, principalmente os conjuntos habitacionais mais antigos que contam com boa infra-estrutura e população mais estável economicamente e socialmente. Outros chocam pela discrepância com índices elevados de renda e de miséria. São núcleos recentes onde as favelas resistem, sem muita assistência.

O objetivo deste capítulo é analisar a desigualdade socioespacial na Região Metropolitana de Fortaleza, indicando as áreas que apresentam maior vulnerabilidade social. Para a análise desta problemática na RMF, foram fundamentais as discussões sobre este conceito, vulnerabilidade social e a seleção de alguns dos indicadores.

10.1. Desigualdades Socioeconômicas e Vulnerabilidade nas Regiões Metropolitanas

Nas últimas décadas, no contexto de reestruturação econômica, globalização e de mudanças econômicas, sociais e espaciais no mundo, as metrópoles e as grandes cidades se configuraram como “espaços contraditórios de concentração de poder e riqueza e de crescimento econômico, emergindo como lugares onde se agravam as desigualdades sociais, que provocam dentre outros problemas, crises de governabilidade pelo processo”. (BARCELLOS, 2002: 308).

No Brasil, o desenvolvimento socioeconômico desigual, a forte concentração da renda e da posse da terra e o gradual empobrecimento da população e a fragilidade da regulação da expansão das metrópoles brasileiras favoreceram a formação de espaços contraditórios, que se expressam na paisagem. A paisagem urbana é marcada não só pela desigualdade econômica como também pela diversidade natural e cultural.

Os dados da PNAD de 2003 revelam que o grupo de 10% dos trabalhadores remunerados com os melhores vencimentos repartia 45,3% do total da massa salarial, enquanto os 10% com os piores ganhos dividiam apenas 1% do total. Estes contrastes são mais expressivos nas regiões metropolitanas. De acordo com Cunha (2004), na década de 1990, cerca de 50% do crescimento demográfico brasileiro ocorreu nas regiões metropolitanas oficiais, o que, além disto, concentraram também todas as ordens de problemas, reveladores da desigualdade social que caracteriza o país.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é exemplo de desenvolvimento concentrador e excludente, com áreas de padrão de vida próximo ao de países desenvolvidos, e outras, em situação de pobreza extrema, comparáveis às regiões mais pobres do Brasil. Em alguns municípios mais rurais estes contrastes são menos visíveis. Na RMF, há territórios que abrigam expressivos segmentos populacionais expostos a diferentes condições de vulnerabilidade social. (IPVS, 2005)

Este desenvolvimento desigual e concentrado provoca deterioração das condições de vida da população, particularmente no que tange à localização no território e, como decorrência, às condições de moradia e de acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo. A fragmentação urbana nas cidades se expressa em níveis crescentes de segregação residencial. Esta constitui um dos determinantes do processo de manutenção e reprodução da pobreza e da desigualdade social. (CUNHA: 2004: 343).

A segregação residencial pode gerar “guetos” de famílias pobres, vivendo em áreas carentes em termos de infra-estrutura, serviços (saúde, educação, segurança), disponibilidade de espaços públicos, com características que as tornam mais vulneráveis à pobreza. Estas carências podem influenciar nos níveis de bem estar de indivíduos e famílias e gerar desintegração e marginalidade social. No outro extremo, estão grupos de altíssima renda, auto-segregados, habitando em condomínios fechados, verdadeiras fortalezas, com auto-suficiência em infra-estrutura e alguns serviços. Essa diferenciação entre áreas intra-urbanas é analisada por Cunha:

A desigualdade social nelas encontrada, bastante acirrada nas duas últimas décadas, tem como expressão o que se tem chamado de segregação socioespacial da população de baixa renda. Assim, como se não bastassem as condições precárias da moradia, em termos de infra-estrutura, ambientais e de propriedade, o estigma e as grandes chances de desagregação social impõem aos “periferizados” um ônus ainda maior. É nesse sentido que a abordagem da vulnerabilidade, apesar da íntima relação com o progresso de segmentação (ou segregação) socioespacial, cria novas alternativas na identificação e análise das estratégias utilizadas pela população para dirimir ou mitigar a acumulação de carência urbana. (CUNHA, *op. cit.*: 344).

Guimarães (1993) define que são vulneráveis as pessoas que por “condições sociais, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde têm as diferenças estabelecidas entre eles e a sociedade envolvente, transformadas em desigualdade”.

A vulnerabilidade é uma noção multidimensional, na medida em que afeta indivíduos, grupos e comunidade em planos distintos de seu bem estar, de diferentes formas e intensidade. A vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidade é entendida como uma “combinação de fatores que possam produzir uma deterioração de seu nível de bem-estar, em conseqüência de sua exposição a determinados tipos de riscos”. Dentre estes fatores estão:

a fragilidade ou desproteção ante as mudanças originadas em seu entorno, o desamparo institucional dos cidadãos pelo Estado; a debilidade interna dos indivíduos ou famílias

para realizar mudanças necessárias a fim de aproveitar o conjunto de oportunidades que se apresenta; a insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva no sentido de pensar estratégias e realizar ações com o objetivo de lograr melhores condições de vida. (Busso, 2001, *apud* IPVS: 2005).

Documento da CEPAL (2002) considera vulnerabilidade social como a condição de exposição a riscos, articulada com possibilidade de controlar os efeitos da materialização do risco, ou seja, a capacidade de cada indivíduo, família ou comunidade de enfrentar os riscos, mediante uma resposta endógena ou através de um apoio externo. A incapacidade para dar respostas pode ser resultado da incapacidade de enfrentar os riscos ou pela inabilidade de adaptar-se ativamente a situação.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) não se limita em considerar a privação de renda, mas analisa também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas.

Nessa perspectiva, é no confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem suas efetivas condições de vida e possibilidade de mobilidade social.

Para Kaztman (2000: 07), a vulnerabilidade é “a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração”. Portanto, o mercado, o Estado e a sociedade podem oferecer oportunidades, mas estes grupos não estão aptos a aproveitá-las. Katzman et al. (1999: 19) afirma que a condição de vulnerabilidade deveria considerar também a situação das pessoas quanto à inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e o grau de regularidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social. (*apud* CUNHA, *op. cit.*: 345).

Na análise de desigualdade urbana e vulnerabilidade, Cardoso enfatiza o problema de acesso a bens de caráter social, condições básicas e indispensáveis para sobrevivência: a moradia, o solo urbano e o conjunto de equipamentos, serviços e amenidades. Os espaços

da cidade são objetos de interesse econômico, de conforto material, de reprodução material ou simbólica e de distinção social. Portanto, eles se identificam com determinados grupos sociais – dominantes ou excluídos.

A desigualdade de acesso às condições urbanas de vida se expressa também como desigualdade ambiental, pois as populações com menor poder aquisitivo tendem a localizar-se nas chamadas áreas de risco, ou seja, áreas de maior exposição a situações insalubres (contaminação de água, do solo, e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos). (CARDOSO, s/d).

A seguir apresentaremos alguns dados que vão apresentar as desigualdades econômicas intra-metropolitana, a partir das análises da composição familiar, das características (renda, sexo, idade) do responsável pela família, que tais como o contexto, são condicionantes que vão explicar a maior ou menor vulnerabilidade dos indivíduos e famílias na RMF.

10.2. Tamanho, Ciclo e Composição da Família

O tamanho da família, a composição e a distribuição na RMF estão relacionados com os universos familiares determinados pelas condições sociais (presença de equipamentos e serviços urbanos), econômicas (poder aquisitivo da população), políticas e culturais (nível educacional,) e necessidades, que são fundadas em orientações e preferências culturais.

A RMF, ocupando uma área de 4.976,1 km², com uma população total de 2.984.989 hab, tem uma densidade média de 599,8 hab/km². De um total de 700.635 domicílios particulares permanentes, 126.935 tinham até três cômodos. Na RMF, as 805.133 famílias estão distribuídas desigualmente. Destas, 206.157 tinham renda familiar mensal *per capita* de meio a um salário mínimo e apenas 69.179 tinham renda familiar acima de dez salários mínimos. Mais de um quarto destas famílias tinham como responsáveis mulheres sem cônjuge, ou seja, 209.758 famílias.

Diante do elevado percentual de população de baixa renda na RMF, como se era de esperar o maior número de famílias está localizado nas tipologias Popular Operário (251.518) e Inferior (204.268). A terceira em número de famílias, tipologia Média Superior apresentou a metade da tipologia Popular Operário, 125.962 famílias.

A tipologia Superior, apesar de sua alta densidade, engloba um número menor de famílias, contando apenas com sete AED's. As demais tipologias: Média, Popular

Periférica e Rural, não apenas por conta de seu pequeno número de AED's, mas também pela rarefação de sua distribuição demográfica indicam um menor número de famílias.

Na tipologia socioespacial Superior, mais da metade dos chefes de família tem renda superior a dez salários mínimos (52,83%) e 67,12% renda familiar mensal *per capita* acima de três s.m. Apenas 8,45% têm renda *per capita* familiar inferior a meio s.m. e 8,89% entre um e dois s.m. Estes índices caem muito nas outras tipologias, até mesmo na Médio Superior, pois apenas 17,43% de seus chefes de família tem renda superior a dez s.m, e 30,91% renda familiar mensal *per capita* acima de três s.m. Cresce também o percentual com renda *per capita* abaixo de meio s.m. (18,30%).

Os grupos mais vulneráveis são os que apresentaram os piores índices, em termos de rendimentos familiares per capita, ou seja, menos de meio s.m. Eles estão nas tipologias Rural (59,40%), Popular Periférico (49,27%), Inferior (44,60%), Popular Operário (32,96%) e Média (41,46%). Nestas tipologias, é insignificante o percentual de famílias cujo chefe tem rendimentos acima de dez s.m. (1,28% no Rural, 1,41% Popular Periférico, 2,15% Inferior, 3,57% Popular Operário e 8,65% Médio).

10.3. Tipologia Socioespacial, Renda, Moradias e Tamanho das Famílias

O nível de pobreza, ou seja, o baixo rendimento familiar reflete-se nas condições de vida, que pode ser observado pelo tipo, localização e tamanho da moradia, dado revelado pelo número de cômodos.

Para Cardoso (s/d), o acesso à moradia, elemento básico, constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades. O acesso à moradia tem como pressuposto o acesso ao solo urbano, que é regulado juridicamente pelo direito à propriedade. Isto gera desigualdade nas formas de produção e apropriação da moradia e do ambiente urbano pelos diferentes grupos sociais.

Na tipologia Superior apenas 5,37% tem domicílios com até três cômodos. Este índice se eleva para 11,74% no Médio Superior, em razão da AED Parque Dois Irmãos, com 29,13% de pequenos domicílios, um dos maiores índices da RMF, ampliando a média desta tipologia. Nesta tipologia encontram-se as AED's que apresentam os menores índices

de domicílios com até três cômodos, como também as maiores rendas familiares de toda a RMF: Aldeota (1,69%), Dionísio Torres (1,7 %) e Meireles (3,65). Nestas AED's, do total dos responsáveis pelas famílias, 62,49%; 64,85% e 67,22%, respectivamente, recebem mais de dez salários mínimos mensais.

Nas tipologias Superior e Médio Superior, encontram-se as menores famílias. Apenas 3,60% na tipologia Superior e 3,64% no Médio Superior têm mais de sete membros e 4,45% e 5,88%, respectivamente, têm mais de quatro filhos. Supõe-se que nessas tipologias os arranjos familiares sejam caracterizados por pequenas famílias unipessoais (solteiro ou desquitado morando sozinho), nucleares (casal sem filhos), divorciado separado com filho (mono-parentais), o que reduz assim a média no número de membros. Destacam-se nestas tipologias as AED's, com famílias com menos de quatro filhos, com índices inferiores a 3% em Meireles e Mucuripe/Varjota, na tipologia Superior e Joaquim Távora, na Médio Superior. Nestas também estão os menores percentuais de família com mais de sete membros, ressaltando-se Mucuripe/Varjota com 1,94% e Meireles com 2,24%.

O universo familiar é marcado pelo elevado nível educacional e formação profissional, pretensões financeiras, individualismo e procura de manutenção de padrão econômico dos pais. Estes elementos contribuem para casamentos tardios e menor número de filhos, interferindo no tipo de arranjo familiar da tipologia Superior. Pessoas casam com mais idade, pois investem mais tempo na formação e especialização profissional, para competir no mercado de trabalho, buscar melhores empregos, salários e condições de trabalho. As famílias reduzidas podem oferecer melhores condições de vida para os filhos e torná-los mais competitivos para os desafios da sociedade atual. Estes indivíduos são socialmente menos vulneráveis e estão mais capacitados a aproveitar as oportunidades disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos e assim melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.

No outro extremo, estão as tipologias mais povoadas e que apresentam as mais altas taxas de pobreza. Na tipologia Rural, a renda familiar *per capita* é inferior a meio salário mínimo em 59,40% dos domicílios. Somando-se esses aos 26,69% com renda entre meio e um salário mínimo, totalizam-se 86,09%, que percebem menos de um salário mínimo mensal. Dados semelhantes encontram-se no Popular Periférico (49,25% e 29,58%), Inferior (44,60% e 29,29%) e Popular Operário (32,96 e 28,67%). Percentual elevado de baixa renda *per capita* também é encontrado na Tipologia Média (41,46 e 25,25%), por

serem áreas que apresentam grandes desigualdades sociais e econômicas, com presença de favelas.

Essa taxa de pobreza reflete-se no padrão habitacional. Nestas tipologias encontram os maiores percentuais de pequenas moradias: Inferior (23,53%), Rural (21,54%) e o Médio (21,42%), atingindo um pouco mais de 30% na AED de Genibaú e em duas de Caucaia (Parque Soledade/Itambé e Jurema/Marechal Rondon).

No entanto, apesar de nas tipologias Inferior e Rural encontrarem-se as menores moradias, nelas estão as maiores famílias. Na tipologia Rural, 17,13% das famílias tem mais de quatro filhos, sendo seguido pelo Popular (12,85%), Inferior (12,52%) e Médio (12,38%). De todas as AED's, Caucaia/Tabuba zona de praia, na tipologia Rural foi a que apresentou o maior percentual de famílias com mais de quatro filhos: 22,78%. As AED's da tipologia inferior apresentou elevados percentuais, variando entre dez e 15,57%, com exceção de duas Aeroporto/Dias Macedo (9,54%) e Alto da Balança/Aeroporto (7,48%). Chama atenção a tipologia Popular Operário (9,31%) que apresentou índices menores que a médio (12,38%) variando entre 6 e 10%, com exceção das AED's Barra do Ceará (12,12%), Quintino Cunha (11,37%), Ancuri/Pedras/Paupina (11,46%), Maracanaú/Centro/Novo Maracanaú (14,36%), e Maracanaú/ Jereissati/Timbó (12,09%).

Estas áreas também são as que apresentam maior percentual de famílias com mais de sete membros: Rural 10,24%, Popular 7,53%, Inferior 6,74% e Médio 6,93%. Na Rural, as AED's Caucaia/Tabuba/Cumbuco (14,24%), Caucaia/zona rural (13,56%), Guaiuba (11,61%) e Maranguape/zona rural (11,08%) atingem os maiores índices. Além destes, na RMF somente a AED de Euzébio (10,56%), na tipologia Média, tem mais de 10% das famílias com mais de sete membros.

Nessas tipologias dominam famílias estendidas e compostas, coabitando nos domicílios, várias gerações, que sobrevivem da aposentadoria do idoso, do salário da mulher ou mesmo de um jovem que se tornou responsável pela família, pois foi obrigado a inserir-se no mercado de trabalho e parar os estudos. Estes mantêm pais, irmãos, filhos desempregados e adolescentes com filhos, o que vai explicar a baixíssima renda *per capita* nestas tipologias. Muitas jovens engravidam cedo e assumem a responsabilidade familiar. Geralmente são pessoas com poucos anos de estudo, sem especialização, que foram obrigados a entrar cedo no mercado de trabalho, sem preparação para os desafios da sociedade contemporânea. Na falta de perspectiva e de valores culturais, reproduz-se

a lógica do “*Pedro Pedreiro*” no universo familiar destes grupos. Estes grupos são mais vulneráveis, pois os indivíduos estão mais expostos a risco e menos preparados para controlar os efeitos da materialização destes riscos.

10.4. Tipologia de Uniões³

Três tipos de arranjo familiar destacam-se no censo do IBGE: união registrada, união consensual e chefe de família mulher sem união. A maior parte das uniões é estável, ou seja, 47,80% formalizada, sendo 21,15% consensual e 17,55% mulheres sem cônjuge chefiam a família.

Altos índices de uniões estáveis foram observados em quase todas as categorias socioespaciais, variando, de 43,55 % no Médio a 54,98% no Superior. Nesta última destaca-se a AED Engenheiro Luciano Cavalcante, com 60,82%, sendo também considerado elevado o percentual da tipologia Rural (53,90%). Todos os outros foram inferiores a 49,10% (Popular Periférico).

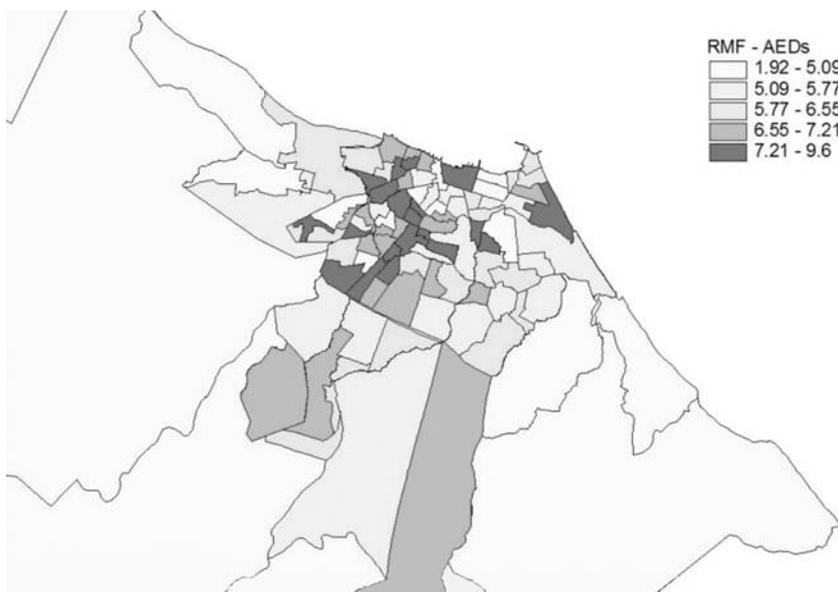
Entretanto, os menores índices de uniões formalizadas estão nas AED's do tipo socioespacial Médio: Praia do Futuro, Dunas/Cidade 2000 (33,97%) e no Médio Superior Centro Moura Brasil/Praia de Iracema (37,58%).

Quanto às uniões consensuais, elas dominam nas tipologias Média (27,83%), Inferior (27,54%) e Popular Periférica (23,86%). As AED's Siqueira (33,79%), Jangurussu (32,35%), Caucaia/Parque Soledade/Itambé (31,13%), Caucaia/Potira/Tabapuá (30,87%), com maiores índices, estão situadas na tipologia Inferior. Destacando-se também a área do Cais do Porto (31,00%), Edson Queiroz/Sabiaguaba (30,45%), no Médio.

A participação de mulheres, sem união, chefiando as famílias, variou entre 11,43% (rural) e 20,80% no Médio Superior. Os maiores percentuais de mulheres comandando a família foram encontrados nas AED's Maraponga/Jardim Cearense (26,01%), Parque Araxá/Rodolfo Teófilo (24,45%), Centro/Moura Brasil/Praia de Iracema (24,12%), todas no tipo Médio Superior. As AED's que se destacaram pelos menores índices estão situadas na tipologia Rural: Caucaia - Zona Rural (9,32%), Aquiraz - Zona Rural/Iguape (10,20%) e em Caucaia - Tabuba/ Cumbuco (10,69%).

3 Categorias: Uniões instáveis – consentidas, não formalizadas em registro civil ou religioso. Frágil pela instabilidade se expressar, na maioria das vezes, nas freqüentes mudanças do parceiro. Uniões estáveis: família completa e estável pela constituição de união formalizada legal ou religiosa.

FIGURA 10.1 – Porcentagem de Mulheres Chefe de Família, sem União e com Filhos RMF.



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

10.5. A Presença de Jovens, Idosos e Mulheres Responsáveis pela Família

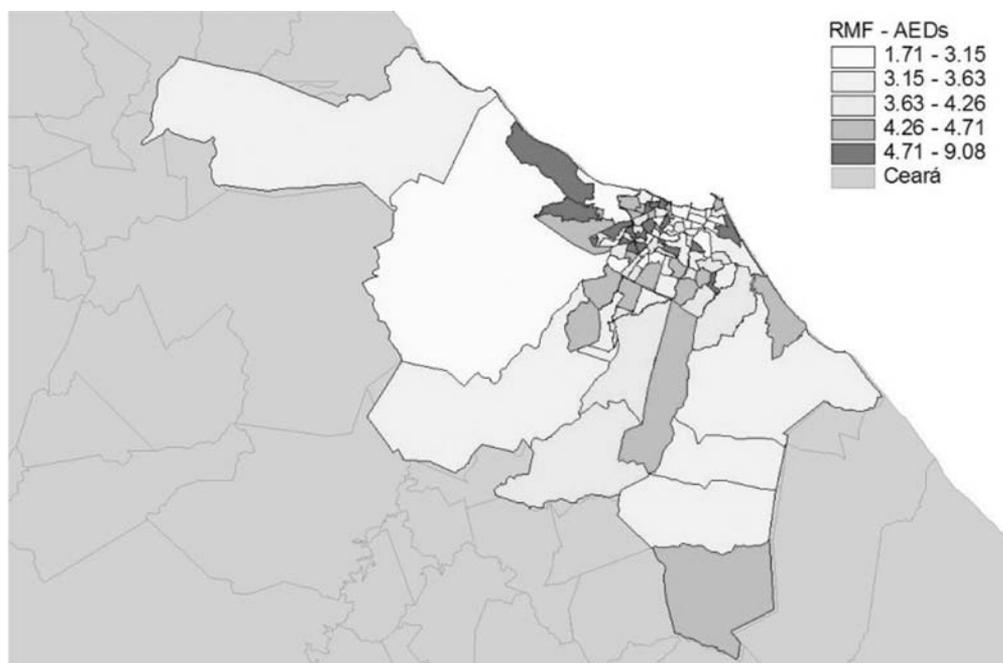
Os maiores índices em que os responsáveis pelas famílias com mais de 65 anos estão nos dois extremos: no rural, com 15,07% e no Superior e Médio superior com 16,16% e 15,37%, respectivamente. A menor participação de idosos responsabilizando-se pela família encontra-se na tipologia Inferior (7,76%), seguida pelas tipologias Popular Periférica (10,01%) e Popular Operária (10,16%). Na tipologia Rural, muitos idosos, aposentados por sua atividade rural, estão respondendo pela manutenção da família, muitas delas estendidas ou compostas.

Na tipologia Superior, destacam-se os bairros mais tradicionais, habitados por uma classe média de alto poder aquisitivo, Meireles (20,34%), Fátima (19,71%) e Aldeota (19,21%). Muitos dos domicílios são ocupados com casais ou viúvos idosos e aposentados que habitam sozinhos, ou com filhos e netos por eles sustentados. Os menores índices desta tipologia são encontrados no Papicu (8,70%) e no Luciano Cavalcante (9,72%), bairros de formações mais recentes, ocupados por uma população mais jovem.

Maior percentual (acima de 2%) de jovens responsáveis pelas famílias com idade entre 10 e 19 anos foi encontrado nos tipologias Médio (2,67%), Popular Periférico (2,39%), Inferior (2,28%) e Rural (2,06%). Na escala das AED's, índices superiores a 3% foram encontradas nas tipologias Inferior (Caucaia Potira/Tabapuá, com 3,15% e Granja Portugal, com 3,345) e Média (Cais do Porto, 3,19%), Edson Queiroz/Sabiaguaba, 3,84%) e, Lagoa da Sapiranga/Coité, 3,12%).

As mulheres sem cônjuges responsáveis pelas famílias são mais numerosas nas tipologias Médio superior (32,68%), Superior (29,51%), Popular (27,61%). Os outros variam entre 21,17% (Popular Periférico) e 23,61% (Inferior). Na tipologia Rural (18,49%), principalmente nas AED's de Aquiraz – zona rural/Iguape, Caucaia – Cumbuco/Tabuba e Caucaia – zona rural, estão as menores participações de mulheres como responsáveis pela família (em torno de 15%). Na tipologia Média, enquanto as outras AED's a participação da mulher está acima de 23%, Caucaia – Icarai (16,79%), Euzébio (16,88%) e Aquiraz – Sede/Porto das Dunas (17,20%) apresentam menores participações.

FIGURA 10.2 – Porcentagem de Mulheres Chefe de Família sem União e com Filhos Menores de 14 anos.



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

FIGURA 10.3 – Porcentagem de Mulheres Chefe de Família, sem União e com Filhos – Recorte Fortaleza.



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

10.6. Adolescentes com Experiência Reprodutiva

As maiores proporção de adolescentes com experiência reprodutiva foram encontradas nas tipologias popular periférica (10,53%) e inferior (9,38%) e médio (9,08%), tanto, destaca-se a AED de Siqueira (12,54%), no Inferior. Outras AED's com elevados índices (entre 10 e 12%) estão no tipologia inferior em Fortaleza (Jangurussu, Barroso, Jardim das Oliveiras, Passaré, Canindezinho/Parque e Siqueira), em Caucaia (Jurema/Marechal Rondon) e Maracanaú (Cágado/Mucunã); no Popular Periférico nos municípios de Itaitinga, Maracanaú (Pajuçara) e Maranguape (sede urbana); e no Rural, no município de Guaiúba. Algumas destas AED's estão ao longo das rodovias federais e estaduais da capital, em que se encontram pontos de prostituição infantil.

No entanto, chamou atenção a tipologia Superior por apresentar a menor taxa de mães adolescentes da RMF (4,20%) e uma de suas AED's – Papicu, com uma das maiores (11,43%). Nessa AED, as desigualdades sociais são gritantes, pois apesar de apresentar as maiores rendas, indica um elevado percentual de habitações subnormais (36,35%) e

com menos de três cômodos (16,03%). Enquanto 38,17% recebem mais de dez s.m. e 17,04 de 5-10 s.m, também é elevado o percentual dos que vivem com renda abaixo de um salário mínimo.

Índices elevados também são observados em outras AED's litorâneas da tipologia Médio, onde comunidades tradicionais mais vulneráveis e menos preparadas a enfrentar riscos se viram envolvidas na atividade turística: Sede de Aquiraz/Porto das Dunas (12,08%), Caucaia/Icaraí (11,44%), Caucaia/Tabuba (9,25%), Edson Queiroz/Sabiaguaba (9,62%) e Cais do Porto⁴ (11,09%).

Considerações Finais

A análise dos dados revelou que na RMF encontramos tipologias socioespaciais, como a Superior, que apresentou os melhores índices e, portanto, menor vulnerabilidade. Destacam-se os bairros mais antigos, como Aldeota, Meireles, Dionísio Torres e Fátima, ocupados por representantes dos dirigentes e das elites econômicas e intelectuais, apresentando maior poder aquisitivo e melhor padrão habitacional, dominando famílias reduzidas. Nestes bairros também tem uma forte presença de pessoas (em torno de 20%) com mais de 65 anos como responsáveis pela família. Outro elevado índice é o de mulheres sem cônjuge responsável pela família (29,51%). Diferente de outras tipologias, as mulheres têm bom nível educacional e renda que permitem capacitar os filhos para superar as adversidades e aproveitar as oportunidades.

A tipologia que apresentou maior contradição em termos de índices positivos e negativos foi a Média, área de ocupação mais recente por população de maior poder aquisitivo, que convive com comunidades tradicionais e favelas. Vale destacar que algumas das áreas são litorâneas.

Por outro lado, a tipologia Popular Operária foi a que apresentou dados mais equilibrados, pois é formada por bairros operários mais consolidados e conjuntos habitacionais, que foram implantados com infra-estrutura e serviços. Habitados por mais de 90% de famílias com menos de quatro filhos, tem apenas 5,02% com famílias com mais de sete

4 Pode-se relacionar este fato a prostituição e presença de favelas e habitações populares nas proximidades do Porto e da Avenida Beira Mar. Neste espaço de hotéis e edifícios de apartamentos de altíssimo luxo, da feira de artesanato, convivem turistas nacionais e internacionais, classe média, pescadores, trabalhadores do setor formal e informal e moradores de mutirões e favelas dos arredores.

membros. Os dados demonstram que a vulnerabilidade social é menor nesta tipologia, pois somente 6,66% das adolescentes têm experiência reprodutiva, enquanto na tipologia Média este índice sobe para 9,08%.

Os desequilíbrios na renda também não são tão gritantes como na tipologia Média, que apresentam 41,46% com famílias com rendimento *per capita* menor que meio salário mínimo e com 8,65 % dos responsáveis pela família com renda superior a dez salários mínimos, enquanto no popular operário esses valores correspondem, respectivamente, a 32,96% e 3,57%.

Na tipologia Média as contradições socioespaciais são mais fortes. Espaços de riqueza e miséria, dos condomínios de luxo e das favelas, do lazer e do trabalho, da tradição e da modernidade convivem. Turistas e veranistas disputam o espaço das comunidades tradicionais. Jovens se encantam por modo de vida inacessível dos turistas, das classes médias, tornando-os mais vulneráveis.

Alguns grupos são socialmente vulneráveis em razão do fator contextual, que favorece a experimentar circunstâncias adversas para sua inserção social e desenvolvimento pessoal; do exercício de condutas que levam a maior exposição a eventos negativos; e as características específicas como idade, sexo ou condição étnica, que os predispõem a maiores riscos ou problemas comuns. Entre os adolescentes, os problemas estão ligados à conduta perigosa (ingestão de álcool, drogas, relações sexuais desprotegidas) e a situações de risco de natureza genética, socioestrutural ou familiar (pertencimento a minoria étnica, situação de pobreza ou a monoparentalidade) e ao tipo social contingente (residência em bairros violentos), o que pode levar a deserção escolar, gravidez ou violência. (CEPAL. 2002: 5).

A vulnerabilidade não está relacionada apenas à renda, mas tem como elementos fundamentais a estabilidade econômica, estabilidade de emprego e renda, infra-estrutura e serviços de qualidade nos bairros em que habitam os indivíduos. Famílias maduras e estáveis, com nível educacional podem proporcionar aos filhos capacidade para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado, o Estado e a sociedade, e assim poder melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.

Referências Bibliográficas

BARCELLOS, Tanya M. de, Mamaraella, Rosetta e Koch, Mirian Regina – *Tipologia socioespacial de Porto Alegre – 1980-1991: diferenciações sócio-ocupacionais e desigualdades sociais entre os espaços da cidade*. Indicadores Econômicos. FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 307-341, fev. 2002.

CARDOSO, Adauto Lucio. *Desigualdades urbanas e políticas habitacionais socioeconômica*. Rio de Janeiro: UFRJ: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/textos.htm.

CEPAL. *Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas*. Brasília, CEPAL/ECLAC, 2002.

COSTA, M. Clélia Lustosa. *Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço*. In: SILVA, José Borzacchiello et al. *Ceará um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

CUNHA, João Marcos Pinto da – *Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas*. Revista Brasileira de Estudos populacionais, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.

GUIMARÃES, Maria Carolina S. - <http://www.ufrgs.br/bioetica/comunid.htm>.

CNPq/UFRJ/IPPUR/UFC. *Análise da Estrutura Intrametropolitana de Fortaleza*. Relatório da Equipe do Observatório da Metrópoles – Núcleo Fortaleza, novembro de

MOURA, Rosa. *Metrópoles em reestruturação: a lógica da desordem*, in: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). *Metrópoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: Fase: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

SILVA, José Borzacchiello. *A cidade contemporânea no Ceará*. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). *Metrópoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). *Metrópoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: Fase: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

11. Desigualdades Socioespaciais e a Questão Habitacional na MetrÓpole

Diversas são as possibilidades de estabelecer inter-relações entre as tipologias socioocupacionais e as condições de vida da população, no sentido de melhor caracterizar a estrutura social intra-urbana da RMF. Neste caso, adota-se a moradia como variável que retrata as desigualdades socioespaciais no espaço urbano, especialmente quanto aos seguintes aspectos: a distribuição do déficit habitacional nas suas componentes; a inadequação habitacional; a carência das redes de infra-estrutura; a falta de acesso à terra urbana, ampliando o quadro de precariedade fundiária na metrÓpole.

Tendo como principais bases de dados os estudos sobre o déficit habitacional realizados pela Fundação João Pinheiro, assim como os quadros estatísticos obtidos com o Metrodata, ambos elaborados a partir dos dados dos censos de 1991 e 2000 realizados pelo IBGE, toma-se como ponto de partida o seguinte conjunto de questões norteadoras: qual a regularidade existente entre a estrutura socioespacial proposta e a estimativa do déficit habitacional? Existe uma interligação entre a divisão social do espaço e a desigualdade na distribuição dos serviços de saneamento básico? Como se dá a distribuição das áreas consideradas subnormais, assim como das moradias em situação fundiária precária ao longo da hierarquia socioespacial?

Como recurso metodológico para esta análise adota-se como procedimentos: - a leitura dos dados fornecidos para cada indicador em percentual por tipologia socioespacial; a análise dos cartogramas temáticos referentes às questões habitacionais que caracterizam a RMF subdividida em tipos socioespaciais, porém buscando observar dentro de cada

um, as diferenças entre as áreas de expansão de dados, AED's que os compõem quanto aos respectivos percentuais para cada um dos indicadores utilizados.

11.1. Déficit Habitacional

A Região Metropolitana de Fortaleza apresenta um déficit habitacional de 85.570 domicílios, majoritariamente concentrados na capital (75,8%) e nos municípios mais populosos: Caucaia (6,5%) e Maracanaú (5,7%), os quais apresentam processo de conurbação mais consolidado com Fortaleza.

Agrupando como variáveis a co-habitação, o domicílio improvisado feito em materiais rústicos e a moradia em cômodos cedidos ou alugados, observa-se a maior representatividade da condição de famílias conviventes em relação ao total do déficit, com mais de 92,5% do total de domicílios.

Ainda que se verifique uma reduzida amplitude de apenas 4,45% entre as tipologias presentes nos extremos, a Tabela 11.1 seguinte nos proporciona alguns elementos decorrentes deste cruzamento de informações.

TABELA 11.1 – Quadro de Indicadores do Deficit Habitacional - 2000

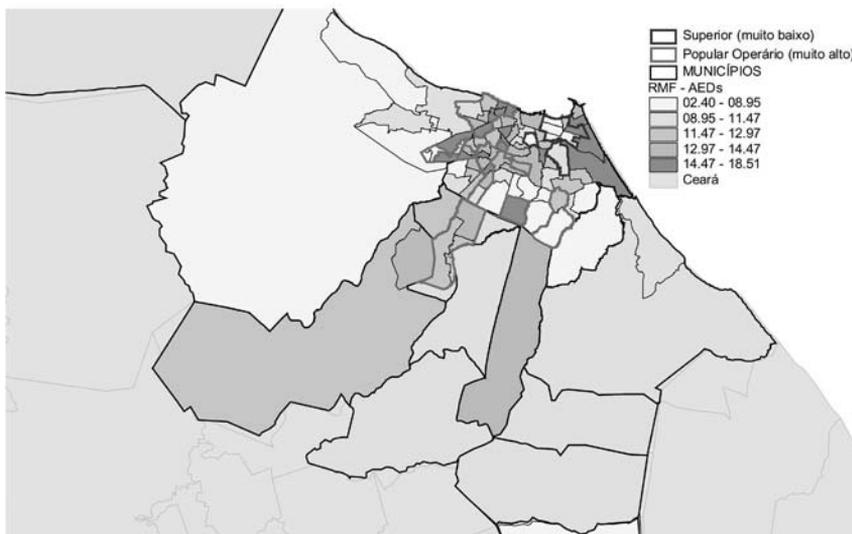
Total de domicílios		Déficit Habitacional		Famílias conviventes		Domicílios improvisados		Cômodos cedidos ou alugados	
TIPOLOGIA	n. absoluto	n. absoluto	%	n. absoluto	%	n. absoluto	%	n. absoluto	%
Superior	47.680	4.238	8,89	3.598	84,90	272	6,42	368	8,68
Méd. superior	112.696	13.888	12,32	12.842	92,46	424	3,05	622	4,48
Médio	52.790	6.796	12,87	6.028	88,70	346	5,10	422	6,20
Pop. operário	222.961	29.752	13,34	27.972	94,01	585	1,97	1.196	4,02
Inferior	184.830	20.193	10,93	18.618	92,20	820	4,06	755	3,74
Popular Periférico	45.959	5.193	11,30	5.022	96,70	83	1,60	88	1,70
Rural	56.280	5.508	9,79	5.094	92,48	229	4,16	185	3,37
Total da RMF	723.197	85.570	11,83	79.174	92,53	2.760	3,23	3.636	4,25

Fonte: METRODATA; Fundação João Pinheiro, 2004

Por um lado, é possível afirmar que o déficit habitacional se apresenta com menor intensidade na tipologia superior composta por áreas em que se observa a maior densidade de pessoas ocupadas como dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores, nas quais o mercado imobiliário se apresenta mais consolidado. Todavia, o déficit habitacional também se apresenta reduzido nas tipologias compostas por áreas mais distantes do centro: Inferior, Popular Periférica e Rural, com maiores percentuais de pessoas ocupadas no setor secundário tradicional, na construção civil, nos serviços auxiliares, na agricultura, especialmente naquelas atividades com menor remuneração, o que leva a uma menor presença do mercado imobiliário formal. Ao considerar que estas tipologias apresentem baixos percentuais de déficits, ainda que sejam as mais empobrecidas, questiona-se a desagregação de aspectos associados ao porte da moradia e outros que atestam a inadequação do domicílio para o uso residencial quando da quantificação do déficit habitacional.

Observa-se que as tipologias Média Superior, Média e Popular Periférica, as quais apresentam as maiores densidades de ocupações médias e atividades terciárias especializadas, indicam os maiores déficits habitacionais em percentuais, superando a média da RMF. Derivado em sua maioria da condição de famílias conviventes, aponta-se como causas a serem melhor investigadas: - a baixa oferta de imóveis para locação; - a tentativa de poupança para futuro investimento na casa própria; - a incapacidade de pagar aluguel nas áreas que compõem a tipologia superior onde a oferta de imóveis é maior. Vale lembrar que estas tipologias, no que se refere à provisão habitacional, podem ser classificadas em duas categorias: (a) aquelas onde o mercado imobiliário vem se expandindo de forma mais promissora, como nas áreas que compõem a tipologia Média Superior e Média, seja em substituição ao aluguel, seja no atendimento à demanda por áreas para segregação espacial; e (b) a tipologia Popular Operária, na qual as políticas públicas de habitação de interesse social foram mais incisivas nas décadas de 1970 e 1980, cuja presença de infra-estrutura e cujo tamanho do lote permitiu a expansão do imóvel, fazendo da co-habitação um processo característico das áreas com ocupações médias, secundárias e terciárias.

FIGURA 11.1 – Déficit Habitacional em Porcentagem na RMF (zoom no espaço intra-urbano)



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

A Figura 11.1 apresenta o mapeamento das áreas de expansão de dados segundo o percentual de déficit habitacional, agrupadas em cinco classes, variando do muito alto, com valores acima de 14,47%, até o muito baixo, onde os percentuais são menores que 8,95% dos domicílios em situação de déficit habitacional. Agrupadas em tipologias, observa-se num extremo a tipologia Superior e noutro a tipologia Popular Operária, as quais pretendemos descrever em suas desigualdades entre as áreas que as compõem.

Num extremo tem-se a tipologia Superior, na qual o déficit habitacional se mostra menor atingindo a 8,89% do total de domicílios. É possível verificar que a presença de categorias socioocupacionais definidas como elite dirigente e intelectuais nesta tipologia – portanto detentores de maior poder aquisitivo – venha a se refletir em melhores padrões de habitação, levando a que o seu déficit seja menor em comparação às demais. Considerada como alvo maior do mercado imobiliário, observa-se também que esta deva ser a tipologia cujas áreas apresentam alto percentual de imóveis vazios.

Analisando-se as variáveis que compõem o déficit, percebe-se também que nesta tipologia o percentual de domicílios com famílias em situação de co-habitação seja o menos significativo, e por conseguinte, os percentuais de domicílios improvisados, assim como de cômodos cedidos ou alugados, sejam mais expressivos em termos percentuais. Mereceria uma maior investigação no que se refere ao fato de que o maior porte da moradia, assim

como as melhores condições econômicas das famílias mais abastadas, minimizariam os problemas da co-habitação, tornando-os às vezes imperceptíveis.

Por sua vez, o percentual de 8,68% de cômodos cedidos ou alugados, levanta a hipótese do surgimento de cortiços nas áreas de ocupação localizadas nesta tipologia, acolhendo especialmente trabalhadores domésticos e prestadores de serviços não especializados. O mesmo pode ser mencionado com relação aos domicílios improvisados, que apesar de pequeno em números absolutos, indicam pelo seu maior percentual em relação às demais tipologias, tanto a situação de empobrecimento, como de crescimento e adensamento nas áreas de favela que remanescem nesta tipologia. A permanente condição de alvo de remoção pelo poder público também pode ser mencionado como causa deste percentual de moradias improvisadas, visto que estas áreas vem sendo objeto de estudos para operações urbanas consorciadas, como nos casos da Foz do Riacho Maceió e do Poço da Draga, fazendo com que os novos moradores não venham a investir na melhoria de suas residências.

Verificando-se o conjunto de AED's que compõe a tipologia socioespacial Superior, chama atenção a área do Papicu a qual apresenta um déficit habitacional de 17,9% do total de domicílios, incluindo-se no quintil com mais altos percentuais da RMF para este indicador. Numa rápida explicação, podemos associar esta condição deficitária à presença de 36% das famílias em setores considerados como subnormais, a qual também representa a área com maior percentual de aglomerados subnormais na tipologia, inserindo-se da mesma forma no quintil que agrupa as AED's com percentuais de déficit muito altos. Também se destaca a área que reúne os bairros do Mucuripe e Varjota com déficit de 12,7%, diretamente relacionado à presença de moradias precárias em áreas de ocupação remanescentes de comunidades tradicionais de pescadores, as quais vêm sendo ocupadas por grupos excluídos vitimados pela expansão do mercado imobiliário no *front* litorâneo.

Num outro extremo, tem-se 4 AED's que se inserem no primeiro quintil, com déficits muito baixos, destacando-se as áreas do Meireles, Aldeota e Dionísio Torres, as quais tem nas suas áreas de ocupação o *locus* da deficiência habitacional. Todavia, apesar da condição ilegal de ocupação, as condições facilitadas de deslocamento devido às urbanizações parcialmente realizadas no passado, levam a que o IBGE não as considere como aglomerados subnormais. Ressalta-se também o alto percentual de domicílios improvisados nestas áreas, confirmando-se a hipótese do adensamento recente que intensifica a ocupação do solo nestas favelas.

Merece também comentários o alto percentual de co-habitação no Bairro de Fátima atingindo a quase 97% do total do déficit habitacional na área. Podem ser apontados como fatores para esta condição diferenciada: - a presença de residências universitárias nas proximidades dos *campi* da UFC e UECE; - a presença de áreas residenciais mais antigas distribuídas ao longo das vias de acesso ao centro comercial, cujo padrão de domicílio difere das novas formas advindas ao bairro pelo mercado imobiliário, configurando-se numa possível área em processo de gentrificação.

No caso da tipologia Popular Operária, o maior percentual significa um déficit absoluto de quase 30 mil moradias, o que representa um número superior ao total de moradias de grande parte dos municípios cearenses. Observa-se uma variação entre 2,4% para a AED Conjunto Nova Metr pole situada no município de Caucaia e 18,51% na AED Antonio Bezerra, perfazendo uma amplitude de mais de 16 pontos percentuais.

De forma bastante diversa, as áreas que compõem a tipologia Popular Operária reúnem um subgrupo composto por assentamentos humanos decorrentes de programas habitacionais de interesse social promovidos pelos extintos BNH e COHAB-CE situados no vizinho município de Caucaia e nas franjas periféricas de Fortaleza, cujos percentuais se inserem no mais baixo quintil de toda a RMF. Fazem parte deste sub-grupo: os conjuntos Parque Albano, Nova Metr pole, Araturi e Conjunto Ceará.

Um segundo subgrupo reúne áreas que também abrangem programas habitacionais governamentais, estando num quintil intermediário, dado que os mesmos aglutinam formas de moradia precárias às margens dos recursos hídricos, além da maior proximidade das áreas industriais, o que via de regra tem provocado a conforma o de núcleos de exclusão territorial nas suas redondezas. Nestas condi oes podem ser indicados as áreas do Novo Maracanaú, Jereissati e Timbó situados em Maracanaú, assim como os Conjuntos Nova Esperança, Vila Velha e Barra do Ceará em Fortaleza.

Entretanto, quando consideramos as áreas com maiores déficits que tomam parte da tipologia Popular Operária,   possível observar que em algumas delas que se tem a justaposi o de pequenos conjuntos e áreas de ocupa o, especialmente associadas   maior proximidade com as áreas centrais e às facilidades de deslocamento proporcionadas pelo sistema viário. Neste caso tem-se a clara subdivisão entre as áreas próximas ao corredor industrial tradicional da Avenida Francisco S , agrupando as áreas da Floresta, Antonio Bezerra, Cristo Redentor, Pirambu e Panamericano, e as áreas situadas ao longo das vias

de acesso ao distrito industrial de Maracanau (Vila Peri, Manoel Sátiro, João XXIII e Prefeito José Walter).

Merece ser mencionado que a co-habitação representa 94% do déficit habitacional da tipologia Popular Operária, notadamente nas áreas compostas por conjuntos habitacionais de interesse social ou por loteamentos populares. No caso dos conjuntos, a superfície do lote, especialmente dos conjuntos mais antigos, assim como a tipologia arquitetônica uni-familiar, fazem com que o próprio lote seja alvo de expansão do número de compartimentos da moradia, como nos mostra o caso dos Conjuntos Ceará e Araturi, e das áreas Manoel Sátiro, Jockey Clube e Vila Velha, todas com percentual de co-habitação superior a 97% do déficit. Por outro lado, observa-se um percentual considerável de domicílios improvisados apenas nas áreas com ocupações de terra irregulares, notadamente aqueles localizados próximos aos rios e faixas de praia.

11.2. Estrutura Intra-urbana e Condição Inadequada de Moradia

As condições inadequadas de moradia são aqui analisadas a partir dos mesmos indicadores fornecidos pela Fundação João Pinheiro, porém adaptados pelo Metrodata, de modo a permitir sua análise confrontando as tipologias socioespaciais identificadas, assim como entre as áreas de expansão de dados que as compõem. A Tabela 11.2 traz em seu conteúdo dados que comprovam a inadequação domiciliar das tipologias inferior, popular periférica e rural, ainda que elas não tenham déficits habitacionais tão significativos. Disto levanta-se a questão se as formas de moradia adotadas pelos mais pobres na metrópole, ainda que inadequadas, podem vir a ser desconsideradas da demanda, ou mesmo, se as políticas habitacionais passam a ter um foco maior na urbanização destes assentamentos precários, garantindo melhores condições de moradia a partir da legalização da posse da terra, da implantação de infra-estrutura e de melhorias na habitação. Neste sentido, os tópicos seguintes buscam discutir a condição de infra-estrutura urbana e de irregularidade fundiária associadas à hierarquia social proposta.

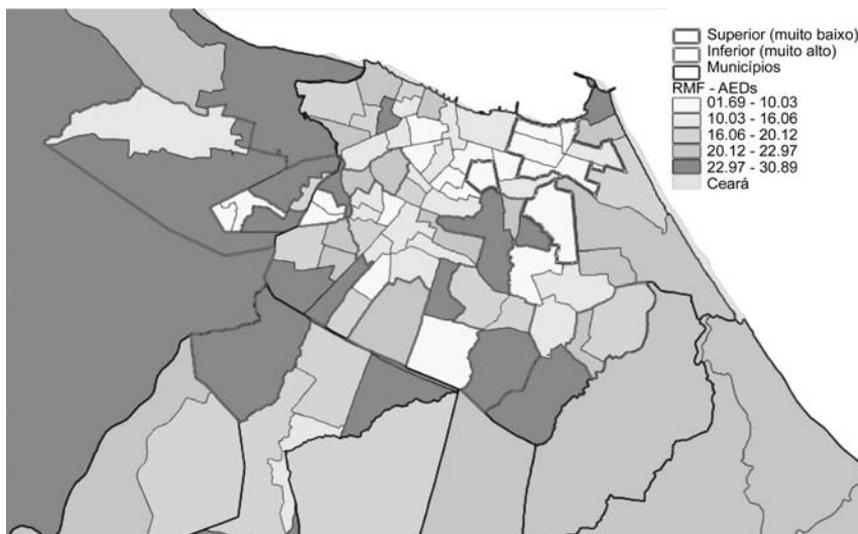
TABELA 11.2 – Quadro de Indicadores de Condição Inadequada de Moradia - 2000

Tipologia	Total de domicílios		Domicílios com até 3 cômodos		Dens. superior a 3 hab. por cômodo		Domicílios sem banheiro		Infra-estrutura urbana adequada		Prop. da casa sem Prop.da terra	
	n.absoluto	n.abs.	%	n.abs.	%	n.abs.	%	n.abs.	%	n. abs.	%	
Superior	47.680	2.561	5,37	5.618	11,78	1.120	2,35	10.538	22,10	2.874	6,03	
Médio Superior	112.696	13.227	11,74	24.248	21,52	5.402	4,79	45.833	40,67	8.234	7,31	
Médio	52.790	11.307	21,42	19.076	36,14	13.250	25,10	40.387	76,50	13.184	30,92	
Popular Operário	222.961	35.337	15,85	75.562	33,89	26.905	12,07	139.126	62,43	23.250	10,43	
Inferior	184.830	43.489	23,53	77.991	42,20	35.313	19,11	140.413	75,97	30.210	16,34	
Popular Periférico	45.959	8.893	19,35	17.786	38,70	16.806	36,57	33.399	78,07	4.820	10,49	
Rural	56.280	12.122	21,54	21.449	38,11	29.884	53,10	35.803	96,73	5.197	9,23	
Total da RMF	723.197	126.935	17,55	241.731	33,43	128.681	17,79	445.498	63,58	87.767	12,14	

Fonte: METRODATA; Fundação João Pinheiro, 2004

No que se refere ao número de cômodos por domicílio como indicador de precariedade e inadequação da moradia, considera-se que habitações com três ou menos cômodos seja um parâmetro para comparação entre as diferentes tipologias, e mesmo para a compreensão das desigualdades intratipos socioespaciais. Um domicílio com até três compartimentos significa a existência de apenas um dormitório, sendo os demais representados por uma sala e uma cozinha, o que no caso da moradia unifamiliar pode ser associado ao uso múltiplo de partes da moradia, muitas vezes gerando conflitos devido às incompatibilidades de uso pelos que nelas habitam.

FIGURA 11.2 – Total de Domicílios: % Com até 3 Cômodos - RMF 2000



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

Com relação à precariedade habitacional segundo o porte da moradia, tem-se num extremo com menor percentual de pequenos domicílios a tipologia Superior com pouco mais que 5,3% do total, e noutro a tipologia Inferior, na qual mais de 23,5% das famílias residem em moradias com três ou menos compartimentos. Tendo como parâmetro o percentual para toda a RMF, o qual indica que 17,55% das moradias sejam com três ou menos cômodos, pode-se classificar as demais tipologias em dois grupos: - aquelas que possuem melhores índices e que mais se aproximam da tipologia Superior; - outro que reúne as tipologias com percentuais maiores que o da RMF.

A análise da Figura 11.2 acima nos permite constatar as desigualdades entre as áreas que compõem cada uma das tipologias identificadas. Com relação às partes que compõem cada uma das tipologias, no caso da tipologia Superior, pode-se constatar com exceção da área do Papicu, que todas as demais compõem o quintil com menores índices de domicílios com três ou menos cômodos. No Papicu, onde há mais de 36% das famílias em aglomerados subnormais, os quais por conta da valorização da terra se tornam cada vez mais adensados, observa-se que 16% dos domicílios sejam de porte reduzido.

Nota-se também que as áreas a beira-mar, como o Mucuripe (7,2%) e o Meireles (3,7%), indiquem maiores percentuais, se comparados aos vizinhos, em relação à Aldeota e ao Dionísio Torres, ambos com apenas 1,7%. Isto demonstra que há uma presença de

domicílios de menor porte oferecidos pelo mercado imobiliário formal próximo à praia, assim como a presença de assentamentos remanescentes da ocupação inicial da praia. Outras áreas que também tomam parte desta tipologia, como o Bairro de Fátima e Engenheiro Luciano Cavalcante, apesar dos baixos índices, 5,1% e 9,1% respectivamente, também indicam a presença de fragmentos com condições de moradia desfavoráveis.

Como a tipologia que mais tem sido alvo do mercado imobiliário, tendo passado nas últimas décadas por intenso processo de verticalização em substituição às residências unifamiliares, fica evidente que o padrão da edificação seja bastante superior à característica apresentada como indicador de precariedade e carência domiciliar.

Quanto às tipologias com maiores percentuais de domicílios com três ou menos cômodos, o tipo Inferior se sobrepõe aos demais, com mais de 23% das suas moradias, o que em números absolutos corresponde a mais de 43 mil residências. As demais tipologias “peri-urbanas”, no caso: a Rural, a Média e a Popular Periférica, ainda que não apresentem números absolutos tão altos, contribuem para a compreensão da dinâmica dos mercados formal e informal da produção da habitação na RMF.

É possível constatar que as áreas com os maiores percentuais de domicílios com três ou menos cômodos nestas tipologias guardam consigo relações de contigüidade associadas a dois processos: a proximidade de moradia precária em relação aos recursos hídricos em favelas e áreas de risco; o transbordo de população de baixa renda para os municípios vizinhos. Mesmo a tipologia rural com áreas de maior predominância do trabalho agrícola se destaca nesta categoria, indicando assim os fluxos de pobreza em direção ao espaço peri-urbano, desde a ocupação das margens dos rios urbanos Cocó, Maranguapinho e Ceará.

Ao observarmos a Figura 11.2, esses fenômenos podem ser facilmente comprovados, especialmente quando associamos as áreas com índices altos e muito altos, variando entre 20.1 e 30.9% do total de domicílios. No caso, as interrupções nas franjas periféricas ocorrem por conta das áreas com presença majoritária de conjuntos habitacionais. A situação dos Rios Maranguapinho e Ceará, enquanto eixos de degradação e ocupação precária do território evidenciam a conexão destas áreas, tais como: as zonas rurais de Maranguape e Caucaia; Capuan, Itambé, Jurema em Caucaia, Mucuná em Maracanaú; Bom Jardim, Canindezinho, Granja Portugal, Genibaú, Autran Nunes, Antonio Bezerra e

Quintino Cunha em Fortaleza, chegando até a área do Icarai e Barra do Ceará, justamente a desembocadura do Rio Maranhapinho no Ceará e a Foz deste último.

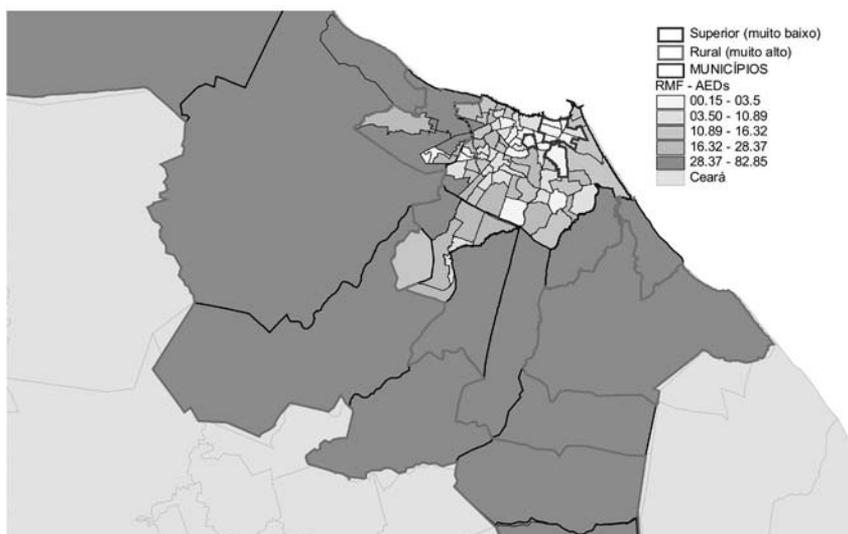
A precariedade das condições de moradia pode também ser atestada através dos altos percentuais de domicílios sem banheiros, realçando as disparidades sociohabitacionais entre as diferentes tipologias que compõem a estrutura socioespacial da RMF. Tendo o percentual de domicílios sem banheiros da RMF de 17,79 pontos como referência, verifica-se que as tipologias mais intensamente urbanizadas se diferenciam substancialmente das demais, não obstante as desigualdades socioeconômicas, evidenciando-se assim duas categorias: - tipologias com urbanização consolidada: Superior, Média Superior, Popular Operária e Inferior; - tipologias em processo de urbanização com forte presença do uso agrícola: Médio, Popular Periférico e Rural.

No caso, evidencia-se uma enorme amplitude entre a tipologia Superior, onde cerca de 2,35% dos domicílios encontram-se sem sanitários, e a tipologia Rural, cuja percentagem supera a 53% do total de residências. Dentre as tipologias mais urbanizadas, tem-se um gradual e progressivo crescimento do centro para a periferia, mantendo-se o mesmo processo nas demais tipologias. A esta particularidade pode ser associada a proliferação de áreas de ocupação em direção às franjas da mancha urbana, ampliando-se o problema, nos espaços peri-urbanos em decorrência da precariedade da moradia rural.

A análise indica um quadro de exceções para o caso do tipo socioespacial superior, onde apenas a área do Papicu aponta um percentual diferenciado dos demais, com 8,74% em relação à 2,35 para toda a tipologia. Neste caso, observa-se que a presença de áreas de ocupação em adensamento, inclusive com a proliferação de cortiços no seu interior. O mesmo fenômeno pode ser reconhecido na tipologia Média-Superior, onde as tipologias da Bela Vista com 11,25% e o Parque Dois Irmãos com 19,82% se destacam nesse aspecto negativo (ver Figura 11.3).

A tipologia Popular Operária, por sua vez, permite uma leitura distinta, em função da sua composição sociohabitacional. As áreas com maior predominância de conjuntos habitacionais apresentam índices muito baixos de domicílios sem sanitários, muitas vezes semelhantes ou mesmo melhores que as áreas que compõem as tipologias Superior e Média superior. Áreas como o Conjunto Ceará, o Prefeito José Walter, o Nova Metrôpole e o Araturi, indicam percentuais inferiores a 2% do total.

FIGURA 11.3 – Total de Domicílios: % Sem Banheiro - RMF 2000



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

A situação é mais crítica no caso do Quintino Cunha, próxima ao mangue às margens dos rios Ceará e Maranguapinho, com mais de 30% dos domicílios sem sanitários. Isto se dá em decorrência de ocupações destas áreas de preservação permanente em situação de risco nos últimos anos, especialmente promovida pelas famílias removidas da faixa de praia pelas obras da avenida paisagística Costa Oeste.

Além disso, algumas áreas desta tipologia apontam altos índices de domicílios sem sanitários variando entre 16 e 22%, as quais podem ser explicadas segundo dois aspectos: primeiro, por conter favelas consolidadas nas proximidades de indústrias tradicionais, resultado de ocupação ilegal de faixas de praia, dunas e espaços livres de antigos loteamentos, como a Barra do Ceará, o Quintino Cunha, a Floresta, o Vila Velha, o Cristo Redentor e o Pirambu, todas na porção oeste de Fortaleza próxima à faixa litorânea; segundo, por serem áreas periféricas dos municípios de Caucaia e Maracanaú, onde as ocupações subnormais tem se expandido, especialmente às margens de rios e córregos, contrastando com algumas áreas dos mesmos municípios, predominantemente ocupadas por conjuntos.

A tipologia Inferior, ainda que se mostre diversificada, permite o agrupamento de algumas áreas segundo o seu percentual e a sua localização no tipo socioespacial, tais como: - as áreas mais distantes situadas nos municípios vizinhos ou nas franjas periféricas de Fortaleza são as que apresentam os piores percentuais, variando de 27 a mais de 40

pontos; - as áreas ao longo do Rio Maranguapinho, bem como aquelas mais periféricas da bacia do Cocó indicam percentuais próximos à média da tipologia que é de 19,1%; - as áreas mais ao leste, assim como as mais próximas do centro, próximas às vias regionais, onde já se observa o avanço do mercado imobiliário para população de renda média baixa, com melhores números, variando entre 7 e 16%.

No caso da tipologia média, tem-se uma clara divisão entre as áreas segundo a localização, onde aquelas situadas em Fortaleza se mostram em melhores condições que as demais, com índices inferiores a 16% do total, portanto, bem melhores que a média da tipologia, onde 25% dos domicílios não possuem sanitário. Nas demais tipologias – Popular Periférica e Rural – com exceção da sede urbana de Maranguape, com 14,13%, todas apresentam índices muito altos. Estes percentuais podem ser associados na sua intensidade à própria taxa de urbanização do município, visto que quanto mais rural a área, pior será a condição sanitária do domicílio.

11.3. Estrutura Intra-urbana e Inadequação da Infra-estrutura Urbana

No que se refere à acessibilidade às redes de infra-estrutura, a análise da estrutura socioocupacional da RMF considera como hipótese principal a relação direta entre a precariedade do saneamento básico e as áreas denominadas populares ou inferiores, onde as elites dirigentes, os intelectuais e os pequenos empregadores não estariam concentrados. Da mesma forma, busca-se evidenciar a possível expansão de benefícios dos serviços urbanos para as áreas vizinhas, verificando-se a ocorrência ou não de uma condição melhorada de acesso às redes de infra-estrutura para as áreas populares mais próximas às tipologias Superiores e Médias Superiores, em comparação às demais, situadas nas franjas periféricas da RMF.

A análise do quadro de tipologias socioocupacionais quanto ao acesso às redes de infra-estrutura da Região Metropolitana de Fortaleza, leva-nos à compreensão de uma forte correlação entre as condições inadequadas de saneamento e as tipologias Popular Periférico, Inferior e Rural onde se verifica a concentração de categorias socioocupacionais não especializadas dos setores industrial, comercial e de serviços, além das ocupações agrícolas (Tabela 11.3).

TABELA 11.3 – Indicadores de Inadequação da Infra-estrutura Urbana, 2000

Tipologia	total de domicílios	domicílios perm. urbano		abast. de água inadequado		esgotamento inadequado		coleta de lixo inadequada		iluminação inadequada	
		n. absoluto	%	n. absoluto	%	n. absoluto	%	n. absoluto	%	n. absoluto	%
Superior	47.680	47.680	100,00	3.766	7,90	3.134	6,57	829	1,74	827	0,08
Médio superior	112.696	112.696	100,00	12.954	11,49	22.553	20,01	1.908	1,69	1.906	0,46
Médio Popular operário	52.790	52.790	100,00	23.685	44,87	25.766	48,81	9.207	17,44	9.189	1,21
Inferior	222.961	222.842	99,95	43.747	19,63	77.046	34,57	7.475	3,35	7.472	0,50
Popular periférico	184.830	184.830	100,00	40.802	22,08	100.191	54,21	19.101	10,33	19.091	0,92
Rural	45.959	42.783	93,09	19.417	45,38	22.220	51,94	6.902	16,13	6.886	2,83
Total rmf	56.280	37.013	65,77	29.460	79,59	27.777	75,05	14.623	39,51	14.584	9,89
Total rmf	723.197	700.635	96,88	173.830	24,81	278.686	39,78	60.044	8,57	60.036	1,51

Fonte: METRODATA; Fundação João Pinheiro, 2004

Da mesma forma, comprova-se a condição de atendimento adequado para as tipologias superior e média superior, privilegiando as categorias socioespaciais dirigentes e intelectuais que ali se concentram, assim como as ocupações médias. Vale aqui evidenciar uma forte interação entre o mercado imobiliário e a hierarquia socioespacial, diferenciando-se os tipos quanto à acessibilidade às redes de infra-estrutura, à localização na RMF e à disponibilidade de áreas para a sua expansão. A tipologia Superior, ainda que privilegiada, ao concentrar a verticalização indica a necessidade de suplementação da capacidade das redes de infra-estrutura, em detrimento das áreas pior atendidas nas demais tipologias, favorecendo o mercado e a especulação imobiliária.

Constata-se que o mercado imobiliário em franca expansão passa a atingir as áreas da tipologia Média Superior, onde as infra-estruturas já se encontram instaladas, ampliando sua abrangência.

A tipologia Popular Operária, apesar da predominância das ocupações médias, do secundário e do terciário especializados, assim como dos baixos percentuais de dirigentes e intelectuais, indica valores bastante satisfatórios, superando a média metropolitana. Algumas de suas áreas chegam mesmo a superar os índices de tipologias Superiores na hierarquia social, notadamente aquelas que se originam de conjuntos habitacionais de grande porte dos anos 1970 e 1980, indicando a heterogeneidade presente neste tipo socioespacial.

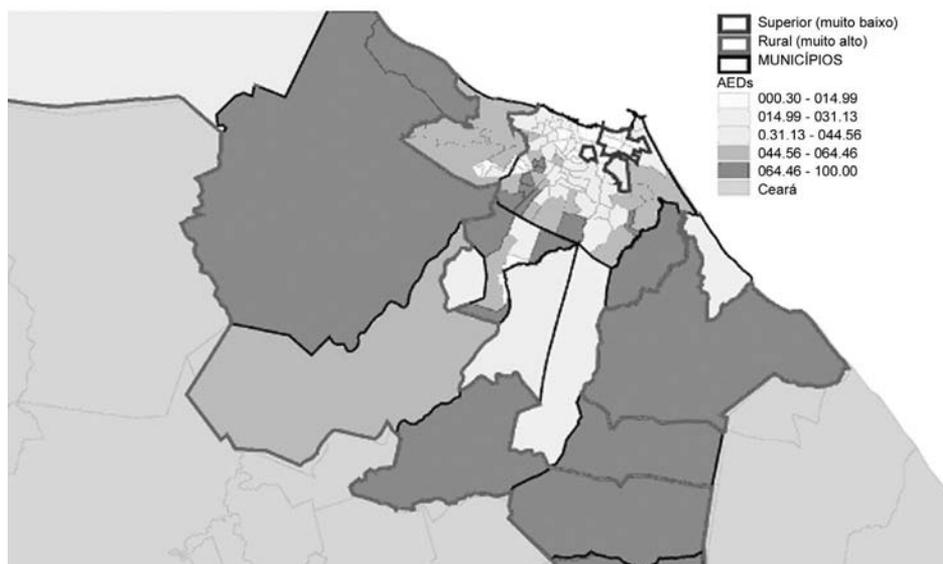
Mesmo no caso da tipologia Média, onde se verifica a precariedade habitacional e a inadequação de suas infra-estruturas, já se evidencia um novo padrão de atendimento, com unidades de tratamento de esgotos descentralizadas, na dimensão dos condomínios e unidades hoteleiras em fase de implantação, além dos benefícios trazidos em termos de estrutura viária, valorizando terras e favorecendo grupos sociais onde determinadas categorias são dominantes.

Comparativamente, percebe-se que o saneamento encontra-se em pior situação em termos quantitativos, notadamente nas tipologias mais periféricas e com situação ambiental mais grave. Quanto mais distante das áreas centrais, por conseguinte das tipologias socioespaciais Superior e Média Superior, piores serão as condições de adequação destes serviços urbanos. A situação é mais crítica no caso da tipologia Inferior, a qual reúne como características predominantes: densidade excessiva, precariedade fundiária, pequeno porte do domicílio e falta de sanitário à uma situação de maior inadequação das redes de infra-estrutura (Tabela 11.4). Considerando-se o crescimento exponencial das áreas de risco às margens dos rios urbanos, atesta-se que a tipologia Inferior requiera maiores atenções em estudos posteriores.

É possível afirmar que as áreas de uma tipologia exerçam influência sobre as demais, em situação limítrofe, no que se refere a uma melhor adequação das redes de infra-estrutura. No caso das áreas próximas às tipologias melhor providas, verifica-se a extensão do atendimento às áreas vizinhas, reduzindo-se gradativamente o efeito vizinhança destas áreas à medida que nos afastamos do centro. Todavia, vale destacar que nas áreas periféricas onde os programas habitacionais de interesse social promovidos pelo BNH e pela COHAB nas décadas de 1970 e 1980, dotadas de todas as infra-estruturas, exercem um impacto positivo sobre as áreas adjacentes, incorporando as mesmas às demandas atendidas pelas redes e estações de tratamento descentralizadas implantadas no passado.

Considerando especificamente a inadequação do esgotamento sanitário, a análise das diversas tipologias, segundo as diferenças entre as AED's que as compõem, é possível identificar algumas peculiaridades, especialmente no que se refere às tipologias superior e rural, justamente aquelas melhor e pior provida desta infra-estrutura, como mostra a Figura 11.4 seguinte.

FIGURA 11.4 – Esgotamento Sanitário Inadequado em Percentual na RMF



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

As condições de esgotamento adequado indicam a concentração de investimentos em infra-estrutura urbana em determinadas áreas da RMF. Diferentemente do abastecimento de água, o saneamento mostra-se mais seletivo na sua implantação, predominando em apenas duas tipologias: Superior e Média Superior. Destas, apenas a área do Luciano Cavalcante aponta mais de 36% de inadequação, em função de sua desconexão física das demais áreas que compõem a tipologia. O mesmo fator justifica a maior taxa de inadequação das áreas do Parque Dois Irmãos (60,43%), Cidade dos Funcionários (43,93%), Itaperi (35,5%), Maraponga (33,8%) e Bela Vista (31,43%), situadas nas bordas da tipologia Média Superior, com padrões de ocupação similares às áreas da tipologia Inferior, onde a precariedade supera a metade de seus domicílios.

No tipo socioespacial Popular Operária se verifica um padrão desigual entre as áreas mais distantes das tipologias bem servidas de esgotamento, assim como nos conjuntos habitacionais atendidos com unidades descentralizadas de tratamento de esgotos. Vale aqui observar que para algumas áreas do tipo Inferior, onde a situação de inadequação do saneamento mostra-se menos crítica dada à proximidade de áreas centrais, providas pela rede geral, e conjuntos habitacionais periféricos, cuja

capacidade de suas estações descentralizadas ainda comportava a expansão para bairros vizinhos.

A tipologia Média permite por sua vez a constatação de que as áreas litorâneas se mostram em melhor situação que as demais, onde apesar da forte presença de favelas, já se tem esgotamento adequado para dois em cada três domicílios. A exceção fica por conta da área do Icaraí, situada no município de Caucaia, cujo padrão e intensidade de ocupação promovida pelo mercado imobiliário, associado à precariedade institucional daquele município justificam a sua maior precariedade.

As demais áreas, ainda que sob a mira do mercado imobiliário, remanescem com condições de saneamento inadequadas. Todavia, os novos padrões de ocupação residencial vêm trazendo consigo o uso de mini-estações de tratamento de esgotos, atendendo aos usuários de condomínios fechados, ou mesmo unidades isoladas adequadas ao dimensionamento dos lotes, para as chácaras de veraneio.

Para as demais tipologias, vale a regra em que as sedes municipais consolidadas se destacam das demais, especialmente daquelas com maior importância do setor primário. Neste caso, tem-se que a sede de Maranguape, Itaitinga e Pacatuba se diferenciam das demais, onde mais de três quartos dos domicílios urbanos apresentam condições inadequadas de esgotamento.

11.4. Estrutura Intra-urbana Socioocupacional e Processo de Favelização na RMF

Considerando o processo de produção social do espaço intra-urbano da Região Metropolitana de Fortaleza, tem-se como um dos seus principais fenômenos a conformação de um crescente quadro de favelização, notadamente em Fortaleza e nos municípios a ela conurbados. O empobrecimento da população, impedida de pagar o aluguel, assim como o permanente fluxo campo-cidade tem levado a uma aceleração deste processo nos últimos anos, fazendo das áreas de risco o desafio maior das instituições que lidam com a questão habitacional, assim como a principal reivindicação dos movimentos sociais e das organizações sociais para com os governos.

Quando se analisa a localização dos aglomerados subnormais identificados pelo IBGE como setores censitários sobre o espaço intra-urbano da Região Metropolitana de Fortaleza, subdividido em tipologias socioespaciais, chama atenção alguns aspectos: - as tipologias Superior e Médio superior mostram uma pequena presença deste tipo de setor censitário, ao contrário das demais: Média, Popular Operária e Inferior, as quais ocupam as partes intermediárias e periféricas do espaço intra-urbano da região metropolitana de Fortaleza; - uma grande concentração de setores subnormais nas faixas de praia ao oeste e ao leste, assim como ao longo dos rios urbanos, denotando um quadro de degradação dos recursos naturais; - a periferação das populações com menor potencial aquisitivo, as quais buscam na ocupação irregular de terras a solução para o seu problema de moradia, seguindo o curso dos rios urbanos, ampliando ainda mais os processos de degradação ambiental acima mencionados.

Para analisar o processo de favelização na RMF, também foram utilizados como indicadores, o percentual de famílias vivendo em aglomerados subnormais por tipologias socioespaciais, de acordo com a definição estabelecida pelo IBGE, assim como a porcentagem de domicílios que declaram a propriedade da casa sem a propriedade do terreno. Desde já se faz a ressalva com relação a estes indicadores, dado que o IBGE considera apenas os núcleos com mais de 50 domicílios, e que nem todos os entrevistados admitem a ilegalidade na posse da terra, sonogando a informação. Para que se tenha uma noção da discrepância destes dados, no último censo de favelas feito para Fortaleza em 1991, obteve-se como resultado a presença de 314 áreas de ocupação, enquanto que o IBGE aponta um total de 154 no último censo.

Em termos percentuais, observa-se que a tipologia Média apresenta os maiores índices de aglomerados subnormais e de casas sem a propriedade do terreno, inclusive maiores que o dobro da RMF. Tendo em vista que a composição deste tipo socioespacial reúne áreas litorâneas e áreas ao sudeste em Fortaleza e nos municípios vizinhos, onde o mercado imobiliário de condomínios e os empreendimentos turísticos vêm se expandindo com maior intensidade, constata-se um quadro futuramente conflituoso. Observa-se que as áreas do tipo médio mais próximas ao tipo Superior, local de maior oferta de trabalho para algumas CAT's presentes no tipo Médio, porém impossibilitadas de ter acesso ao

mercado imobiliário, passam a ser escolhidas para futuros investimentos voltados às CAT's dirigentes, intelectuais e empregadores.

TABELA 11.4 – Quadro de Indicadores de Precariedade Fundiária

TIPOLOGIA	Total de domicílios	Agglomerados subnormais		Propriedade da casa sem a propriedade do terreno	
	n. absoluto	n. absoluto	%	n. absoluto	%
SUPERIOR	47.680	3.623,7	7,6	2.874	6,03
MÉDIO SUPERIOR	112.696	8.226,8	7,3	8.234	7,31
MÉDIO	52.790	12.142	23	13.184	30,92
POPULAR OPERÁRIO	222.961	29.431	13,2	23.250	10,43
INFERIOR	184.830	25.691	13,9	30.210	16,34
POPULAR PERIFÉRICO	45.959	0	0	4.820	10,49
RURAL	56.280	0	0	5.197	9,23
TOTAL RMF	723.197	79.552	11	87.767	12,14

Fonte: METRODATA; Fundação João Pinheiro, 2004

As tipologias Popular Operária e Inferior também apresentam percentuais significativos de aglomerados subnormais, superando a média da RMF, indicando a presença de favelização nestes tipos socioespaciais, ainda que em situação diferenciada no que se refere à hierarquia socioespacial. Disto constata-se a presença de áreas de ocupação melhor localizadas e com maiores oportunidades na metrópole que outras, visto que a tipologia Popular Operária possui dentre outras características: a proximidade a locais de trabalho; o melhor atendimento em termos de infra-estrutura e mobilidade urbana. A tipologia Inferior, ao contrário, reúne as favelas mais precárias, notadamente aquelas em situação de risco ambiental que margeiam rios e lagoas, encontrando-se em precárias condições de acessibilidade ao saneamento básico.

No caso das tipologias Superior e Média Superior, verificam-se valores menores que a média metropolitana, dado que as mesmas enquanto áreas preferenciais do mercado imobiliário vêm sendo ao longo de décadas alvo de políticas de controle urbano, assim como de programas de remoção de favelas pelos governos municipal e estadual quase sempre associados às intervenções no sistema viário principal. Mesmo assim, verifica-se que

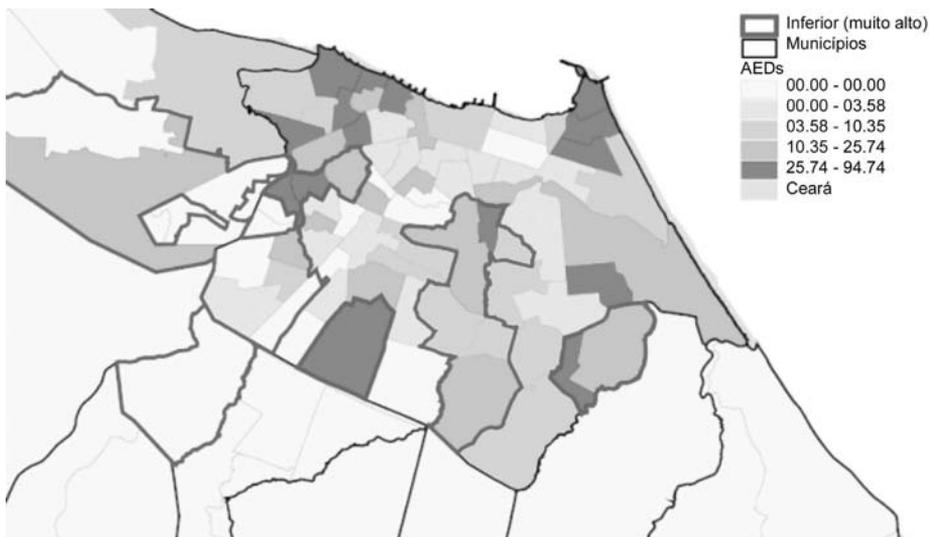
algumas áreas remanescem, ainda que diante de pressões de empreendedores imobiliários munidos de operações urbanas consorciadas.

A discrepância entre os números associados aos aglomerados subnormais em relação àqueles que não detêm a propriedade do terreno, no caso das tipologias Popular Periférica e Rural indicam que a favelização já se faz presente nos municípios da periferia da metrópole. Isto se dá sob a forma de pontas de rua nas sedes urbanas associadas aos fluxos migratórios da zona rural para a cidade, assim como aos fluxos de pobreza oriundos do município pólo.

Como mostra a Figura 11.5, tem-se na tipologia Inferior a maior concentração de áreas de ocupação, justamente o maior percentual de famílias em aglomerados subnormais. Todavia, é possível observar a presença de áreas com altos índices de precariedade fundiária em dois blocos fora do tipo Inferior: - nos setores litorâneos ao leste, as quais fazem parte da tipologia Média, recobrando as dunas próximas ao setor portuário industrial do Mucuripe; ao oeste da área central de Fortaleza, próximas às áreas com intensa atividade industrial, configurando-se num verdadeiro corredor de degradação socioambiental ao longo da faixa costeira, as quais tomam parte da tipologia Popular Operária. Ambas trazem em comum a possibilidade de sofrer profundas transformações devido à abertura de vias paisagísticas pelos governos, assim como pelas mudanças de uso previstas, substituindo-se as indústrias por novos empreendimentos.

Para abordar o processo de favelização na tipologia Inferior vale resgatar sua situação como tipologia socioespacial intercalada aos eixos formados pela tipologia Popular Operário, assim como em relação à definição de um cinturão periférico formado por partes contíguas destas tipologias. Disto evidencia-se um processo de conurbação, existente entre o município de Fortaleza e os municípios adjacentes, diferenciado quanto ao fluxo e às categorias socioocupacionais. É válido aqui destacar que esta tipologia incide predominantemente na malha urbana de Fortaleza, com 16 das 22 áreas. Nota-se ainda que as áreas presentes nos outros municípios, contíguas às de Fortaleza, demonstram o transbordamento da pobreza e da precariedade urbana-ambiental para os municípios vizinhos. Os aglomerados subnormais nesta tipologia situam-se predominantemente ao longo dos recursos hídricos, sejam eles do Rio Ceará, Maranguapinho, Cocó ou na área de proteção de lagoas que compõem a bacia hidrográfica destes rios.

FIGURA 11.5 – Porcentagem de Aglomerados Subnormais na RMF (Zoom no Intra-Urbano)



Fonte: IBGE – Metrodata 2000

Como áreas que apresentam maior incidência de aglomerados subnormais tem-se: o Autran Nunes/Dom Lustosa com 47,8% e o Genibaú com 40,4% do total de domicílios. Estas áreas se separam pelo Rio Maranguapinho tendo o processo de favelização coincidente com as margens do rio, representando um bolsão de pobreza contíguo aos assentamentos subnormais presentes nas demais áreas vizinhas do tipo Popular Operário. Apesar do alto índice de aglomerados subnormais identificado nestas duas áreas, verifica-se que a não propriedade da terra atinge níveis próximos à média da tipologia que é de 16,5%. Além de se tratar de áreas com ocupações antigas, sua condição como permanente alvo de cadastramento pelo poder público estadual e municipal, pode ter levado a que seus moradores já tenham incorporado a idéia de propriedade da terra como legítima.

Situação da mesma gravidade pode ser constatada com relação às áreas atravessadas pelos rios Cocó e Maranguapinho em Fortaleza, onde o termo favela vem sendo substituído pela denominação de área de risco. Ainda que parcial, a presença destas comunidades em áreas de preservação permanente impede a sua regularização fundiária, assim como a sua urbanização. Enquanto não se adota a alternativa de ocupação sustentável de vazios urbanos próximos, a ser incluída nas políticas habitacional e de desenvolvimento urbano, verifica-se cada vez mais a proliferação deste tipo de assentamento precário, os quais já abrigam mais de 20.000 famílias.

Considerações Finais

A proposição de uma estrutura socioocupacional para a Região Metropolitana de Fortaleza traz consigo alguns elementos inovadores no que diz respeito à compreensão da dinâmica de crescimento de desenvolvimento da RMF, mediante a espacialização das concentrações de determinadas categorias socioocupacionais associada aos usos produtivos do território e às formas de moradia.

Das diferenças exacerbadas entre os tipos socioespaciais extremos, à heterogeneidade dos tipos intermediários, verifica-se uma forte vinculação dos tipos resultantes na localização das atividades produtivas no espaço intra-urbano metropolitano, assim como a força do mercado imobiliário associado às atividades terciárias e ao turismo. Desmonta-se aqui a compreensão da divisão dicotômica do espaço metropolitano em apenas duas partes, desfazendo-se o mito da cidade partida: uma muito densa e pobre ao oeste; outra menos densa e rica ao leste.

Ao contrário, com a visualização da dispersão de determinadas CAT's no território metropolitano, evidencia-se a identificação de novos compartimentos, os quais justificam fluxos intra-urbanos e preferências por determinadas localizações na cidade, descortinando novos espaços da segregação socioespacial e fazendo sobressair áreas de maior exclusão territorial. Da mesma forma, a partir das densidades das categorias socioocupacionais, torna-se possível reconhecer a representatividade e a importância das atividades produtivas predominantes na RMF, bem como as complementaridades entre elas, através do reconhecimento de heterogeneidades presentes nos diferentes tipos socioespaciais.

A realização do cruzamento entre a estrutura proposta e alguns elementos que caracterizam o problema habitacional na RMF, como forma de investigar as desigualdades socioespaciais na hierarquia social da metrópole, nos leva à constatação de um quadro crítico no que se refere à estimativa do déficit habitacional, à acessibilidade às redes de infra-estrutura e à precariedade fundiária.

A concentração do déficit habitacional, nos tipos Médio Superior e Popular Operário, áreas com maior densidade demográfica, podem ser associadas ao baixo poder aquisitivo de suas categorias socioocupacionais predominantes, no caso as médias, e as do terciário e do secundário. Por sua vez, a predominância destas mesmas CAT's em áreas mais afastadas, onde as políticas habitacionais foram mais positivas, indicam a tendência de apropriação

dos conjuntos por estes grupos sociais, em substituição aos beneficiários iniciais. Com isso, configura-se a hipótese cada vez mais propagada da ocorrência de pressões das classes intermediárias nestas áreas, resolvendo a sua incapacidade de acessar ao mercado formal, a partir da apropriação de moradias em conjuntos, inclusive com evidências da presença de um mercado informal nestes assentamentos. Novas alternativas formuladas pela Política Nacional de Habitação, como os programas de arrendamento residencial e a moradia no centro, tendem a suprir estas demandas.

Os destaques dados às tipologias Superior e Média Superior na provisão das redes de infra-estrutura, confirmam a suposição de um atendimento privilegiado, notadamente no saneamento básico. A concentração de investimentos do setor da construção civil no tipo socioespacial Superior, assim como a sinalização de novos empreendimentos na tipologia Média Superior, confirmam a combinação entre áreas com infra-estrutura adequada e a hierarquia social proposta. Por sua vez, na tipologia Média – frente de expansão do setor turístico imobiliário – dada à dispersão de sua ocupação, difunde-se o uso de unidades descentralizadas de tratamento de esgoto e abastecimento de água por meio de poços artesianos, cujos custos são repassados aos consumidores.

Nos espaços periféricos, com exceção das áreas predominantemente formadas por conjuntos habitacionais inseridas na tipologia Popular Operária, observa-se um quadro que associa carência de infra-estrutura e precariedade fundiária. Disto comprova-se a importância da formulação de políticas de regularização fundiária sustentável, em que a posse da terra venha acompanhada da implantação de serviços e infra-estrutura urbanos, como forma de reduzir as disparidades socioeconômicas entre as tipologias socioespaciais da RMF.

Quanto aos tipos Popular Periférico e Rural, compostos apenas por áreas de municípios da RMF vizinhos a Fortaleza, tem-se um quadro de ocupação dispersa nos setores agrícolas, apresentando maior densidade demográfica nas sedes e localidades. Vale afirmar que as condições de inadequação das infra-estruturas urbanas comprovam não apenas as diferenças nos padrões de ocupação do solo, como também, os baixos níveis de integração destas áreas com o restante da metrópole. Por sua vez, a industrialização recente destes municípios desprovidos de infra-estrutura gerando fluxos migratórios indica um cenário preocupante, notadamente com a constatação da situação de precariedade fundiária aqui apresentada.

Em síntese, mediante a leitura da estrutura social da RMF, constata-se que sua recente reestruturação econômica associada às grandes obras públicas, aponta para a urgência na formulação de processos de planejamento regional, em que sejam apontadas políticas de desenvolvimento que possam impedir a propagação dos problemas que hoje assolam as áreas peri-urbanas. Tratando-se de estudo na escala metropolitana, verifica-se a importância de que venham a ser estabelecidos mecanismos de cooperação intermunicipal, no sentido de amenizar seus impactos e ampliar os níveis de integração institucional entre os municípios da RMF.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Elza, *Os Labirintos da Habitação*, Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 1995
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, *Déficit Habitacional no Brasil*, Belo Horizonte, 2004.

LAGO, L. C. *Desigualdades e Segregação na Metrópole*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000.

MARICATO, Ermínia, *Brasil, Cidades*, Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

PASTERNAK, Suzana, *Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de Pesquisas e Políticas*, LAP, SP, 1997.

PEQUENO, Luis Renato, *Desenvolvimento e degradação no espaço urbano de Fortaleza*, FAUUSP, S.Paulo, 2002.

RIBEIRO, Luis César Q. (org), *O Futuro das Metrópoles: Desigualdades e Governabilidade*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Luis César Q. (org), *Metrópoles Brasileiras: Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moisés, *Moradia nas Cidades Brasileiras*, Editora Contexto, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton, *O Espaço Dividido*, Editora Francisco Alves, São Paulo, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de, *O Desafio Metropolitano*, Bertrand Brasil, Rio, 2000.

VILAÇA, Flávio, *Espaço Intra-urbano no Brasil*, Studio Nobel, São Paulo, 1999.

Considerações Finais

A Região Metropolitana de Fortaleza constitui importante aglomerado demográfico de grande expressão política e econômica. A organização do território metropolitano inseriu-se na agenda cearense devido à grande representatividade política e econômica que esse espaço tem assumido nos últimos anos. Várias experiências foram testadas na RMF por instituições nacionais e internacionais, especialmente ONG(s), que observam e analisam inúmeros casos de mobilização e organização populares no tocante à produção do espaço geográfico. A RMF acusa nos últimos anos um crescente processo de ocupação com presença de um expressivo contingente demográfico.

Os vínculos metropolitanos estabelecidos entre Fortaleza e o espaço à sua volta eram, sem dúvida, em passado recente, extremamente tênues. O peso de Fortaleza era muito forte. Na fase inicial, além da proximidade física, não se percebia claramente vínculos metropolitanos entre os cinco municípios que deram origem ao espaço metropolitano. O crescimento demográfico, a forte pressão sobre o território da capital, a especulação imobiliária e a necessidade de se estabelecer políticas metropolitanas, entre outros itens, fazem da RMF um imenso laboratório, com uma dinâmica muito especial devido ao forte comando exercido pela capital. Espaço de contrastes por excelência, vê-se ocupado mais intensamente nos últimos anos, especialmente nas franjas peri-urbanas integradas direta ou indiretamente à malha urbana de Fortaleza onde a precariedade é dominante.

Na RMF, a formação de extensas periferias urbanas adquire muita evidência, especialmente em Fortaleza e seu entorno imediato. Observa-se um acentuado processo de transferência de população pobre para os municípios localizados ao sul e sudoeste do município pólo. Agrava a situação de pobreza, a precariedade e o déficit que atingem

os setores de infra-estrutura, equipamentos e serviços nas áreas do saneamento básico, habitação, saúde e educação. Eles são indicadores das diferenças estruturais que explicam os enormes desníveis e os contrastes marcantes da sociedade. O crescimento acentuado da população urbana do Ceará engrossa a lista das cidades de porte médio. Além do mais, a população urbana tende cada vez mais a se concentrar nas grandes aglomerações. Na RMF, Caucaia e Maracanaú aparecem entre os municípios mais populosos do Estado.

A centralidade de Fortaleza tem sido determinante na configuração de fluxos radiais, com supremacia da capital em detrimento de localidades próximas entre si, mas que não mantém vínculos de reciprocidade proporcional à situação e localização. À medida que a metrópole se firma, ela une mais do que separa, abrindo possibilidades para a construção de uma grande comunidade em diferentes escalas, na discussão de problemas e soluções comuns, em busca da prática de uma solidariedade espacial adquirida e construída na perspectiva de uma sustentabilidade que também seja distributiva no que tange às possibilidades de melhoria das condições e qualidade de vida. Os limites municipais devem ser ultrapassados no que tange à gestão do território metropolitano, guardando os princípios da soberania e da democracia.

A Gestão Metropolitana

No tocante ao nível de integração, o conjunto de 13 municípios revela linhas de força que agregam ou separam espaços no interior da RMF e desta com as demais áreas do Estado. A junção dos 13 municípios inclui, em sua dinâmica espacial, um corredor industrial de formação recente localizado ao longo da BR 116 entre os municípios de Horizonte e Pacajús. Na porção oeste, seguindo a linha do litoral, localiza-se o Complexo Portuário do Pecém entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Na Região Metropolitana foram identificados 98 AED's, majoritariamente localizadas em Fortaleza. Apesar da disparidade no que tange à abrangência (maior número de AED's na capital e nas áreas mais densas), uma análise do nível de integração ao pólo revela grande diferença na composição da renda, educação e domínio de domicílios do tipo rural nas áreas periféricas.

A excessiva centralidade exercida por Fortaleza sobre o conjunto metropolitano se expressa com maior nitidez a partir de ligações rodoviárias. A rádio-concentricidade de seu sistema viário original mantém forte influência na distribuição da população e

dos principais núcleos de prestação de serviços. A intensidade desse processo provocou a duplicação das rodovias que partem da cidade em relação ao interior. São visíveis os sintomas de melhoria da qualidade da circulação ao longo desses corredores de atividade e de adensamento. Eles ampliam a ação do município pólo e reforçam sua centralidade. O Metrofor – Trem Metropolitano de Fortaleza em fase de implantação dará, certamente, um grande reforço nos vínculos entre Fortaleza e seu espaço metropolitano. Face ao Metrofor, uma nova linha de carga foi implantada ligando os municípios de Maracanaú e Caucaia, sem adentrar em Fortaleza.

Na perspectiva do nível de integração apresentado entre os municípios componentes da RMF, mesmo não sendo tão significativos os impactos decorrentes da incorporação de novos municípios, a referida ampliação da área apresenta forte efeito político-administrativo, sem provocar, entretanto, grande alteração quanto à expressão da RMF sobre o total do Estado do Ceará.

No Ceará, a Região Metropolitana de Fortaleza vem experimentando transformações rápidas, com mudanças substanciais em sua estrutura e fisionomia urbana. No Estado a dinâmica dos processos econômico-sociais, alcançada nos últimos 30 anos decorrentes de recursos oriundos de agências regionais de desenvolvimento, registraram marcas significativas no espaço da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em Fortaleza, o universo metropolitano é problemático pela deficiência ou mesmo ausência de políticas públicas capazes de discutir e propor em conjunto vários aspectos da gestão urbana e da problemática ambiental decorrente. Ressente-se também de propostas políticas metropolitanas capazes de superar a fragmentação promovida pela gestão local.

Na RMF hoje, detecta-se a ocorrência de blocos bem diferenciados com maior ou menor grau de relação entre os municípios e comunidades integrantes. A malha viária cria e mantém casos de isolamento de comunidades. A unidade local deveria prevalecer sobre a presença inibidora da capital. O fortalecimento de vínculos entre as localidades e cidades do setor metropolitano serviria de base para o fortalecimento e manutenção de vínculos intercomunitários construídos sobre uma base espacial calcada na proximidade, semelhanças de problemas e possibilidade de realização de eventos capazes de favorecer e fortalecer os laços de solidariedade e pertença.

O tema de fortalecimento de vínculos, vetores de múltiplas possibilidades de consórcios poderá ser retomado após o término dos estudos intermediários realizados pelo Observatório das Metrôpoles-Ceará, quando se terá novos elementos de análise mais completa e consistente do quadro de realidade.

Por sua amplitude, a discussão da integração metropolitana deveria servir de base para sua consolidação. Uma análise mais completa gerenciada pelo Estado e tirando vantagem do que já foi realizado pelo PLANEFOR (Planejamento Estratégico de Fortaleza, 1999) seria de extremo valor.

As diversas transformações apontadas evidenciam as diferenças internas no interior do território do subespaço metropolitano. As evoluções internas desses espaços, nos casos brasileiro, nordestino e cearense adquiriram formas e intensidade variadas. O incremento industrial pós 60, via incentivos fiscais da SUDENE, alterou a fisionomia do que viria ser a Região Metropolitana de Fortaleza. A instalação de um Distrito Industrial, segundo as regras do planejamento econômico vigente na época, contrapõe-se ao Setor Industrial da Francisco Sá, inserido na malha da cidade de Fortaleza em sua porção oeste. A Zona Industrial da Francisco Sá, como é conhecida popularmente, de crescimento espontâneo, sem planejamento, insere-se de forma conflitiva na trama da cidade. Inserido em novo contexto histórico da expansão urbana da cidade, conforme os preceitos do planejamento, o Distrito Industrial de Fortaleza foi construído em 1964 em Maracanaú, antigo distrito de Maranguape, emancipado em 1984. A instalação e transferência de indústrias mais poluidoras fomentaram o crescimento daquele Distrito garantindo a dinâmica e expansão da economia cearense. Para o espaço metropolitano, incipiente nos idos dos anos 60, com raras manchas de ocupação, excetuando os pequenos núcleos tradicionais, o Distrito Industrial vai promover no desenrolar de uma série de políticas, grandes alterações no arranjo socioespacial metropolitano. Na fase inicial, o Distrito Industrial atravessou um período de sérias dificuldades para se firmar. O quadro infra-estrutural incompleto, como abastecimento irregular de água, retardou o adensamento demográfico em seu entorno.

A partir dos anos 70, inicia-se a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo das Linhas Tronco Sul (Maracanaú) e Norte (Caucaia) do Setor de Trens Suburbanos da Rede Ferroviária Nacional – RFFSA e nas imediações do Distrito Industrial. O somatório de políticas voltadas à descentralização ganhou grande expressão e se consolidou com a construção desses grandes conjuntos habitacionais, inicialmente nos limites Sul e Sudoeste

de Fortaleza, no início dos anos 70 e, em Maracanaú, Pacatuba e Caucaia, nos anos 80. Afora esses municípios, os demais não sofreram mudanças significativas em sua estrutura interna. Guaiuba, o mais isolado, integrou-se a RMF, devido ao seu desmembramento do Município de Pacatuba.

Dos municípios da área em estudo é o que possui maiores características do mundo rural. Euzébio, desmembrado de Aquiráz, deu uma arrancada em seu crescimento e conheceu uma pujança ímpar, a partir da instalação da Fábrica Fortaleza, pastificio do grupo M. Dias Branco. A conjugação da emancipação municipal com a instalação da Fábrica Fortaleza favorece a consolidação do antigo distrito em município. Atualmente, vários condomínios de luxo aí se instalam. Aquiráz, se analisada a partir de sua sede, aparenta pouca alteração em sua fisionomia urbana. Na verdade, o crescimento do município é praticamente periférico, sendo seu litoral extremamente dinâmico para as atividades de turismo e lazer. Porto das Dunas, Prainha e Iguape, são algumas das localidades bem conhecidas. A primeira é expressiva pelo volume de capital empregado no setor de entretenimento, lazer e turismo. Importante também é a expansão e melhoramento da malha viária municipal.

No tocante à Fortaleza, a aparente perda de certas funções, nada mais é do que o reforço de sua capacidade de comando. A desconcentração verificada comprova a acelerada expansão de sua área de influência, uma seletividade socioespacial. A expansão da Região Metropolitana demonstra um processo combinado de desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole, como também de complexo porto-industrial, corredores de atividade industrial e eixos litorâneos, decorrentes das atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

A dinâmica espacial cearense, especialmente a da RMF, considerando a perspectiva da gestão do território, ganha amplitude analítica posto que auspicia o conhecimento integrado de estudos, dados e informações tendo em vista permitir uma compreensão mais detalhada da realidade metropolitana e, conseqüentemente, do Estado. Sob este ângulo, o conhecimento da espacialidade metropolitana adquire especial importância pelo peso e expressão que o Ceará vem adquirindo nas duas últimas décadas. A análise de Fortaleza conduz à compreensão da configuração do espaço metropolitano, permitindo a formulação de pistas e sugestões que enriqueçam a discussão sobre a reordenação socioespacial da RMF e seus vínculos com o Ceará e o Nordeste.

A administração do espaço metropolitano, considerando a malha municipal com sua delimitação e gestão própria, sob o ponto de vista do público, na perspectiva política, é fundamental na organização do território. As grandes aglomerações demográficas com suas atividades pertinentes exercem forte influência no seu entorno, exigindo, por sua vez, um desenho administrativo que extrapole os limites políticos do município. Os pressupostos funcionais da cidade compreendendo habitar, trabalhar, circular e recrear adquirem maior complexidade no espaço metropolitano, sendo a ordem política, aquela que apresenta maior obstáculo. A Região Metropolitana de Fortaleza é a expressão desse processo em curso no Ceará.

No Brasil, “em pleno regime militar, a questão metropolitana é incluída na Constituição de 1967 e mantida na Emenda Constitucional no. 1 de 1969. Mas somente em 1973, com a promulgação da Lei Complementar Federal 14, são criadas regiões metropolitanas em torno das principais capitais dos estados brasileiros. É imposta aos municípios sua participação compulsória e são desconsideradas as peculiaridades regionais na definição dos serviços que deveriam ser alvo da gestão comum”⁵.

A institucionalização da RMF coincide com um período de continuada expansão da metrópole o que alterou, sobremaneira, os limites municipais que foram ultrapassados impondo novos desafios à gestão de um território expandido e fortemente dependente do núcleo metropolitano. Na RMF detecta-se hoje a ocorrência de diferentes territórios que apresentam maior ou menor grau de relação entre os municípios, distritos e comunidades integrantes. A presença de Fortaleza é marcada por diversos fluxos, coincidentes, na maioria das vezes, com a configuração espacial da malha. A intensidade dos fluxos e outras formas de vínculos estabelecidos aproximam ou distanciam territórios integrantes do espaço metropolitano, ocorrendo, inclusive, situação de isolamento.

A nacionalização da economia do Ceará acusa aspectos interessantes, pois significou, ao mesmo tempo, concentração e fragmentação de atividades. Quanto à indústria, o setor de fiação concentrou-se na RMF, convertendo-se num dos pólos mais importantes do país. Com os shoppings centers, o Estado conhece o universo das franquias e a cidade de Fortaleza e sua região metropolitana experimentam novas centralidades geradas pelos agentes da produção do capital. Algumas franquias nacionais instalam-se em vários pontos

5 Azevedo, Sérgio de e Mares Guia, Virgínia Rennó dos, “Os Dilemas Institucionais da Gestão Metropolitana no Brasil” IN RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org.), *Metrópoles*, Rio de Janeiro, Fase/Fundação Perseu Abramo/Observatório das Metrôpoles, 2004, p.99.

da cidade e do espaço metropolitano comprovando a dispersão de marcas nacionais no território urbano. Neste quadro, cabe à Fortaleza e às demais cidades integrantes de sua rede urbana, um papel preponderante na sua funcionalidade. O conjunto apresenta-se extremamente dinâmico no contexto de uma economia periférica metropolitana.

A presença marcante de Fortaleza, com sua força metropolitana era vista como inibidora no processo de inversão de capitais no interior. Entretanto, foram várias tentativas postas em prática que comprovam a possibilidade e viabilidade de interiorizar alguns setores da economia, objetivando a geração de uma situação de desenvolvimento. O peso da capital revela a condição de sua macrocefalia urbana tão evidente no Estado e, talvez, um dos mais expressivos do Brasil. É, sem dúvida, significativa a diferença de tamanho urbano, de qualidade de vida e possibilidades de emprego e renda quando se compara a capital com as demais cidades do interior.

O transbordamento da cidade de Fortaleza em direção aos municípios da área metropolitana é recente e localizado. Ocorre nos setores sudoeste e oeste. O excessivo uso especulativo do solo urbano, principalmente da cidade matricial, comprova que a cidade expande seus limites, deixando, porém, no seu interior, considerável quantidade de lotes vagos. Esse processo pode ser observado, inclusive, no interior da RMF. A transformação de várias cidades no interior da RMF tem sido rápida nos últimos anos. A formação de enormes periferias urbanas, a favelização, rural ou urbana, aliadas à ocorrência de áreas com um significativo nível de desenvolvimento, formam verdadeiras “ilhas” de prosperidade que tão bem caracterizam esse espaço. A consolidação da mancha adensada vincula-se ao desenho dos eixos estruturantes constituído pelas rodovias e ferrovias. O esquema rádio-concêntrico partindo do centro da capital resultou num modelo semi-estelar. Sobre esse desenho dominante, os anéis viários alteraram a trama, modificando os fluxos de circulação e requalificando, sobremaneira, os espaços localizados em sua área de influência. Essa dinâmica espacial pode ser constatada pelo peso urbano de algumas cidades integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza que se inserem entre as maiores do Estado como é o caso de Caucaia e Maracanaú que apresentaram posição destacada.

A redefinição do tamanho urbano encontra relação com o surgimento de segmentos de classe média, mesmo que incipiente, mas que despontam em várias cidades da RMF. Comerciantes, profissionais liberais, funcionários mais qualificados e funcionários públicos inscrevem-se entre os componentes destes segmentos médios que se fixam no espaço

metropolitano, vencendo os problemas cotidianos da fricção da distância entre os bairros mais centrais de Fortaleza e os mais afastados das cidades da RMF. Esta requalificação vincula-se também à atual malha que se apóia numa intrincada relação com os recursos naturais da área, posto que vários municípios integrantes do sub-setor exercem importante papel na coleta e armazenamento d'água para o abastecimento metropolitano. Os Sistemas Pacoti-Riachão-Gavião secciona o município de Pacatuba e exige estudos refinados sobre as diversas possibilidades de uso, compatíveis com a sua complexidade e dinâmica tendo em vista o estabelecimento de um processo de desenvolvimento sustentável.

A questão da gestão metropolitana está posta. A discussão em torno de temas que envolvem a preservação, conservação e manejo dos recursos naturais, a gestão de bacias hidrográficas, a estruturação de um sistema viário e de transporte, a distribuição e manutenção de equipamentos e serviços de educação e saúde, entre tantos problemas prementes, inerentes à aglomeração metropolitana, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população, fazem da RMF um espaço preferencial de políticas públicas.

Na perspectiva da gestão do território, o espaço metropolitano tem suas especificidades. Coordenar a administração de municípios com autonomia formal e representação popular exige uma organização que resulte de acordo voluntário entre agências governamentais autônomas. A gestão e organização de regiões metropolitanas podem dar ênfase aos aspectos funcionais através de agências especiais. Na RMF, era a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF, com um superintendente que exercia um poder supramunicipal, embora não fosse cargo eletivo. O resultado era a presença e choque de diferentes esferas de governo e um amálgama de autoridades. A extinção do órgão foi seguida de um vazio administrativo no contexto da realidade socioespacial da RMF. São vários os órgãos e empresas que atuam sobre o território da RMF, exigindo ações de planejamento e de políticas públicas capazes de conhecer a realidade, atender demandas e projetar o futuro.

FICHA TÉCNICA – FORTALEZA – VOLUME 5

Prof. Dr. Luis Renato Pequeno – Coordenador

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva

Prof. Dr. Eustógio Dantas

Profa. Maria Clélia Lustosa

Profa. Florice Raposo

Profa. Cleide Bernal

Profa. Vera Mamede

Arquiteto Arthur Molina

Arquiteta Themis Amorim Aragão

Arquiteta Joísa Barroso

Revisão final: Egláisa Cunha e Roberto Pedreira
Revisão ortográfica: Henrique Pesch e Roanita Dalpiaz
Projeto gráfico e diagramação: Virtual Design
Impressão gráfica: Gráfica Capital Ltda